



Plano Diretor **de** Desenvolvimento Integrado **da** Região Metropolitana de Belo Horizonte

Propostas de Políticas Setoriais,
Projetos e Investimentos Prioritários

Volume 4
Maio de 2011



Relatório Final

Plano Diretor de Desenvolvimento
Integrado da Região Metropolitana
de Belo Horizonte

Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários

Volume 4

Maio de 2011



Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Regional
e Política Urbana - SEDRU



SUMÁRIO

VOLUME I

1	Apresentação	1
2	Síntese dos Estudos Setoriais Integrados	50
3	Proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana	182
3.1	Introdução e Pressuposto	182
3.2	Tendências da Dinâmica Territorial Metropolitana.....	186
3.3	Proposta de Reestruturação Territorial da RMBH.....	202
3.4	Políticas da Dimensão Estruturante Territorialidade	234
3.4.1	Política Metropolitana Integrada de Centralidade em Rede	235
3.4.2	Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo	257

VOLUME II

4	Eixos Temáticos Integradores: Políticas e Programas	282
4.1	Eixo Acessibilidade	282
4.1.1	Política Integrada de Mobilidade Metropolitana	285
4.1.2	Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano	358
4.1.3	Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde	408
4.1.4	Política Metropolitana Integrada de Assistência Social.....	432
4.1.5	Política Metropolitana Integrada de Democracia Digital	484

VOLUME III

4.2	Eixo Seguridade	546
4.2.1	Política Integrada de Segurança Pública	549
4.2.2	Política Metropolitana Integrada de Gestão dos Riscos Ambientais e de Mudanças Climáticas	589
4.2.3	Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional	596

4.2.4	Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional.....	665
4.2.5	Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala	708

VOLUME IV

4.3	Eixo Urbanidade	758
4.3.1	Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos	762
4.3.2	Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural	815
4.3.3	Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação e Cultura	922
4.3.4	Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas	949
4.3.5	Política Metropolitana Integrada de Financiamento da Cultura.....	975

VOLUME V

4.4	Eixo Sustentabilidade	982
4.4.1	Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável	986
4.4.2	Política Metropolitana Integrada para o Desenvolvimento de Territórios Minerários	1051
4.4.3	Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos	1094
4.4.4	Política Metropolitana Integrada de Resíduos Sólidos	1146
4.4.5	Política Metropolitana Integrada de Saneamento	1178
4.4.6	Política Metropolitana Integrada de Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para Conservação Ambiental	1199
4.4.7	Política Metropolitana Integrada de Compensação e Valoração de Serviços Ambientais	1222

4.4.8 Política Metropolitana Integrada de Mitigação de Gases de Efeito Estufa para uma Economia de Baixo Carbono.....	1245
---	------

VOLUME VI

5 Proposta Institucional	1260
5.1 Recomendações, Diretrizes e Ações para Implementação do PDDI	1260
5.2 Matriz de Desenvolvimento Institucional	1266
5.3 Políticas da Dimensão Estruturante Institucionalidade	1477
5.3.1 Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Institucional..	1478
5.3.2 Política Metropolitana Integrada de Cooperação Interinstitucional e Intersetorial	1494
5.3.3 Política Metropolitana Integrada de Modernização e Atualização da Estrutura Fiscal dos Municípios	1505
6 Equipe	1525

4.4 EIXO URBANIDADE

O eixo urbanidade traduz e sintetiza aspectos fundamentais da metrópole que coletivamente queremos ver construída nas próximas décadas. A urbanidade tal qual vem sendo trabalhada no PDDI é um conceito que se relaciona à realização plena da vivência urbana e que expressa qualidades relacionadas à solidariedade, à percepção e ao sentimento de pertencimento ao espaço em que se vive, à negociação continuada entre os interesses, à vida cotidiana e ao direito à cidade. A urbanidade é expressão de algo que é, ao mesmo tempo, único e comum a todos, sendo esta dimensão coletiva e solidária que faz com que a urbanidade ofereça condições necessárias à criatividade e à pluralidade cultural.

O urbano é por excelência o lugar do encontro. Talvez esta seja mesmo a melhor e mais simples tradução do que representa a vida urbana: o encontro e o espaço compartilhado. Por conta disto a urbanidade é necessariamente feita de diversidades, sociais, culturais, etc. Neste sentido, todo o esforço de se pensar a urbanidade na RMBH está pautado nos termos de uma construção coletiva, multifacetada e que se quer a todo tempo solidária!

Alguns pontos de partida fundamentais para a elaboração das políticas neste eixo foram, para além do que já se disse em termos de solidariedade e diversidade: a promoção da qualidade de vida e dos espaços; o trabalho com a idéia de pertencimento e de identidade para com os espaços do nível da realidade local da comunidade até o da própria região metropolitana; e o de que tudo isto só pode se materializar se houver condições amplas de informação e acesso, ou seja, conhecer e entender o que existe e acontece e a possibilidade de ser transitar bem por estes espaços no nível metropolitano.

As políticas aqui apresentadas estão informadas por estas diretrizes e se ocupam de um conjunto de dimensões variadas e com imprescindíveis interações com os demais eixos. Elas dizem respeito aos espaços públicos, ao patrimônio material e imaterial, à diversidade cultural, à educação, às atividades culturais e criativas, bem como a uma série de entrecruzamentos relativos à gestão, às condições de financiamento, à estruturação institucional e ao arranjo territorial que visam dar materialidade à ação pública orientada este instrumento de planejamento.

As políticas presentes neste eixo são as seguintes:

- Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos;
- Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade

Cultural;

- Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação e Cultura;
- Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas;
- Política Metropolitana Integrada de Financiamento da Cultura.

Cumprindo ainda destacar que um programa específico dentro da Política 1 pode ser entendido também com o status de política devido a sua importância estratégica para construção de mecanismos perenes de articulação social com vistas à promoção e implantação do PDDI. Trata-se do Programa de Mobilização Social para Implementação do Plano Metropolitan, que tem como meta fundamental a criação dos LUMES (Escritórios Locais de Monitoramento e retroalimentação do Plano Metropolitan).

O conjunto das políticas propostas, ainda que abordando dimensões diversas do que se qualificou aqui como urbanidade, tem profundas variadas conexões entre si e entre algumas tantas políticas de outros eixos do PDDI. Vale de saída apontar algumas dessas inter-relações que ganharão materialidades nas próximas páginas a partir do detalhamento dos programas de cada uma das políticas. O exemplo claro de interligação parte já da Política 1, que se destina a promover um diagnóstico Institucional e jurídico para criação de mecanismo de financiamento de políticas culturais em nível metropolitan. Esta política em larga medida dá corpo a uma estratégia articulada de planejamento para viabilizar estruturas estáveis de financiamento para todas as principais iniciativas propostas no eixo de Urbanidade. Outro bom exemplo dessa articulação pode ser buscado no Sistema de Informações Metropolitan que tem sua criação proposta na Política metropolitan integrada de democratização dos espaços públicos (Política 1). Este sistema de informações será fundamental como mecanismo de disseminação das iniciativas pensadas no âmbito do eixo Urbanidade e, de forma mais ampla, contribuindo para a conformação ao longo do tempo de uma efetiva identidade metropolitan. As pontes existentes aqui com os programas da Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural (Política 2) são muitas e auto-evidentes. Em particular no Programa de Conformação de Complexos Ambientais Culturais (os CAC's), como estratégia efetiva capaz de interferir positivamente na proteção e promoção do patrimônio paisagístico, e ao mesmo tempo de incremento de ações de valorização cultural da RMBH; e no Programa de Promoção de Rotas Turísticas na RMBH, pensado como instrumento articulado à democratização aos espaços culturais e de lazer e ao patrimônio paisagístico da RMBH, especialmente para seus moradores.

Outro programa da Política 2, o de Fortalecimento da Ruralidade e dos modos de vida tradicionais da RMBH, pode também ser lembrado aqui em seu caráter transversal, vinculado às diretrizes da Política metropolitana integrada de promoção de atividades culturais e criativas (Política 4), mas também à Política metropolitana integrada de apoio à produção em pequena escala, pertencente ao Eixo Segurança. A Política 4, por sua vez, dando conta da formulação de políticas públicas integradas para o campo da cultura, tendo por núcleo de ação a questão das atividades criativas, possui outras múltiplas inter-relações dentro e fora do eixo da Urbanidade, colocando em foco a dimensão criativa como fundamental do dinamismo urbano, mas também aspecto importante na geração de emprego e renda.

Ainda na perspectiva de apresentar o campo da problemática e das potencialidades da urbanidade no quadro do PDDI, justifica-se aqui, mesmo que muito ligeiramente, uma referência a um contexto específico, de uma área particularmente carente da atenção planejadora do poder público, que pode ser tomada como exemplo desta articulação de perspectivas nas políticas deste eixo. Referimo-nos ao município de Ribeirão das Neves, e mais especificamente ao caso da Penitenciária José Maria Alkmin.

O município de Ribeirão das Neves é dentro do contexto da RMBH uma das áreas mais carentes de uma ação planejadora capaz de interromper e reverter os processos que nos últimos anos impactaram negativamente a qualidade de vida local e minaram atributos identitários da região. Um alvo privilegiado para a ação planejadora na região, inclusive por conta do aspecto simbólico associado, é a Penitenciária José Maria Alkmin.

A penitenciária José Maria Alkmin é a mais antiga do Estado, e foi pioneira na adoção do trabalho dos detentos como forma de resgate da auto-estima e de reinserção social. A obra se iniciou em 1927 e foi concluída em 1935 sendo, entretanto, inaugurada somente em 1938. O complexo conta com um espaço de cerca de 10 mil metros quadrados, com 2 mil de área construída. Além dos prédios da penitenciária fazem parte do complexo 40 casas que compõem a vila de funcionários.

Trata-se efetivamente de um alvo potencial de projetos para requalificação do equipamento em se pensando sua possível desativação como estabelecimento prisional. Esta é a direção que aponta o próprio poder público municipal, que promoveu o tombamento da edificação no Patrimônio Público Municipal à altura do aniversário de 70 anos da instituição. A intenção do poder público municipal é a de transformar o espaço em centro cultural, histórico e de lazer, visando os atuais visitantes e o conjunto da população com a possível desativação do estabelecimento prisional.

Mais que isto, o próprio plano diretor do município de Ribeirão das Neves dá destaque para as ações direcionadas à criação de espaços públicos, com revitalização, requalificação e valorização de equipamentos de uso público, circulação de pedestres, paisagem urbana, e outros aspectos de consolidação dessa área como centro comercial, de serviços e ponto de encontro da população. Tudo isto em boa medida contribuiria para a promoção da identidade municipal, o que teria reflexos positivos potenciais no processo de conformação da própria identidade metropolitana, uma vez que os mecanismos pensados aqui se articulariam a equipamentos pensados para o conjunto da RMBH e com estratégias para uso e acesso por um público que em muito ultrapassa o dos limites municipais.

No âmbito das políticas aqui propostas, em particular na Política 4, aponta-se a possibilidade de se implantar no local uma “Fábrica Criativa”, como segue especificado no texto específico desta política, levando em consideração as necessidades artísticas regionais e da edificação, incluindo em particular o trabalho com a memória da penitenciária. A iniciativa incluiria estudos para análise de viabilização do local como potencial de investimento, e a implantação de um programa de capacitação: gestão, técnica e artística, buscando parceria com instituições de ensino superior da região. Articula-se a nesta perspectiva de requalificação deste equipamento que serve aqui como um exemplo introdutório, uma série de ações no campo da democratização dos espaços públicos, da valorização cultural, e em especial da ação integrada de promoção de atividades culturais e criativas.

4.3.1 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Justificativa e Contextualização

A atual configuração dos espaços públicos em suas diversas escalas, assim como seus usos por distintos atores, refletem e reforçam as desigualdades sociais presentes na RMBH. Como consequência, observamos um acirramento da segregação social e da guetificação dos espaços, especialmente se analisarmos a proliferação de enclaves sociais onde os condomínios fechados e as favelas se tornam algumas de suas expressões mais visíveis. Além disso, o Estado, em suas distintas esferas, por vezes se abstém da gestão de tais espaços ao permitir que interesses privados definam seus usos, alterando de forma crucial a paisagem e comprometendo sua função social, qual seja, a de permitir e potencializar a manifestação e o encontro entre grupos e indivíduos distintos. A privatização e a retração dos espaços públicos é processo que vem sendo reiteradamente constatado e denunciado nas metrópoles contemporâneas nas últimas décadas, e se coloca como ponto crucial no reordenamento territorial da RMBH.

A política de democratização dos espaços públicos objetiva, o combate ao acirramento deste processo. É preciso ampliar e qualificar a oferta de espaços especialmente multifuncionais e integrados em suas diversas escalas, adotando critérios de vulnerabilidade social para hierarquização de prioridades nos investimentos. A qualificação da parceria público-privada deve se pautar especificamente pelo interesse público e coletivo.

A política de democratização dos espaços públicos busca, portanto, intervir na relação entre ordenamento urbano e estrutura social (Lefebvre; Castells), assim como busca abordar as relações entre diferentes grupos sociais em um mesmo território (Joseph), o território metropolitano em suas diferentes escalas.

A construção de um espaço inteligente que sirva de orientação às diversas pessoas em público contribui ao desenvolvimento de um sentimento positivo com relação à cidade. Assim sendo, o espaço público urbano funciona também como um espaço de informação, deixando fluir a comunicação e a mobilização (SIERRA e MESQUITA, 2009).

Os temas do urbano como espaço primeiro de encontro e do direito à cidade aqui se manifestam através de três dimensões:

- a importância da reestruturação, ampliação, implantação, acesso e gestão de espaços e

equipamentos públicos diversificados e integrados em diversas escalas, incluindo a escala microlocal: áreas verdes, parques, praças, bibliotecas, cineteatros, museus, mercados, espaços culturais, de convivência, esporte, jogos, lazer, recreação, educação, moradia, feiras, festivais, festas, entre outros; ou seja, a existência mesma desses espaços, ainda muito retraída na RMBH;

- a importância de um sistema de informações que registre a efetiva existência e funcionamento/ usos dos espaços e equipamentos públicos e que, portanto, disponibilize para seus potenciais usuários – para efeitos de planejamento e gestão, de controle social ou de acesso à metrópole por atores individuais e/ou coletivos – um conjunto de dados preparados para atender diferentes interfaces e demandas;
- a importância de se investir na atenção ao usuário e nas efetivas condições de uso do sistema de informações – ele mesmo considerado como um espaço público virtual que possibilita a circulação digital e a participação na RMBH – de forma a torná-lo promotor dos espaços e equipamentos existentes ou desejáveis, e ferramenta de acesso aos mesmos.

Objetivo Geral

Promover a ampliação e qualificação dos espaços e equipamentos públicos na RMBH, assim como promover o conhecimento e o uso de tais espaços e equipamentos através da criação de um sistema de informações e de programas e ações que visem o seu uso efetivo por parte de diferentes usuários.

Objetivos Específicos

- Produzir um diagnóstico descritivo e georreferenciado dos espaços e equipamentos públicos existentes, com previsão de uma fase inicial de implantação e de seu desenvolvimento progressivo e continuado no tempo.
- Organizar tais dados em um Sistema de Informações Culturais com diferentes módulos, para atender diferentes demandas e gerar interfaces específicas, especialmente com as áreas da educação, formação profissional, turismo e esportes.
- Promover o efetivo uso do Sistema de Informações Culturais de forma que, ao longo de sua implementação, sejam criadas as interfaces e procedimentos de interatividade capazes de atingir diferentes públicos e usuários.

- Desenvolver ferramentas informatizadas de registro e uso das informações, com particular atenção para os dados georreferenciáveis, que permitam a leitura dos recursos no/do território em situações de planejamento e gestão intersetoriais, de participação e de controle social.
- Contribuir para a efetiva implantação e revitalização de espaços e equipamentos públicos na RMBH, favorecendo o atendimento descentralizado à população e a circulação no território metropolitano.

Diretrizes Gerais

A Política visa reconfigurar os espaços públicos da RMBH, partindo de uma ação de impacto a curto prazo, com identificação das necessidades e hierarquização das ações – a exemplo do que se verá proposto para o Sistema de Bibliotecas – que se desdobrem depois, ao longo do tempo, de forma a produzir um efeito de contínua (re)qualificação dos espaços e equipamentos públicos.

É fundamental a articulação entre: informação (seu formato, disponibilização e efetiva circulação); equipamentos qualificados, espaços disponibilizados e efetivamente sob controle social (monitoramento através de informações disponíveis); atenção aos usuários, sujeitos institucionais ou não, coletivos ou individuais. A implementação da Política deve avançar progressivamente nesses três planos, que se retroalimentam circularmente e podem permitir a correção e ajustes no processo em curso da implantação dos programas.

Outro critério para a sua implementação é que ela possa provocar um efeito de porosidade entre os âmbitos institucionais setoriais (cultura, educação, assistência social, turismo, desenvolvimento econômico, etc), de forma a gerar uma ação que se situe claramente, ou que provoque explicitamente, as possíveis interfaces entre eles: as praças, teatros, assim como as escolas e centros culturais, são todos eles espaços públicos, mas que prevêm tipos diferentes de interação e de convivência – declinam de diferentes formas a sociabilidade que caracteriza o urbano. Gerar interatividade entre estes diferentes espaços públicos seria um outro critério para implementação dos programas e projetos. Enfim, na implantação dos programas, deve-se sempre produzir uma leitura das condições objetivas de seu funcionamento – e isto pode ser articulado tanto internamente ao âmbito dessa Política, como aquilo que é definido como seu monitoramento, assim como buscando interagir com as

demais Políticas, especialmente aquelas relacionadas diretamente à dimensão da democracia. A idéia de democracia urbana se refere aqui às condições objetivas de seu exercício.

Nesta Política, propomos articular a idéia de circulação viária à de circulação digital, em diferentes circuitos e escalas, como forma de acesso e experiência de pertencimento à metrópole. Tal circulação digital – em estreita relação de complementariedade e recíproca sustentação com a circulação viária – deve convergir com os esforços, expressos em outras Políticas, de instalar processos efetivos de geração de outras centralidades, superando o quadro atual de isolamento de algumas localidades e municípios.

Os conteúdos programáticos componentes desta Política serão desenvolvidos através de quatro programas, quais sejam:

1. Programa de reestruturação, ampliação e implantação de espaços e equipamentos públicos
2. Programa de democratização do acesso à informação
3. Programa de qualificação dos espaços, atenção para acesso dos usuários e incentivo ao pertencimento
4. Programa de implementação dos LUMEs: Lugares de Urbanidade Metropolitana

Funções Públicas de Interesse Comum

FPIC relacionadas, definidas pela legislação metropolitana: mobilidade - transporte intermunicipal e sistema viário; uso do solo metropolitano; cartografia e informações básicas; desenvolvimento socioeconômico.

Articulação Direta com Outras Políticas do PDDI

No eixo Urbanidade

- Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural
- Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação e Cultura
- Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas
- Política Metropolitana de Diagnóstico Institucional e Jurídico para Criação de Mecanismos de Financiamento de Políticas Culturais em nível Metropolitano

Em outros eixos:

- Política Metropolitana Integrada de Fortalecimento e Criação de Centralidades em Rede (Acessibilidade)
- Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional (Seguridade)
- Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável (Sustentabilidade)
- Política Metropolitana de Desenvolvimento Institucional (Institucionalidade)
- Política Metropolitana Integrada de Acesso Universal à Informação
- Política Metropolitana Integrada de Consolidação da Sociedade do Conhecimento

Institucionalidade

Atores institucionais envolvidos e suas devidas competências

- Agência Metropolitana – articulação e condução da implantação de todos os Programas da Política;
- SEDRU – articulação interinstitucional e participação na viabilização dos recursos
- Secretaria de Estado da Cultura (incluindo Superintendência de Bibliotecas, Superintendência de Museus, IEPHA, Programa Plug Minas, entre outros) – disponibilização dos dados já existentes; participação na configuração do Sistema e co-financiamento das ações de implantação do sistema e de atenção aos usuários;
- Municípios – manutenção dos equipamentos e espaços, apoio logístico e institucional nas pesquisas de campo e diagnósticos;
- Setores municipais de assistência social – assessoria na definição de áreas prioritárias para a intervenção e na mobilização;
- Setores municipais de educação, escolas, grupos de pais, associações de bairros, conselhos infantis em conjunto com arquiteto(s) e paisagista(s) – mobilização, discussão colaborativa, definição das ações, formas de intervenção, manutenção e gestão;
- Setores municipais de lazer – assessoria e fornecimento de dados sobre os espaços;
- Setores municipais de turismo e cultura – coordenação de programação associada a espaços culturais (museus, bibliotecas, centros culturais, cinemas, etc.) na realização de oficinas, eventos, apresentações, etc.;

- Produtores, grupos culturais e artísticos – proposição de programação de espetáculos, oficinas e eventos;
- Setores municipais de segurança – assessoria a eventos, participação e fomento às redes de proteção de vizinhança;
- Instituições privadas – adoção dos espaços e patrocínio de eventos;
- Ministério da Cultura – co-financiamento das ações de implantação do sistema e de atenção aos usuários;
- SABIC – Sociedade de Amigos das Bibliotecas Comunitárias – fornecimento de dados; articulação com as bibliotecas associadas;
- Instituições de ensino superior.

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência

- Política do Sistema Nacional de Cultura / Ministério da Cultura
- Lei estadual de incentivo à cultura de Minas Gerais
- Leis municipais de incentivo à cultura

Arranjos institucionais adequados para implementação do programa

- Parceria público/privado para financiamento das ações de requalificação dos espaços e sua manutenção
- Parceria com espaços/equipamentos e instituições já existentes

Instrumentos de política pública para implementação do programa

- Agenda de encontros e/ou criação de fóruns específicos para a gestão dos recursos e dos programas no âmbito da Política, concertando esforços das esferas federal, estadual e municipais, bem como setor público, privado e terceiro setor;

Possíveis fontes de financiamento do programa

- Ministério da Cultura
- Fundo Nacional de Cultura
- Governo do Estado
- Secretaria de Estado da Cultura

- Fundo Estadual de Cultura
- Fundo Metropolitano
- Prefeituras
- Fundos Municipais de Cultura (a serem criados nos municípios que ainda não possuem e mantidos e ampliados nos que já possuem)
- Leis de Incentivo à Cultura (federal, estadual, municipais)

Programas existentes que podem ser ampliados e/ou articulados

- Escola Integrada / PBH e similares
- Pontos de Cultura / Ministério da Cultura
- Sistema estadual de bibliotecas públicas
- Rede de bibliotecas comunitárias filiadas à SABIC – Sociedade de Amigos das Bibliotecas Comunitárias
- Plug Minas.
- Programa Arena da Cultura / PBH;
- Bibliotecas escolares
- Programa de Educação Patrimonial da Secretaria de Educação de Sabará e outros similares.

4.3.1.1 Programa de Requalificação, Ampliação e Implantação de Espaços e Equipamentos Públicos

No contexto de uma Política que pretenda democratizar o acesso e o uso dos espaços públicos, sejam eles de cultura, lazer, educação ou de qualquer outra ordem, uma das principais e primeiras questões a ser levadas em conta diz respeito à própria existência e condições desses espaços para utilização do público.

As políticas públicas para democratização do acesso contam com diversos componentes e conteúdos, dos quais dois particularmente são aqui destacados: de um lado, a premência de se criar, implantar e manter locais de uso e convívio público, com infraestrutura satisfatória para a produção e a fruição de bens culturais e a viabilização dos encontros

urbanos e vivências educativas; de outro, a importância de criar mecanismos para inclusão dos diversos grupos e atores sociais, em especial daqueles que, no caso em pauta, estão mais distantes do centro metropolitano e com menor acesso aos bens simbólicos gerados na metrópole.

Nesse sentido, é fundamental resgatar o conceito de metrópole como espaço de troca, de convivência e encontro, para além de suas características construtivas, como já proposto pela Escola de Chicago ao abordar a cidade em termos dos seus processos sociais, privilegiando as relações que se estabelecem na metrópole como constituintes do fenômeno urbano.

Ressalvadas as diferentes contribuições teóricas, realçamos a necessidade de se analisar na questão urbana múltiplas variáveis, não só de caráter físico e econômico (como infraestrutura, centros produtivos, entre outros), mas, principalmente, o tipo de relações sociais, a mobilidade, a cultura.

Como expresso no P4, no diagnóstico e na proposição das ações, a cultura é o eixo que articula os diferentes temas transversais, entendida enquanto dimensão simbólica e em sua materialidade, aspectos que não se apresentam separadamente. Busca-se apreender a constituição do território a partir de seus usos – como, onde, por quem e para que o território é utilizado – e os sentidos, intencionalidades, demandas, conflitos e disputas que configuram essa utilização em diferentes escalas e expressando diferentes territorialidades.

Para Henri Lefévre, a cidade é o centro da vida social e política, onde se acumulam, mais que riquezas, conhecimentos, técnicas e obras. Estabelece uma diferenciação entre cidade valor de uso (cidade como obra, espaço da festa) e cidade valor de troca. O uso principal da cidade seria a festa, "*que consome improdutivamente sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e dinheiro*" (p.11). Dito de outra forma, o contato com o outro, o encontro, a sociabilidade. Esta seria sua finalidade e sua realização. Desta característica do urbano é que decorre o sentimento de pertencer, através da apropriação do espaço (do tempo, do corpo, do desejo, segundo o autor). É o que chama de consumo do lugar. A cidade como obra contrasta com a cidade produto, onde a orientação é monetária, comercial, produtiva.

O Programa ora proposto parte da concepção do espaço urbano como lócus da convivência social, da vivência educativa e da troca cultural e baseia-se nas diretrizes e prioridades da Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2009, onde a implantação de

espaços culturais, a revitalização dos já existentes e a democratização do acesso a eles foi ponto exaustivamente reforçado pelos representantes dos municípios mineiros.

O Programa introduz também a Educação e os sistemas escolares como parte dos espaços públicos a serem integrados na dinâmica metropolitana. Dessa forma, faz eco às formulações mais recentes quanto à necessidade de se buscar a qualidade da oferta escolar e da experiência educativa, orientando tal busca para um diálogo mais amplo e intenso com as dinâmicas culturais e do sistema produtivo. A democratização do acesso diz respeito não apenas à gratuidade dos produtos, mas também à localização dos equipamentos, ao transporte e ao tempo livre da população. A articulação dos espaços ditos “culturais” com outras categorias de espaços, tais como os espaços escolares, de lazer e recreação têm a prerrogativa de potencializar tais equipamentos e expressões culturais.

Essa necessidade de rearticulação da educação e da cultura, fragilizada com a separação dos dois Ministérios, em 1985, também foi um dos eixos fundamentais da última Conferência Nacional de Cultura:

O desenvolvimento econômico e social do mundo contemporâneo está associado, cada vez mais, à capacidade humana de simbolizar, ou seja, ancora-se na criatividade de indivíduos e grupos. Nesse contexto, investir conjuntamente em cultura e educação é estratégico, e para isso é necessário criar instâncias de coordenação entre as políticas culturais e educacionais e estimular a interação entre as expressões da cultura e o sistema educativo. (texto base CNC, MINC 2009)

Na Conferência Nacional da Educação essa necessidade não é tão claramente explicitada, mas também é tangenciada em dois aspectos fundamentais: por um lado, quando se reafirma a importância da escola de tempo integral como espaço articulador das diversas políticas e conteúdos que (trans)formam o estudante em cidadão. Por outro, no

reconhecimento das práticas culturais e sociais dos/das estudantes e da comunidade local, entendendo-as como dimensões formadoras, que se articulam com a educação e que deverão ser consideradas na elaboração do projeto políticopedagógico/ plano de desenvolvimento institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana do trabalho escolar. (documento final CONAE, maio de 2010)

Outro aspecto a considerar, como já realizado no P3, é que tanto o município de Belo Horizonte quanto os demais municípios da RMBH sofrem com a carência de espaços públicos (praças, ruas e parques) em quantidade e qualidade. Ao considerarmos que tais espaços são articuladores e mediadores das relações sociais, ao propiciarem o encontro, as manifestações culturais e políticas dos moradores da cidade, é preciso ampliar a oferta em diversas escalas: na vizinhança, no bairro, na região e aqueles de grande escala, considerados estruturantes do território.

Nesse sentido, é preciso ampliar os espaços públicos, as áreas verdes, os parques e jardins, os equipamentos de lazer e recreação, com vistas a combater as desigualdades sócio-espaciais, a segregação e a guetificação dos espaços urbanos e a privatização dos espaços públicos. Para tal, é preciso identificar espaços em diversas escalas, ou seja, espaços com potencial de abrangência metropolitana, espaços que integrem os CACs e outras possíveis configurações, até a abrangência local, com o objetivo de:

- priorizar o uso dos espaços livres públicos pelas pessoas, invertendo a prioridade atual dada ao automóvel nos centros densos.
- implantação de novos equipamentos públicos de cultura, lazer e recreação, tais como centros culturais, museus, bibliotecas, miatecas, centros de convivência, parques, praças, etc.
- investimento e qualificação dos equipamentos públicos existentes.
- instalação de mobiliário urbano em pequenos largos e passeios, tais como bancos, bancas de revista, equipamentos de ginástica, brinquedos, etc. com vistas a fomentar o encontro nos centros mais densos.
- estabelecer mecanismos de gestão e manutenção dos espaços públicos.

Por fim, o Programa vem reforçar as diretrizes da Conferência Nacional de Cultura, no sentido do fortalecimento da ação do Estado e da participação social no campo da cultura.

Objetivo geral

Garantir a existência de espaços públicos descentralizados na RMBH, democratizando o acesso a eles e viabilizando os encontros urbanos, a fruição cultural e as vivências educativas, em diferentes escalas.

Objetivos específicos

- Identificar e potencializar os espaços públicos na RMBH, notadamente aqueles que favorecem atividades de lazer, cultura, educação, esportes e convivência urbana;
- Fortalecer a rede de lugares culturais e democratizar o acesso a eles;
- Contribuir para o reconhecimento do espaço metropolitano e ampliação do sentimento de pertencimento à RMBH;
- Contribuir para a requalificação, ampliação, implantação, acesso e gestão de espaços e

equipamentos públicos diversificados e integrados em diversas escalas, tanto na escala microlocal quanto metropolitana;

- Contribuir para reduzir a carência de espaços estruturados e bem distribuídos no território, com o intuito de receber produções de boa qualidade e públicos diversificados.

Temporalidade de execução e implementação

- Variável, de acordo com a priorização determinada a partir do Diagnóstico dos espaços. Temporalidade de curto prazo para realização das ações de diagnóstico e início das adequações; temporalidade de médio prazo para implantação e desenvolvimento pleno da proposta. Tempo contínuo de execução e melhorias permanentes.

Projetos e Ações

- Identificação, em cada município da RMBH, dos principais lugares com as características do Programa, ou seja, áreas verdes, parques, praças, bibliotecas, cineteatros, museus, mercados, espaços culturais, de convivência, esporte, jogos, lazer, recreação, educação, feiras, festivais, festas, entre outros que propiciem o encontro urbano e a produção e fruição de bens culturais;
- Realização de um diagnóstico de cada espaço identificado, apontando suas características físicas, de estrutura, de equipamentos, serviços disponíveis, acervos, quadro de pessoal, entre outras, bem como indicando os principais pontos a serem trabalhados e investimentos necessários em cada um dos espaços;
- Estabelecimento de parcerias com os atores institucionais responsáveis por cada local, definindo responsabilidades por sua requalificação e por sua manutenção;
- Realização de ações constantes de monitoramento da implementação das adequações e ações propostas;
- Proposição de redes específicas de equipamentos e espaços culturais e de potencial educativo (a exemplo dos já existentes, como a rede de Museus, rede de bibliotecas, entre outros), preferencialmente ligadas às propostas de configuração dos CACs, com hierarquização dos equipamentos e oferta de serviços e atividades diferenciadas e complementares aos usuários;

- Elaboração de material de divulgação para a comunidade e de sinalização de cada local – cartilhas, folders, vídeos, guia para exposição oral, cartazes, placas;
- Criação de programa permanente para realização de oficinas temáticas e visitas orientadas, direcionadas à comunidade e escolas do entorno, utilizando os espaços culturais requalificados;
- Manutenção permanente das possibilidades de inclusão de novos espaços culturais na rede, através de parcerias com atores diversos, tais como associações de moradores, coletivos artísticos, grupos sociais, etc, ampliando a cobertura no território metropolitano.

No contexto desse programa, faz-se necessário um olhar especial para os espaços voltados para públicos específicos, como as crianças e adolescentes; e como os idosos ou 3ª idade. Em relação às crianças, propõe-se abaixo um Projeto específico para tal fim.

Projeto RMBH da Criança

Este projeto pretende avançar nas questões de combate às desigualdades sócio-espaciais, a partir da perspectiva da criança. Parte-se do pressuposto de que as crianças, além de serem algumas das principais vítimas da exclusão, exploração, maus tratos, etc., sofrem especialmente com a segregação social através do espaço e do tempo. Os processos de institucionalização das crianças de classe média-alta e de marginalização das crianças em espaços públicos é histórico. Como consequência, experimentamos a restrição à autonomia, à liberdade infantil e à possibilidade de uma educação para a cidadania.

O Projeto RMBH da Criança pretende reverter tal quadro, ao focar neste grupo etário, que em si não se considera isolado, mas sim como mediador de relações sociais. O espaço público é local privilegiado do encontro com a diversidade, de desenvolvimento das sociabilidades, de expressão política, e ambiente propício para a transmissão, reprodução e desenvolvimento das culturas infantis. No entanto, temos presenciado o esvaziamento de tais funções em praças, parques e ruas das áreas urbanas, fenômeno característico da sociedade contemporânea, relacionado ao sentimento de insegurança e à escolha das classes média e média-alta pelo isolamento, entre outros fatores. Acrescentaríamos aqui outra razão para tal esvaziamento, relacionado principalmente aos países ditos “em desenvolvimento”: a escassez de infraestrutura e mobiliário de qualidade que fomente as apropriações do espaço público.

Uma Cidade Amiga da Criança é, segundo a UNICEF, aquela que assume o compromisso de assegurar os direitos de todas as crianças e adolescentes acordados na Convenção dos Direitos da Criança (CRC, 1989), quais sejam, saúde, educação, proteção e demais serviços sociais, além do direito de brincar e de participar das decisões coletivas e entende que uma cidade que é boa para criança é boa para todos. No Brasil o marco regulatório é estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que estabelece o direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, convivência familiar e comunitária, etc.

Nesse contexto, o projeto tem como objetivos:

- Fomentar o encontro e a diversidade no espaço público;
- Desenvolver metodologias de educação para a cidadania;
- Fomentar os usos dos espaços públicos e da circulação de crianças pela região;
- Fomentar e desenvolver estratégias de participação ativa infantil e da sociedade civil na elaboração de políticas públicas, especialmente em projetos de intervenção espacial;
- Assegurar o direito ao tempo livre, o de brincar e a circulação infantil em espaços públicos;
- Preservar, transmitir e desenvolver manifestações culturais espontâneas próprias das crianças, tais como os jogos e brincadeiras.

Suas principais ações são:

- Realização de diagnóstico atualizado e facilmente atualizável da situação dos lugares da infância na RMBH;
- Desenvolvimento de metodologias participativas diversificadas que considerem e incorporem a perspectiva da criança nas ações;
- Criação, revitalização e manutenção de espaços livres públicos diversificados para crianças em distintas escalas e contextos: parques urbanos, parques ecológicos, parques de diversão, parques infantis, praças, largos, passeios, ruas de pedestres, etc.;
- Instalação de mobiliário urbano com funções recreativas apropriadas às diversas faixas etárias e que estabeleçam diálogo com as culturais locais;
- Instalação de equipamentos associados ao mobiliário infantil, tais como bancos, equipamentos de ginástica, quadras, bancas de revistas, sanitários, bebedouros,

lixeiros, etc.;

- Aumento as larguras dos passeios e as áreas destinadas a pedestres; criação de áreas exclusivas para pedestres, rotas de acessibilidade e ciclovias em trajetos utilizados pelas crianças, especialmente nos arredores das escolas;
- Fomento à realização de eventos e manifestações infantis nos espaços públicos;
- Criação de uma rede de espaços infantis intersetoriais interligados em diversas escalas na RMBH (parques, escolas, museus, centros culturais, quadras, bibliotecas, livrarias, lojas de brinquedos, etc.);
- Fomento às redes de informação sobre espaços e eventos infantis na RMBH – mapas, folders, sites, blogs e jogos digitais;
- Fomento à colaboração da vizinhança em redes de proteção das crianças e acompanhantes, segurança pública, intervenção, plantio, limpeza e manutenção dos espaços públicos;
- Desenvolvimento de instâncias de colaboração entre sociedade civil, instituições públicas e privadas das áreas da cultura, educação, saúde, lazer, esportes, assistência social, turismo e segurança em tais ações;
- Fomento e desenvolvimento de mecanismos de adoção de espaços públicos por instituições privadas;
- Garantia de transporte público a espaços infantis de escala metropolitana nos tempos livres.

Medidas de monitoramento e avaliação do programa

- Marco Zero: diagnóstico, em cada um dos municípios, dos lugares metropolitanos / espaços existentes para uso cultural, esportivo, de lazer, de vivência educativa e convivência urbana, com identificação de suas características atuais e necessidades de investimentos em espaço físico, equipamentos, acervos, pessoal, projetos, atividades, etc;
- Monitoramento: ao longo da execução das ações propostas, deverão ser monitorados aspectos ligados ao processo de implementação, tanto em termos das melhorias físicas / estruturais quanto no que se refere aos programas e atividades ofertadas ao público. Para tal, sugere-se a adoção de mecanismos tais como registro fotográfico e em vídeo, relatórios periódicos dos gestores de cada espaço e reuniões da equipe envolvida em

cada espaço com os gestores da Agência Metropolitana;

- Avaliação: após o primeiro ano de implantação do programa, deverá ser feita a avaliação dos resultados, através de retorno a todos os espaços que sofreram algum tipo de intervenção / ação. Deverá ser aplicado um questionário que mensure os seguintes itens: ampliação ou redução da frequência de público; grau de satisfação do público com o espaço; número e tipo de atividades desenvolvidas no período, segundo os diversos públicos; principais dificuldades vivenciadas no processo de implementação do programa; tipo e extensão das melhorias implementadas durante o programa, entre outros aspectos.

Estudos complementares

- Levantamento, diagnóstico e georreferenciamento da rede de lugares metropolitanos de uso cultural, de lazer, esportes, vivência educativa e convivência urbana, (incluindo, entre outros: áreas verdes, parques, praças, bibliotecas, cineteatros, museus, mercados, espaços culturais, de convivência, esporte, jogos, lazer, recreação, educação, feiras, festivais, festas), constando da situação atual de cada um deles, potenciais e principais demandas / necessidades para efetivação do programa;
- Realização de diagnóstico atualizado e facilmente atualizável da situação dos lugares da infância na RMBH.
- Realização de diagnóstico atualizado e facilmente atualizável da situação dos lugares da juventude na RMBH, para subsidiar elaboração de projeto intersetorial sobre o tema (como indicado também na Política de Gestão Territorial da Educação e da Cultura).
- Realização de diagnóstico atualizado e facilmente atualizável da situação dos lugares da 3ª idade na RMBH, que leve em conta a projeção demográfica que deve orientar tal estudo.

Territorialidade

- É desejável que sejam identificados e trabalhados espaços em todo o território metropolitano, considerando diferentes escalas e usos, e expressando diferentes identidades e articulações paisagístico-culturais (CACs), não esquecendo as zonas de vulnerabilidade social, onde tais espaços são ao mesmo tempo mais escassos e mais

necessários.

- A proposta é que seja valorizada a descentralização da oferta de espaços multiuso de convivência cultural e urbana e vivência educativa, bem como a hierarquização da rede de equipamentos, segundo tipo de oferta ao público, porte e localização.
- Por outro lado, as poucas experiências já realizadas demonstram que a proposta de participação de distintos atores, especialmente da sociedade civil e das crianças, pressupõe que os critérios e diretrizes para a territorialização sejam construídos em processo participativo com os mesmos, a partir de dados fornecidos e diretrizes iniciais propostas pelas instituições públicas.
- No caso do Projeto RMBH da Criança, seguem abaixo alguns dos critérios iniciais e diretrizes que devem pautar a discussão sobre territorialização, que, no entanto deverão ser validados, acrescentados e hierarquizados de maneira colaborativa:
 - Espaços localizados na fronteira entre bairros populares e de classe média e alta;
 - Bairros e regiões populares onde a carência é ainda maior e o acesso a espaços infantis privados é restrita;
 - Espaços de escala metropolitana onde o transporte público é mais eficaz;
 - Trajetos entre bairros populares e escolas públicas;
 - Onde haja concentração de crianças;
 - Onde ocorra manifestação infantil específica.

Um exemplo de mapa que expressa as possibilidades de visão espacializada desta Política é o apresentado na Política de Gestão Territorial da Educação e da Cultura.

O referido mapa traz equipamentos públicos e manifestações culturais ocorrentes no território, incluindo espaços culturais, escolas, associações, ongs, projetos sociais e outros locais de convivência urbana. A partir de tal mapeamento e sua visualização espacializada, é possível traçar as demandas em cada local por implantação de novos espaços, de acordo com o perfil da população e suas demandas, apoiando assim o investimento público e privado na RMBH.

4.3.1.2 Programa de Democratização do Acesso à Informação

A falta de informação na área cultural e outros campos das políticas públicas é uma questão grave em diversas instâncias. São poucos os dados disponíveis em nível nacional, pouquíssimos os existentes em âmbito estadual e praticamente nulos os produzidos nas esferas municipais. Mesmo no contexto da Capital mineira, onde se esperaria contar com um registro mais elaborado destas informações, não é ainda possível apurar dados atualizados e abrangentes sobre o cenário artístico-cultural da cidade.

Com tal situação, hoje tanto a Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais quanto a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte contam com cadastros de equipamentos e bancos de dados defasados, além de pouco extensos, isto é, sem atingir de fato a maioria de sua área de atuação, e que, ademais, não tem seu acesso difundido e facilitado ao grande público.

Se nos dirigimos aos municípios do interior do estado, a situação é ainda mais grave. Poucas, pouquíssimas são as cidades que contam com algum tipo de banco de informações culturais que possam ser consultados por seus gestores e moradores. Isso sem falar naqueles vários casos em que, quando há tais dados, ninguém tem conhecimento de sua existência, por falta de divulgação ou de prática de um trabalho embasado em pesquisas empíricas, que de fato possam ser úteis e apropriadas pela população da cidade, entidades do terceiro setor e Poder Público.

Ao voltar os olhos para o restante do país, vemos que também são poucos os exemplos de cidades ou estados que têm mais trabalhos produzidos nessa área: pesquisas acadêmicas, levantamentos e mapeamentos culturais, diagnósticos, enfim, escasseiam produtos e informações que poderiam estar à disposição da população para consulta e utilização.

Tal quadro deve ser situado no contexto do Sistema Nacional de Cultura – SNC, que, inspirado pelo modelo de pacto federativo praticado no SUS (Sistema Único de Saúde) e no SUAS (Sistema Único de Assistência Social), por exemplo, pretende congrega estados e municípios na discussão e proposição de uma política cultural inclusiva, tendo como base primordial um sistema de informações e indicadores culturais recolhidos nos municípios e disponibilizados para a população e gestores, públicos e privados.

Apesar de já estar em pleno funcionamento, com as conferências municipais, estaduais e federal de cultura a todo vapor, o SNC ainda não conseguiu avançar na implementação do Sistema de Informações, ou seja, no mapeamento e diagnóstico cultural de nosso país. O que há hoje, ainda, são as informações disponibilizadas pelo IBGE, na MUNIC – módulo cultura, que, de fato, não permitem compreendermos as especificidades e características das práticas culturais, desse ou daquele município.

Em Minas, há um projeto pioneiro no país, que propõe a implementação do Sistema de Informações Culturais, com definição de das regiões culturais do Estado e proposta de banco de dados on line para consulta pública. Esse projeto encontra-se em estado avançado de concepção, mas ainda não foi implantado.

Nesse sentido, é fundamental relatar que vem sendo feito um esforço, em todo o país, capitaneado pela demanda do Ministério da Cultura, do Sistema Nacional de Cultura e das Secretarias Estaduais de Cultura, no sentido de construir bases sólidas de informações culturais, que possam subsidiar as políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano.

Em setembro de 2008 o Ministério da Cultura realizou o Fórum de Cadastramento das Informações Culturais, onde se discutiu que a tarefa de recolhimento de informações é uma tarefa básica e inicial de todo o processo de criação do sistema de planejamento, como, também, da avaliação de planejamento. No Brasil, há quatro anos que se iniciou esse esforço, em processo colaborativo entre a Secretaria de Políticas Culturais e o IBGE, objetivando a coleta e a formação de um sistema de coleta de informações sobre atividades culturais no país.

A primeira etapa do trabalho foi a reunião, pelo IBGE, de dados já existentes no sistema estatístico nacional, que pudessem servir de indicadores, que deu origem a uma publicação chamada Sistema de Informações Culturais, cujo foco é a economia da cultura, sua dimensão produtiva e seu papel na economia nacional. Foram utilizadas pesquisas relacionadas à área da indústria, comércio e serviço, o cadastro das empresas e os gastos da administração pública municipal, além dos gastos domiciliares com cultura (orçamento familiar). Por fim, foram analisados os dados da PNAD que apresenta o perfil da mão-de-obra que é empregada no setor cultural.

Apesar do avanço a partir dessas pesquisas, ainda está para ser feita uma nova e fundamental etapa, qual seja: a do cadastramento direto das atividades culturais *per si*. Nesse sentido, continua colocada a questão a respeito de qual é o campo cultural sobre o qual se quer obter informações: o campo do consumo cultural e da economia da cultura sim, mas

também o campo das práticas, o campo dos fazeres, que são áreas ainda nebulosas de informações no país.

De acordo com a Secretaria de Políticas Culturais do MINC, a proposta é criar um Instituto Nacional de Estatísticas Culturais, da mesma forma que existe o INEP, voltado para o acompanhamento das políticas públicas da educação: ajuda na informação, na avaliação, regulariza o campo.

Para tal, estão sendo formados GTs e realizados fóruns, que se organizam em três grandes eixos:

- o primeiro é de cadastramento das informações. Percebe-se hoje, em comparação com anos atrás, um excesso de informações, mas que têm que ser organizadas e padronizadas. O problema não é a falta, mas o fluxo contínuo dessas informações;
- O segundo eixo é o de território, utilizando o georreferenciamento como fonte do conhecimento mais próximo das diversas realidades brasileiras;
- Por fim, o terceiro eixo vai ser a relação de indicadores culturais, principalmente indicadores econômicos, indicadores de cidadania e indicadores de desenvolvimento humano, colocando outros desafios para estas questões.

Um exemplo são os mapas culturais de Pernambuco, que podem ser acessados na web através do link <http://www.mapacultural.pe.gov.br/inicial/mapa.htm>. Nesse endereço é possível visualizar como se daria essa oferta de dados e informações culturais através do acesso georreferenciado. Em linhas gerais, o acesso é dado em diversos níveis de informação, onde a cada clique se aproxima mais do território (Estado, Região Cultural, Município) e do bem cultural de interesse. Por fim, no último nível, é possível obter mais detalhes sobre o bem cultural, seja ele material ou imaterial.

Além dos esforços nacionais para se implantar tais sistemas, já mencionados, vale destacar experiências mundiais, entre elas:

- MERCOSUL cultural (ver <http://blogs.cultura.gov.br/mercosur/>);
- Sistema de Informações culturais da Argentina - SINCA;
- CONACULTA – México;
- UNESCO – DRAFT (<http://www.unesco.org/pt/brasil/culture/>);
- Comunidade Européia.

O Sistema Argentino - SINCA (ver [http:// sinca.cultura.gov.ar /sic/mapacultural /index.php](http://sinca.cultura.gov.ar/sic/mapacultural/index.php)) vem sendo gradativamente aperfeiçoado e com seus dados acrescidos paulatinamente. Esse é um bom exemplo para a RMBH, pois se iniciou com as poucas informações disponíveis e foi se ampliando através das contribuições de diversos atores, públicos e privados. Seu funcionamento, em termos de acesso às informações e aproximação do foco da pesquisa é semelhante ao anteriormente apresentado para o Estado de Pernambuco.

Já o exemplo do México (<http://sic.conaculta.gob.mx/>) avança um passo a mais do que os anteriores, no sentido de fornecer informações mais detalhadas sobre os municípios e suas manifestações e estruturas culturais, contando, inclusive, com possibilidade de se agregar fotos e materiais audiovisuais sobre eles.

Nesse contexto, realça a centralidade das informações e estatísticas como ferramentas fundamentais para, entre outros aspectos:

- Transparência na formulação de políticas públicas;
- Tornar mais claras as metas a serem alcançadas no campo;
- Subsidiar o planejamento e a tomada de decisões;
- Mensurar o peso da cultura em termos econômicos (economia da cultura e seu impacto no PIB);
- Garantir a efetiva participação dos usuários e acesso à informação.

Por fim, conforme explicitado na Conferência Nacional de Cultura, é fundamental destacar a importância do acesso à informação para a democratização do espaço urbano.

As atividades relacionadas à informação estão adquirindo importância crescente no mundo atual. A produção, difusão e acesso às informações são requisitos básicos para o exercício das liberdades civis, políticas, econômicas, sociais e culturais. (texto base CNC, MINC 2009)

Além da democratização do acesso a partir da democratização da informação, os bancos de dados culturais, disponibilizados à sociedade, tem o papel de contribuir para o aumento da participação dos diferentes atores presentes no território e para o efetivo controle social das ações implementadas em cada região.

A partir do exposto, propõe-se então a implantação do SITC – Sistema de Informações Turísticas e Culturais na RMBH, do qual se falará a seguir.

Objetivo geral

Compilar, sistematizar e divulgar dados sobre a RMBH, para fins de subsídio ao planejamento público e privado e à gestão pública, bem como para usos culturais, educativos e turísticos, ampliação da participação e efetivo controle social do Plano Metropolitano.

Objetivos específicos

- Identificar os bancos de dados já existentes sobre a RMBH, em diversas instâncias e integrar as informações em um banco de dados único;
- Disponibilizar as informações ao público em geral, em meio virtual e presencial;
- Favorecer o acesso aos equipamentos e serviços instalados na RMBH;
- Articular oferta e demanda de bens e serviços de natureza cultural, turística e de formação profissional na RMBH;
- Favorecer o efetivo controle social sobre as ações do PDDI;
- Permitir a interatividade e participação dos usuários na atualização e gestão das informações e projetos;
- Viabilizar o estabelecimento de fluxos e circuitos no território metropolitano;
- Favorecer as práticas e vivências educativas na RMBH;
- Fortalecer a rede de lugares culturais e democratizar o acesso a eles.

Temporalidade de execução e implementação

- Variável. Temporalidade de curto prazo para implantação do Sistema; temporalidade de médio prazo para sua atualização, desenvolvimento e plena atividade. Tempo contínuo de execução e melhorias permanentes. Ver adiante as etapas de implementação do Programa.

Projetos e Ações

- Delimitação das principais variáveis, conteúdos e módulos que comporão o Sistema de Informações;
- Levantamento dos dados já existentes nas diversas instâncias e atores institucionais presentes no território;
- Compilação e utilização dos bancos de dados já existentes;

- Construção do Sistema / banco de dados em si;
- Indexação dos dados, com base territorial (setor censitário, município, CAC, região);
- Lançamento dos dados para consulta via utilização de georreferenciamento (mapas temáticos);
- Divulgação na RMBH da existência do Sistema e suas formas de acesso, sejam elas virtuais, sejam presenciais;
- Atualização constante dos dados, via parceiros institucionais e interatividade / participação dos usuários.

Principais conteúdos

Existem variados modelos de Sistemas de Informação Cultural, com desenhos, arquiteturas e conteúdos também diferenciados. Em geral, vem se sobressaindo os Sistemas com acesso via mapa, com dados georreferenciados, como antes relatado. O acesso dos usuários varia de sistema para sistema, bem como as formas de interatividade.

Apesar da definição de conteúdos constar como ação a ser desenvolvida na implementação do sistema, são sugeridos a seguir os principais módulos e linhas de informação a serem incluídas nos bancos de dados:

Módulo 1 - Equipamentos públicos e privados de cultura, educação, lazer, esportes, formação profissional – com descrição dos serviços disponíveis, seus contatos e sua localização -

- Estruturas de realização e difusão cultural: cinemas, teatros, estúdios, centros culturais, museus, livrarias;
- Bibliotecas públicas e comunitárias;
- Meios de comunicação locais;
- áreas verdes, parques, praças, áreas de esporte, jogos, lazer, recreação;
- lugares da infância;
- mercados, feiras, espaços de convivência,
- Equipamentos de saúde, assistência, educação;
- Associações comunitárias, espaços não governamentais, ongs e projetos socioculturais.

Módulo 2 - Patrimônio material e imaterial – com descrição, contatos e localização -

- Patrimônio material: móvel, imóvel, tombado ou não;
- Núcleos históricos, tombados ou não;
- Conjuntos paisagísticos;
- Patrimônio natural;
- Sítios arqueológicos;
- Patrimônio imaterial, tombado ou não, incluindo saberes, ofícios, causos, lendas, festas;
- entidades do terceiro setor ligadas ao tema.

Módulo 3 - Manifestações culturais – com descrição dos grupos, artistas, festas, festivais, eventos, etc, incluindo seus contatos, localização e data de ocorrência -

- Cadastro de artistas-solo e grupos culturais;
- Principais eventos, festas, festivais, feiras e manifestações culturais;
- Cadastro de artesãos em atividade;
- Associações e grupos de produção existentes;
- Organizações do terceiro setor / entidades / instituições culturais;

Módulo 4 - Economia da cultura e atividades criativas – com descrição dos principais negócios culturais presentes na RMBH, incluindo seus contatos, localização e principais características -

- Cadastro de empresas e serviços culturais;
- Empresas e estruturas secundárias / de apoio (hotéis, restaurantes / bares, aluguel de veículos, etc.);
- Produtoras culturais, empresários, gestores culturais e agentes privados em atividade;
- Gravadoras, editoras, estúdios;
- Livrarias, lojas de discos, videolocadoras;
- Mecanismos de financiamento da cultura;
- Centros de excelência em moda, gastronomia, design e atividades correlatas.

Módulo 5 - Oferta de educação e formação profissional, conforme proposto anteriormente, incluindo seus contatos, localização e principais características, como tratado na Política de Gestão Territorial da Educação e da Cultura e na Política de Formação e Qualificação Profissional.

No que diz respeito à Educação Básica, deve subsidiar as propostas em construção de ampliação do tempo escolar como forma de qualificar a experiência educativa (tais como o Escola Integrada) como desenvolvido na Política de Gestão Territorial da Educação e da Cultura, no Programa de Reconfiguração da Dinâmica Escolar.

Por outro lado, no que se refere à formação profissional, realça a importância de se conceber a cultura como oportunidade de trabalho e geração de renda, atividade econômica importante na RMBH.

Nesse aspecto, verificou-se, ao longo da elaboração do diagnóstico (Produto 4) do PDDI, um desencontro entre a oferta e a demanda por formação e qualificação profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Este pode ser um dos fatores que contribui para acarretar problemas como o desemprego e a ausência de mão-de-obra qualificada em determinados setores e localidades da região.

A Superintendência de Trabalho e Renda (SUBTER) da SEDESE realiza diversas políticas de qualificação no Estado, várias das quais presentes na RMBH. A SUBTER promove, através de recursos federais do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) oriundos do Ministério do Trabalho e do Emprego, cursos de qualificação a partir de demandas solicitadas pelas prefeituras, as quais são atendidas com base no seguinte critério: são priorizados os cursos para os quais há oferta de trabalho registrada nos postos SINE (Sistema Nacional de Emprego) municipais; nos municípios onde estes postos não estão presentes, a disponibilidade de oferta de trabalho é verificada a partir das diretorias regionais da SEDESE.

Percebe-se, assim, que a SUBTER procura estabelecer o encontro entre a oferta e a demanda das políticas por qualificação. No entanto, muitas vezes essa coincidência não é obtida: como exemplo, a Superintendência cita a demanda recente dos jovens de Ribeirão das Neves por cursos ligados a comércio, serviços e informática, enquanto criou-se, dentro do município, um curso para carpinteiros, cujas vagas não foram preenchidas.

Esse descompasso envolve, sem dúvida, questões institucionais, indicando, por um lado, a necessidade de adequação da oferta de cursos às possibilidades reais de inserção no

território; e, por outro lado, à dimensão simbólica envolvida na escolha da profissão por parte do trabalhador.

É, assim, com o intuito de evitar desencontros de informações e possibilitar o aproveitamento máximo das oportunidades de qualificação profissional para trabalhadores e empresas que se sugere aqui a criação de um *Módulo de Informações sobre Formação e Qualificação Profissional, no contexto do Sistema de Informações da RMBH*. Esse sistema deverá:

- articular as informações já existentes, como aquelas oriundas de órgãos públicos, como as do SINE, prefeituras e SEDESE a respeito de cursos, formação, aprendizado e estágios dentro da RMBH
- ampliar os sistemas de informações atuais, incorporando, além dos dados já sistematizados por órgãos públicos, dados de sítios eletrônicos de empresas, ONGs, e outros.

Acredita-se que essas medidas auxiliarão bastante na efetivação do diálogo entre os diversos atores envolvidos, propiciando, assim, um maior encontro entre oferta e demanda pela formação e qualificação profissional na RMBH, como pretendido.

Para conhecer algumas informações que já existem georreferenciadas, a respeito desse tema, ver mapa de escolas técnicas e instituições de nível superior, no contexto da Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional (Seguridade).

Interatividade e alimentação do Sistema

Para inclusão no Sistema, alguns bancos de dados já existentes podem ser indexados, entre eles: Censo Cultural e Cultura de Minas; Cadastro de Museus; Cadastro de Bibliotecas; Cadastro de bens tombados e Inventários IEPHA; Dados do arquivo público mineiro; Dados do IBGE; dados da MUNIC – Módulo Cultura.

Além dos dados acima mencionados, o Sistema contará com bases demográficas, que permitirão avançar no planejamento de políticas diversas, superpondo ofertas e demandas no território. Entre essas, mencionam-se as bases de dados censitários: Faixa etária; Densidade demográfica; Renda; Gênero; Analfabetismo / escolaridade. Outras bases possíveis: Emprego e desemprego; População ocupada segundo setores; Sistema viário / meios de transporte; Áreas de vulnerabilidade social.

Aproveitando os locais já mapeados pelo Sistema Estadual de Bibliotecas e pela SABIC – Sociedade dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias, será instalado em cada município pelo menos um ponto de consulta e interação.

O programa tem como sentido integrar diferentes atores, usuários, através da informação e da participação / interação. Assim sendo, realça-se que a interatividade e alimentação do Sistema poderão se dar de formas distintas, de acordo com os diversos públicos possíveis.

Os usuários individuais / pessoas físicas podem participar tanto consultando os dados e cruzando variáveis de seu interesse quanto postando conteúdos e comentários. Nesse caso, na época da implementação do Sistema deve-se decidir quais ações deverão passar por mediação e quais serão postadas diretamente no portal.

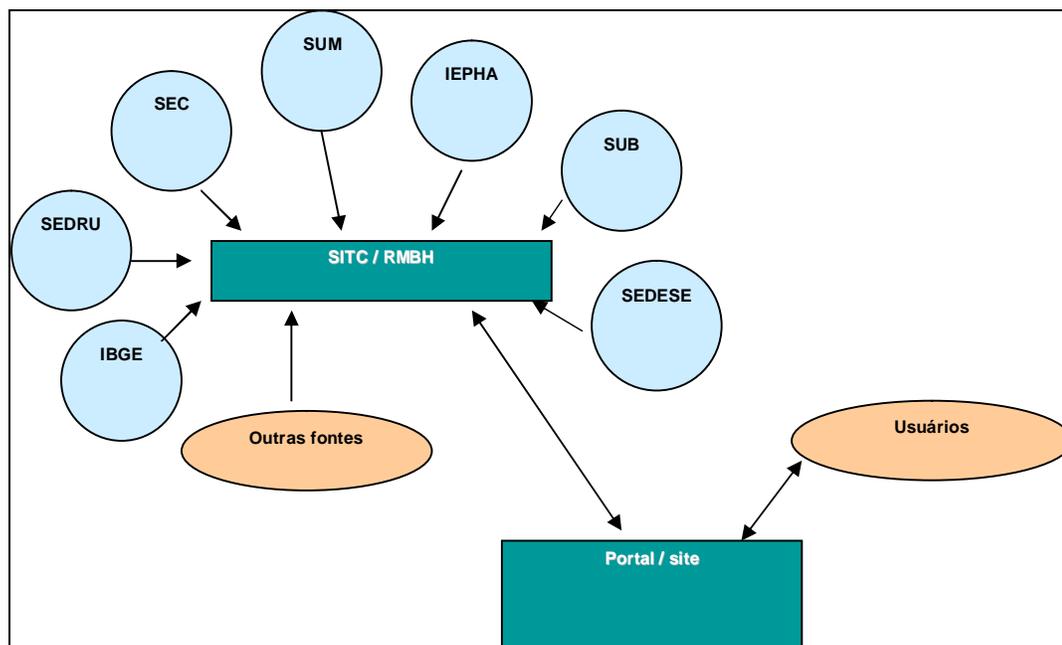
Já os usuários institucionais / coletivos / entidades / pessoas jurídicas, através de parcerias institucionais, podem não somente consultar dados em áreas restritas do Sistema, como também contribuir na alimentação e atualização dos dados. Como usuários institucionais ressaltam os órgãos públicos da administração federal, estadual e dos municípios; as escolas e universidades; as ongs, associações e outras organizações do segundo e do terceiro setor.

O papel das equipes da Agência Metropolitana, SEDRU e Lumes (programa proposto dentro dessa Política) será no sentido de gerenciar todo o Sistema, mediar as postagens, coletar e atualizar os dados, além de se encarregar das parcerias institucionais e articulações com os municípios.

As figuras a seguir trazem as possibilidades de aplicação e disponibilização dos dados, proposta esta baseada no Sistema de Informações Culturais de Minas Gerais, elaborado pela ONG “Favela é Isso Aí” para a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.

Na Figura 1 pode-se ver os possíveis bancos de dados que alimentariam o Sistema de Informações Culturais e Turísticas (SICT/RMBH), bem como sua disponibilização para o público.

Figura 1 - Modelagem do Sistema

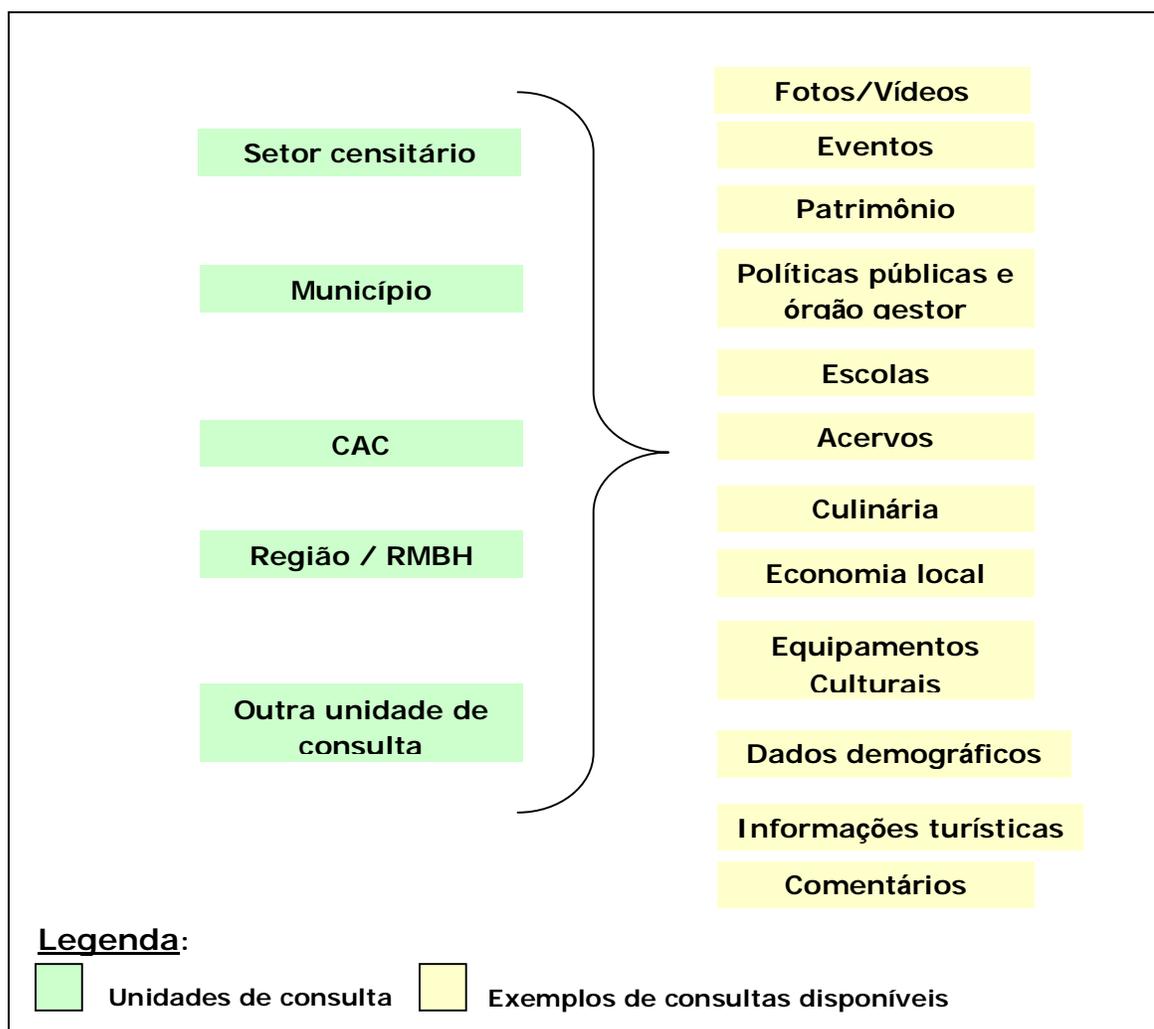


Já a Figura 2 mostra as possíveis unidades de indexação e consulta (setor censitário, município, CAC, entre outras) e dos tipos de dados que podem ser buscados pelos usuários.

É fundamental destacar que os usos do Sistema e seus conteúdos serão tão variados quanto são os seus usuários e os interesses de cada um. O próprio cruzamento e superposição de variáveis e informações vai possibilitar leituras múltiplas da mesma região ou temática, ou seja, a interatividade gera outros níveis de informação. Para fins de maior esclarecimento, alguns exemplos concretos de utilização do Sistema podem ser apresentados.

Exemplo 1 – um jovem busca oportunidades de formação profissional. Lança no Sistema o tipo de formação que deseja, a região de sua preferência, as possibilidades de transporte desde sua casa até o local do curso, os equipamentos de lazer e cultura nas proximidades e a presença de biblioteca para suporte a seus estudos. A partir dos dados que aparecerão no mapa, ele pode se decidir por uma ou outra escola profissionalizante, adequando seus interesses às ofertas disponíveis.

Figura 2 – Possibilidades de unidades de consulta e indexação



Exemplo 2 – um usuário institucional (um órgão público estadual, por exemplo), decide realizar um projeto de apoio às manifestações artísticas na RMBH, com foco na descentralização dos espaços culturais e democratização do acesso à cultura. Lançam no Sistema todos os equipamentos de cultura já existentes e cruza as informações com o IDH, por exemplo, com a densidade da ocupação e com o nível de alfabetização da população. Com o resultado do mapa gerado, pode ver quais os locais que apresentam maior carência de equipamentos culturais e que precisam de ser priorizados em seu projeto.

Como esses dois, vários são os exemplos de usos possíveis do Sistema, que também devem ser aperfeiçoados ao longo de sua implementação e a partir das demandas do público.

Finalizando a descrição do Programa, destaca-se que a consulta via mapas transcende a função da representação gráfica, pois constitui-se em ferramenta, instrumento interativo para

o planejamento (público e privado) e leitura do território metropolitano. Por essa razão, é fundamental que a ferramenta possa acompanhar a dinâmica do território, tendo seus bancos de dados constantemente atualizados, seja via interação com os usuários, seja via constantes pesquisas de campo e parcerias institucionais com outros detentores de informações e conteúdos.

Etapas de implantação do Sistema

A implantação do Sistema deverá ser pensada em três etapas distintas e subsequentes:

- A primeira, de curto prazo, consiste na criação da ferramenta / Sistema em si e sua estrutura para consulta e manipulação das informações. Em seguida, será feita a compilação e indexação dos bancos de dados já existentes nos órgãos públicos e fornecidos por parceiros, notadamente nas diversas Secretarias do Governo de Minas, IBGE, Universidades e outros de acesso público. Como antes mencionado, podem ser indexados os bancos de dados do Censo Cultural e Cultura de Minas; Cadastro de Museus; Cadastro de Bibliotecas; Cadastro de bens tombados e Inventários IEPHA; Dados do arquivo público mineiro; Dados do IBGE; dados da MUNIC – Módulo Cultura, entre outros;
- A segunda etapa consiste na atualização dos dados já existentes. Essa atualização pode ser feita através da colaboração institucional de parceiros do projeto (ongs, Prefeituras e Universidades, por exemplo), mas vai demandar também a realização de uma pesquisa de campo nos municípios, com utilização de metodologia unificada para coleta e análise das informações. Esses dados, depois de atualizados em campo, serão lançados na base de dados georreferenciada e disponibilizados ao público;
- Por fim, a terceira etapa é a de manutenção do Sistema e consiste na constante revisão dos dados, atualização, recebimento e checagem de contribuições e informações dos usuários e parceiros.

A Figura 3 traz essas etapas e principais ações.

Medidas de monitoramento e avaliação do programa

- Deverão ser monitorados os seguintes aspectos: número de acessos ao banco de dados; principais locais de origem dos usuários do sistema; principais demandas / tipos de informações mais consultadas; frequência e tempo de permanência dos usuários no

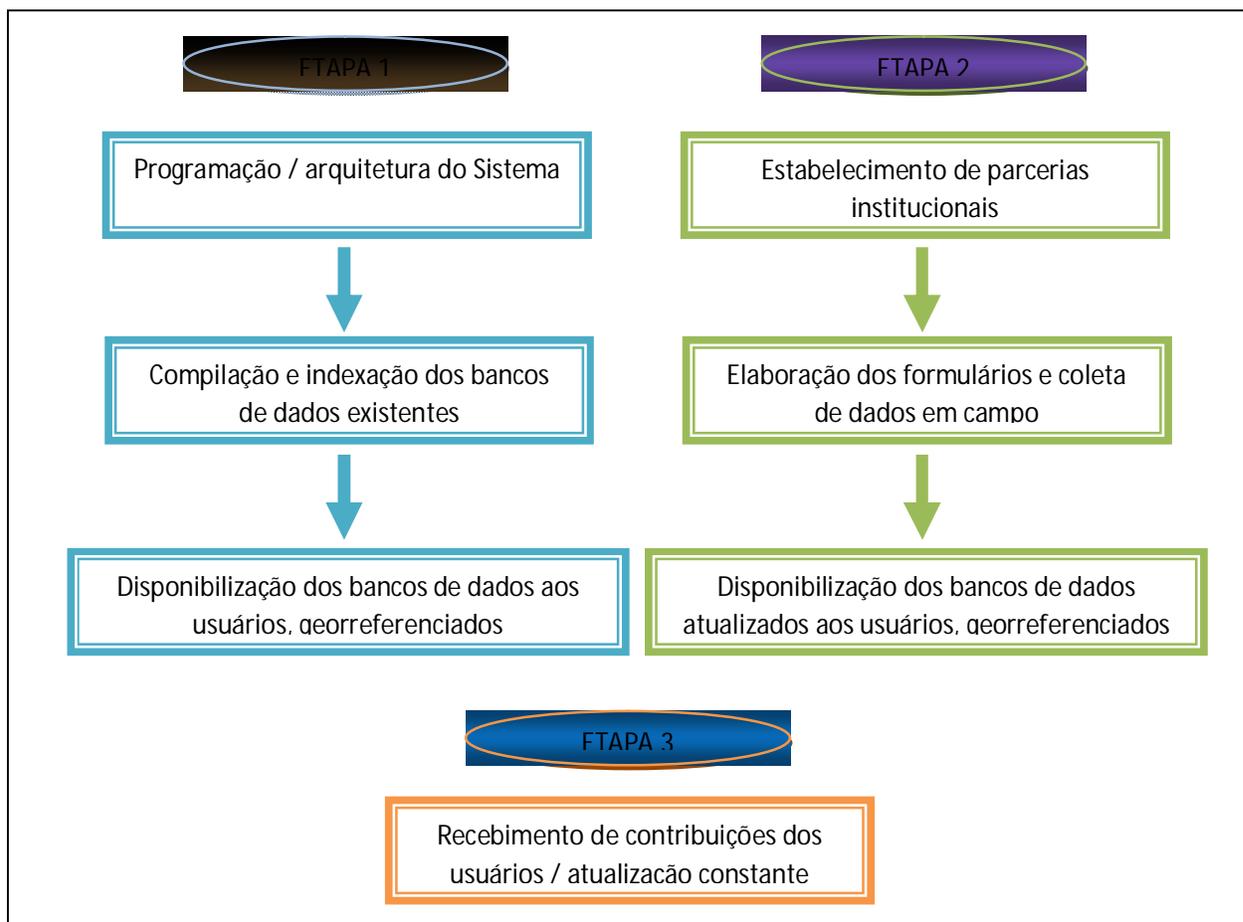
portal; sugestões e comentários dos usuários, entre outros;

- Para tanto, além das ferramentas regulares de contagem de acesso, comuns em portais do tipo, deverá ser disponibilizado um formulário para os usuários, que controlará tanto os dados cadastrais quanto permitirá registrar contribuições, participação do usuário, comentários e sugestões.

Estudos complementares

- Levantamento dos bancos de dados disponíveis para serem integrados ao Sistema de Informações turísticas e culturais;
- Posteriormente à implantação desse banco, com os dados disponíveis, atualização das informações / cadastros culturais através de levantamentos de campo nos municípios e identificação de metodologia para a implantação de procedimentos de alimentação contínua dos bancos de dados;
- Georreferenciamento dos dados existentes e dos que serão produzidos em campo, bem como dos dados já disponíveis (ex; ong Favela é isso Aí) e produzindo diferentes ferramentas informatizadas de uso e gestão da informação (a exemplo do ensaio feito para a Regional Centro Sul de Belo Horizonte);
- Realização de diagnósticos analíticos das demandas por capacitação profissional nos municípios, com ênfase em novos perfis profissionais e voltado para públicos específicos.

Figura 3 – Etapas para implantação do Sistema



Territorialidade

Os dados serão apresentados em meio virtual (portal na internet), favorecendo seu acesso em todo o território metropolitano e para além dele. Além disso, sugere-se a implementação de pontos de consulta presencial, como o Sistema de Bibliotecas, sobre os quais se falará na descrição do próximo programa.

4.3.1.3 Programa de Qualificação dos Espaços e Atenção para Acesso dos Usuários

O terceiro programa tem como objetivo principal qualificar os espaços culturais nos municípios da RMBH para se viabilizarem como locais de consulta dos dados do SITC, bem como uma atenção privilegiada aos usuários.

Nesse sentido, elegeu-se inicialmente as bibliotecas públicas municipais e as bibliotecas comunitárias para se instalar o sistema e se obter um alcance territorial sobre toda a RMBH. Não se descarta, entretanto, a utilização e melhoria de outros espaços públicos para uso cultural, preferencialmente espaços multiuso, assim como as mais diferentes extensões que o sistema possa ter que promovam sua capilaridade e a possibilidade de alcançar diferentes públicos, buscando alcançar/implementar reais condições de uso efetivo das informações.

Tem também a missão de contribuir para a democratização não somente das informações e banco de dados, mas também dos instrumentos e ferramentas de leitura especializada, com a qualificação dos usuários e dos gestores públicos para sua utilização.

Por fim, pretende-se, com esse programa, contribuir para a ampliação do sentimento de pertencimento da população ao território metropolitano, através de ações ligadas à educação patrimonial e vivência do espaço da RMBH.

Favorece, ao final, a circulação digital na RMBH, desafio esse que passa necessariamente pela descentralização do acesso às informações. Para tal, o alcance territorial e a capilaridade da rede de lugares aqui proposta, em diferentes escalas (metropolitana, CAC, municipal, local e microlocal) é sem dúvida um componente fundamental.

Objetivo geral

Organizar a infraestrutura e ofertar diferentes formas de motivação e participação aos potenciais usuários do Sistema de Informações, para o efetivo acesso e uso dos dados, estabelecendo os diferentes locais para consulta e apropriação dos mesmos, considerando a necessidade de capilaridade e alcance da rede de lugares.

Objetivos específicos:

- Favorecer o uso e a circulação da população no espaço metropolitano;

- Viabilizar o estabelecimento de fluxos e circuitos no território metropolitano;
- Fortalecer a rede de lugares culturais e democratizar o acesso a eles;
- Contribuir para o reconhecimento do espaço metropolitano e ampliação do sentimento de pertencimento à RMBH.
- Democratizar não somente as informações, mas também os instrumentos / ferramentas de leitura especializada.
- Permitir o acesso aos bancos de dados do SITC/RMBH.
- Alcançar diferentes faixas etárias e públicos diferenciados.
- Favorecer a integração e uso das bibliotecas escolares na rede.

Temporalidade de execução e implementação

Variável, de acordo com a priorização determinada a partir do Diagnóstico das bibliotecas. Temporalidade de curto prazo para realização das ações de diagnóstico e início das adequações; temporalidade de médio prazo para implantação e desenvolvimento pleno da proposta. Tempo contínuo de execução e melhorias permanentes.

Projetos e Ações

- Definição dos locais para implantação dos primeiros pontos de consulta e atenção ao usuário na RMBH;
- Estabelecimento de parcerias com os atores institucionais responsáveis por cada local, definindo responsabilidades por sua requalificação e por sua manutenção;
- Elaboração de diagnóstico de cada local, indicando públicos atuais e potenciais, fragilidades e necessidades de melhorias e adequações;
- Proposição de redes específicas de espaços culturais, com hierarquização dos equipamentos e oferta de serviços e atividades diferenciadas e complementares aos usuários;
- Implantação de totens eletrônicos em cada biblioteca e espaço cultural parceiro, para fins de consulta dos dados do Sistema;
- Realização de estudo de viabilidade de se incluir as bibliotecas escolares na rede e facilitar o acesso da comunidade a elas.
- Ampliação do quadro de recursos humanos de cada biblioteca e capacitação dos profissionais para o atendimento ao público e operação dos bancos de dados (consulta,

alimentação, atualização, etc);

- Investimento nos acervos de cada biblioteca, com ofertas diferenciadas de livros, revistas, jornais, periódicos, vídeos, discos e outras formas de disponibilização de conteúdo cultural aos usuários;
- Elaboração de material de divulgação para a comunidade e de sinalização do local – cartilhas, folders, vídeos, guia para exposição oral, cartazes, placas;
- Criação de programa permanente para realização de oficinas temáticas e visitas orientadas, direcionadas à comunidade e escolas do entorno, utilizando os espaços culturais requalificados;
- Realização de oficinas de capacitação dos professores das escolas do entorno para utilização dos dados e desenvolvimento por eles de projetos sobre a RMBH no dia-a-dia da sala de aula;
- Promoção de diferentes ocasiões e situações que propiciem o efetivo acesso e uso das informações por diferentes usuários;
- Proposição de campanhas e outras formas de interação com o público-alvo para promoção do sentido de pertencimento ao território municipal e metropolitano, em conjunto com o Programa de Educação Patrimonial desenvolvido no contexto da Política de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural;
- Geração de formas de uso continuado e significativo das informações para ampliar o domínio dos usuários sobre o território;
- Identificação de formas diferenciadas de interatividade com o Sistema por parte dos usuários institucionais, coletivos e individuais, potencializando seu uso;
- Implantação do sistema de escuta do público, tendo em vista monitorar e avaliar as ações do programa;
- Manutenção permanente das possibilidades de inclusão de novos espaços culturais na rede do Sistema de Informações, através de parcerias com atores diversos, tais como associações de moradores, coletivos artísticos, grupos sociais, etc, para ampliar a capilaridade dos pontos de consulta e incluir as pontas periféricas do sistema.

As ações acima mencionadas têm sua implementação escalonada no tempo e também no espaço metropolitano. Para fins de organização da temporalidade da execução, optou-se por desagregar as ações iniciais em dois programas, um voltado para implantação em si do

Sistema nas bibliotecas e o outro focado na produção de uma ferramenta interativa para a participação dos usuários. A seguir, ambos serão detalhados.

Projeto de implantação do SITC nas Bibliotecas e qualificação dos recursos humanos

Para viabilizar a execução de todo o Programa, o primeiro projeto é o de implantação do Sistema nas bibliotecas e qualificação dos recursos humanos para operação dos bancos de dados e atenção aos usuários.

A implantação deverá ser realizada de maneira escalonada, considerando as diferentes localizações das bibliotecas e seus portes. A sugestão é que se inicie o processo pelas bibliotecas de maior abrangência e atratividade no território, conforme classificação expressa na Figura 6, apresentada ao final desse texto. Assim, bibliotecas de maior abrangência territorial iniciariam o processo, que gradativamente seria estendido às unidades de âmbito local.

Nesse sentido, as principais ações são:

- Implantação de um totem eletrônico em cada biblioteca, constando de todos os dados do Sistema;
- Capacitação dos profissionais de cada biblioteca para operação do Sistema, atendimento ao público e operação dos bancos de dados (consulta, alimentação, atualização, etc).
- Projeto de criação de ferramenta interativa para uma gestão territorializada das informações e do planejamento no campo da cultura, da educação e da formação profissional

Um exemplo de aplicação do instrumento georreferenciado de gestão territorial da cultura e educação é apresentado abaixo com o Mapa da Regional Centro-Sul de BH. Esta região é um dos territórios mais desiguais da Região Metropolitana e é onde se localiza a maioria dos equipamentos culturais. O exercício exposto por este mapa (Figura 4) revela a intenção de se considerar sujeitos específicos – no caso as crianças – para a análise do território e o repertório de equipamentos e espaços onde, teoricamente, poderiam circular de maneira simples, ou até mesmo a pé. Tomando-se as escolas (no caso as públicas de Educação Infantil) como ponto de referência, adotamos um raio de abrangência de 500 m. e desenhamos um círculo, com o objetivo de dar visibilidade a possíveis articulações entre equipamentos,

manifestações, etc. No entanto não foram consideradas as impedâncias territoriais (relevo, grandes avenidas, etc) o que se propunha realizar num momento seguinte.

Esta figura provisória é o resultado de um exercício de análise dos recursos existentes e de sua potencial articulação no território, a ser apropriada na gestão territorial intersetorial, especialmente envolvendo – no caso da infância – educação, cultura e assistência social. Pretende-se que sua publicação via internet possibilite a validação e a interatividade pelos distintos agentes metropolitanos. Num momento posterior, pretende-se ainda produzir um instrumento específico, no formato de jogo, onde as próprias crianças seriam os principais interlocutores que, através de sistema colaborativo, trariam sugestões para atualização de informações que seriam mediadas pela equipe.

Com essa mesma lógica, é possível se pensar na produção de ferramenta semelhante para outros temas, que expressem necessidades diferentes e evoquem outro tipo de concertação intersetorial. Um exemplo é o da demanda de cursos de alfabetização de adultos, cuja dispersão no território leva à necessidade de se pensar em uma oferta articulada em rede que tenha alcance e capilaridade, assim como flexibilidade para ir de encontro aos sujeitos interessados, inseridos como estão nas dinâmicas microlocais e da vida cotidiana que determinam fortemente a possibilidade de sua participação nesses cursos.

Nesse caso, além da espacialização do dado demográfico quanto aos analfabetos, seria necessário situar – para além da rede oficial de escolas que é evidentemente insuficiente– a rede complementar que se estabeleceria com parcerias as mais variadas no tempo e no espaço (como efetivamente já vem acontecendo), de forma a produzir a capilaridade e alcance desejados. Tal concertação institucional poderia se instalar em interação com o próprio Sistema de Bibliotecas, e também com centros culturais, associações locais e demais espaços de agregação social os mais variados (trabalho, paróquias, lazer, etc).

A capilaridade – como resposta possível à dispersão da demanda – evoca, sem dúvida, a possibilidade de se trabalhar ofertas e modalidades outras que não somente a educação presencial e o tipo de agrupamento em classes, muito próximas da classe escolar típica, que vem caracterizando as turmas de EJA. Em um sistema interativo e de amplo alcance territorial, abre-se o espaço para a ação singular de cada sujeito, que pode lançar mão dos recursos específicos em seu ambiente de vida cotidiana (casa, trabalho, vizinhança, etc) para dar maior sustentação ao seu processo de alfabetização. Tais iniciativas poderiam, além disso, serem pensadas também em articulação às ofertas culturais para públicos específicos – por

exemplo, combinando literatura, teatro e cinema a partir dos recursos potenciais do próprio território – em um processo vivo de acesso aos diferentes registros discursivos e simbólicos.

Um outro exemplo significativo é o da oferta de formação profissional e de experiências no mundo do trabalho, articuladas ao nível do ensino fundamental, do ensino médio ou mesmo pós-médio. Nesse caso, os dados a serem espacializados se referem à presença dos jovens de diferentes faixas etárias, e com diferentes níveis de escolaridade, inclusive para buscar verificar se a atual política de nucleação de escolas, que tem contribuído para produzir o deslocamento dos jovens para os centros urbanos em função da frequência escolar, tem expressão ao nível do registro de domicílios.

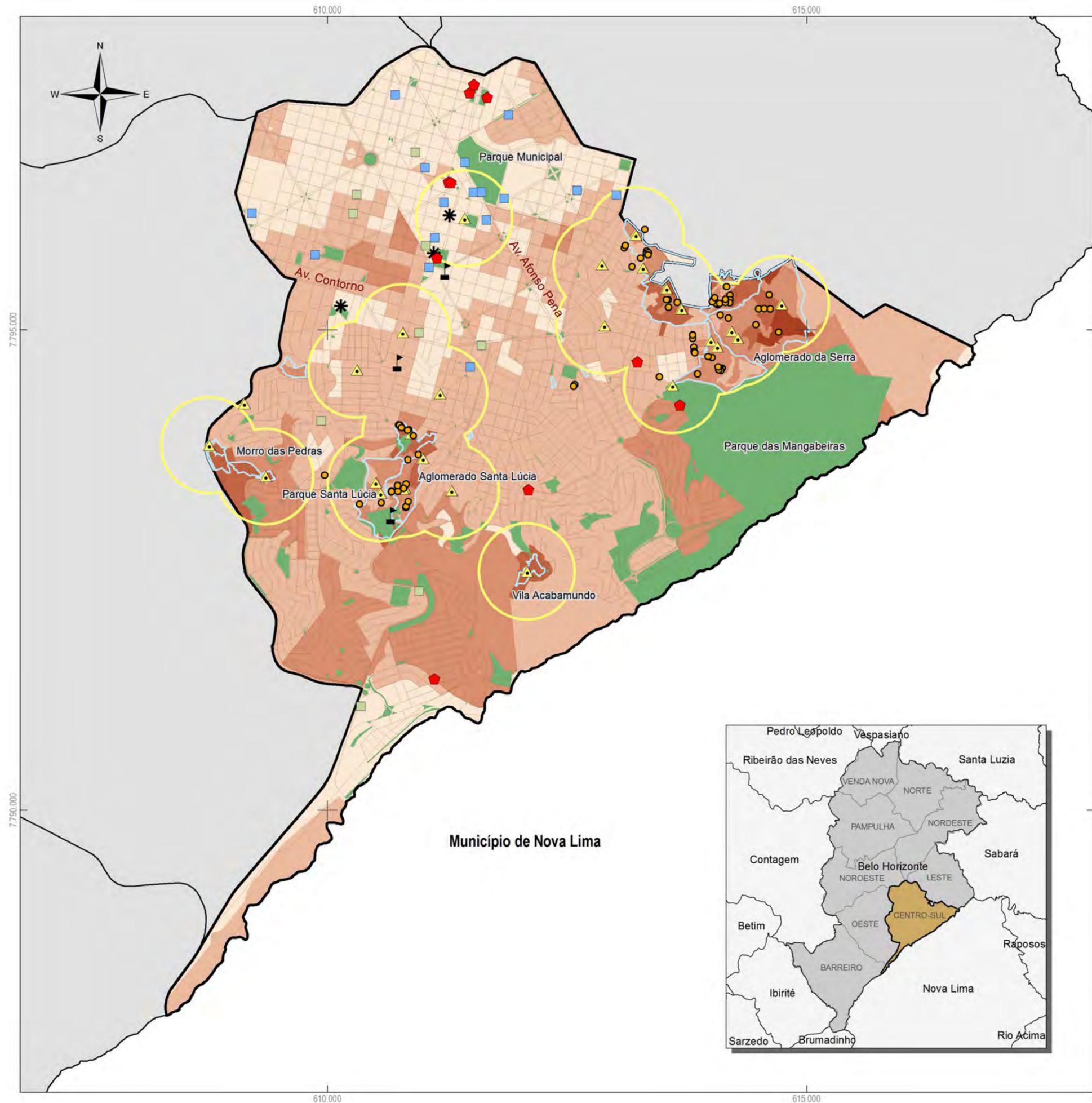
As informações a serem georreferenciadas poderiam incluir desde os centros de formação profissional, as empresas que oferecem oportunidades de estágio e experiências de aprendizado, e incluir também centros de pesquisa, laboratórios, teatros, cinemas e outros equipamentos culturais, como locais de trabalho e de experiência e iniciação em diferentes setores da estrutura produtiva.

Tal preparação da ferramenta poderia ser conduzida para auxiliar na elaboração de programas focalizados que visam públicos distintos e suas demandas específicas, como por exemplo, os jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental concluído mas ainda não ingressantes no ensino médio. Nesse caso, a intersectorialidade envolveria também as secretarias de desenvolvimento social e econômico, as organizações empresariais, assim como as instituições de ensino superior.

O mapa *in progress* da regional Centro-Sul (Figura 4) integra informações sobre equipamentos e manifestações culturais, educação, lazer e assistência, sobre uma base demográfica do Censo 2000 com a população infantil de 0 a 5 anos.

Figura 4

**RECORTE REGIONAL CENTRO-SUL
EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
PRODABEL 2009**



0 500 1.000 1.500 2.000m

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000
Origem das coordenadas: Equador e Meridiano de 45°W de Greenwich,
acrescidas as constantes 10.000.000m e 500.000m, respectivamente.

FONTE: IBGE, GeoMINAS, IGA, IGAM, PBH, CEMIG
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Num momento posterior poderíamos avançar na incorporação dos seguintes dados:

- Concentração demográfica nas faixas etárias até pelo menos 15 anos.
- Escolas públicas do ensino fundamental.
- Escolas particulares para todas as faixas.
- Dar destaque a qualificação de equipamentos culturais que disponham de programas voltados para crianças e jovens.
- Parques infantis

Além desta figura, os trabalhos evoluíram para a criação de um roteiro de interação on line mediada por questionários desenvolvidos e publicados em momento oportuno. Inicialmente a interação seria focada em agentes institucionais. Num segundo momento, poderíamos criar a interação com crianças.

Recursos para elaboração da ferramenta

Como demonstrado, o programa ArcGis, ferramenta utilizada até o momento neste processo de georreferenciamento, possibilita o manejo de dados demográficos, cruzamento em camadas de dados provenientes de distintas origens e ferramentas de análises espaciais que podem contribuir com os processos analíticos, tal como Kernel, já utilizado nos mapas de escolas (Produto 4).

A cada ponto georreferenciado neste processo é associada uma tabela com dados. Até o momento estão restritos às estruturas dos equipamentos. É possível avançar, através da associação de dados qualitativos aos pontos georreferenciados, com registro de características dos mesmos, como por exemplo, qualidade do acervo, caracterização dos usuários, os usos dos espaços e aspectos ligados à qualidade do funcionamento.

Como ferramenta para o desenvolvimento da interação e leitura a partir de seleção de camadas de informações há um software gratuito que é notável quanto à aplicabilidade para os objetivos descritos. O AlovMap é gratuito, desenvolvido pela Universidade de Sydney, que permite a publicação de mapas na Web [AlovMap 2007; Cekarreli 2006]. Esse ambiente suporta também formatos raster e vetoriais e pode funcionar como applet ou servlet [AlovMap 2007; Babu 2003]. Ainda que não seja utilizado esse software para a confecção do mapa interativo, vale tomar como exemplo sua interface.

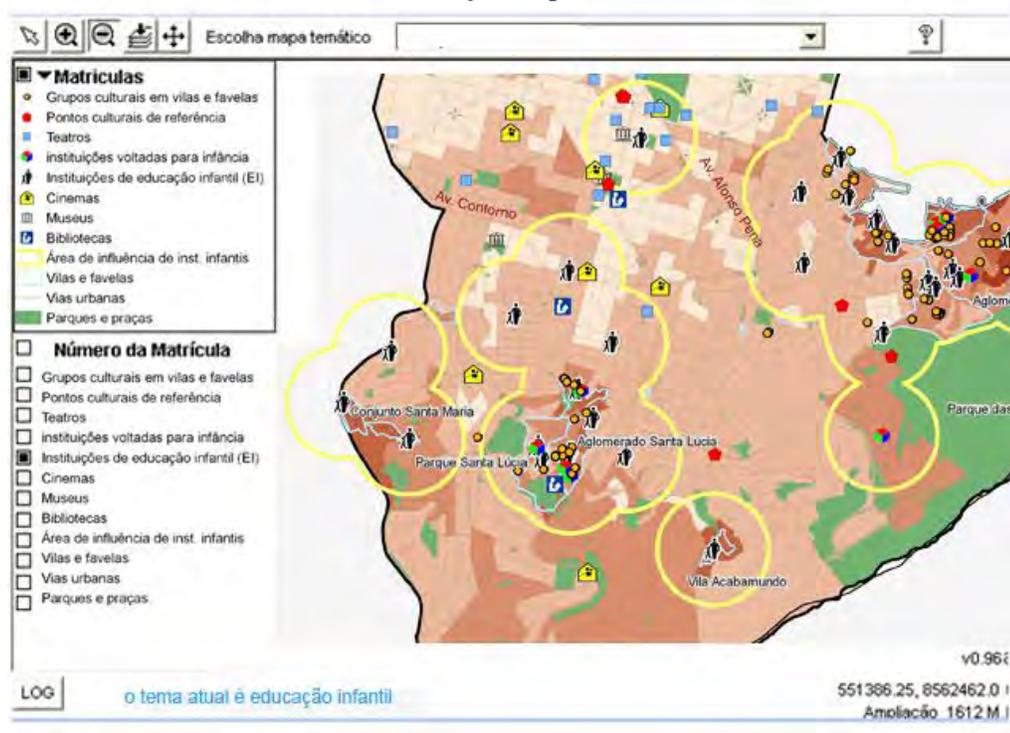
A interatividade está na possibilidade do usuário escolher as informações como lhe convém, ou seja, o usuário seleciona as “camadas” de dados que seriam exibidas; de forma

que o instrumento não será um mapa fechado, mas uma série de dados que quando selecionados, seriam exibidos. Cada “camada” de informação, em seus pontos, limites e zonas cartográficas possuem uma tabela de dados sobre cada elemento, essa tabela seria facilmente acessível ao usuário¹.

A Figura 5 apresenta um exemplo de tela de interação, realizada a partir do programa. O exemplo é uma simulação do mapa da Regional Centro-Sul inserido no AlovMap onde se pode ver na barra de navegação lateral esquerda a lista de camadas, onde o usuário teria selecionado a camada “Instituições de educação infantil” com a finalidade de obter os dados das tabelas referentes a essa camada; o usuário também aproximou a imagem do mapa, mudando assim sua escala.

Falta ainda ser verificado que tipo de ferramenta seria adequada e disponível para facilitar a interferência do internauta, ou seja, publicação de novos pontos, sugestões e comentários.

Figura 5 - Exemplo de uma aplicação com AlovMap, com aplicação do zoom e seleção de informações específicas



¹ A ferramenta proposta não pretende ser inovadora pensando tecnicamente no que se vê em exemplos amplamente utilizados de WEB SIG. O mais notável dos exemplos é sem dúvida alguma o Google Earth que é uma aplicação dos recursos listados acima. No entanto, ela pode ser desenvolvida, como se quer demonstrar, com softwares acessíveis quando se pensa à proposta de políticas metropolitanas integradas, promovendo a colaboração dos municípios da RMBH entre si e com as agências do Estado.

Medidas de monitoramento e avaliação do programa

- Marco Zero: atualização dos dados de cada biblioteca, com o diagnóstico de sua situação atual e necessidades para instalação do ponto de consulta do Sistema;
- Monitoramento: deverão ser monitorados aspectos ligados ao processo de implementação dos pontos de consulta em cada biblioteca, tanto no que se refere aos equipamentos e estruturas implantadas quanto às atividades de capacitação dos recursos humanos e dos usuários, programas e atividades ofertadas ao público. Para tal, sugere-se a adoção de mecanismos tais como registro fotográfico e em vídeo, relatórios periódicos dos gestores de cada espaço e reuniões da equipe envolvida em cada espaço com os gestores da Agência Metropolitana;
- Avaliação: após o primeiro ano de implantação do programa, deverá ser feita a avaliação dos resultados, através de retorno a todas as bibliotecas em rede. Deverá ser aplicado um questionário que mensure os seguintes itens: ampliação ou redução da frequência de público; grau de satisfação do público com o espaço; número e tipo de atividades desenvolvidas no período, segundo os diversos públicos; principais dificuldades vivenciadas no processo de implementação do programa; tipo e extensão das melhorias implementadas durante o programa, entre outros aspectos.

Estudos complementares

- Diagnóstico da situação atual de todas as bibliotecas municipais, comunitárias e escolares nos municípios da RMBH, para proposição das demais ações do Programa;

Territorialidade

A proposta é que a rede de espaços, no contexto do Programa de Qualificação dos espaços e atenção para acesso dos usuários, esteja disseminada em todo o território metropolitano, visto que a descentralização e a atuação em rede são fatores primordiais para a consecução dos objetivos propostos.

Apresenta-se, a seguir, alguns mapas que mostram a proposta de utilização das bibliotecas municipais como pontos principais de acesso, segundo dados fornecidos pela Superintendência de Bibliotecas da Secretaria de Estado da Cultura. É fundamental destacar que a referida Superintendência já possui implantado um Sistema Estadual de Bibliotecas, que servirá de base para as propostas antes apresentadas.

A partir dos dados das bibliotecas integrantes do Sistema Estadual, a equipe propôs um modelo de hierarquização dos espaços que leva em conta algumas variáveis selecionadas, a saber:

- Espaços e estrutura
- Funcionamento em espaço exclusivo ou compartilhado
- Área de ocupação [m²]
- Número de computadores
- Número de computadores com Internet
- Internet Disponível ao público
- Acervo Informatizado
- Existência de Telecentro (no município ou na biblioteca)
- Acervo e visitação
- Número de visitantes / Frequência Mensal
- Número de Leitores Inscritos
- Média de visitas por leitor / mês
- Acervo - Quantidade de Livros
- Média de leitores por computador

Cada variável foi categorizada e recebeu pontuação variável entre 0 (zero) e 1 (um), sendo a maior nota a situação ideal e a menor nota a situação mais precária. Ao final, foi composto um índice cuja pontuação máxima foi de 12 pontos.

O quadro abaixo mostra a classificação das bibliotecas segundo pontuação obtida.

Quadro 1 – Classificação das bibliotecas municipais

Pontuação obtida	Classificação	Classe
Maior que 10	Pólo metropolitano	Classe 4
De 7 a 10	Pólo municipal	Classe 3
De 5 a 7	Unidade local a	Classe 2
Abaixo de 5	Unidade local b	Classe 1

Fonte: Elaboração própria

Como pode ser visto na Figura 6, a rede de bibliotecas apresenta boa capilaridade, estando presente em todos os municípios, o que faz desse tipo de equipamento uma boa porta para as propostas que foram aqui apresentadas.

Vê-se também que a maior parte das bibliotecas municipais na RMBH pode ser considerada de Classe 2, ou seja, são equipamentos que apresentam características de unidade local, com infraestrutura básica e de pouca complexidade. As bibliotecas de Classe 3, já com porte de pólo municipal, são em número de 10, com maior concentração na região do CAC Metropolitano (ver também Figura 9).

Por fim, vê-se que a RMBH apresenta somente uma unidade de Classe 4 (pólo metropolitano), que é a Biblioteca Estadual Luis de Bessa, localizada em Belo Horizonte, Praça da Liberdade.

A Figura 7 mostra os principais acessos intermunicipais na RMBH, que permitem a visualização das formas de integração viária entre as diversas bibliotecas, fundamentais para viabilizar as propostas de construção de uma rede hierarquizada de lugares culturais no território.

Figura 6

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS POR CLASSE



BIBLIOTECAS

● Classe 1

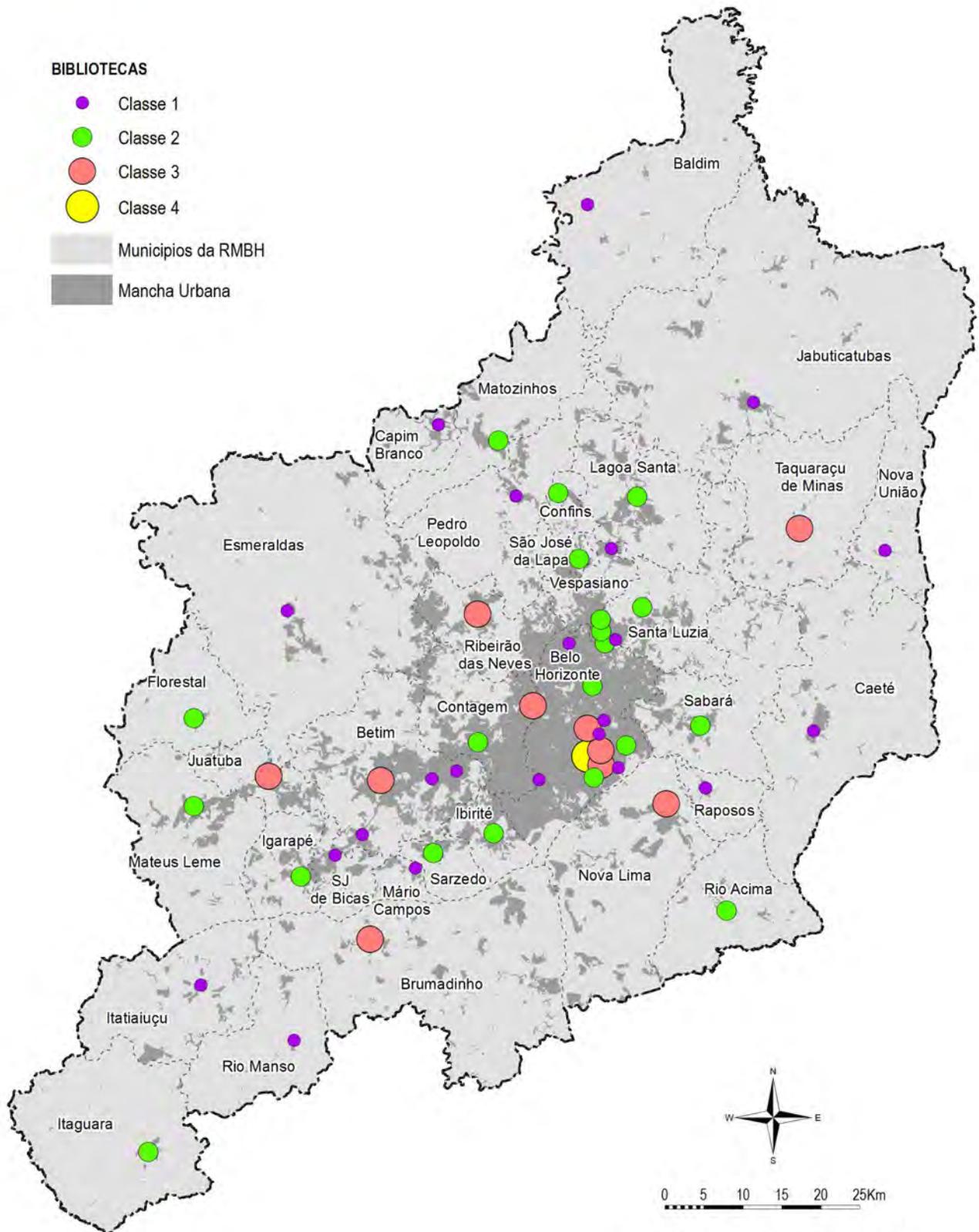
● Classe 2

● Classe 3

● Classe 4

■ Municípios da RMBH

■ Mancha Urbana

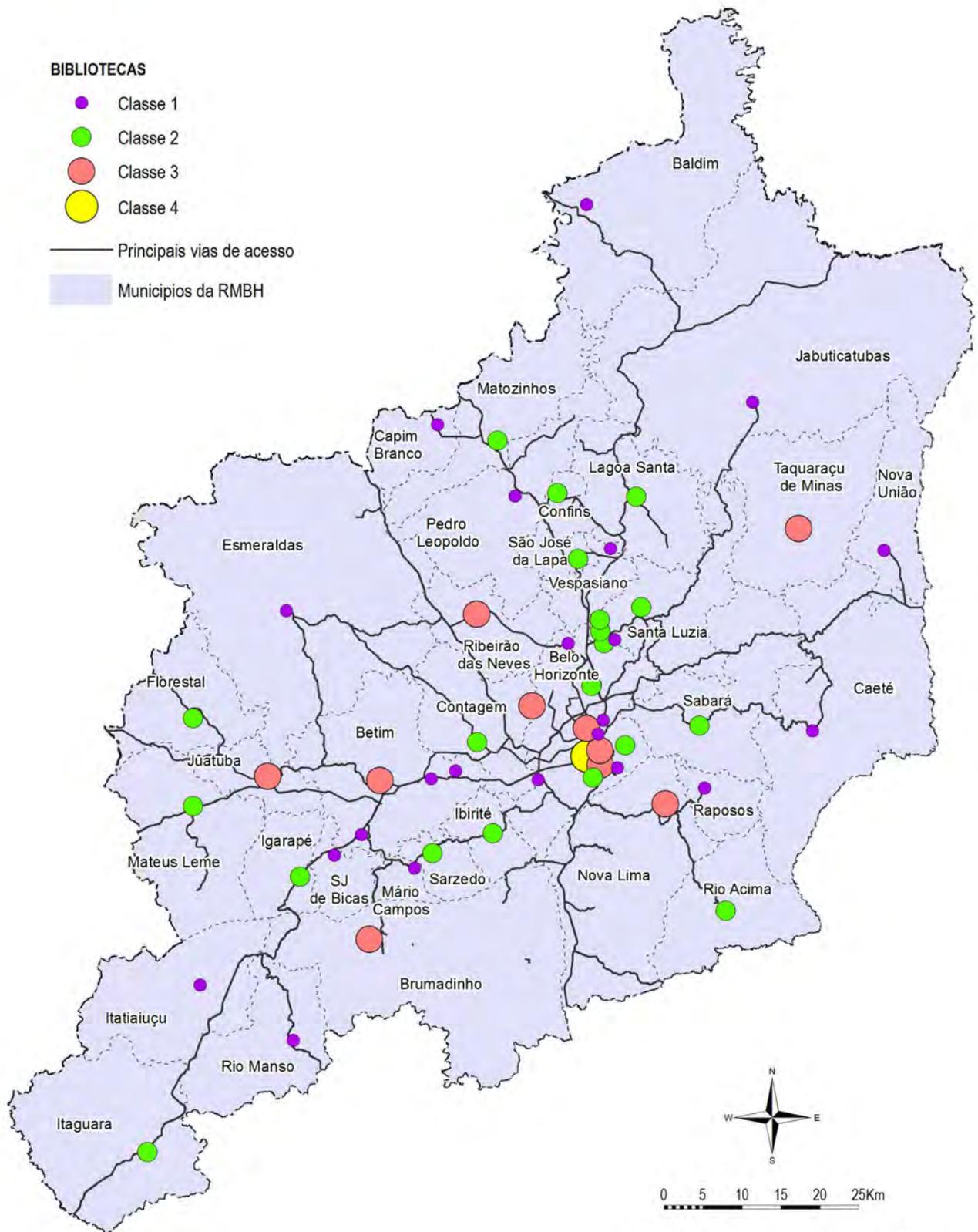


PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: Sistema Estadual de
Bibliotecas SUB/SEC
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Figura 7

BIBLIOTECAS POR CLASSE



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: Sistema Estadual de Bibliotecas SUB/SEC
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Figura 8

BIBLIOTECAS SEGUNDO IDHM

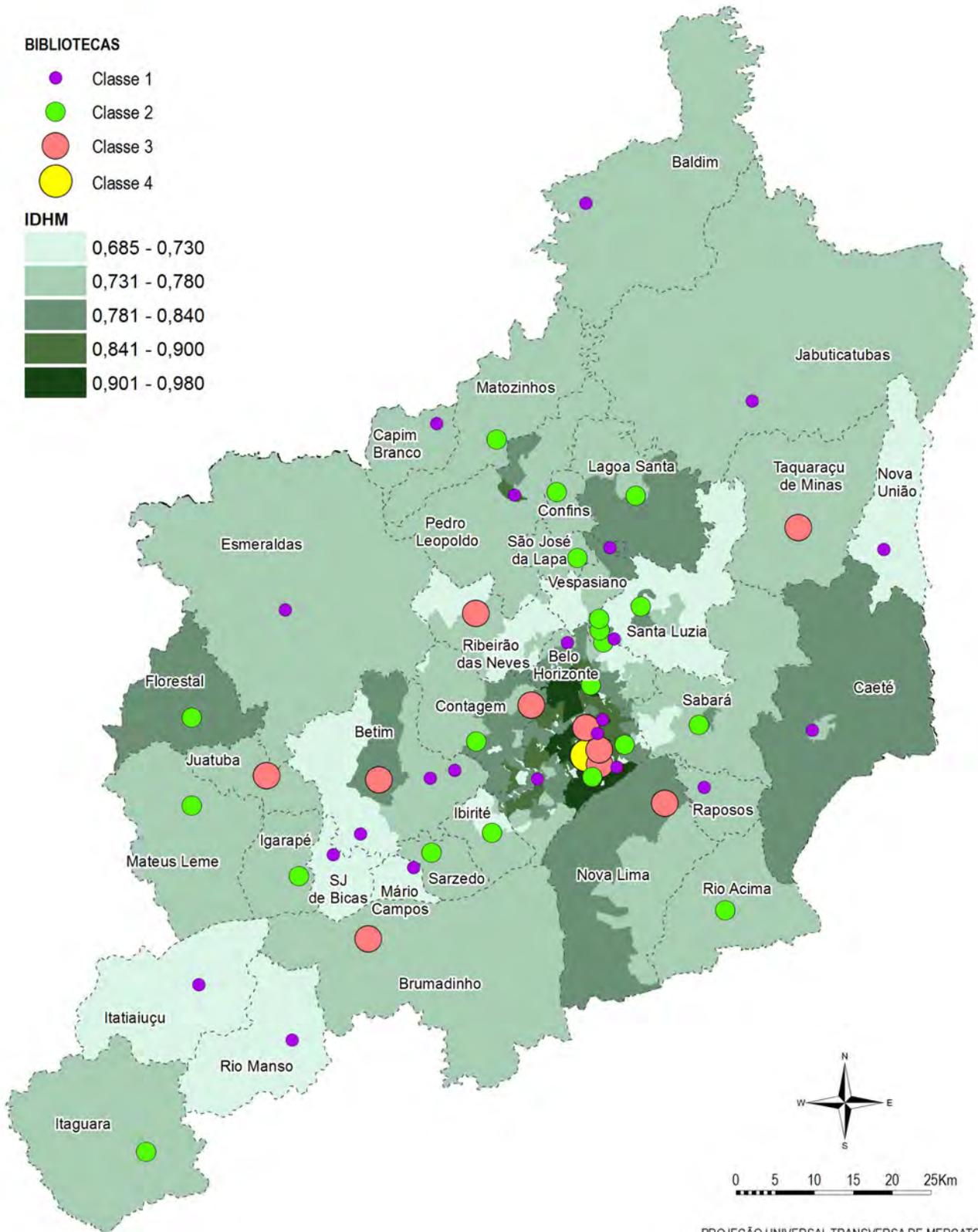


BIBLIOTECAS

- Classe 1
- Classe 2
- Classe 3
- Classe 4

IDHM

- 0,685 - 0,730
- 0,731 - 0,780
- 0,781 - 0,840
- 0,841 - 0,900
- 0,901 - 0,980



0 5 10 15 20 25Km

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: Sistema Estadual de Bibliotecas SUB/SEC
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

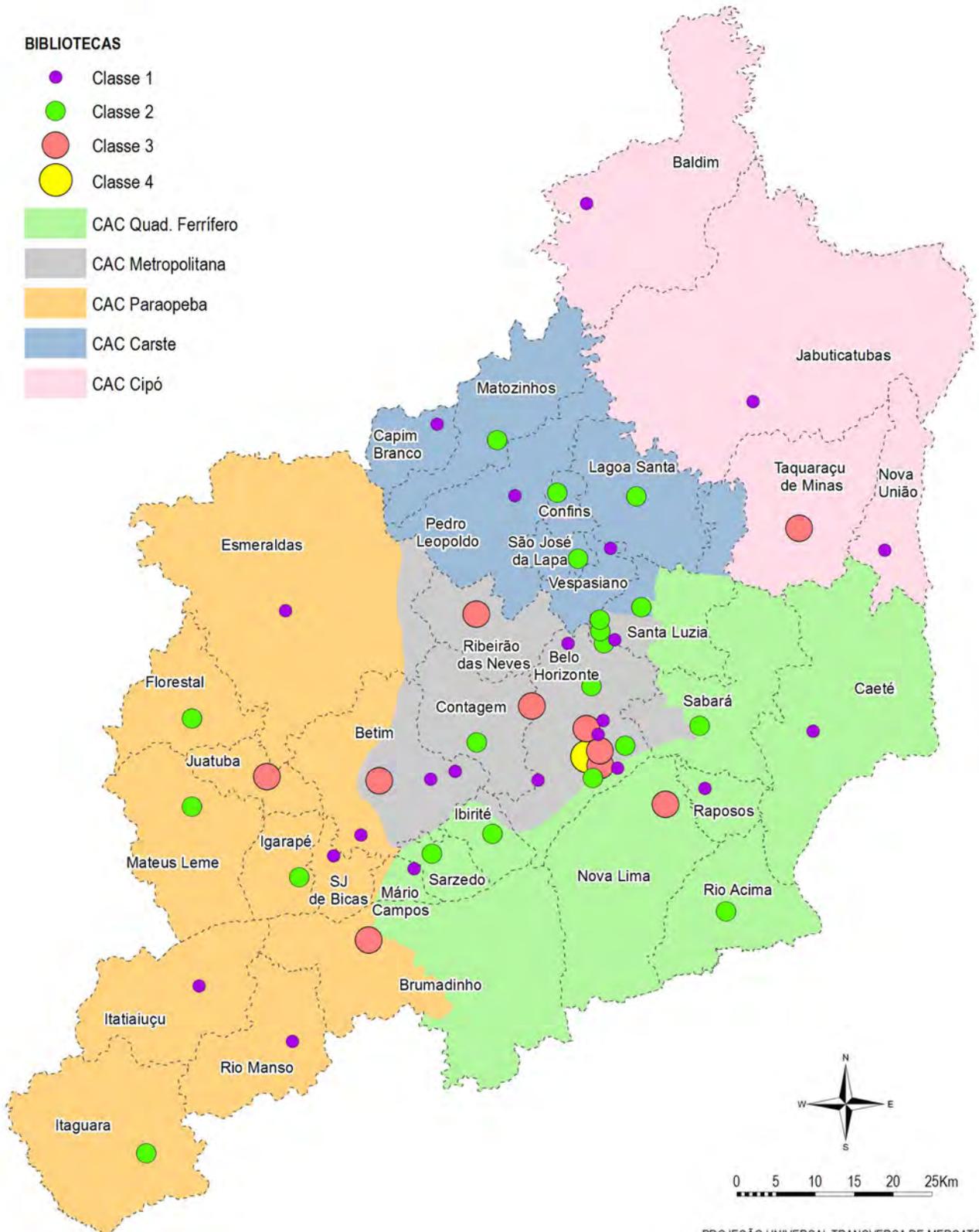
Figura 9

BIBLIOTECAS NOS COMPLEXOS AMBIENTAIS CULTURAIS



BIBLIOTECAS

- Classe 1
- Classe 2
- Classe 3
- Classe 4
- CAC Quad. Ferrífero
- CAC Metropolitana
- CAC Paraopeba
- CAC Carste
- CAC Cipó



0 5 10 15 20 25Km

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: Sistema Estadual de
Bibliotecas SUB/SEC
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Fundamental também é indicar o potencial de conexão entre as bibliotecas municipais e comunitárias e as escolas, centros culturais e outros equipamentos presentes no território, a exemplo do que ocorre com a Escola Integrada, em Belo Horizonte.

A capilaridade dessa rede, como antes apresentado, permite a interação com várias outras políticas, sugerindo que a dispersão da demanda deva ser atacada com a dispersão / capilaridade da oferta. Um exemplo concreto é a possibilidade de se intervir e atacar o analfabetismo entre adultos através da oferta de Educação de Jovens e Adultos nas bibliotecas

Essas e outras possibilidades de parceria com a rede de bibliotecas podem ser estudadas, contribuindo para a configuração dos CACs e consolidação de seus pontos específicos e possibilidades de oferta diferenciada para os usuários da RMBH.

4.3.1.4 Programa de Mobilização Social para Implementação do Plano metropolitano: LUMEs - Lugares de Urbanidade Metropolitana

A efetiva implementação do Plano deve ser vista no cenário de uma grande pactuação político-institucional, mas também como uma causa dos cidadãos metropolitanos. Todo o esforço técnico e participativo envidado durante o seu processo de elaboração pode se perder se não for dado prosseguimento ao esforço de articulação e promoção da interatividade entre os diferentes âmbitos do arranjo institucional e instâncias político-governamentais com a sociedade organizada e com os cidadãos metropolitanos. A garantia de que o Plano venha a ser implementado passa necessariamente pelo controle social e por uma mobilização social permanente. Ou seja, pelo envolvimento continuado de todos os segmentos sociais relevantes da Região Metropolitana no âmbito local, regional e estadual, inclusa a participação dos órgãos federais que incidem no território.

Isso significa integrar nesse acompanhamento agentes políticos, gestores públicos, técnicos, sociedade civil organizada, setor acadêmico, entidades empresariais e de trabalhadores, associações comunitárias e de classe, conselhos municipais e estaduais, demais movimentos sociais e populares, enfim fortalecer e ampliar toda a rede estabelecida durante um ano e meio de gestação do Plano. Se na fase de elaboração, a proposta foi criar soluções compartilhadas – em diferentes níveis e escalas – na fase de implementação, o desafio é

garantir que elas sejam materializadas através da construção de prioridades consensuadas e de um sentido de solidariedade metropolitana.

O exercício de uma participação qualificada dentro de um planejamento metropolitano pressupõe muitas aprendizagens. Temos o desafio de (re)envolver as populações com seus territórios e (re)encantar a possibilidade de mudar o mundo. O Programa de Mobilização Social para a Implementação do Plano Metropolitano adquire, portanto sentido nesse contexto e se justifica ao aceitar a tarefa de promover a difusão do Plano numa linguagem mais acessível, fomentar a formação de uma cidadania metropolitana e articular a rede social existente na RMBH para acompanhamento do Plano e aprofundamento do processo participativo.

A implementação dos LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana – vem ocupar um lugar específico e de destaque dentre as políticas e programas voltados para a democratização, qualidade de vida e acesso às informações e serviços. Os LUMEs seriam escritórios locais de monitoramento e retroalimentação do Plano Metropolitano. Sua composição deve manter a flexibilidade da estrutura e da localização, desde a escala local, micro-regional e central; assim como podem ser alterados quanto à localização e o período de seu funcionamento. Devem possuir uma estrutura mínima (sala, computador e um funcionário responsável), e serem implementados como equipamentos sociais (não se constituem como ONGs e nem como organismos estatais).

Sua função principal – que integra orientações de diferentes políticas e programas do Plano – é a de ser o catalisador e fomentador de um banco de dados dinâmico, que colhe e oferece dados sobre o Plano, integrando assim, e dialogando, com os diferentes sistemas de informação que vão se constituir na RMBH. Deve ainda articular espaços e catalisar projetos de formação, assim como estabelecer relação com atividades de extensão universitária e ações de diferentes atores coletivos e institucionais.

Os eixos principais das ações e projetos são:

- Organização e difusão: do conhecimento produzido, dos projetos em andamento, das prioridades em discussão.
- Garantia da participação e integração, no sistema de planejamento, dos vários agentes metropolitanos.

O programa se consubstancia em três projetos:

- Projeto de Comunicação Social,
- Projeto de Capacitação Técnica e Comunitária,
- Projeto de Acompanhamento e Controle Social



Objetivo geral

Organizar e difundir informações e conhecimentos produzidos na implementação do Plano Metropolitano, sobre os programas e projetos em andamento e sobre as prioridades em discussão, para garantir a participação e integração, no sistema de planejamento, dos diferentes agentes metropolitanos.

Objetivos específicos

- Promover a difusão do Plano em linguagem acessível ao grande público.
- Fomentar a formação da cidadania metropolitana.
- Articular a rede social existente na RMBH para acompanhamento do Plano e aprofundamento do processo participativo.

Temporalidade de execução e implementação

Temporalidade de curto prazo, que deve dar continuidade ao processo iniciado na elaboração do Plano, assim como acompanhar – através dos LUMEs e com diferentes formas e escalas de inserção – a implementação do Plano desde o seu início. Temporalidade de médio prazo e longo prazo, que permita a consolidação do circuito de comunicação que será criado entre os diferentes agentes e instituições envolvidos nas ações programas do PDDI.

1) Projeto de comunicação social

Objetiva realizar a difusão de informações numa linguagem acessível ao grande público, especialmente os setores populares e não especializados. Deve trabalhar com modalidades ágeis no uso de ferramentas multimídia, que possam ser desenvolvidas mesmo nas estruturas locais, e buscar apoio em diferentes competências profissionais para realizar a necessária reelaboração das informações especializadas nos diferentes âmbitos (habitação, economia, segurança, sustentabilidade ambiental e sociocultural, e etc). Tais informações – de grande interesse e importância para os cidadãos, mas quase sempre fora do seu alcance, devem ser difundidas ao longo da implementação dos programas e projetos e devem promover a qualificação da interação dos diferentes atores com as ações do Plano.

- Sítio na Internet;
- Boletins Impressos;
- Boletins eletrônicos;
- Folder e panfletos;
- Difusão na imprensa local;
- Divulgação na mídia.

2) Projeto de capacitação técnica e comunitária

Objetiva dar apoio à formação da cidadania metropolitana através de cursos, seminários, e oficinas dirigidos às demandas locais e comunitárias. Tal capacitação deve permitir que a obtenção de dados locais para retroalimentação do planejamento integrado e participativo seja procedimento contínuo e sustentado.

Esse projeto deve se colocar na interface com diferentes programas do Plano que buscam interagir de forma dinâmica com as alterações que se dão na composição do território.

Deve criar as condições de acesso ao conhecimento qualificado e à gestão da informação para agentes locais difusos no território, de modo a permitir que possam funcionar como as pontas de contato e comunicação capilarizadas no território. Esta ação na área de capacitação deve já integrar o projeto de extensão na área de capacitação municipal, a ser iniciado na UFMG com recursos do ProExt/MEC, no início de 2011.

3) Projeto de acompanhamento e controle social

Objetiva a facilitação para que atores metropolitanos, especialmente a sociedade organizada, monitore a implementação do plano através de produção de uma *agenda de eventos* de articulação e acompanhamento de programas e projetos.

Para promover a articulação com entidades diversas, é importante estabelecer uma agenda regular de acompanhamento do Plano com encontros e seminários, assim como agendas temáticas, micro regionais ou locais que emergirão da dinâmica social.

O movimento e as ocasiões várias de interação promovidos por essas agendas possibilitarão ainda a constante atualização da Rede de Mobilização criada durante o processo de elaboração do Plano, que reúne grupos de referência municipais e regionais, com articulação em cada município e na RMBH.

Medidas de monitoramento e avaliação do programa

- Marco Zero: diagnóstico, em cada um dos municípios, dos lugares metropolitanos / espaços existentes para uso cultural, esportivo, de lazer, de vivência educativa e convivência urbana, com identificação de suas características atuais e necessidades de investimentos em espaço físico, equipamentos, acervos, pessoal, projetos, atividades, etc;
- Monitoramento: ao longo da execução das ações propostas, deverão ser monitorados aspectos ligados ao processo de implementação, tanto em termos das melhorias físicas / estruturais quanto no que se refere aos programas e atividades ofertadas ao público. Para tal, sugere-se a adoção de mecanismos tais como registro fotográfico e em vídeo, relatórios periódicos dos gestores de cada espaço e reuniões da equipe envolvida em cada espaço com os gestores da Agência Metropolitana;
- Avaliação: após o primeiro ano de implantação do programa, deverá ser feita a avaliação dos resultados, através de retorno a todos os espaços que sofreram algum

tipo de intervenção / ação. Deverá ser aplicado um questionário que mensure os seguintes itens: ampliação ou redução da frequência de público; grau de satisfação do público com o espaço; número e tipo de atividades desenvolvidas no período, segundo os diversos públicos; principais dificuldades vivenciadas no processo de implementação do programa; tipo e extensão das melhorias implementadas durante o programa, entre outros aspectos.

Estudos complementares

- Levantamento e diagnóstico de grupos organizados e associações locais que podem servir como uma primeira referência para a implementação dos LUMEs, a exemplo dos Agentes Culturais Juvenis, dentre outros grupos que efetivamente já funcionam, de certa forma, como essas pontas de contato e interatividade entre os cidadãos e os órgãos governamentais. O estudo deve contemplar também as modalidades de organização e de comunicação mais utilizadas e eficazes, assim como indagar sobre sua possível qualificação no horizonte da iluminação digital e da sociedade do conhecimento.

4.3.2 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE GESTÃO DA PAISAGEM E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Justificativa e Contextualização

Tradicionalmente, natureza e cultura são tratados de maneira separada pelas políticas públicas de proteção e promoção do patrimônio. Em muitos dos casos, tal perspectiva implica em iniciativas pouco eficazes de proteção e valorização do patrimônio paisagístico, órgãos com pouca transversalidade em planejamento e ações e orçamentos e dotações financeiras díspares, que reforçam este distanciamento.

É importante lembrar, nesse sentido, a definição adotada pela Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e pela Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998), que reafirmam que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

A promulgação da Portaria n. 127, em 2009, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que institucionaliza a chancela da paisagem cultural, passa a representar a primeira iniciativa legal a preconizar a superação da abordagem reducionista conferida, até então, ao conceito de patrimônio. Nesse momento, as discussões, pesquisas e políticas sobre patrimônio passam a internalizar essa nova perspectiva de compreensão, significação e intervenção sobre os patrimônios naturais e culturais, intrínsecos às paisagens brasileiras.

Segundo a UNESCO (1999), o conceito de paisagem cultural contempla “o trabalho combinado da natureza e do homem. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais

essenciais e distintos daquelas regiões” (UNESCO – “Artigo I: Diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”, 1999).

Tal perspectiva questiona, portanto, a tradicional idéia de distanciamento e separação de cultura e natureza, refletida na adoção de políticas e programas específicos e independentes para o patrimônio natural e para patrimônio cultural. Além disso, as discussões nesse sentido evidenciam a importância de se considerar as interações e relações significativas entre o homem e o meio ambiente natural, numa perspectiva que privilegia os aspectos materiais e simbólicos deste processo de apropriação territorial, o que inclui todas as formas de apropriação social considerada de valor pelos sujeitos sociais, muitas das vezes consideradas, a priori, como não notáveis pelos órgãos do patrimônio. Com isso, recoloca-se, de certa forma, o próprio campo do patrimônio cultural, abrindo-se uma perspectiva contemporânea para, ao lado das novas contribuições, refletir também, de forma mais integrada, sobre diversas idéias tradicionais do campo da preservação.

Fundamental também no contexto dessa Política é a discussão que tem como pano de fundo a “Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, da UNESCO. A Convenção foi adotada pela Conferência Geral da UNESCO em 2005, e ratificada pelo Brasil em 2007. Essa nova Convenção constitui, juntamente com a Convenção de 1972, relativa ao patrimônio mundial, cultural e natural, e a de 2003, para a salvaguarda do patrimônio imaterial, um dos três pilares da promoção da diversidade criativa. Juntos, esses três instrumentos reforçam a idéia expressa na Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001), de que esta última deve ser considerada um “patrimônio comum da humanidade” e sua defesa “um imperativo ético inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana”.¹ A partir do exposto, a Política que ora se apresenta se constitui através de três Programas, a saber:

- Programa de Conformação de Complexos Ambientais Culturais – CACs;
- Programa de Valorização e Promoção da Diversidade Cultural na RMBH;
- Programa de Promoção de Rotas Turísticas.

O **Programa de Conformação de Complexos Ambientais Culturais (CAC’s)** consiste em uma estratégia efetiva capaz de interferir positivamente na proteção e promoção do patrimônio paisagístico na RMBH, privilegiando uma abordagem integrada e transversal

¹ Fonte: http://www.observatoriodadiversidade.org.br/?pag=texto_abas&cat=linha_do_tempo. Acesso em 08/12/2010.

de planejamento e gestão. Primeiramente, são propostas ações voltadas ao estudo dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH, com o intuito de identificar e caracterizar o patrimônio paisagístico dos complexos locais bem como as relações de apropriação social inerentes nesses territórios.

Ao mesmo tempo, o Programa prevê uma análise sobre as estratégias de proteção do patrimônio natural e cultural adotadas pelos órgãos de cultura e meio ambiente. Esta iniciativa fundamentará, por exemplo, a proposição de acordos de cooperação técnica entre equipes destes órgãos para a realização de ações integradas de proteção e planejamento, considerando a perspectiva conceitual de paisagem cultural adotada neste estudo.

O Programa de Conformação de CAC's prevê ainda um desenho institucional de gestão dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH, com o objetivo de maximizar a capacidade de atendimento das diferentes demandas nos territórios e continuidade das propostas de unificação dos interesses locais em torno de um ideal territorial de promoção e proteção da paisagem comum.

Outro aspecto abordado nesta Política refere-se à importância do incremento de ações específicas para a valorização da diversidade cultural na RMBH. Nesse sentido, são propostos programas voltados, por um lado, para o reconhecimento e valorização das expressões culturais urbanas, com ações destinadas a públicos diferenciados, e, por outro, para apoio aos modos de viver e de produzir do campo e de populações tradicionais. Dessa forma, pretende-se empreender iniciativas capazes de promover a valorização dos aspectos culturais que imprimem identidade aos grupos sociais e territórios.

Nessa direção, o Programa de Valorização e Promoção da Diversidade Cultural na RMBH dá indicativos para a identificação dos diversos grupos e expressões culturais presentes no território, bem como para a realização de ações de apoio e incremento às manifestações, sejam essas tradicionais, populares, juvenis, de vanguarda ou outras, conformadas por grupos sociais distintos em convivência na metrópole.

Destaque para o Projeto de Fortalecimento da Ruralidade e dos Modos de Vida Tradicionais, que foi concebido a partir da necessidade de reconhecer e fortalecer os modos de vida tradicionais e os aspectos da ruralidade ainda presentes na região metropolitana. Em concordância com as orientações de diversos órgãos representativos, nacional e internacionalmente, como os ministérios do desenvolvimento social, do desenvolvimento agrário e da cultura, e a UNESCO, torna-se urgente a proposição de políticas e programas

voltados para o apoio e fortalecimento das comunidades tradicionais e do campo, no que refere às suas expressões culturais.

Espera-se, dessa forma, possibilitar a oportunidade de permanência dessas populações em seu território, além de propiciar a legitimação de sua identidade territorial. Cumpre mencionar que este Projeto possui caráter transversal, de maneira que suas propostas estão diretamente vinculadas às diretrizes da Política metropolitana integrada de promoção de atividades culturais e criativas e, também, da Política metropolitana integrada de apoio à produção em pequena escala, essa última pertencente ao Eixo Seguridade.

Por fim, o Programa de Promoção de Rotas Turísticas na RMBH busca promover uma maior democratização aos espaços culturais e de lazer e ao patrimônio paisagístico da RMBH, especialmente para seus moradores. Nesse sentido, a facilitação do acesso aos lugares metropolitanos prevê o estudo e proposição de rotas turísticas na RMBH, a criação do passaporte metropolitano como uma importante ferramenta de acesso aos espaços públicos culturais e de lazer, atrativos turísticos, e a disponibilização de um conjunto de informações sobre o turismo da/na RMBH através do Sistema de Informações detalhado na Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, Eixo Urbanidade.

Objetivo Geral

- Promover a gestão do patrimônio paisagístico e valorização da diversidade cultural na RMBH

Objetivos Específicos

- Contribuir para a proteção do patrimônio paisagístico da RMBH;
- Dinamizar o potencial de uso público do patrimônio cultural e natural da RMBH;
- Valorizar e fortalecer as manifestações culturais da RMBH, em suas diversas expressões;
- Fortalecer iniciativas de lazer e turismo;
- Contribuir para o reconhecimento e proteção das expressões culturais relacionadas aos modos de vida do campo e tradicionais presentes na RMBH

Funções públicas de interesse comum

Desenvolvimento socioeconômico; preservação ambiental.

4.3.2.1 Programa de Conformação de Complexos Ambientais Culturais

Considerando o estado da arte da proteção do patrimônio natural e cultural, pode-se verificar que o patrimônio natural possui uma base de dados mais estruturada em relação ao patrimônio imaterial, em virtude da obrigatoriedade da realização de estudos de impacto ambiental para a implementação de empreendimentos de diferentes naturezas e, também, pela criação do Zoneamento Ecológico Econômico, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, que reúne um denso volume de informações geo-biofísicas, político-institucionais e sócio-econômicas do Estado.

No entanto, estudos mais específicos sobre estado de conservação, formas de uso e apropriação dos patrimônios naturais e sua interface com o patrimônio cultural são ainda incipientes e dispersos.

Já as informações sobre o patrimônio cultural encontram-se ainda pouco sistematizadas, resultado do enfoque predominantemente direcionado às cidades do período colonial. Somente nas últimas duas décadas, as ações dos órgãos de patrimônio começam a contemplar uma maior diversidade de patrimônios culturais.

No caso dos bens de natureza material, apesar de uma base de dados mais representativa, reflexo do privilégio tradicionalmente concedido a estes bens por parte dos órgãos de patrimônio, verifica-se ainda uma prioridade para bens considerados “notáveis”, representativos de determinados períodos históricos e de grupos específicos da sociedade. Nesse sentido, é preciso fomentar pesquisas capazes de apreender a diversidade dos modos de apropriação do espaço e de produção de bens culturais materiais existentes na RMBH, sejam estes históricos ou contemporâneos, como forma de proteger esse patrimônio cultural e promover o desenvolvimento sob a perspectiva cultural, aspecto central para o esforço de conformação de uma identidade metropolitana.

No caso dos bens de natureza imaterial, o levantamento de informações encontra-se ainda em estágio incipiente. A promulgação do Decreto n 3551 de 2000, que determina o registro dos bens imateriais, representou um esforço importante nesse sentido, ao promover maior visibilidade no âmbito das políticas públicas de patrimônio, em contraposição à freqüente priorização concedida aos bens culturais materiais, pelos órgãos oficiais. Nessa direção, são criados superintendências e escritórios no IPHAN e IEPHA/MG para tratar especificamente dos patrimônios imateriais. Contudo, tais estruturas ainda encontram

dificuldades no âmbito da gestão e operacionalização, resultado da insuficiência de corpo técnico, aportes financeiros e, em especial, ao distanciamento dos órgãos de patrimônio cultural material, ocasionando ações desconectadas.

Ao mesmo tempo, a criação de pastas específicas para tratar o patrimônio cultural reforça essa idéia de distanciamento entre bens de natureza material e imaterial que, sob o ponto de vista do conceito de paisagem cultural, é equivocado, uma vez que a importância dos patrimônios materiais se fundamenta, justamente, a partir dos seus diferentes usos (históricos e contemporâneos), evidenciando aspectos de subjetividade e intangibilidade intrínseca nessa relação. Portanto, faz-se necessário refletir sobre caminhos capazes de reaproximar as abordagens, políticas e ações conferidas aos bens materiais e imateriais. Um mecanismo possível nesse sentido refere-se à realização de acordos de cooperação técnica para promover ações comuns, tanto entre órgãos do patrimônio material e imaterial, quanto entre órgãos de cultura e meio ambiente, delimitando responsabilidades, aporte de recursos, corpo técnico necessário, entre outros. Iniciativas nessa direção podem contribuir, no longo prazo, para uma efetiva junção dos órgãos de patrimônio.

Nessa direção, os CAC's pretendem contribuir para a autonomia e fortalecimento das diferentes manifestações culturais, proteção dos marcos paisagísticos da RMBH, recuperação ambiental das áreas degradadas, ampliação de espaços culturais e verdes para a população metropolitana, incremento da infraestrutura viária e urbana para criação de uma rede integrada de lugares metropolitanos. Para tanto, são necessárias iniciativas que incorporem o *estudo e caracterização dos complexos ambientais culturais*, como forma de subsidiar a identificação e estruturação de complexos locais. Atualmente, a base de dados existente sobre o patrimônio natural e cultural é heterogênea e insuficiente.

O presente Programa prevê, além da realização de estudos sobre as vocações paisagísticas dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH, ações voltadas à *proteção do patrimônio paisagístico da RMBH*. A lógica de separação existente entre os órgãos de meio ambiente e cultura se reflete também nos instrumentos legais de proteção. Os diferentes instrumentos de proteção – tombamento, registro - acabam não considerando o patrimônio numa perspectiva mais ampla, contribuindo para a compartimentação das estratégias de gestão e planejamento. Nessa direção, é fundamental refletir sobre mecanismos capazes de conferir maior aproximação das iniciativas de proteção do patrimônio paisagístico da RMBH.

Outro aspecto central no processo de conformação dos CAC's está relacionado à proposta de sua institucionalidade. A gestão é o mecanismo fundamental para promover a

continuidade do processo de planejamento dos CACs. Nesse bojo, são necessárias ações direcionadas ao envolvimento efetivos dos atores sociais no processo de tomada de decisão, com vistas à unificação dos interesses locais em torno de um ideal territorial de promoção e proteção da paisagem comum.

Esta perspectiva de integração e transversalidade nas políticas públicas de meio ambiente e cultura constitui aspecto central para a conformação de CAC's e de lugares metropolitanos apropriados socialmente pela população da RMBH, já que contemplam, de maneira horizontalizada e equânime, elementos naturais e culturais, sejam eles tangíveis e intangíveis, históricos ou contemporâneos, existentes na região metropolitana.

Objetivo

- Estudar e caracterizar os Complexos Ambientais Culturais da RMBH, bem como propor diretrizes de planejamento e gestão para os territórios em questão.

Temporalidade de execução e implementação

Curto prazo (2015)

Institucionalidade

Atores institucionais envolvidos e suas devidas competências

O Programa de Conformação de Complexos Ambientais Culturais da RMBH abrange os seguintes órgãos e instituições, da esfera pública e privada:

Poder Público Federal: Ministério da Cultura (MINC – Escritório MG): Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (C); Secretaria de Cidadania Cultural (Programa “Cultura Viva” – MINC); Ministério do Meio Ambiente (MMA): Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Ministério das Cidades.

Poder Público Estadual: Assembléia Legislativa de Minas Gerais: Frente Parlamentar Pró RMBH (ALMG); Comissão Permanente de Meio Ambiente e Recursos Naturais da ALMG; Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente; Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Mineira; Fórum Metropolitano. Secretaria de Estado de Cultura (SEC): Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA); Centro de

Tradições Mineiras (CTM). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE): Subsecretaria de Desenvolvimento Mínero-metalúrgico e Política Energética. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD): Subsecretaria de Gestão Ambiental Integrada; Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM/SEMAD; Instituto Estadual de Florestas – IEF/SEMAD; Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM/SEMAD. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR/MG), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e Secretaria de Estado de Educação.

Poder Público Municipal Câmaras Municipais; GRANBEL; Secretarias Municipais de Cultura, Patrimônio Cultural, Meio Ambiente, Turismo, Educação, Desenvolvimento Sustentável, Esporte e Lazer, Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos; BELOTUR - Empresa Municipal de Turismo do Município de Belo Horizonte (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte).

Sistema de Planejamento e Gestão da RMBH: Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, Assembléia Metropolitana e Agência de Desenvolvimento Metropolitano.

Órgãos Colegiados e Arranjos Sub-regionais: *Conselhos Nacionais:* Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC; Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; *Conselhos Estaduais:* Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (CONEDRU/SEDRU); Conselho Estadual de Cultura (CEC/SEC); Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (CONEP/SEC); Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/SEMAD); Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM/SEMAD); Conselho Estadual de Turismo (CET/SET). *Conselhos Municipais:* Conselhos Municipais de Cultura, Patrimônio Cultural, Meio Ambiente, Turismo, Direitos Humanos, Educação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável, Esporte e Lazer. *Arranjos Sub-regionais:* Comitês de Bacia (Paraopeba, Rio das Velhas), Colegiados Regionais do COPAM; Reserva da Biosfera do Espinhaço.

Terceiro Setor e Movimentos Sociais: Frente pela Cidadania Metropolitana (FPCM); Colegiado Metropolitano; ODEPAC-MG - Organização de Defesa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais; Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA); Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (AMIG); Associação para a Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada (ARCA - AMASERRA/Brumadinho); SOS Serra da Piedade – Caeté; Movimento pela Preservação da

Serra da Gandarela; Serra, água e vida! Gandarela (Movimento em prol da criação do Parque Nacional das Águas do Gandarela), Associações dos Circuitos Turísticos (Grutas, Ouro, Trilha Verde dos Bandeirantes); Movimentos Sociais e Associações e Organizações Comunitárias atuantes na área de proteção e promoção do patrimônio cultural e natural, turismo e meio ambiente.

Universidades: UFMG: CEDEPLAR, IGC, FAFICH, ICB; Projeto Manuelzão (UFMG); UEMG; PUC-MINAS.

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência:

Legislação Ambiental:

- Código Florestal.
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 5 DE OUTUBRO DE 1988.
- LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA - número 7.347 de 24/07/1985. Lei de interesses difusos, trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico.
- Lei da Área de Proteção Ambiental - número 6.902 de 27/04/1981. Lei que criou as "Estações Ecológicas", áreas representativas de ecossistemas brasileiros, sendo que 90 % delas devem permanecer intocadas e 10 % podem sofrer alterações para fins científicos. Foram criadas também as "Áreas de Proteção Ambiental" ou APAS, áreas que podem conter propriedades privadas e onde o poder público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental.
- Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – número 6.938 de 17/01/1981. É a lei ambiental mais importante e define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa. O Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).
- Lei de Recursos Hídricos – número 9.433 de 08/01/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos

múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê também a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

- LEI Nº 9.795, de 27/04/99 Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- LEI Nº 9.985, de 18 de junho de 2000 Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- Lei Nº 11428/2006- "Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências" - Data da legislação: 22/12/2006 - Publicação DOU, de 26/12/2006.
- Lei Nº 11284/2006- Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. - Data da legislação: 02/03/2006 - Publicação DOU, de 03/03/2006.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DE 21 DE SETEMBRO DE 1989.
- Lei nº 7.772 de 08 de setembro de 1980 Dispõe sobre proteção, conservação e melhoria do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.
- Lei nº 10.561 de 27 de dezembro de 1991 - Dispõe sobre a política florestal no Estado de Minas Gerais.
- Lei nº 10.793 de 02 de julho de 1992 - Dispõe sobre a proteção de mananciais destinadas ao abastecimento público no Estado de Minas Gerais
- Decreto 38.182 de 29/07/1996- Institui o Sistema de Gestão Colegiada para as Áreas de Proteção Ambiental - APA'S, administradas pelo Sistema de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.

Legislação de Patrimônio Material e Imaterial:

O Programa de Conformação de Complexos Ambientais Culturais apóia-se nas principais disposições legais, no âmbito Federal e Estadual, referentes ao Patrimônio Material e Imaterial, a saber:

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 5 DE OUTUBRO DE 1988.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DE 21 DE SETEMBRO DE 1989.
- DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961 - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- LEI Nº 11.258, DE 28 DE OUTUBRO DE 1993 - Reorganiza o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG e dá outras providências.
- LEI Nº 13.464, DE 12 DE JANEIRO DE 2000 - Cria o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - FUNPAT - e dá outras providências.
- LEI Nº 13.803, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000 - Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.
- DECRETO Nº 3.551/2000, SOBRE O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL.
- DECRETO Nº 42.505, DE 15 DE ABRIL DE 2002 - Institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais.

Legislação Turística:

- Lei Geral do Turismo/2008
- Plano Nacional de Turismo 2007-2010
- Programa de Regionalização do Turismo
- Turismo Social – Diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2006).

- Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (2007-2023)
- Diretrizes da Política Pública de Turismo de Minas Gerais

Arranjos institucionais adequados para implementação do Programa

A implementação do Programa de Conformação de Complexos Ambientais Culturais da RMBH requer a construção de uma estrutura de gestão² capaz de incorporar a seguinte proposta:

- **Instância de Gestão Metropolitana:** ancorada na estrutura já existente da Agência Metropolitana, cumpre a função de constituir um espaço democrático e eficiente de diálogo entre os atores sociais da RMBH e, ao mesmo tempo, incorporar as demandas e proposições provenientes das instâncias regionais (CAC's) e locais (Complexos locais) da RMBH.
- **Instâncias de Gestão Regionais:** sua função consiste em articular as instâncias de gestão locais (Complexos locais) e a Metropolitana (Agência Metropolitana). As instâncias de gestão regionais contemplam o território delimitado por cada Complexo Ambiental Cultural identificado neste estudo (*ver item territorialidade*): 1) Quadrilátero Ferrífero; 2) Centro Metropolitano; 3) Médio Rio Paraopeba; 4) Carste; 5) Cipó-Velhas.
- **Instâncias Locais de Gestão:** consistem no arranjo institucional de gestão de cada complexo local proposto neste estudo. O objetivo é cumprir o papel de articulação local, congregando demandas, iniciativas e proposições referentes à proteção e promoção do patrimônio paisagístico e valorização cultural em cada CAC. Ao mesmo tempo, incorpora ainda a função de articulação com as instâncias de gestão regional e metropolitana.

Instrumentos de política pública para implementação do Programa

- Integração dos instrumentos de proteção e promoção do patrimônio paisagístico (natural e cultural), através de agendas técnicas de cooperação entre órgãos de cultura e meio ambiente;
- Direcionamento de Linhas de Financiamento específicas no âmbito do Fundo

² Cumpre mencionar que o detalhamento do processo de construção da Institucionalidade deste Programa será abordado no Projeto 3.

Metropolitano para pesquisas sobre as paisagens culturais da RMBH;

- Direcionamento de recursos oriundos dos licenciamentos ambientais para a realização de pesquisas sobre a paisagem cultural;
- Criação de um banco de dados sobre patrimônio cultural, inclusive georreferenciados, capaz de integrar a base de dados do Zoneamento Ecológico-Econômico de Minas Gerais;
- Estabelecimento de parcerias com Universidades e Instituições de Pesquisa para levantamento/atualização de dados sobre o estudo das paisagens culturais da RMBH sob a perspectiva patrimonial e espacial (dinâmicas de apropriação do espaço, modos de vida e produção), através da criação de um Observatório dos CAC's da RMBH;
- Estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica entre órgãos do patrimônio cultural Material e Imaterial para iniciativas na área de patrimônio, definindo responsabilidades, aportes financeiros e corpo técnico necessários;
- Estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica entre órgãos do patrimônio cultural e natural para iniciativas na área de proteção e promoção das paisagens culturais, definindo responsabilidades, aportes financeiros e corpo técnico necessários;
- Conferir à chancela da paisagem cultural - ato administrativo instituído em 2009 – força de Lei, possibilitando a institucionalização da concepção integrada de patrimônio natural e cultural em Minas Gerais;
- Desenvolvimento de ações de educação patrimonial e paisagística nas escolas da Rede Pública Estadual e Municipal;
- Criar mecanismo de cooperação técnica para a realização de planos de salvaguarda e inventário específico para o levantamento de todos os bens de relevância histórica, inclusive tombados pelo IEPHA/MG, que se encontrem em processo avançado de deteriorização. Sugere-se a criação de uma lista de prioridades de atendimento no que se refere à manutenção, restauração e preservação desses com o objetivo de evitar sua perda definitiva.

Possíveis fontes de financiamento do Programa

Agentes Financeiros:

- *Federal*: BNDES, Banco do Brasil, CEF
- *Estadual*: BDMG

Agentes Internacionais:

- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Banco Mundial/ONU;
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)/ONU;
- PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)/ONU;
- UN-HABITAT (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos)/ONU.

Outras Fontes:

- Lei Rouanet
- Fundação Cultural Palmares (FCP/MINC);
- Ministério do Turismo (MTur): PRODETUR
- Fundação TV Minas - Cultural e Educativa (REDE MINAS);
- Fundação Clóvis Salgado;
- Ministério do Meio Ambiente
- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG)
- Ministério da Cultura: Fundo Nacional de Cultura
- Agência Metropolitana – Fundo Metropolitano
- FECITUR – Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais
- Fundo Geral de Turismo
- Fundo de Assistência ao Turismo
- ICMS Turístico
- ICMS Cultural, ICMS Ecológico, ICMS Solidário.

Medidas de avaliação e monitoramento do Programa

Avaliação:

- Quantidade e qualificação dos parceiros envolvidos diretamente nos programas e projetos;
- Volume de recursos comprometido, considerando as diferentes fontes e agentes de financiamento;
- Volume de dados gerado sobre o patrimônio paisagístico da RMBH, referentes à identificação, caracterização, medidas de proteção e estratégias de promoção adotadas;

- Quantidade e Qualidade das informações do banco de dados sobre os Complexos Ambientais e Culturais da RMBH;
- Acordos de cooperação técnica firmados entre órgãos do patrimônio e meio ambiente;
- Bens legalmente protegidos (tombados, registrados);
- Instâncias de gestão local criadas;
- Cavas/áreas degradadas revitalizadas para uso público;
- Programas de Educação Patrimonial e Paisagística realizados e respectivos beneficiários (escolas da Rede Municipal e Estadual e também Particular, organizações comunitárias, empresas e órgãos públicos em toda a RMBH);
- Professores das redes pública e privada abrangidos pelo Programa;
- Roteiros Paisagísticos criados;

Monitoramento:

- Produção de relatórios mensais, semestrais e anuais de avaliação do desempenho do Programa por parte dos parceiros envolvidos diretamente;
- Estruturação de um Observatório dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH, responsável, entre outras questões, pela geração de dados, informações e pesquisas e sobre os CACs;
- Funcionamento/Efetividade do Sistema de Gestão dos CAC's.

Programas existentes que podem ser ampliados e/ou articulados;

- Macroprograma Regionalização do Turismo/SETUR-MG
- *Programas:* Fortalecimento da Gestão; Programa de Estruturação das Instâncias de Governança; Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.
- Macroprograma de Informações e Estudos do Turismo/SETUR-MG
- *Programas:* Levantamento da Oferta Turística; Pesquisa e Informações Turísticas; Cadastur Minas Gerais.
- Macroprograma de Qualificação da Superestrutura e Rede de Serviços do Turismo/SETUR-MG
- *Programas:* Programa Qualitur; Programa de mobilização e sensibilização da cadeia produtiva do turismo; Programa Minas Produz; Programa Rede de Turismo de Negócios.
- Macroprograma de Promoção e Apoio à Comercialização/SETUR-MG

- *Programas*: Programa de apoio à comercialização do turismo mineiro nos mercados nacional e internacional; Portal do turismo de Minas Gerais; Programa Minas para os mineiros.
- Macroprograma de Desenvolvimento e Marketing de Produtos/SETUR-MG
- *Programas*: Programa Minas recebe; Programa de Desenvolvimento de Produtos e Roteiros: Projeto Estâncias Hidrominerais e Termas: Turismo Rural; Turismo Solidário; PROBEI: Programa Brasileiro de Educação Internacional; Projeto Rota Lund. Programa Marketing de Produtos.
- Macroprograma de Estruturas do Turismo/SETUR-MG
- *Programas*: Programa de Fomento e Linhas de Financiamento; Programa de Infraestrutura Turística.
- Programa Estrada Real
- Programa Circuitos Turísticos de Minas Gerais
- Programa Geopark Quadrilátero Ferrífero
- Projeto “Avaliação de Impactos Antrópicos sobre os Recursos Hídricos da Serra da Moeda: contribuindo para a gestão ambiental e educação socioambiental no vetor Sul da RMBH”, coordenado pelo Instituto de Estudos Pró-Cidadania – PRÓ-CITTÀ
- Programa de criação do Complexo SAMSA/Rio Acima (proposto pelo Plano Diretor Municipal).
- Programa “Sistema de Áreas Protegidas – SAP / Vetor Norte metropolitano”: integra o conjunto de ações do Plano de Governança Ambiental e Urbanística da RMBH (Decreto Estadual no 44.500/07).
- Programa de educação ambiental para a região cárstica denominado “Um Novo Olhar para a Apa Carste de Lagoa Santa”, resultado da parceria da SEMAD e INFRAERO – Aeroporto Internacional Tancredo Neves;
- Programa de criação do Eco Museu Mocambeiro;
- Programa de Saneamento da Bacia do Ribeirão da Mata.

Ações e Projetos:

- O Programa de Conformação dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH prevê o empreendimento de três projetos, voltados ao estudo, proteção e gestão dos complexos ambientais culturais metropolitanos: 1) Estudo dos Complexos Ambientais da RMBH;

2) Proteção Integrada dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH; 3) Sistema de Gestão dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH:

Projeto 1) Estudo dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH

As pesquisas desenvolvidas sobre o potencial ambiental e cultural da RMBH contribuíram para a identificação e caracterização de Complexos Ambientais Culturais. Tal esforço, apesar do caráter preliminar, já indica a necessidade da realização de estudos mais aprofundados sobre os Complexos Ambientais Culturais apontados e respectivos complexos locais, com vistas à conformação de lugares metropolitanos, apropriados social e simbolicamente e ancorados em vocações paisagísticas locais. Nesse sentido, o presente projeto prevê as seguintes ações:

Ação 1- Identificação e caracterização dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH

1 Estudo do patrimônio imaterial no âmbito dos CAC's:

- Identificar e caracterizar as manifestações culturais, tais como: festas folclóricas, tradições, costumes e modos de vida, reconhecidos pela população como patrimônios e/ou referências históricas, artísticas e culturais da RMBH.
- Identificar iniciativas de valorização e proteção das manifestações culturais
 - i. Identificar formas de proteção
 - ii. Identificar projetos e ações ligados às manifestações culturais;
- Indicar a necessidade de realização de estudos voltados à compreensão da representatividade simbólica dos patrimônios imateriais no âmbito dos CAC's

2 Estudo do patrimônio material no âmbito dos CAC's:

- Identificar e caracterizar patrimônios culturais materiais no âmbito dos CAC's
 - i. Compreender os processos de apropriação e uso dos patrimônios culturais materiais
 - ii. Investigar o estado de conservação do patrimônio cultural material
 - identificar iniciativas de valorização e proteção do patrimônio cultural material
 - identificar iniciativas de proteção do patrimônio cultural material;
 - identificar projetos e ações ligados ao patrimônio cultural material;

- Indicar a necessidade de realização de estudos voltados à compreensão da representatividade simbólica dos patrimônios materiais para os grupos sociais no âmbito dos CAC's.

3 Estudo do patrimônio natural no âmbito dos CAC's:

- Identificar e caracterizar os marcos paisagísticos naturais no âmbito dos CAC's
- Compreender os processos de apropriação e uso dos elementos naturais;
- Identificar iniciativas de valorização e proteção do patrimônio natural;
 - i. Identificar iniciativas de proteção do patrimônio natural;
 - ii. Identificar projetos e ações ligados ao patrimônio natural;
- Indicar a necessidade de realização de estudos voltados à compreensão da representatividade simbólica dos marcos paisagísticos para os grupos sociais no âmbito dos CAC's;

4 Criação de um banco de dados, inclusive georreferenciados, dos Complexos Ambientais e Culturais da RMBH, que será disponibilizado via Sistema de Informações, detalhado na Política de Democratização dos Espaços Públicos:

- Identificar fontes de informação existentes sobre os elementos naturais e culturais da RMBH
- Analisar o nível de informações existentes sobre os elementos naturais e culturais da RMBH
- Identificar e avaliar os mecanismos de acesso às informações existentes sobre os elementos naturais e culturais da RMBH
- Identificar e avaliar os mecanismos de intercâmbio de informações entre os órgãos da área ambiental e cultural
- Apontar estratégias para a elaboração de um banco de dados integrado sobre os elementos naturais e culturais da RMBH, que envolva:
 - i. Dados de órgãos oficiais
 - ii. Pesquisas e estudos existentes
 - iii. Informações georreferenciadas
- Criar mecanismos de acesso aos dados sobre os elementos naturais e culturais da RMBH
 - i. Sites

- ii. Postos de informação em cada CAC
- iii. Lume's

Diretrizes gerais para a conformação dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH:

- Apoiar projetos para a proteção, planejamento e gestão da paisagem cultural;
- Promover projetos para o fomento aos modos de vida e produção cultural próprios dos territórios dos CAC's;
- Empreender iniciativas de recuperação de áreas degradadas voltadas ao fomento da cultura, do desenvolvimento humano e tecnológico;
- Apoiar o desenvolvimento do turismo de base comunitária ao longo dos Complexos locais;
- Empreender ações de instrumentalização junto à população local e visitantes no tocante à educação patrimonial e paisagística no âmbito dos CAC's;
- Apoiar a regulamentação das atividades econômicas existentes nas áreas conflitantes;
- Implementar equipamentos turísticos recreacionais para favorecer e dinamizar o uso público e turístico nas áreas pertinentes às Rotas turísticas;
- Empreender políticas culturais estruturantes que envolvam inventário, preservação e apoio às manifestações culturais da região;
- Apoiar a criação de um sistema de informações e divulgação da vida cultural e da história dos territórios pertencentes aos CAC's, conforme já detalhado na Política de Democratização dos Espaços Públicos;
- Implementação de projetos profissionalizantes no âmbito da ação cultural.
- Apoiar a criação de mecanismos legais para recuperação de áreas degradadas ao longo do complexo locais, através da implantação de sistemas de compensação ambiental para empreendimentos de extração mineral, especificamente cavas desativadas, a fim de reduzir os efeitos negativos na paisagem em relação aos aspectos estéticos, naturais e culturais;
- Avaliar a viabilidade da instalação de novos usos nas áreas degradadas, associados a espaços para o lazer, entretenimento e/ou pesquisa;
- Promover o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão pelas Universidades para criação do Observatório dos CAC's da RMBH;
- Incentivar iniciativas de preservação dos recursos hídricos e a criação de novos espaços de lazer e convívio para a população;

- Empreender processos de planejamento e gestão eficientes do território, capazes de evitar o surgimento de loteamentos irregulares, a sobrecarga do sistema de transporte coletivo e de equipamentos públicos e o agravamento da situação ambiental dos recursos naturais ao longo dos CAC's.

Preliminarmente, com base nos estudos realizados no âmbito do P4 e em informações apreendidas em Oficinas Participativas do PDDI, é possível apontar diretrizes e ações para cada Complexo Local, propostos no âmbito dos CAC's. Cumpre mencionar que tal esforço reúne proposições incipientes, que demandam estudos complementares sobre cada Complexo Local:

a) Complexo Ambiental Cultural Quadrilátero Ferrífero

I. Complexo Local Serra do Curral:

- Empreender discussões e estudos sobre os usos atuais e potenciais da Serra do Curral, de maneira a adotar iniciativas que visem à proteção da biodiversidade e visitação turística planejada, com o objetivo de minimizar os impactos negativos sobre as espécies existentes.
- Apoiar e fortalecer as ações da Fundação de Parques Municipais, relacionadas à preservação do meio ambiente e implantação/melhoria de infraestruturas nos parques, visando proporcionar a apropriação social aos visitantes, a partir da concepção de espaços propícios à realização de atividades de educação ambiental, culturais e de lazer.
- Apoiar iniciativas que possam reforçar esse CAC, em especial, a criação do Parque Municipal Paredão da Serra do Curral, o primeiro parque de Belo Horizonte a ser implantado com planejamento ambiental, operacional e de uso público regulamentados (previsão segundo semestre de 2010).

II. Complexo Local PESRM (Parque Estadual da Serra do Rola Moça): em virtude das inúmeras pressões antrópicas e da relevância paisagística deste CAC, propõe-se as seguintes ações para garantir a integridade da paisagem e dos processos ecológicos regionais:

- Incrementar as ações de fiscalização ambiental no entorno do Parque;
- Ampliar a divulgação do PESRM enquanto espaço de lazer, entretenimento e contemplação paisagística;
- Apoiar a implementação do projeto “Lagoa da Gente”, promovido e organizado pelo

Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Paraopeba, que visa promover no município de Ibirité a mobilização e educação ambiental para a proteção deste recurso natural; desenvolver projetos de uso público de lazer contemplativo, incluindo áreas verdes.

III. Complexo Local Encosta da Serra da Moeda: entre as diretrizes para este CAC, destaca-se:

Promover o fortalecimento dos projetos já existentes e em execução na região (Circuito Turístico do Ouro e Estrada Real), iniciativas que visam contribuir para a estruturação do turismo regional;

Apoiar o projeto de criação do “Ecomuseu da Mineração” na área do Forte em Brumadinho;

Acompanhar e contribuir para as discussões dos projetos desenvolvidos pelo Instituto Inhotim e parceiros nas áreas de cultura, turismo, meio ambiente e inclusão social;

Criação de um corredor interpretativo voltado à preservação da paisagem como integrante do patrimônio regional;

Incentivar a consolidação do roteiro gastronômico que abrange Casa Branca (Brumadinho)/Macacos (Nova Lima)/Jardim Canadá (Nova Lima). Associado ao potencial hídrico e paisagístico, a área poderá ser alvo de programas e projetos turísticos que busquem fortalecer um corredor gastronômico e artístico a partir de BH, incluindo comunidades próximas que ainda não participam desse circuito cultural.

IV. Complexo Local Serra da Gandarela:

- Apoiar a proteção do potencial hídrico deste CAC, através de iniciativas destinadas à criação de unidades de conservação de proteção integral, fiscalização ambiental, regulamentação das atividades econômicas existentes, ações na área de educação ambiental;
- Potencializar o uso público recreacional e de lazer deste CAC;
- Implementar equipamentos turísticos recreacionais para favorecer e dinamizar o uso turístico nas áreas pertinentes;
- Promover o fortalecimento dos projetos já existentes e em execução na região (Circuito Turístico do Ouro, Geopark e Estrada Real), iniciativas que visam contribuir para a estruturação do turismo;

- Incentivar a criação de um corredor interpretativo voltado à preservação da paisagem como integrante do patrimônio regional;
- Apoiar as iniciativas de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela apresentado pelo ICMBIO;
- Apoiar o projeto de preservação de áreas marginais do Córrego do Viana (Rio Acima) e Ribeirão da Prata (Raposos), através da implantação de parques lineares para fins de lazer e turismo, integrado ao Complexo SAMSA.

V. Complexo Local Serra da Piedade:

- Apoiar a criação de um programa para otimização do uso no topo da Serra, transformando o mesmo em espaço de urbanidade, espaço de encontro, para fins religiosos, sociais, culturais e turísticos.
- Implantar projetos de restauração do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e arquitetônico ao longo do trecho da Estrada Real, com ênfase na revitalização em torno do acervo histórico do período barroco de Minas Gerais;
- Empreender projetos de uso recreacional, de lazer e expressão cultural em espaços potenciais, como as Estações ferroviárias, compatíveis com a arquitetura e paisagem dos mesmos, de modo a dinamizar o funcionamento para o uso público dessas áreas;
- Realizar estudos sobre a viabilidade de recuperação de trechos de estrada de ferro, faixas sobre o trilho, como é o caso do trecho entre Raposos e Rio Acima; como instrumento para otimizar o potencial interpretativo da paisagem e a vivência turística ao longo do trecho/rota da Estrada Real.

b) Complexo Ambiental Cultural do Médio Paraopeba

I. Complexo Local Serra do Elefante:

- Apoiar a delimitação da área da Unidade de Conservação da Serra do Elefante, como forma de promover a conservação da Serra como patrimônio natural e cultural da região;
- Promover projetos para a proteção da Serra do Elefante e o fomento do turismo e outras atividades no entorno rural através do apoio às iniciativas culturais e produtivas.

II. Complexo Local Serra Azul:

- Empreender iniciativas de recuperação de áreas degradadas na Serra Azul;

- Promover a formatação da rota cultural abrangendo o Instituto Inhotim, Distrito de Casa Branca (ambos localizados em Brumadinho) e o Centro de Arte e Tecnologia Jardim Canadá– JA.CA (Nova Lima) através de ações voltadas: à melhoria de acesso e de infraestrutura, promoção e desenvolvimento de projetos de capacitação, que visem aproximar as comunidades localizadas em seu entorno e qualificá-las para uma efetiva inclusão social e econômica.
- Promover ações de fortalecimento/valorização das tradições culturais das populações quilombolas de Sapé e Marinhos;
- Incentivar o fortalecimento de atividades produtivas atuais e estimular a adoção de novas atividades produtivas, considerando as vocações e desejos das populações quilombolas de Sapé e Marinhos;
- Apoiar a organização política das populações quilombolas de Sapé e Marinhos;
- Buscar fontes de financiamento para apoiar projetos e iniciativas empreendidos junto a populações quilombolas de Sapé e Marinhos

III. Complexo Local Paraopeba Rural:

- Apoiar a criação e implantação de Corredores de Integração Ecológica, como parques lineares urbanos, a exemplo do Parque Linear do Felipão, em Esmeraldas;
- Incentivar iniciativas de preservação dos recursos hídricos da Bacia do Paraopeba e a criação de novos espaços de lazer e convívio para a população;
- Identificar e fortalecer os traços de ruralidade existentes neste CAC, buscando inclusive reforçar a vocação rural deste município e de seu entorno, seja por meio da agricultura familiar e/ou mesmo atividade turísticas e de lazer que se utilizam do meio rural.

c) Complexo Ambiental Cultural Centro Metropolitano

I. Complexo Local Hipercentro/ Savassi

- Promover a valorização urbanística do hipercentro, visando a resgatar a sua habitabilidade, a sociabilidade do local e a criação de condições para a preservação do caráter histórico-cultural da área central;
- Incentivar a estruturação de roteiros culturais nesta área;
- Promover a implantação do Museu da Imagem e do Som e de espaços e centros culturais públicos regionalizados, de centros de referência, entre os quais o da cultura

negra, bibliotecas, outros museus, bem como consolidar aqueles já existentes, em condições de utilização por todos;

II. *Complexo Local da Pampulha*

- Incrementar ações culturais na região da Pampulha;
- Implementar um sistema de transporte entre os atrativos turísticos do Complexo da Pampulha;
- Promover o aprimoramento do Terminal Aéreo da Pampulha como equipamento de serviço internacional;
- Promover a articulação com o município de Contagem, para a ampliação, na bacia da Pampulha, do serviço de coleta e interceptação de esgotos sanitários;
- Empreender projetos sócio-culturais e de lazer destinados à rede pública de ensino;
- Apoiar a estruturação de um espaço museal da Pampulha que viabilize ações de educação, cultura e pesquisa.

III. *Complexo Local Várzea das Flores*

- Realizar o planejamento sócio-ambiental na bacia de Várzea das Flores;
- Promover ações de educação patrimonial, paisagística e turística junto às comunidades pertencentes à bacia.
- Estruturar espaços de lazer, cultura e entretenimento nas Pedreiras Santa Rita e do Riacho com vistas a atender as demandas sociais e culturais da região

d) *Complexo Ambiental Cultural Carste*

I. *Complexo Local Ruralidades do Carste*

- Incentivar o desenvolvimento de produção hortifrutigranjeira nas porções dos municípios de São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Matozinhos situadas no interior desse conjunto.
- Apoiar a implantação de floriculturas em Lagoa Santa e Vespasiano.
- Otimizar o potencial turístico representado pelos atrativos naturais e culturais da região cárstica, consolidando a vocação da região como corredor cultural através do apoio às propostas do Circuito das Grutas e da Rota Lund.
- Apoiar e incentivar programas de cunho educativo, como é o caso do programa de educação ambiental para a região denominado “Um Novo Olhar para a Apa Carste de

Lagoa Santa”, resultado da parceria da SEMAD e INFRAERO – Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

- Incentivar a criação de um espaço cultural e educativo voltado para o reconhecimento da importância desse patrimônio cárstico regional, ressaltando suas especificidades naturais, culturais, ambientais e expressiva relevância no cenário das pesquisas internacionais sobre arqueologia e paleontologia.

II. Complexo Local Sumidouro/Ribeirão da Mata

- Estruturar projeto de desenvolvimento turístico voltado para a valorização do patrimônio históricos dos núcleos, com destaque para a restauração das estações ferroviárias e retorno do transporte ferroviário como apoio a atividade turística, além do resgate das atividades relacionadas ao passado rural do conjunto.
- Apresentar aos grupos de manifestações culturais a possibilidade de inserção no projeto turístico, avaliando junto com os mesmos as condições necessárias para que tal envolvimento seja benéfico.
- Estruturação de um programa cultural que vise a formação de grupos para-folclóricos, fortalecendo assim a valorização das tradições culturais regionais.
- Elaborar um calendário regional das manifestações culturais e outros tipos de eventos.
- Apoiar a reestruturação do balneário da Cachoeira do Urubu, para integrar um roteiro turístico regional.
- Apoiar a recuperação do vale do Ribeirão da Mata, mediante a implantação de um parque linear em toda sua extensão no interior da mancha urbana e mediante a proteção de suas nascentes e recuperação da mata ciliar na área rural.
- Apoiar a gestão do Parque Estadual do Sumidouro no tocante ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e educação.

e) Complexo Ambiental Cultural Cipó-Velhas

I. Complexo Local Jaboticatubas EcoCult

- Apoiar a criação de um centro cultural, com o objetivo de contemplar e reunir as manifestações culturais da região, visando seu reconhecimento e valorização por parte da população local e visitantes.
- Apoiar a estruturação de um centro de recepção turística na sede de Jaboticatubas, que possa cumprir a função de espaço de informação e também de sensibilização do turista

com relação à importância dos elementos naturais, culturais e históricos da região;

- Apoiar a criação e implantação de Corredores de Integração Ecológica e Áreas de Interesse Ambiental, como o parque linear urbano São José, em Jaboticatubas.

II. Complexo Local Cachoeiras de Nova União/Balneário de Taquaraçu

- Promover ações de educação ambiental junto aos turistas e moradores locais.
- Apoiar a estruturação de um centro de recepção turística na sede de Nova União, por onde os visitantes passam em direção às cachoeiras, com informações gerais sobre a região;
- Apoiar a estruturação dos atrativos turísticos;
- Apoiar os projetos de desenvolvimento sócio-ambiental promovidos pelo grupo da cachaça Germana.

Ação 2 – Recuperação das Áreas Degradadas

A recuperação de áreas degradadas pertencentes às áreas de relevância ambiental e cultural é preconizada por legislações específicas. Na área de influência dos CAC`s se faz presente, enquanto proposta de recuperação, a identificação e planejamento de intervenção em espaços subutilizados e esvaziados de significado como é o caso das cavas de pedreiras inativas. Estas áreas apresentam grande potencial para dar lugar a equipamentos de lazer e cultura (anfiteatros e áreas de apoio) que poderão imprimir um sentido integrador de alcance metropolitano e um elemento de inclusão e identificação sócio-cultural.

Primeiramente, para a proposição de novas formas de uso em áreas fortemente degradadas pela mineração, identificou-se uma amostra de cavas de mineração nos cinco CACs e, em seguida, após avaliação do potencial de cada complexo, da expressividade da cava e da localização das mesmas, indicou-se como exemplo, para proposição de projetos de recuperação e revitalização com prioridade para o uso público, quatro cavas, a saber: Mina da ICAL, Mina Águas Claras, Mina Martins Lanna e Mina Santiago e Cia.

O Plano Diretor de Contagem estabelece, por exemplo, a criação do Plano de Desenvolvimento Sustentado Bacia Várzea das Flores com análise e parecer do Conselho Municipal de Meio Ambiente. E prevê como potenciais áreas para lazer na RMBH a Pedreira Santa Rita e a Pedreira do Riacho.

Apesar de haverem alguns indicativos no sentido de ressignificar esses não-lugares, é necessário que estudos mais aprofundados sejam desenvolvidos e que estes sejam acompanhados de um processo democrático visando a ressignificação do local.

Projeto 2) Proteção Integrada das Paisagens Culturais da RMBH

1. Mapeamento e compreensão dos dispositivos de proteção do patrimônio paisagístico existentes

- Reconhecimento dos instrumentos legais de proteção:
- Avaliação dos instrumentos de proteção com relação à abordagem integrada de elementos naturais e culturais:
 - i. Avaliar quais elementos paisagísticos são contemplados nos instrumentos de proteção em esfera federal, estadual e municipal.
 - ii. Avaliar a forma como estes elementos são tratados nesses instrumentos de proteção, identificando lacunas, peculiaridades.
- Proposição de mecanismos de integração dos instrumentos de proteção do patrimônio paisagístico adotados pelas instituições de cultura e meio ambiente

2. Reconhecimento das iniciativas de gestão voltadas à proteção do patrimônio paisagístico

- Levantamento de instituições e atores sociais ligados direta ou indiretamente em iniciativas relacionadas à proteção;
- Mapeamento das relações de dependência e interação estabelecidas (ou não) entre os diversos atores envolvidos.
 - i. Propor mecanismos de integração das ações de proteção do patrimônio paisagístico da RMBH;

3 - Educação patrimonial e paisagística

Segundo Horta (2003), a Educação Patrimonial consiste em um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações,

despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.

Nesse sentido, o conhecimento dos elementos que compõem o patrimônio paisagístico da RMBH permite uma educação paisagística (aqui compreendido num sentido amplo, incorporando o patrimônio e os modos de vida e produção próprios de cada território) e contribui para o respeito à diversidade, à multiplicidade de expressões e formas com que a cultura se manifesta, nas diferentes regiões e municípios, a começar pela linguagem, hábitos e costumes. Ainda segundo Horta (2003), a percepção dessa diversidade contribui para o desenvolvimento do espírito de tolerância, de valorização e de respeito das diferenças, e da noção de que não existem povos “sem cultura”, ou culturas melhores do que outras. O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e o estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

Nessa direção, o presente projeto visa promover uma visão abrangente de patrimônio a partir do conceito de Paisagem Cultural, que incorpore a diversidade de processos, manifestações, naturais e culturais, materiais e imateriais da RMBH. Sua implementação está ancorada na metodologia de Educação Patrimonial do IPHAN, que, desde sua criação, já reúne experiências de implementação em várias localidades do Brasil. Considerando o desafio de implementação deste projeto na RMBH, cumpre mencionar exemplos bem sucedidos que podem contribuir nesse sentido: Projeto “Resgatando Histórias, Preservando nossa Memória”, de Sabará e o Projeto Casa Do Patrimônio, em Ouro Preto.

Esse processo educativo busca não somente construir conhecimento sobre o patrimônio natural e histórico da RMBH, mas, sobretudo, criar laços afetivos com tais elementos, consolidando a construção de valores e olhares mais significativos sobre o passado e sobre os símbolos atuais que representam a história da RMBH – os idosos, os costumes, a culinária, as tradições, etc. Segundo Ana Carmem Amorin Jará (2006) “ensinar o respeito ao passado, mais do que sua simples valorização é contribuir para a formação de uma sociedade mais sensível e apta a construir um futuro menos predatório e descartável, menos submetido à lógica econômica de um mercado cada vez mais voltado para os jovens, seus hábitos e seus gostos (ou a falta e a volatilidade destes)”. Nesse sentido o trabalho deve ser realizado de maneira intensa a não somente formar, mas sensibilizar todos os agentes multiplicadores sobre o conhecimento relacionado ao patrimônio paisagístico da RMBH.

Nessa lógica, a presente iniciativa visa:

- Promover o conhecimento e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu “patrimônio”, de maneira a interferir positivamente na preservação dos bens patrimoniais e no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.
- Promover a recuperação da memória coletiva, no resgate da auto-estima de comunidades em processo de desestruturação, no desenvolvimento local e no encontro de soluções inovadoras de preservação do patrimônio cultural;
- Levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Ações Previstas:

- Desenvolver programas de Educação Patrimonial em escolas da Rede Municipal e Estadual e também Particular, organizações comunitárias, empresas e órgãos públicos em toda a RMBH;
- Desenvolver um programa sistemático com os professores das redes públicas e privadas, nos níveis fundamental e médio, no sentido de promover o conhecimento/apropriação do patrimônio natural e histórico da RMBH, bem como sua importância social e educacional, sensibilizando-os para a importância do trabalho desse tema em sala de aula.
- Produção de material multimídia sobre o patrimônio natural e histórico da RMBH (especialmente em filme);
- Inserir a temática da Educação Patrimonial nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino;
- Realizar oficinas de treinamento de professores na prática da metodologia do IPHAN (Guia Básico de Educação Patrimonial);
- Estabelecer parcerias com órgãos do patrimônio IPHAN e IEPHA para a disseminação da metodologia de Educação Patrimonial;
- Criar rotas e/ou roteiros patrimoniais na RMBH, a serem trabalhados, sobretudo, por escolas do ensino fundamental e médio, como uma forma de turismo pedagógico;
- Criar um mapa da RMBH com os principais patrimônios naturais e históricos, e um

calendário das principais manifestações culturais da RMBH, a ser trabalhado nas escolas públicas e privadas.

Experiências de referência para a implementação do Projeto de Proteção das Paisagens Culturais da RMBH:

- Projeto Memória Emotiva (Sabará, MG): O Projeto “Memória Emotiva, Olhares sobre o Patrimônio” é uma proposta de Educação Patrimonial que consiste na preservação e difusão da memória, cultura e patrimônio da cidade de Sabará. Através de oficinas multimídia, pretende-se envolver, sensibilizar e mobilizar a comunidade para a valorização de suas referências culturais e da memória coletiva por meio do registro oral, fotográfico e audiovisual, a partir de demandas levantadas pelos próprios participantes do Projeto.

- Projeto de estudo da paisagem cultural do Serro realizado pela UFMG.

- Metodologia e Inventário Participativo promovido pelo SELO UNICEF no Semi-Árido do Brasil envolvendo crianças e adolescentes de escolas públicas no levantamento preliminar do patrimônio natural e cultural.

Projeto 3) Sistema de Gestão dos Complexos Ambientais da RMBH

A gestão é o mecanismo usado para dar continuidade ao processo de planejamento pensado e executado, até aqui, para os CACs. Nesse bojo, inserem-se ações direcionadas para a maximização da capacidade de atendimento das demandas locais e continuidade das propostas de unificação dos interesses locais em torno de um ideal territorial de promoção e proteção da paisagem comum.

1. Indicar formas de gestão intersetorial para os CAC's;

- Identificar instâncias de gestão já existentes que possam incorporar em suas agendas as discussões sobre a gestão e operacionalização dos CAC's
- Propor uma estrutura de gestão para os CAC's.

A implementação do Programa de Conformação dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH requer a construção de uma estrutura de gestão³ capaz de incorporar a seguinte proposta:

³ Cumpre mencionar que o detalhamento do processo de construção da Institucionalidade deste Programa será abordado no projeto 3.

- **Instância de Gestão Metropolitana:** ancorada na estrutura já existente da Agência Metropolitana, cumpre a função de constituir um espaço democrático e eficiente de diálogo entre os atores sociais da RMBH e, ao mesmo tempo, incorporar as demandas e proposições provenientes das instâncias regionais (CAC's) e locais (complexos locais) da RMBH.

- **Instâncias de Gestão Regionais:** sua função consiste em articular as instâncias de gestão locais (complexos locais) e a Metropolitana (Agência Metropolitana). As instâncias de gestão regionais contemplam o território delimitado por cada Complexo Ambiental Cultural identificado neste estudo (*ver item territorialidade*): 1) Quadrilátero Ferrífero; 2) Centro Metropolitano; 3) Médio Rio Paraopeba; 4) Carste; 5) Cipó-Velhas.

- **Instâncias Locais de Gestão:** consiste no arranjo institucional de gestão de cada complexo local proposto neste estudo. O objetivo é cumprir o papel de articulação local, congregando demandas, iniciativas e proposições referentes à proteção e promoção do patrimônio paisagístico e valorização cultural em cada CAC. Ao mesmo tempo, incorpora ainda a função de articulação com as instâncias de gestão regional e metropolitana.

A proposta deste projeto considera central a identificação de instâncias de gestão já existentes na RMBH com potencial para incorporar o desenho institucional de gestão para os CAC's. Um primeiro exercício nesse sentido aponta para as seguintes instâncias de gestão/espacos de participação:

- **Nível Metropolitano:** Agencia Metropolitana

- **Nível Regional:** cada CAC terá um representante da Agência Metropolitana que atuará nas instâncias de gestão já existentes. Como propostas, seguem, por exemplo:

CAC Centro-metropolitano: Colegiado Metropolitano

CAC Médio Paraopeba: Comitê de Bacias do Rio Paraopeba

CAC Cipó-Velhas – Comitê de Bacias do Rio das Velhas

CAC Quadrilátero: Geopark

CAC Carste: APA Carste

Proposta preliminar de gestão compartilhada dos CACs e Complexos Locais:

A gestão compartilhada, que prevê o envolvimento de representantes de todos os grupos sociais e interesses locais, vem sendo considerada como o modelo mais próximo do ideal, no qual a diversidade e atuação dos sujeitos atuantes no território tende a potencializar a legitimidade das decisões. Dessa forma, ancorada pela estrutura de gestão supramencionada,

são apontados atores potenciais capazes de representar a coletividade em todas as suas esferas.

Entidades representativas que deverão estar envolvidas na gestão dos CACs:

- Movimentos sociais relacionados à questões ambientais e culturais;
- Representantes das UCs existentes no entorno;
- Representantes das Secretarias de Turismo do entorno;
- Representante da Federação Estadual dos Circuitos Turísticos que envolve o CAC;
- Representantes de grandes empreendimentos localizados no entorno de cada CAC;
- Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (CONEP/SEC);
- Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM/SEMAD);
- Conselho Estadual de Turismo (CET/SET);
- FECOMERCIO: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de MG;
- SENALBA-MG – Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional;
- ODEPAC-MG - Organização de Defesa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais
- Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (AMIG);
- Reserva da Biosfera do Espinhaço.

Mecanismos de promoção e apropriação dos instrumentos de gestão dos CAC's por parte das Comunidades

Instrumentos de gestão:

- Criar um conselho deliberativo para gerir cada CAC;
- Criar um fundo para o ordenamento das ações identificadas como prioritárias;
- Proposição de planos de desenvolvimento para cada *Complexo local*;
- Construir parcerias de cooperação através da consulta de todos os interessados para se alcançar uma visão compartilhada do entorno, negociando objetivos comuns e estabelecendo um trabalho de equipe entre os interessados;
- Estar em pleno diálogo com os LUME's;
- Monitorar todo o meio ambiente, identificando e divulgando, através de relatórios, as tendências dos indicadores ambientais, sociais, culturais, turísticos e econômicos que reflitam os objetivos comuns do CAC;

- Tornar o gerenciamento ambiental um princípio da administração fazendo uso de estratégias ambientais, de desenvolvimento social e manutenção da paisagem;
- Uso de geotecnologias para auxiliar na gestão e tomada de decisões;
- Atuação conjunta com outros instrumentos de planejamento e gestão territoriais tais como os PPAG's, PD's, Planos Setoriais, políticas municipais e estaduais;
- Materialização de diretrizes elencadas por diversos instrumentos legais tais como o Estatuto da Cidade, Agenda 21 e outros;

Territorialidade

No âmbito do Programa de Conformação de Complexos Ambientais Culturais da RMBH, foram elaborados os seguintes mapas:

- Complexos Ambientais Culturais da RMBH e respectivos Complexos Locais (com suas áreas de influência);
- Complexo Ambientais Culturais da RMBH e respectivos Complexos Locais (com suas áreas de influência); sedes municipais; mancha urbana, rodovias e hidrografia;
- Complexo Ambiental Cultural Quadrilátero Ferrífero e respectivos complexos locais (com suas áreas de influência);
- Complexo Ambiental Cultural Centro Metropolitano e respectivos complexos locais (com suas áreas de influência);
- Complexo Ambiental Cultural Médio Rio Paraopeba e respectivos complexos locais (com suas áreas de influência);
- Complexo Ambiental Cultural Carste e respectivos complexos locais (com suas áreas de influência);
- Complexo Ambiental Cultural Cipó-Velhas e respectivos complexos locais (com suas áreas de influência);

Figura 1

COMPLEXOS AMBIENTAIS CULTURAIS - CACs E COMPLEXOS LOCAIS



CACs

- Cipó - Velhas
- Carste
- Centro Metropolitano
- Bacia do Médio Paraopeba
- Quadrilátero Ferrífero

COMPLEXOS LOCAIS

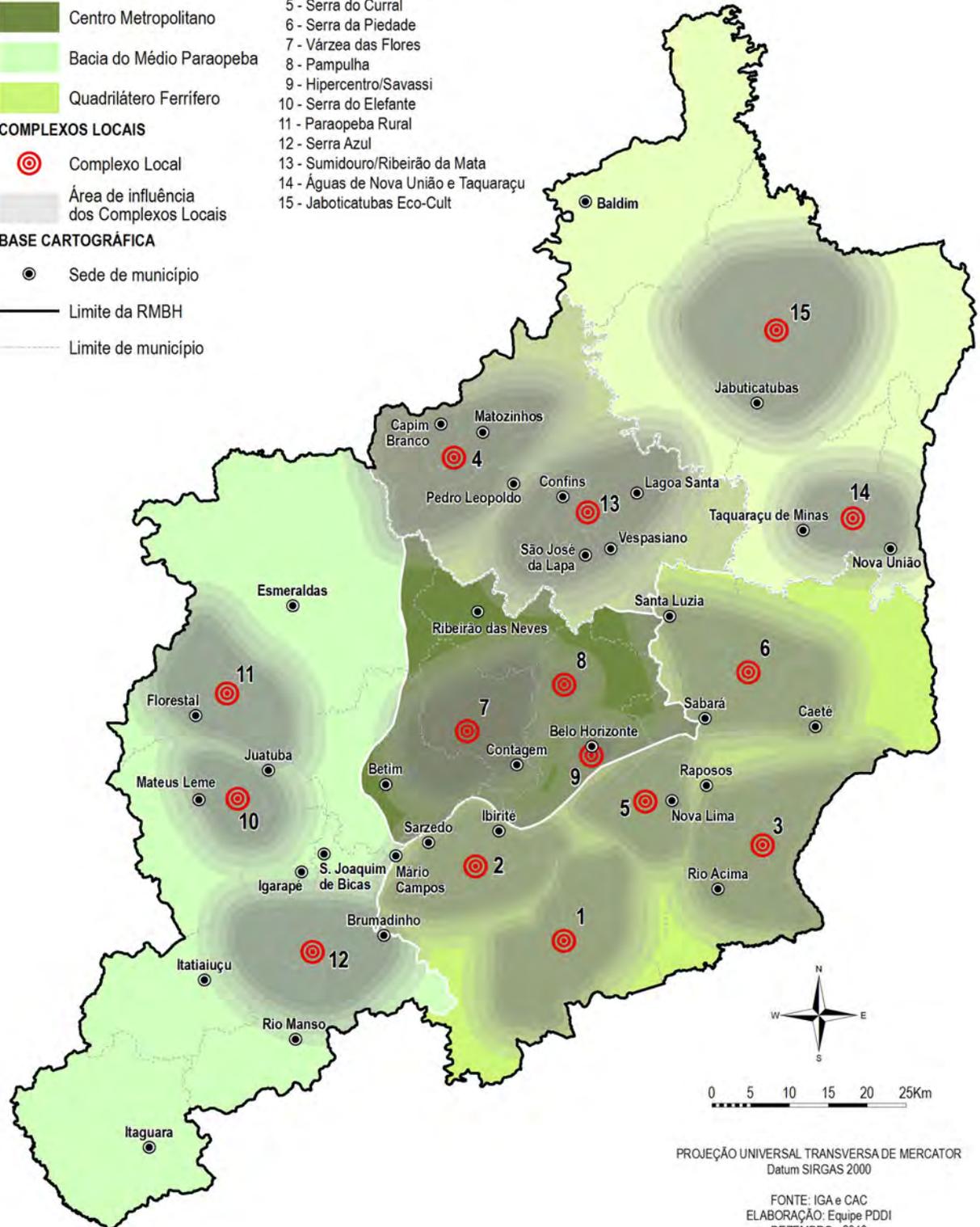
- Complexo Local
- Área de influência dos Complexos Locais

BASE CARTOGRÁFICA

- Sede de município
- Limite da RMBH
- Limite de município

COMPLEXOS LOCAIS

- 1 - Serra da Moeda
- 2 - Parque Estadual Serra do Rola Moça
- 3 - Serra do Gandarela
- 4 - Ruralidade do Carste
- 5 - Serra do Curral
- 6 - Serra da Piedade
- 7 - Várzea das Flores
- 8 - Pampulha
- 9 - Hipercentro/Savassi
- 10 - Serra do Elefante
- 11 - Paraopeba Rural
- 12 - Serra Azul
- 13 - Sumidouro/Ribeirão da Mata
- 14 - Águas de Nova União e Taquaraçu
- 15 - Jaboticatubas Eco-Cult

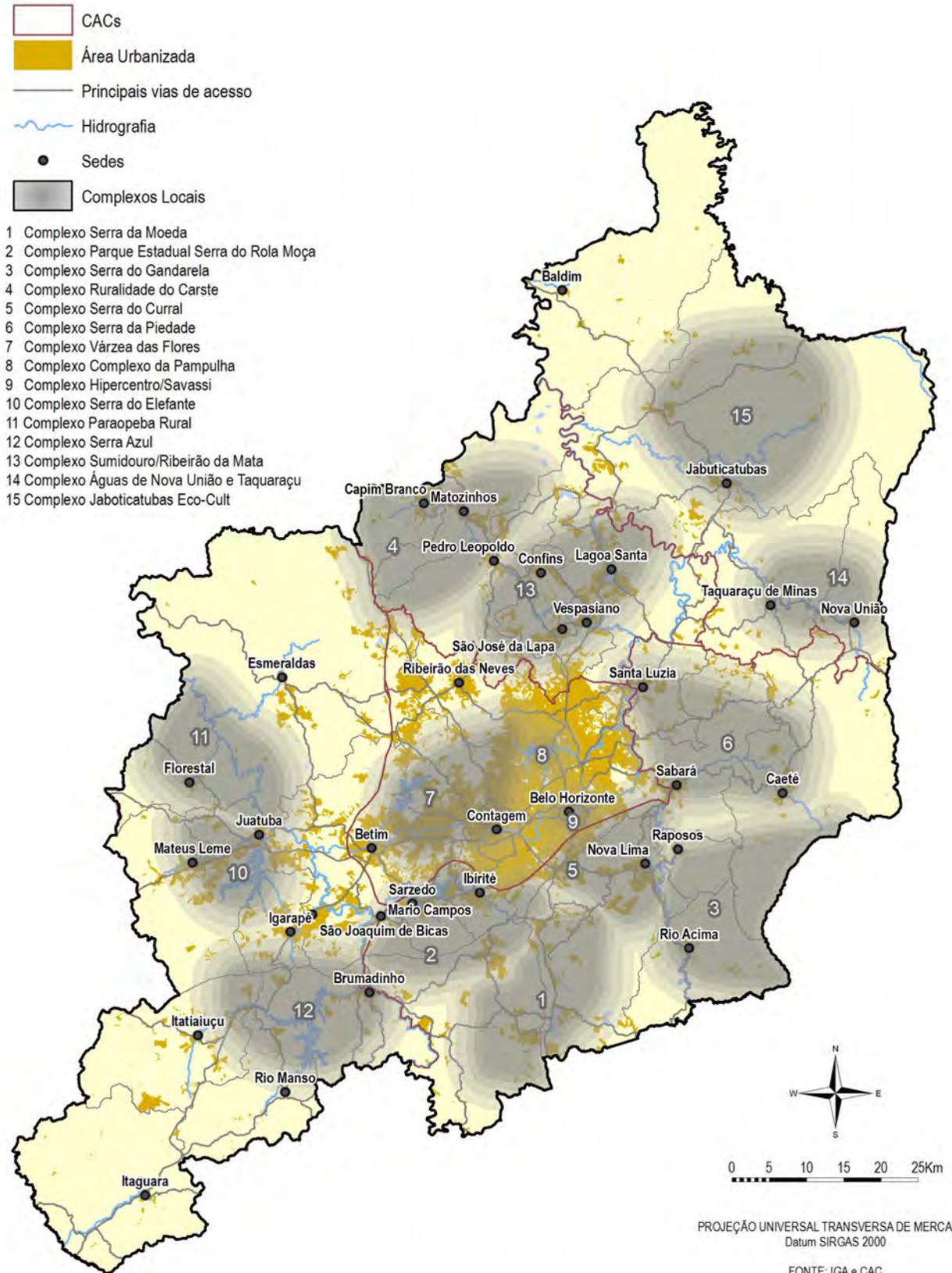


PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: IGA e CAC
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Figura 2

COMPLEXOS AMBIENTAIS CULTURAIS - CACs E COMPLEXOS LOCAIS



a) CAC Quadrilátero Ferrífero

A área de abrangência do CAC Quadrilátero Ferrífero é delimitada, pelo conjunto de Serras - Serra do Curral/Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos/ Serra da Piedade e Serra do Gandarela - pelos municípios de Brumadinho, até a margem esquerda do Rio Paraopeba, e Nova Lima, além do Rio das Velhas. Este CAC incorpora atributos histórico-culturais e naturais existentes em sua área que, associados aos atuais usos/pressões antrópicas neste território, possuem uma representatividade significativa sob a perspectiva histórico-cultural, religiosa, econômica, ambiental, turística e simbólica para a RMBH. Dentre todas as pressões sofridas por esta região, destaca-se a atividade minerária como sendo a mais insidiosa em termos de impactos, tanto no que tange o meio ambiente físico e natural como também o homem e suas relações sociais.

Este CAC destaca-se também como patrimônio religioso e histórico, além de um geossistema de grande importância para a manutenção da qualidade da água na RMBH.

Dentro da perspectiva apresentada, cinco *complexos locais* foram identificados no sentido de materializar as potencialidades, auxiliando, também, nas propostas de conservação dos patrimônios locais, sendo eles:

- **Complexo Local Serra do Curral:** Este complexo abrange as áreas de lazer e espaços verdes localizados na Serra do Curral. A Serra do Curral é um dos marcos paisagísticos mais representativos da cidade de Belo Horizonte, com expressivo significado histórico e simbólico para sua população e, de certa forma, também para a RMBH.

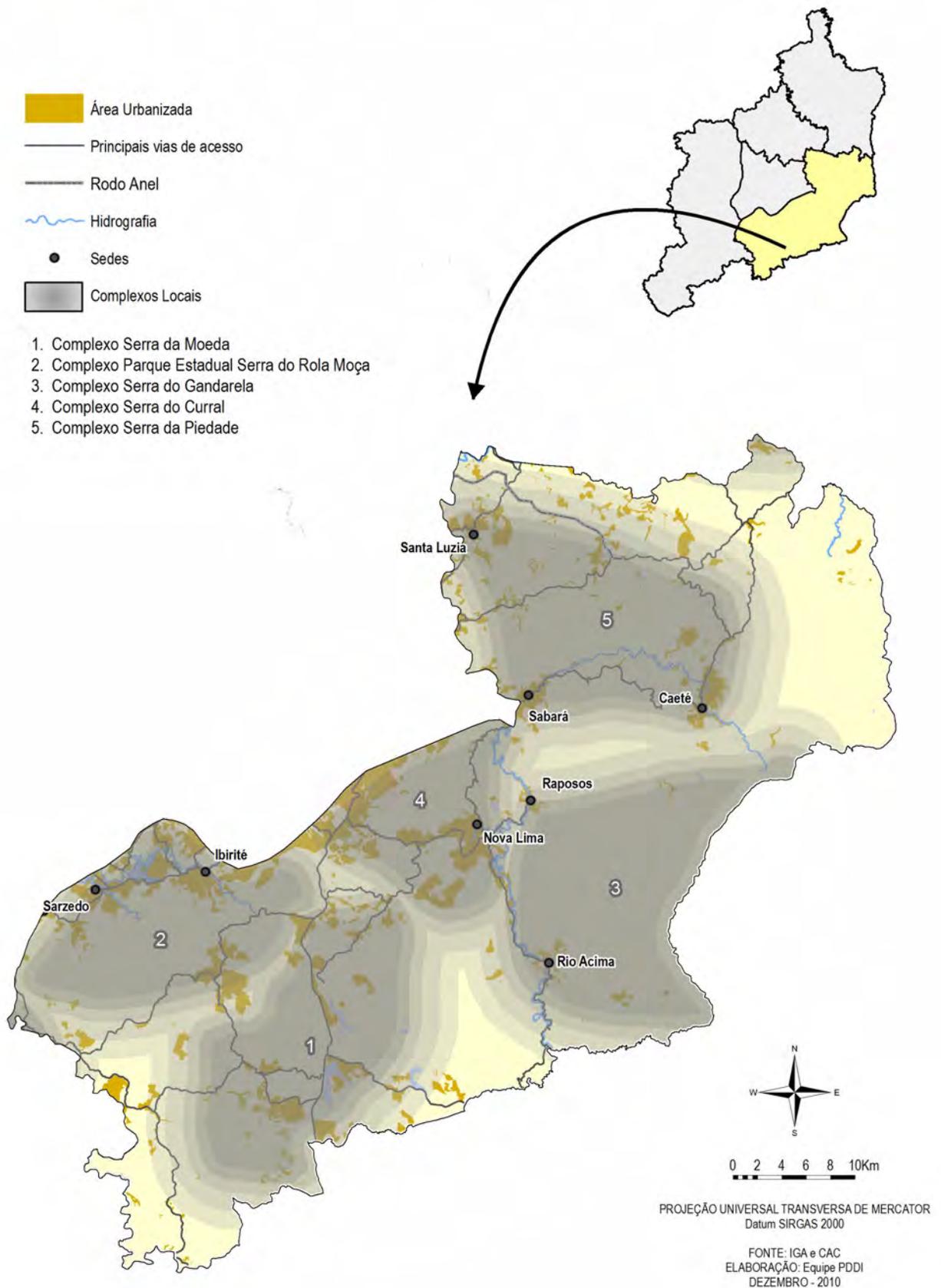
Elementos Paisagísticos: Parque das Mangabeiras; Praça do Papa; RPPN Mata do Jambreiro e Estação Ecológica de Fechos.

- **Complexo Local PESRM:** abrange a área do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e seu entorno direto, que abrange as Serras do Rola Moça, Serra Três Irmãos e Lagoa de Ibirité. Constitui o principal atrativo turístico desta região, recebendo inúmeros visitantes, tanto por sua vocação natural como por seu patrimônio histórico-cultural. Além disso, esta região concentra nascentes e mananciais responsáveis pelo abastecimento de córregos, rios, sub-bacias e bacias da região, com reflexo direto no abastecimento de água da população da RMBH. Ao mesmo tempo, a região sofre impactos de atividades minerárias, turismo, agricultura e urbanização.

Figura 3



COMPLEXO AMBIENTAL CULTURAL QUADRILÁTERO FERRÍFERO E SEUS COMPLEXOS LOCAIS



Elementos Paisagísticos: Manifestações culturais como Guardas de Congo e Moçambique, encontros de Folias de Reis e de Bandas de Música; Festas religiosas como a Festa do São Cristovão (Bairro Brasília – Igreja Senhor dos Passos, com participação de outras comunidades vizinhas), Festa do Engenho Seco (Povoado do Engenho Seco – Igreja Sagrada Família, com participação das comunidades vizinhas Capão do Bálsamo, Córrego do Feijão, Lambari e Serra da Boa Esperança); Estação Ferroviária de Brumadinho; Espaço Cultural Casa de Cultura Carmita Passos e Teatro Municipal de Brumadinho; Forte de Brumadinho; Distrito de Casa Branca (Brumadinho): produção artesanal de cerâmicas, festas religiosas, turismo, gastronomia; Elementos de ruralidade: fazendas antigas, moinhos d’água, muros de pedra; Áreas de Proteção Especial (APEs), destinadas à preservação de várias nascentes e cabeceiras de rios das bacias do Velhas e Paraopeba, destacando-se: Taboões, Rola-Moça, Bálsamo, Barreiro, Mutuca e Catarina, além da Estação Ecológica de Fechos; Ribeirões (Catarina, Casa Branca, Macacos), córregos (Fechos, Barreiro, Mutuca) e mananciais (todos protegidos, como Bálsamo, Barreiro, Cercadinho, Mutuca, Rola Moça, Taboões), que cumprem a função de abastecimento da RMBH; Campos Ferruginosos; Feira de Artesanato em Sarzedo; Capela Nossa Senhora do Rosário, em Ibirité; Igreja Matriz de Sarzedo; Complexo da Estação Ferroviária de Sarzedo; Casarão Sampaio, em Mário Campos e o Sítio Arqueológico Antipoff.

- **Complexo Local da Encosta da Serra da Moeda:** Este complexo abrange a Serra da Moeda e seu entorno direto, mais especificamente, a Oeste, o distrito de Piedade do Paraopeba e os povoados de Palhano e Suzana (pertencentes ao município de Brumadinho), e a Leste, o município de Nova Lima. Nesta região são identificados patrimônios histórico-culturais de grande relevância, representadas por centros históricos, igrejas, casarios e manifestações culturais diversas. Somado a este potencial histórico-cultural e simbólico, destaca-se a relevância dos atributos naturais: a própria Serra da Moeda, sempre presente na paisagem e no imaginário regional, vegetação, cachoeiras, rios e sítios arqueológicos e paleontológicos. Também se destaca pelo potencial gastronômico e turístico (Casa Branca, Macacos e Jardim Canadá).

Elementos Paisagísticos: Serra da Moeda; Patrimônio imaterial: encontros de grupos de congado, folia de reis, bandas (Povoado de Suzana, em Brumadinho), sanfoneiros,

viroleiros; Festas Religiosas, com destaque para a Festa de Nossa Senhora do Rosário (Distrito de Piedade do Paraopeba, Brumadinho); Festas Populares, com destaque para a Festa do Milho, da Laranja, da Mexerica Pokan e Festival da Cachaça; Elementos de ruralidade: fazendas antigas, moinhos d'água, muros de pedra, Calçamentos do século XVIII; Distritos de Piedade do Paraopeba: Igreja Matriz de Piedade do Paraopeba; produção de cerâmicas artísticas, reunindo diversos artistas regionais; produção artesanal de cachaça; sítio arqueológico Abrigo Retiro das Pedras; Unidades de Conservação: APA SUL RMBH (estadual), APA Serra da Moeda (municipal), RPPNs Capitão do Mato e Mata do Capão; Áreas de Proteção Especial: APE Catarina, APE Fechos; Uso recreacional e turístico: prática de esportes de aventura, como vôo livre, asa delta, *trekking*, caminhadas; No lado oeste, destaca-se a Cachoeira Santa Cruz, Cachoeira do Alcebíades, da Usina, de Águas Claras, de Piedade do Paraopeba ou “Cachoeira dos Carrapatos”, do Areião e Cachoeira dos Marques. Além das cachoeiras, destacam-se ainda as pistas de vôo livre, localizadas no chamado Topo do Mundo, que atraem diversos visitantes; No lado Leste: Lagoas: Lagoa do Miguelão, Lagoa das Codornas, Lagoa dos Ingleses; Em Nova Lima, as tradições históricas, danças e encontros culturais merecem destaque: desfiles de cavalcadas (São Jorge, São José Operário), encontros de marujos do congado e festas religiosas (Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Nossa Senhora do Pilar, Festa do Senhor do Bonfim); Artesanato: funilaria artística e decorativa, peças em ferro, adornos, móveis crochê, panos de prato e tricô, pintura em tela, fuxico, artesanato em bambu com flores, plantas e hortaliças; Patrimônio Material de Nova Lima: Teatro Municipal Manoel Franzen de Lima (tombado pelo patrimônio municipal), Casa de Cultura e o Centro de Memória de Nova Lima, a Casa Aristides Atelier de Artes e Ofícios, Igreja de Nossa Senhora do Rosário (tombada), Igreja do Senhor do Bonfim e a Matriz de Nossa Senhora do Pilar (construída no século XVIII e tombada pelo IPHAN); Legado Inglês, resultado da instalação, em 1834, da companhia inglesa Saint John Del Rey Mining Company: centro de preservação histórica “Casa Grande / Centro de Memória Morro Velho”; bairro Quintas dos Ingleses, formado por um conjunto de casas em estilo europeu, parte delas do século XIX e a Rua do Ziguezague Grande (Rua Augusto de Lima), construída no século XX e tombada pelo município; Bairro de Honório Bicalho (Nova Lima): integra o trecho do caminho velho da Estrada Real. Patrimônios e construções históricas relevantes: Santuário Bom Jesus de Matozinhos,

Banqueta de Matozinhos, Curral de pedra dos escravos, Linha ferroviária da RFFSA e Usina da Gaia; Atributos naturais: Rio das Velhas, Poço Azulão (principal atrativo natural do bairro), Cachoeira das Vinte Sete Voltas e Cascata do Zumbi, além de áreas de proteção e áreas verdes como Mata das Três Barras, Mata do Cambimbe e Mata do Zumbi; Atividades de ecoturismo, turismo de aventura e o turismo gastronômico, infraestrutura turística de qualidade, com inúmeras pousadas e restaurantes; urbanização (condomínios); Região com grande vocação rural, com destaque para a presença de comunidades quilombolas de Sapé e Marinheiros.

- **Complexo Local Serra da Gandarela** – Esse complexo envolve o geossistema Gandarela. O seu potencial hídrico assume destaque por contribuir diretamente para o abastecimento da RMBH, beneficiando grande parte de sua população. O complexo Serra da Gandarela além de contribuir para o abastecimento da RMBH, apresenta também características muito importantes em relação à atividades de lazer e turística. Suas incontáveis cachoeiras, riachos e o aspecto rural do ambiente contribuem para a indução de fluxos destinados a usufruírem os recursos do território. Não obstante, este complexo apresenta uma riqueza histórico-cultural importante para a RMBH, abrigando ruínas, casarões, igrejas, etc.

Elementos Paisagísticos: Rio das Velhas; Ribeirão da Prata; Cachoeira Olhos D'água; Cachoeira Maquiné; Cachoeira Ponte Preta; Cachoeira do Trovão; Cachoeira Alta; Cachoeira do Chuvisco; Cachoeira de Santo Antônio; Cachoeira do Viana; Fazenda Gandarela e Ruínas da Mina de Gongo Soco; Distrito de Morro Vermelho, pertencente à Caeté: Igreja Nossa Senhora de Nazaré, Festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, Festa Nossa Senhora de Nazaré, Sítio Histórico Retiro dos Capetas (divisa de Caeté com Rio Acima); Poço dos Crentes, da Pedra, dos Impossíveis, Azulão; Manifestações culturais: Congado, Marujada, Moçambique, Cavalhada, Pastorinha, Capoeira, Procissão das Almas e Folia de Reis; Festas religiosas: Festa de São Benedito e Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Nossa Senhora da Conceição e a Festa de Santa Efigênia; Patrimônio Material: Matriz de Nossa Senhora da Conceição (de 1690 considerada a primeira Matriz de Minas Gerais); Estação Ferroviária do Município de Raposos e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, ambos tombados; ruínas da Casa de Pedra; Estação Ferroviária de Rio Acima (Casa de Cultura); Centro Social (SAMSA) e a Igreja Matriz de Santo Antônio; Festas Populares: Festival da Cultura, Festival da Canção, Festiviola e Festival da

Goiaba.

- **Complexo Local Serra da Piedade** – O Conjunto da Serra da Piedade consiste em uma referência paisagística, cultural, histórica, religiosa e natural para a RMBH. Este Conjunto apesar de concentrar atributos naturais como afloramentos rochosos, nascentes e afluentes do Rio das Velhas, fauna e flora endêmicas, destaca-se como patrimônio religioso e histórico por apresentar um grande acervo do barroco mineiro, manifestações culturais tradicionais, centros culturais e museus, eventos culturais, centros históricos, ruínas e, ainda, o Observatório Astronômico da UFMG, hotéis e pousadas, além de pertencer a um trecho da Estrada Real.

Elementos Paisagísticos: Santuário de Nossa Senhora da Piedade; Centros históricos de Sabará, Caeté, Ravena, Arraial Velho e Pompéu, as edificações isoladas da Capela da Soledade, da Capela da Piedade e ruínas abandonadas nas proximidades de Arraial Velho; Igrejas do Ó e Nossa Senhora do Carmo em Sabará e a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso em Caeté, a primeira em Minas construída em alvenaria; Manifestações culturais: folias de reis e as guardas de marujos, congado, guardas de Moçambique, além de grupos de dança e música.

b) CAC Centro Metropolitano

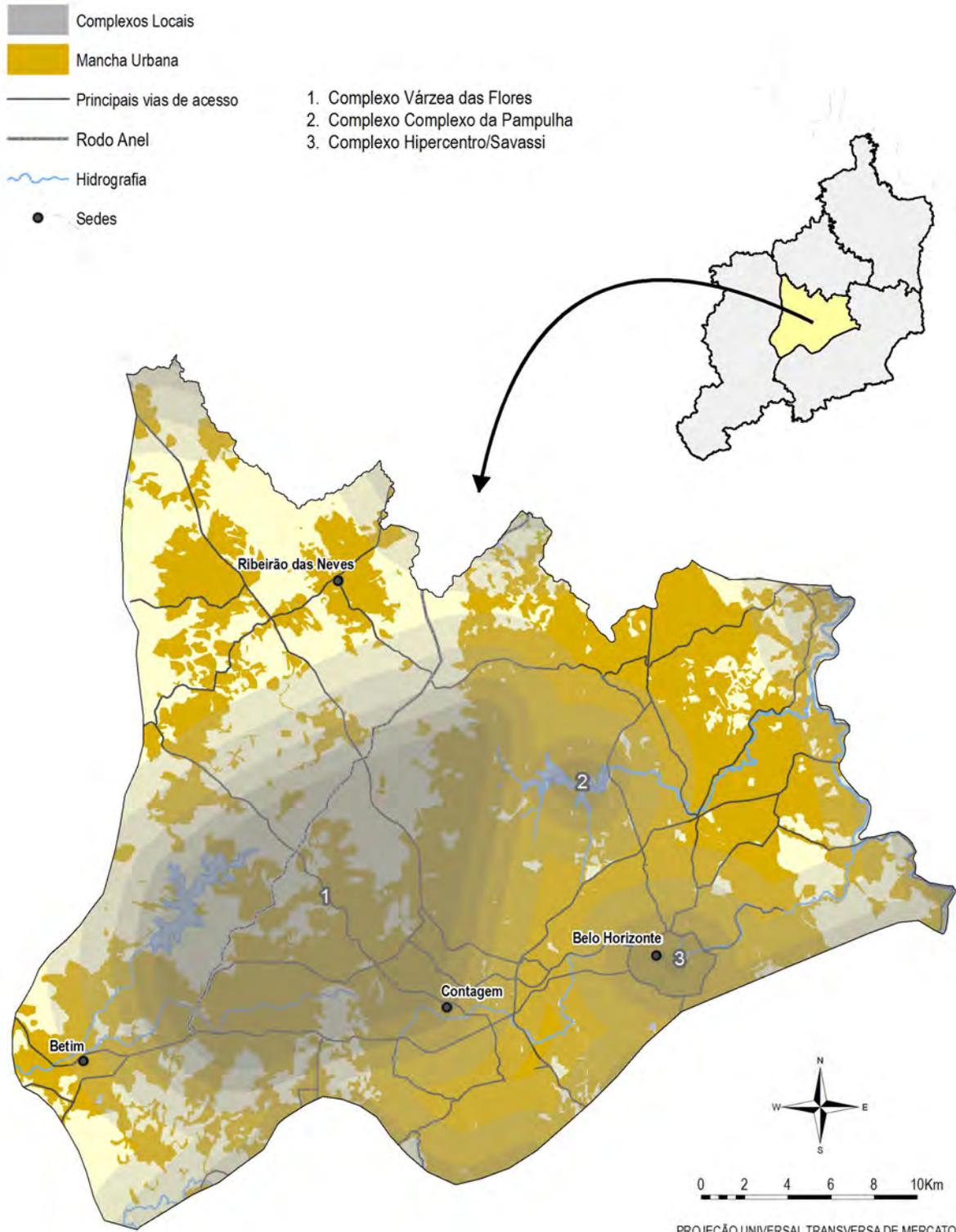
O CAC Centro Metropolitano envolve a área de maior densidade urbana da RMBH. Nesta área há uma concentração de indústrias, empreendimentos de grande porte, centros de tecnologia e geração de conhecimento, serviços e equipamentos culturais e de lazer. Outro atributo marcante é a diversidade das manifestações culturais existentes. Como centro urbano, concentra espaços estruturados para a expressão e desenvolvimento dessas manifestações, assim como grande quantidade de eventos já consolidados, que constituem local de encontro para a população, de caráter cultural e de lazer/entretenimento. Nesta área delimitada há estrutura turística mais desenvolvida e consolidada (hotelaria, espaços para eventos, espaços culturais, receptivos), porém grande parte destes equipamentos se encontra concentrada na área central de Belo Horizonte.

Existe neste complexo uma concentração maior de bens tombados como patrimônio histórico. Os principais marcos naturais estão legalmente protegidos pelas unidades de conservação de uso sustentável (em Belo Horizonte, pela APA Sul RMBH, a represa de Várzea das Flores, em Betim e Contagem, pela APA Várzea das Flores, e em Ribeirão das

Figura 4



COMPLEXO AMBIENTAL CULTURAL CENTRO METROPOLITANO E SEUS COMPLEXOS LOCAIS



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: IGA e CAC
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Neves, pela APEE Ribeirão do Urubu). A capital reúne maior quantidade de parques urbanos (“ilhas” de área verde).

Na área deste CAC foram identificados complexos locais, menores, que apresentam as características mais marcantes desse recorte territorial, sendo eles:

- **Complexo Várzea das Flores** - Este complexo envolve a área de influência do conjunto paisagístico Várzea das Flores, dos centros de urbanidade e história de Betim, Contagem e Ribeirão das Neves. A região sofre grande pressão da mancha urbana da RMBH, ao mesmo tempo em que a demanda por espaços de lazer e preservação dos recursos, tanto naturais como patrimoniais, se avoluma. Neste complexo tem-se um crescente desafio de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com questões relativas à manutenção e conservação dos recursos naturais, revitalização e ressignificação dos espaços e bens públicos, com vistas a preservar e recuperar seu patrimônio histórico e cultural, fortalecendo assim suas identidades culturais e despertando o sentido de pertencimento na população.

Elementos paisagísticos: APA Várzea das Flores; Represa de Várzea das Flores; Kartódromo Internacional de Betim; Cava Pedreira Martins Lanna; Cava Pedreira Santiago; Conjunto Arquitetônico da Rua Dr. Cassiano e área de influência (Capela de Imaculada Conceição e Santa Edwiges, Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, Capela de São Domingos de Gusmão, Cine Teatro Municipal e Casa de Cacos); Comunidade quilombola dos Arturos; Conjunto Urbano da Colônia Santa Isabel; Praça da Cacimba; Estação Ferroviária; Casa da Cultura Josefina; Complexo da Barreira e "Açudão" (antigo reservatório de abastecimento de água) e mata em seu entorno.

- **Complexo Hipercentro/ Savassi** – Este complexo se caracteriza como uma centralidade já consolidada, onde se concentra a maior parte dos equipamentos e serviços da metrópole. Região de grande interação das pessoas, relacionada à dinâmica de serviços e produção. Neste complexo são encontrados os mais diversos equipamentos culturais, além de praças, parques e igrejas.

Elementos paisagísticos: Praça Sete de Setembro; Corredor Arquitetônico da Avenida Afonso Pena; Parque Municipal Américo René Gianetti; Palácio das Artes; Mercado Central; Igreja da Boa Viagem; Igreja São José; Conjunto Arquitetônico da Praça da Estação (Praça Rui Barbosa); Praça da Liberdade; e Praça da Savassi.

- **Complexo Pampulha** – Apresentando uma grande importância histórica,

arquitetônica e paisagística, esta área representa um núcleo que congrega vários sentidos e usos. A Pampulha está diretamente ligada às sensações mais diversas dos cidadãos metropolitanos, o que envolve desde o sossego de uma área residencial até a agitação dos clássicos do futebol. A região apresenta uma paisagem ímpar na RMBH, o que, associada à arquitetura moderna, contribui para sua atratividade e importância.

Elementos paisagísticos: Conjunto Arquitetônico da Pampulha (Igreja São Francisco de Assis, Museu de Arte da Pampulha, Casa do Baile, Iate Tênis Clube); Lagoa da Pampulha; Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte; Parque Ecológico da Pampulha; Parque de Diversões Guanabara; Mineirão e Mineirinho.

c) CAC Médio Rio Paraopeba

O CAC Médio Rio Paraopeba localiza-se na porção oeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), abrangendo ao todo onze municípios – Esmeraldas, Florestal, Juatuba, Mateus Leme, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Mário Campos, Brumadinho, Itatiaiuçu, Rio Manso e Itaguara. As principais características deste CAC estão ligadas a elementos naturais, culturais e os modos de vida rurais.

A ruralidade percebida neste complexo é, de certa forma, ocasionada pelo relevo mais aplainado e predominância de ribeirões, riachos e rios. Isso contribui diretamente para a manutenção do Cinturão Verde de Belo Horizonte. Além da vocação agrícola, este CAC conta com inúmeras atividades relacionadas ao turismo rural, sobretudo a partir da existência de hotéis fazenda e pousadas rurais.

Este grande complexo incorpora ainda áreas protegidas, patrimônios tombados, equipamentos expressivos relacionados à cultura e lazer, além de contar com parte do sistema de abastecimento de água da RMBH.

Na área deste CAC foram identificados complexos locais, sendo estas expressões mais territorializadas de todas as características acima destacadas. Os complexos locais são:

- **Complexo Serra do Elefante:** abrange aspectos principais relacionados ao patrimônio natural e cultural abarcado pela Serra do Elefante, de importância intermunicipal, sobretudo, para a área de influência direta dos municípios de Mateus Leme, Florestal e Juatuba. Esse complexo apresenta características marcantes quanto ao estado de conservação de seus recursos, bem como a identificação que existe entre a população local e os marcos paisagísticos locais. Há também, neste complexo, muitas manifestações culturais, religiosas e bens tombados.

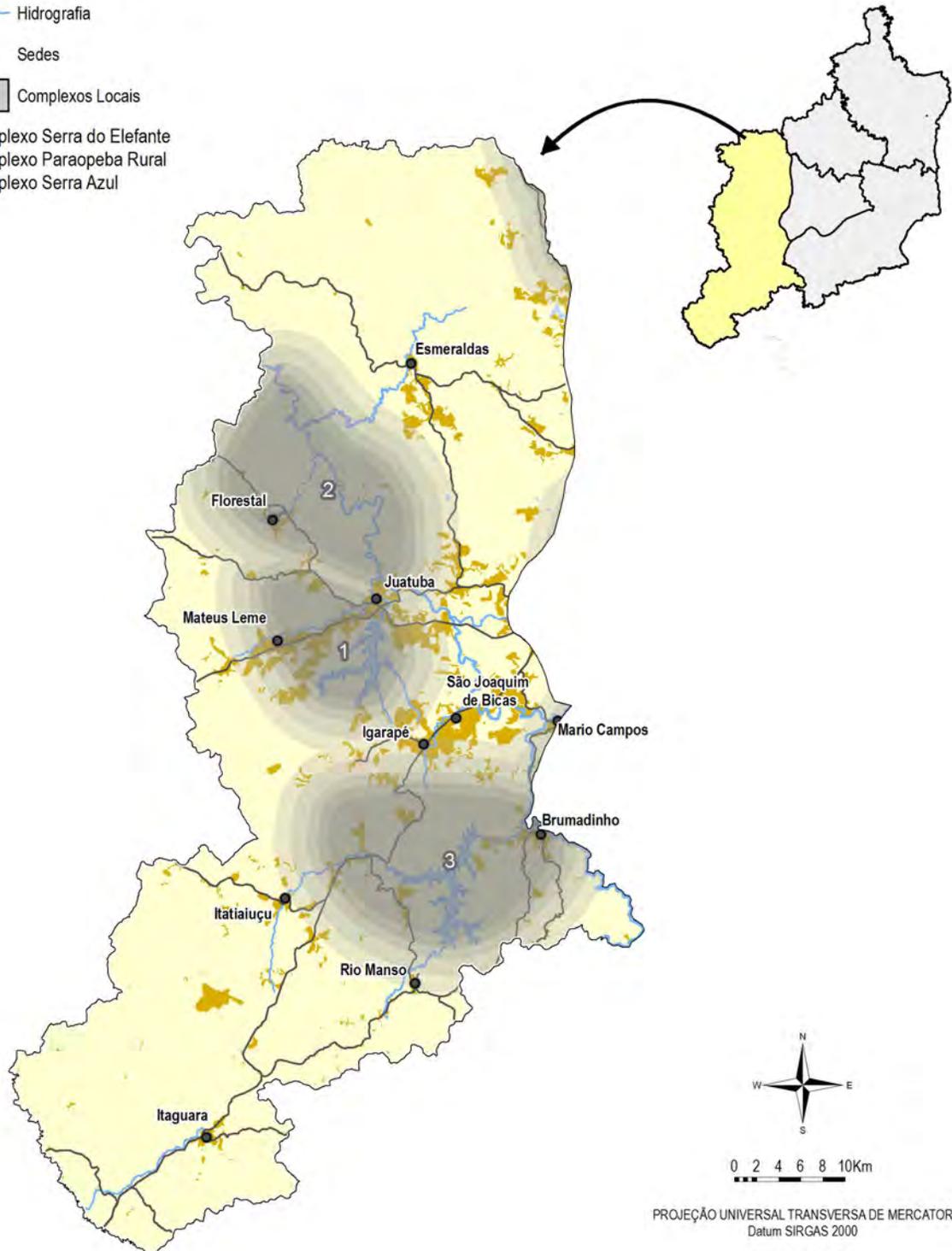
Figura 5



COMPLEXO AMBIENTAL CULTURAL MÉDIO PARAPEBA E SEUS COMPLEXOS LOCAIS

-  Área Urbanizada
-  Principais vias de acesso
-  Hidrografia
-  Sedes
-  Complexos Locais

1. Complexo Serra do Elefante
2. Complexo Paraopeba Rural
3. Complexo Serra Azul



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: IGA e CAC
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Elementos Paisagísticos: Serra do Elefante; Serra Azul; Represa de Serra Azul; Pedra Grande em Serra Azul; Patrimônio Imaterial: Festas religiosas e manifestações culturais: Festividade de Santo Antônio, Festividade de São Sebastião, Cavalhada e Cavalhada Feminina, além das Guarda de Congo e Moçambique de Azurita e Guarda de São Benedito Moçambiqueiro; Patrimônio histórico e artístico, com alguns bens tombados: Igreja Matriz de Santo Antônio e seu entorno, Prédio da Estação Ferroviária Mateus Leme (casa de cultura), Vila Nardeli, Confessionário do Padre Vilaça, Escola Estadual Domingos Justino Ribeiro, Estação Ferroviária de Azurita e Antiga Usina Hidrelétrica de Florestal; Complexo recreativo da Serra de Santo Antônio; Feira da Cultura; Casa de Cultura “**Agente Ferreira**”, **na antiga Estação Ferroviária**; feira de artesanato e comidas típicas e APEM UHE Florestal (municípios de Florestal, Pará de Minas e Esmeraldas).

- **Complexo Paraopeba Rural:** Este complexo encontra-se situado ao longo do rio Paraopeba e abarca os municípios de Esmeraldas, Florestal, Juatuba e Mateus Leme e suas respectivas áreas de influência. São identificados traços da ruralidade, presentes na região, sobretudo, por meio da existência de antigas fazendas, uma intensa produção rural voltada para o abastecimento da RMBH e práticas tradicionais e rurais, como a produção de artesanatos e festas populares como a cavalgada. A região tem potencialidade de visitação e aproveitamento turístico devido às manifestações culturais (guardas de Congo e Moçambique, bandas musicais, extenso calendário de festas religiosas e eventos culturais), o artesanato em tear, além de comunidades tradicionais.

Elementos Paisagísticos: Serra Negra; Serra do Grotão; Serra Negra; Festas típicas: “Anarriê” de Esmeraldas; Festa de Santa Quitéria; Populações tradicionais: Comunidades afro-descendentes em Vargem Bento da Costa; Equipamentos de lazer e voltados para o turismo rural : Fazenda Vale Verde; Fazenda Ipê Amarelo, Pousada Rural Quatro Estações, Hotel Fazenda Moinho e Spa Fazenda; Fazenda Vale Verde (em Betim); Patrimônio histórico: Fazenda Veredas, Sede da Fazenda Santo Antônio (tombada) Casarão Santo Antônio, Conjunto Histórico e Paisagístico Fazenda Serra Negra (bem protegido); Manifestações culturais: Centro De Artesanato e Bordados de Esmeraldas. Culturas tradicionais, populares, especialmente àquelas ligadas aos afro-descendentes e ao ofício das bordadeiras.

- **Complexo Serra Azul:** Este complexo apresenta características naturais e culturais marcantes e importantes atividades econômicas ligadas ao setor minerário. Tem como marco o Pico do Itatiaiuçu, tombado como patrimônio cultural pelo município de Itatiaiuçu, na categoria de conjunto paisagístico. Entretanto, a região possui grande concentração de minério de ferro e os rejeitos e estéreis provenientes dessa mineração vêm provocando gradualmente a degradação ambiental e o assoreamento de cursos d'água da região. Neste complexo local está localizado o Instituto Inhotim, um espaço cultural que possui rico acervo artístico e botânico. Cumpre mencionar a potencial conformação de uma rota cultural com significativo potencial turístico, abrangendo o Instituto Inhotim, Distrito de Casa Branca (ambos localizados em Brumadinho) e o Centro de Arte e Tecnologia Jardim Canadá– JA.CA (Nova Lima).

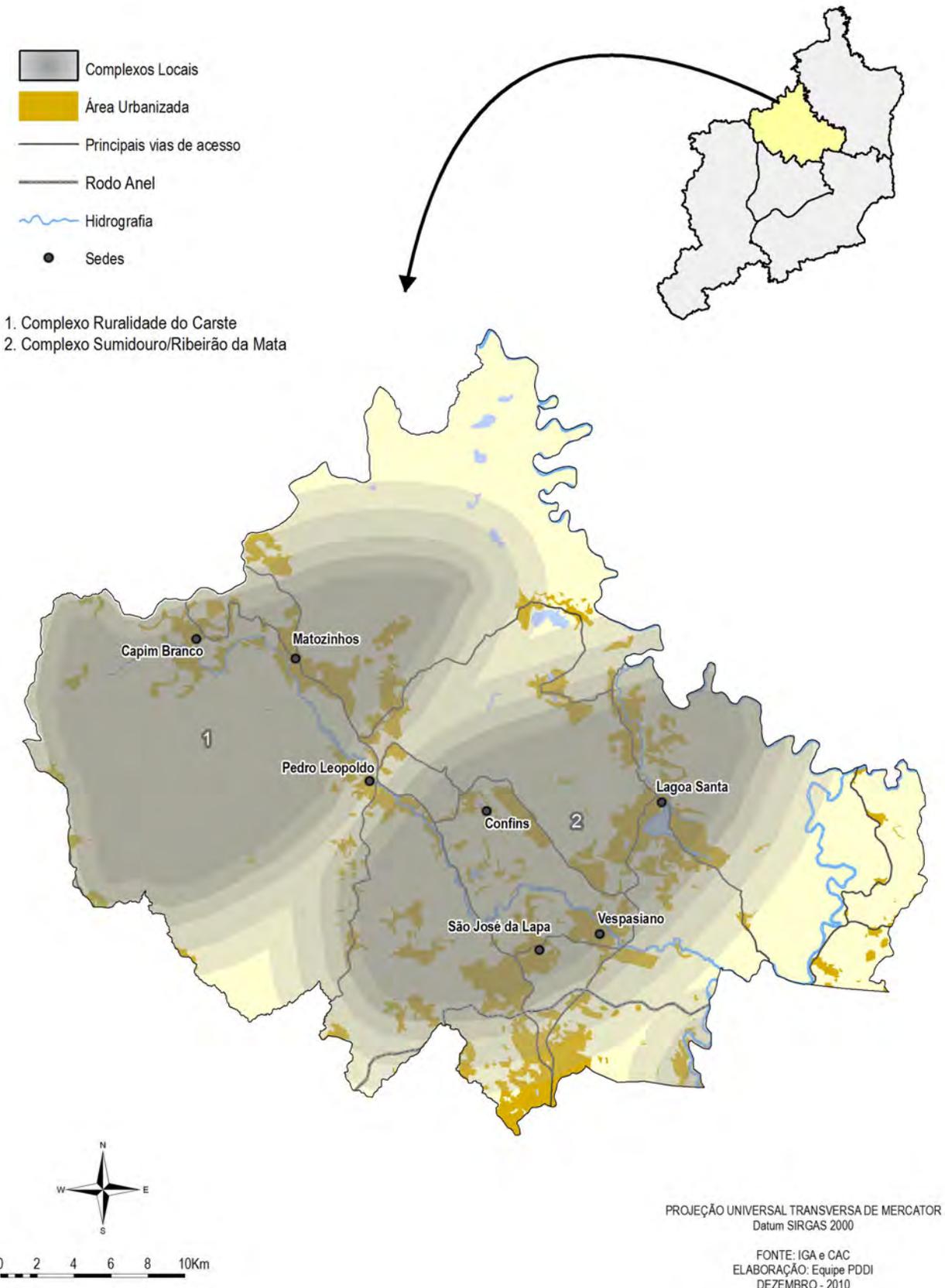
Elementos Paisagísticos: Serra Grande ou Serra Azul; Pico da Serra Grande (pico do Itatiaiuçu); Unidades de conservação existentes na região: APA Juca Vieira; APA Água da Serra da Piedade; APA Ribeiro Bonito; APA Descoberto; APA Pedra Branca e APA Água Limpa; Espaços culturais: Centro Recreativo Desportivo e Comunitário “Antônio Penido Guimarães”; Instituto Inhotim e os Sistemas Serra Azul e Rio Manso.

d) CAC Carste

O CAC Carste é formado por um conjunto de localidades e distritos rurais que devem ser valorizados por apresentarem uma unicidade no tocante da dimensão da ruralidade, patrimônio natural e cultural, além de servirem como localidades também voltadas para o lazer. Sua principal característica é, sem dúvida, a formação geomorfológica que sustenta toda a dinâmica local. Este CAC apresenta elementos importantes ligados tanto às nuances histórico-culturais quanto às econômicas. Aqui se reúnem elementos de conservação, sendo estes representativos no tocante do patrimônio cárstico ao mesmo tempo em que apresentam paisagens singulares e apropriadas pelas populações locais e turistas.

Figura 6

COMPLEXO AMBIENTAL CULTURAL CARSTE E SEUS COMPLEXOS LOCAIS



No âmbito deste CAC foram identificados dois complexos locais:

- **Complexo Ruralidades do Carste** - O complexo proposto tem por objetivo reconhecer o conjunto de localidades e distritos rurais como depositários de modos de vida rural a serem valorizados, bem como a importância dos mesmos como detentores de expressivo patrimônio natural e cultural. Além disso, tais localidades são espaços de lazer para os residentes tanto dos distritos sede, como para visitantes de outros municípios da RMBH. A Fazenda da Jaguará é um expoente cultural do complexo, além das paisagens rurais. A APE Cachoeira do Urubu além de representar parte do patrimônio natural presente neste contexto, é identificada como uma das possibilidades de lazer e uma unidade de conservação de uso sustentável que viabiliza outras atividades de baixo impacto.

Elementos Paisagísticos: Manifestações Culturais Populares (Boi da Manta, Congado, Reizado, Carnaval de rua); Eventos Religiosos - Festa N. S. do Rosário, São Sebastião; Casario do período colonial; Fazenda da Jaguará; Produção artesanal (doces, bordados); Paisagens rurais; Balneário Cachoeira do Urubu; Fazenda do Moinho e o Ecomuseu de Mocamboiro.

- **Complexo Sumidouro-Ribeirão da Mata:** caracterizado por seu rico patrimônio cultural (registros fósseis, manifestações culturais populares, edificações coloniais) e natural (sítios arqueológicos, grutas e lagoas), esse complexo tem como identidade o patrimônio cárstico e sua inter-relação com o homem. Este complexo local contribui para a valorização do conjunto de iniciativas voltadas para a conservação do carste, incluindo áreas que já foram degradadas pela ação antrópica e que na atualidade representam iniciativas de recuperação sócio-ambiental (Ribeirão da Mata, PE do Sumidouro). A Rota Lund é um dos exemplos que merece destaque neste sentido, fortalecendo o reconhecimento do potencial natural e cultural da região. O complexo também representa um importante espaço voltado para o lazer, com atenção especial voltada para a visita às grutas e o fluxo de visitantes em Lagoa Santa.

Elementos Paisagísticos: Paisagem cárstica; Sítios arqueológicos, paleontológicos e cerâmicos; Áreas de exploração mineral (Cava Ical); Lapa do Sumidouro; Lagoas (Lagoa de Santo Antonio, do Sumidouro e de Lagoa Santa); Grutas (Lapinha, do Baú); Ribeirão da Mata; Manifestações Culturais Populares (Boi da Manta e Congado); Casario Colonial (Casa Fernão Dias, Igreja da Quinta do Sumidouro, Igreja de N. S.

da Conceição); Rio das Velhas ;Distritos (Fidalgo, Santo Antonio, Quinta do Sumidouro) e Condomínios (Lagoa Santa).

e) CAC Cipó-Velhas

A região abrangida pelo CAC Cipó-Velhas apresenta relevantes características naturais – início da Serra do Espinhaço/Serra do Cipó, cânions, cachoeiras, etc. – e culturais – festas populares-religiosas e populações tradicionais.

As principais atividades desenvolvidas neste território são o turismo e a agropecuária. A ruralidade é uma das importantes características desta região, que remonta, inclusive, ao período dos bandeirantes, quando o gado vindo do nordeste lá se fixava para o período de engorda.

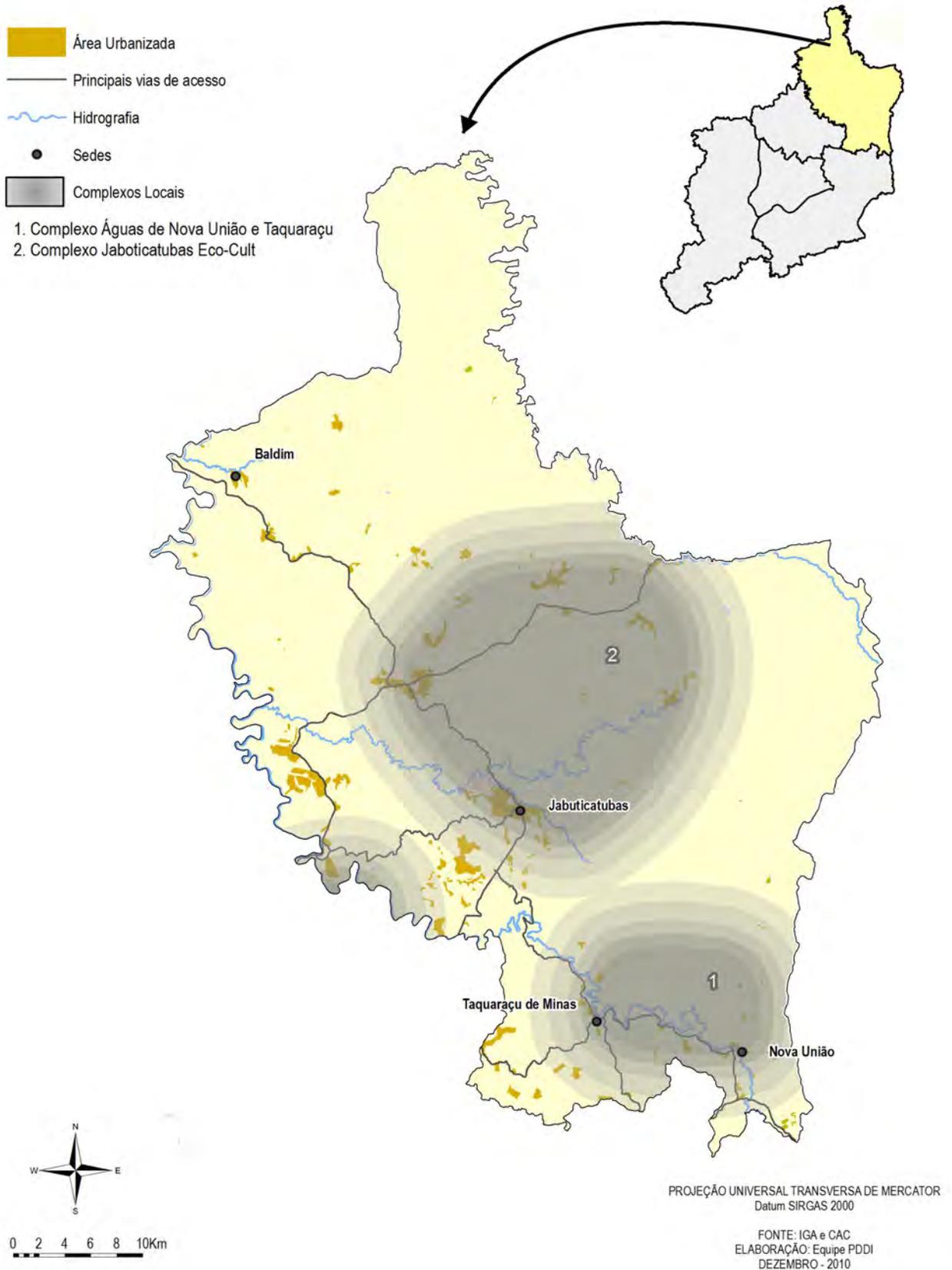
O turismo tem sido uma das atividades propulsoras dos processos de dinamização do território, sendo que este, se apropria também de atividades culturais como as festas folclóricas, manifestações tradicionais e o artesanato, além dos recursos naturais.

No que tange a necessidade de proteger e gerir os lugares de sentido desta região, aliado à leitura do ambiente e realidade, foram identificados complexos locais que simbolizam grande parte das relações e manifestações em dois recortes desta grande paisagem.

Figura 7



COMPLEXO AMBIENTAL CULTURAL CIPÓ-VELHAS E SEUS COMPLEXOS LOCAIS



Os complexos são propostas que, em suma, darão conformidade ao que já ocorre de maneira incipiente. Os complexos propostos são fundamentados nos potenciais histórico-cultural, artístico e natural da região, sendo eles:

- **Complexo Águas de Nova União e Taquaraçu:** Este complexo envolve os municípios de Nova União e Taquaraçu, estando localizado entre a sede de Nova União e os povoados de Altamira e Baú. Sua principal característica é o imenso potencial hídrico e turístico, visto que em seu território há uma grande quantidade de cachoeiras, córregos, ribeirões, riachos, etc. É uma região que já vem sendo visitada e, portanto, requer um olhar voltado para a questão de se planejar o uso e gestão dos recursos de forma menos impactante possível. Além da expressividade do patrimônio natural, este recorte territorial abriga populações tradicionais detentoras de manifestações culturais expressivas.

Elementos Paisagísticos: Entorno no Parque Nacional da Serra do Cipó; Sítios arqueológicos e históricos; Cachoeiras; Rio Taquaraçu; Alambique da cachaça Germana; Rio Cipó; Manifestações Culturais (festa da Banana, de São Sebastião, N. Sr^a do Carmo e N. Sr^a Aparecida, Santíssimo Sacramento, Folia de Reis, N. Sr^a da Conceição, Divino Espírito Santo); Gruta da Lapa Grande; Represa de Taquaraçu e Açude do Mozart.

- **Complexo Jaboticatubas Eco-Cultural:** O complexo denominado Jaboticatubas Eco-Cultural encontra-se localizado numa área que parte da sede do município de Jaboticatubas, passando pelas localidades de Almeida (oeste), São José da Serra e Filipe (leste). Esta região apresenta elementos naturais que atraem visitantes, como as cachoeiras, e também manifestações culturais tradicionais, como o Candombe, festejado nas comunidades quilombolas de Maticão e Açude-Cipó, além dos sítios arqueológico-históricos encontrados em algumas fazendas.

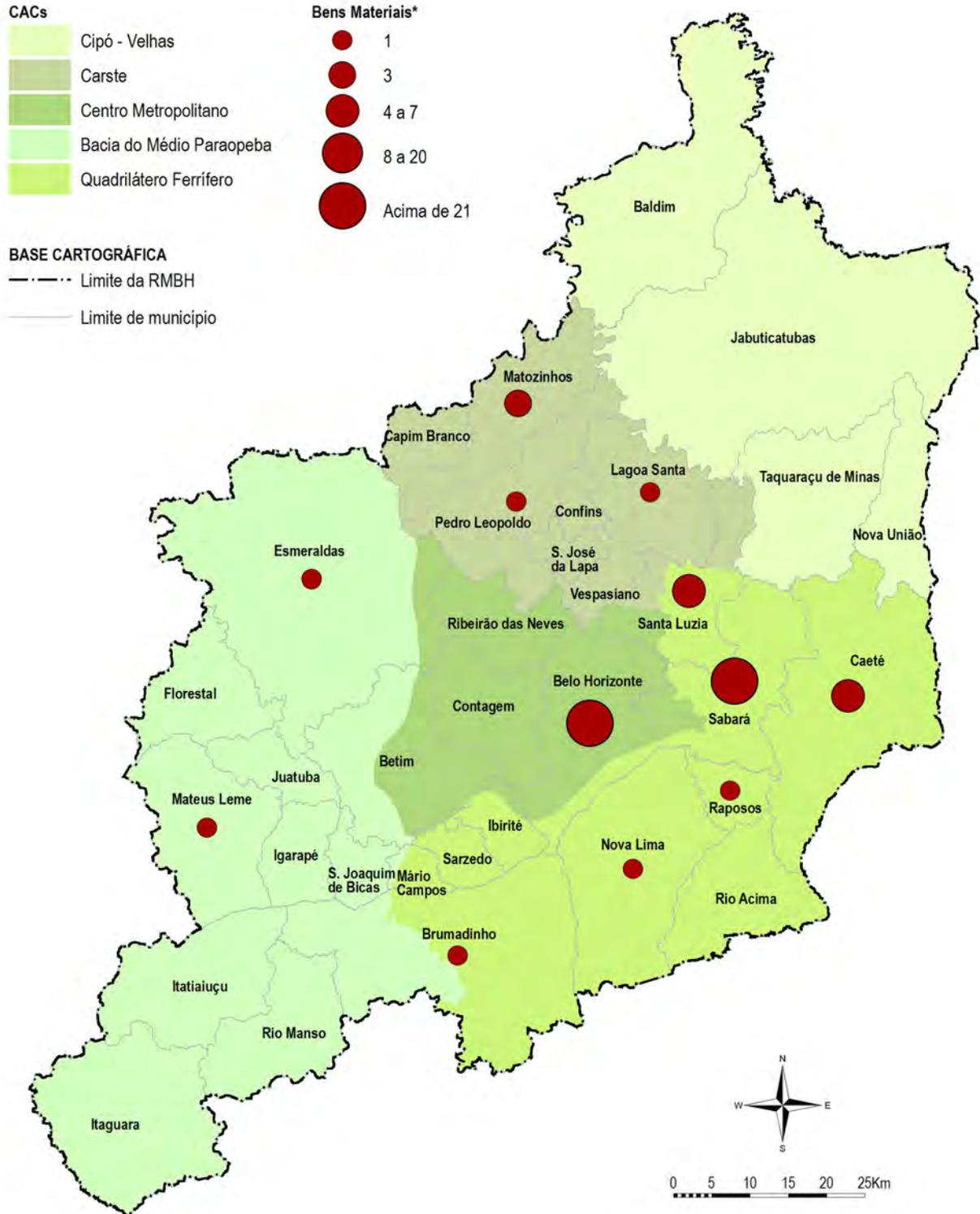
Elementos Paisagísticos: Sítios arqueológicos e históricos; Parque Nacional da Serra do Cipó e seu entorno; Conjunto Arquitetônico da Fazenda do Cipó Velho (Compreendendo Fazenda, Senzala e Capela); Conjunto das Castanheiras da Praça Padre Messias; Conjunto arquitetônico e paisagístico Igreja Nossa senhora da Conceição e praça da Castanheira; Fazenda das Minhocas e Igreja Nossa Senhora do Rosário; Quilombos Açude Cipó e Mato do Tição; Manifestações culturais como o Candombe, e outras como as festas de padroeiros das comunidades de São José da

Serra, Filipe, Teixeira, Casa de Telhas, e do bairro São Benedito, Folia de Reis que ocorre em São José da Serra, queima do Judas, na Semana Santa, e a Festa do Pequi em São José do Almeida; APA Morro da Pedreira; Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço; Rio Cipó; Rio Jaboticatubas; Rio Vermelho; Cânion Bandeirinhas; Cânion Lagoa Dourada; Córregos, em especial o Boa Vista e São José; Cachoeiras, especialmente Cachoeira da Contagem (São José da Serra), Cachoeira Farofa de Cima(PARNA S.Cipó), Cachoeira da Farofa (PARNA S. Cipó), Cachoeira do Bené (Povoado Filipe); Balneário Encontro das Águas; Balneário Valerinho (São José da Serra); Balneário do Aderbal (Bom Jardim) e Balneário Recanto das Cigarras (São José do Almeida).

Figura 8



COMPLEXOS AMBIENTAIS CULTURAIS - CACs E OS BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL



* Nos municípios que não apresentam ícones não foram identificados bens culturais de natureza material.

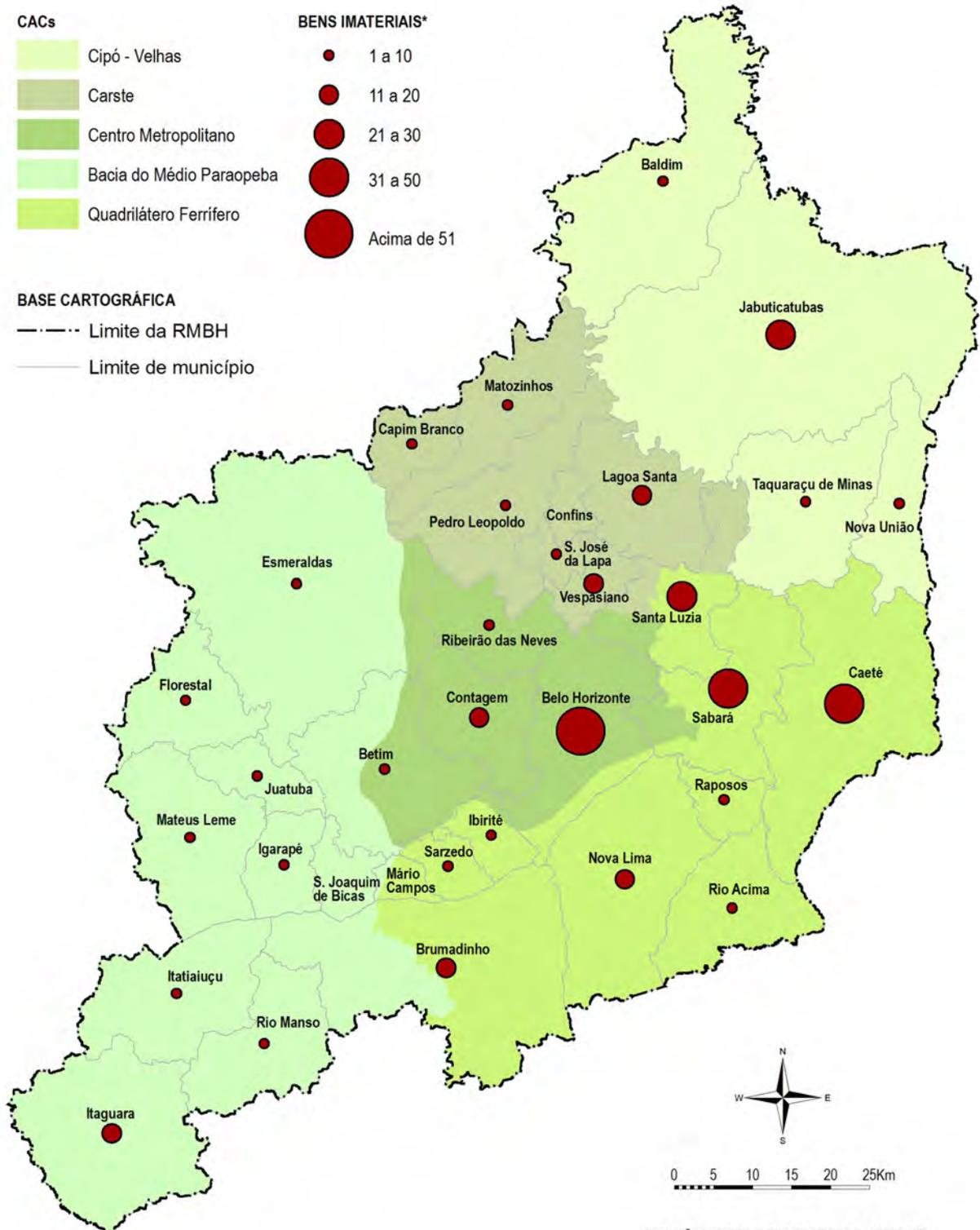
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: IEPHA, IPHAN e IGA
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Figura 9



COMPLEXOS AMBIENTAIS CULTURAIS - CACs E BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL



* Nos municípios que não apresentam ícones não foram identificados bens culturais de natureza imaterial.

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: IPHAN e IGA
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Figura 10

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DEGRADADAS

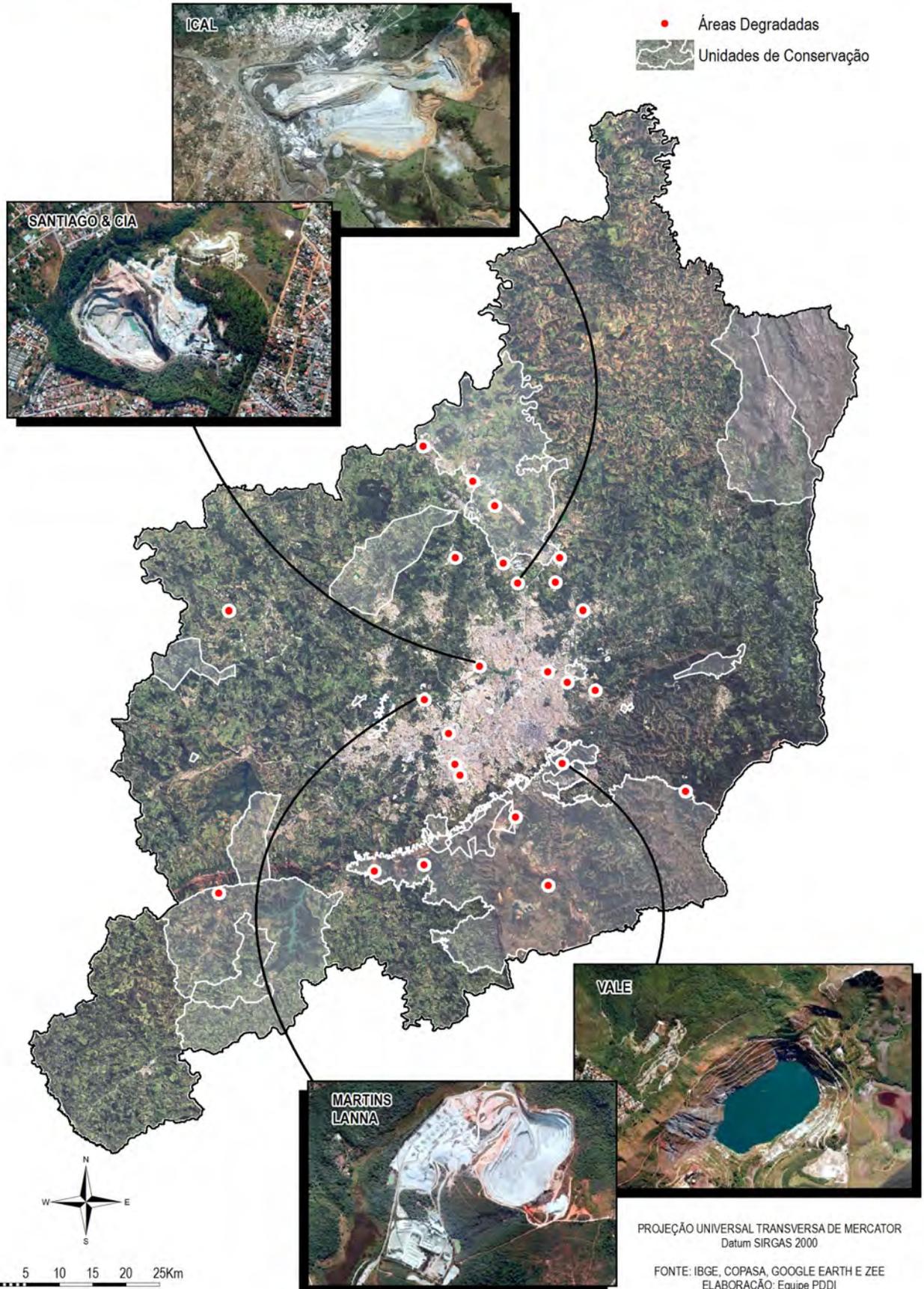


Figura 11

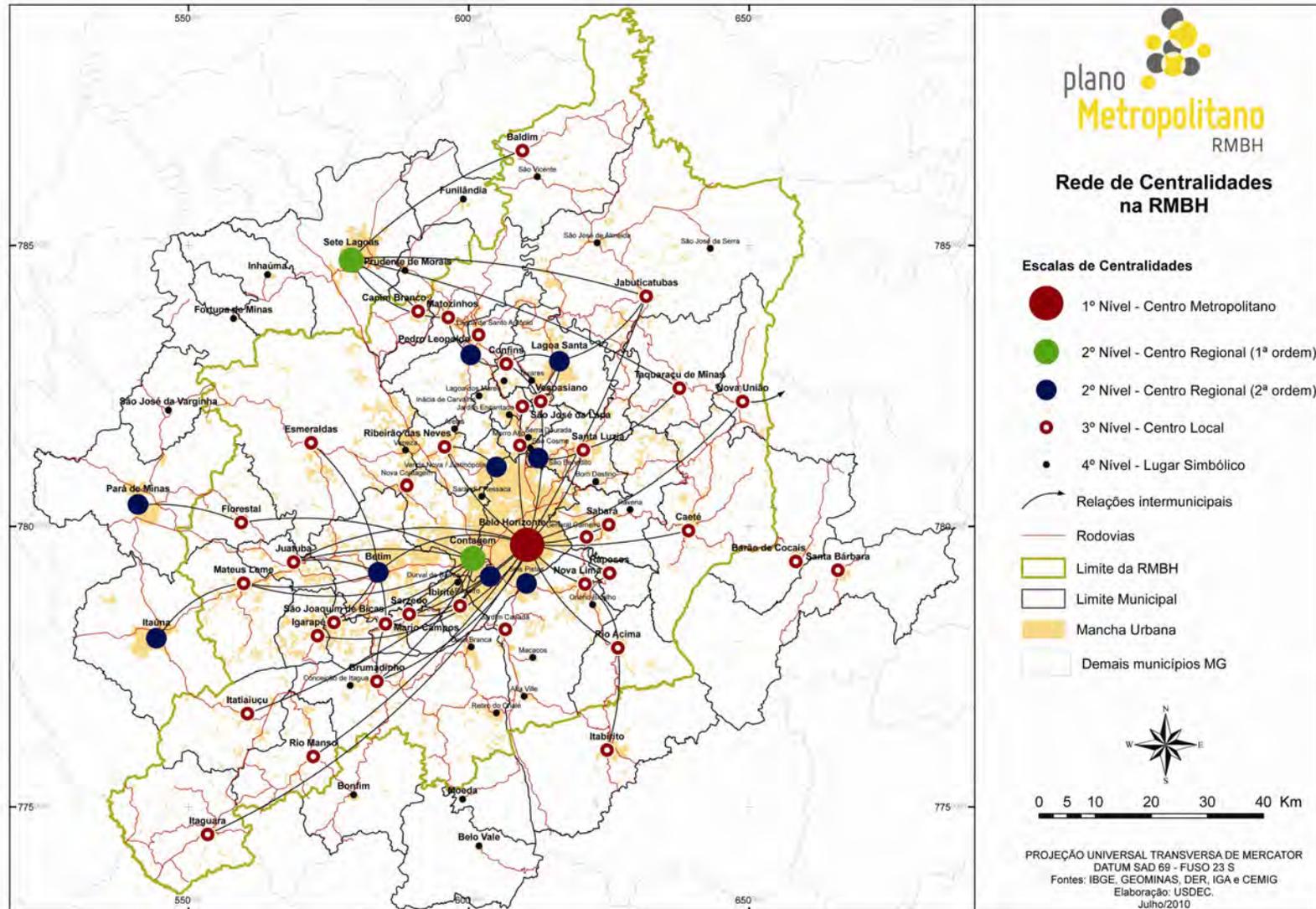
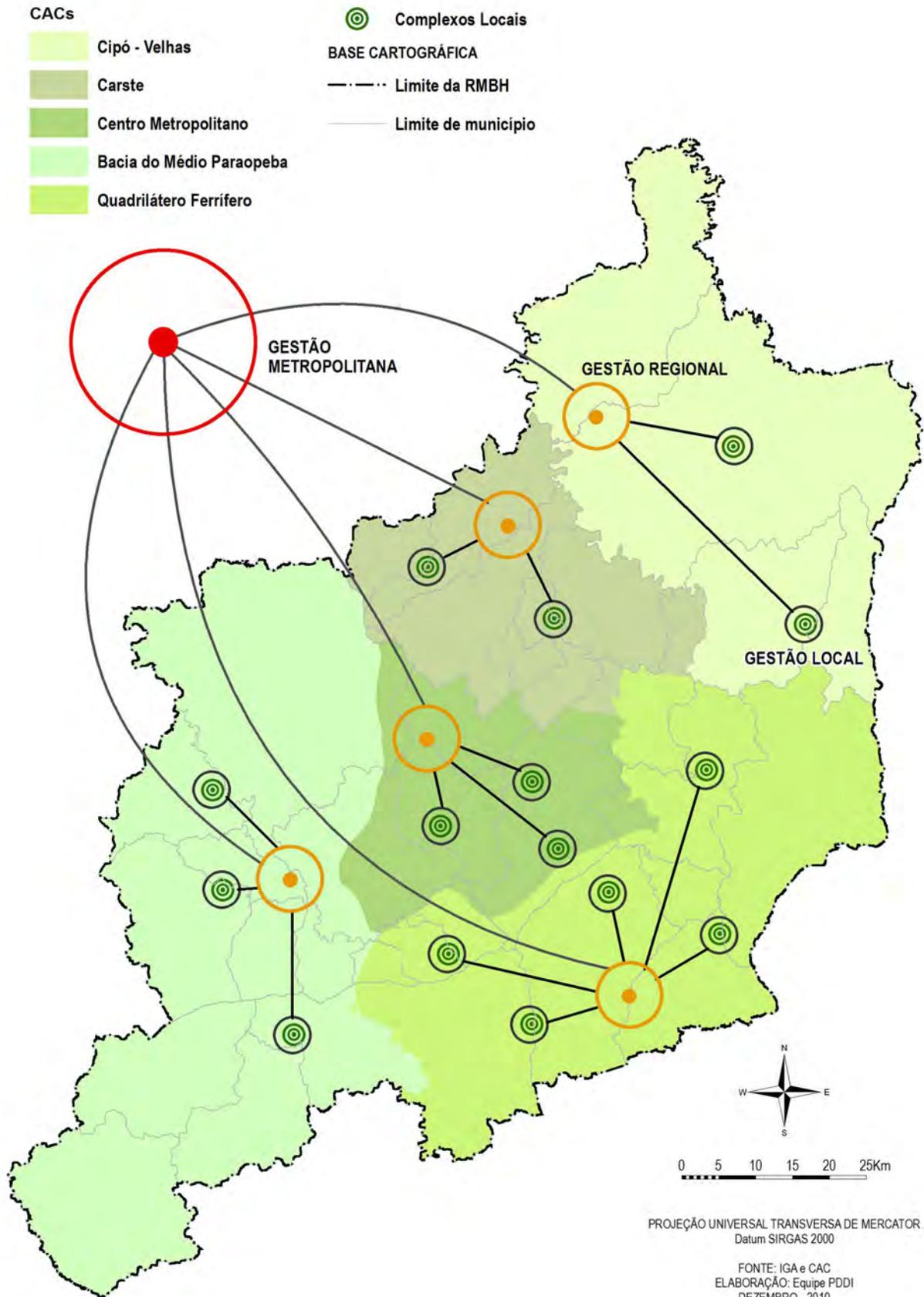


Figura 12



GESTÃO DOS COMPLEXOS AMBIENTAIS CULTURAIS



Articulação com outras políticas do PDDI

Eixo Acessibilidade:

- Política Integrada de Mobilidade Metropolitana: para efetiva integração dos CAC's é necessária uma reestruturação na rede de transporte metropolitana, de maneira a ampliar o acesso e a mobilidade, especialmente a estrutura ferroviária.
- Política Metropolitana de Democracia Digital: o acesso e a divulgação da informação são elementos importantes na ampliação do conhecimento e valorização do patrimônio cultural e natural da RMBH, principalmente para que a própria população residente conheça e aproprie-se efetivamente dos lugares metropolitanos.

Eixo Seguridade:

- Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional: para efetiva execução e gestão dos CAC's, algumas demandas estruturais do ponto de vista do mercado de trabalho precisam ser atendidas, para que as comunidades possam ser autônomas em seu processo decisório, participativo e de gestão.
- Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala: esta política tende a interferir no fortalecimento dos povos do campo e populações tradicionais sob o ponto de vista da produção, com reflexos diretos em sua auto estima e manutenção das tradições culturais, além de contribuir para a melhoria da prestação de serviços no âmbito dos CAC's.

Eixo Institucionalidade:

- Política Metropolitana de Cooperação Interinstitucional e Intersetorial: para a implantação dos CAC's e a efetiva ação de uma política de proteção ao patrimônio natural e cultural da RMBH é necessária a estruturação de uma rede institucional, em diferentes escalas, que possa interagir entre si e estabelecer ações e responsáveis por sua operacionalização em cada instância de governança.
- Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Institucional: a implantação e gestão dos CAC's demandará a ação de algumas instituições locais que podem ser inexistentes no momento atual, ou estar em fase de reestruturação, fazendo-se necessário um apoio ao desenvolvimento institucional

Eixo Sustentabilidade:

- Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos: contribuirá diretamente para a proteção do patrimônio paisagístico da RMBH, especialmente os atributos naturais.
- Política Metropolitana Integrada de Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para a Conservação Ambiental: contribuirá diretamente para a proteção do patrimônio paisagístico da RMBH, especialmente os atributos naturais; proposição de novas áreas verdes, com potencial de uso para o lazer, turismo.

Eixo Urbanidade:

- Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, em especial no que se refere à implantação do Sistema de Informações Turísticas e Culturais na RMBH e à configuração de uma rede de acesso às informações, através das bibliotecas e outros equipamentos culturais;
- Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação e Cultura, especialmente na interface da educação patrimonial vinculada às práticas da educação regular;
- Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas, no que tange aos aspectos de formação dos quadros da área da cultura e ocupação dos espaços ociosos com as Fábricas Culturais.

4.3.2.2 Programa de Valorização e Promoção da Diversidade Cultural na RMBH

Apresentação do Programa

De acordo com a Convenção da UNESCO, antes mencionada, a diversidade cultural é o mais surpreendente patrimônio da humanidade. Os diferentes modos de pensar e agir no mundo, expressos nas artes, nos ritos, nos mitos, nas formas do trabalho, da comunicação, revelam como a extraordinária unidade biológica do homem se associa à pluralidade cultural. A diversidade cultural é a expressão mais radical da condição criadora e transformadora do ser humano.

Como patrimônio e direito, a diversidade cultural tem como pressupostos a igualdade, a dignidade e o respeito às culturas de povos e sociedades diferentes, inclusive das minorias, para que eles possam dialogar e trocar experiências, se enriquecendo uns aos outros e promovendo o respeito e uma cultura de paz.⁴

Segundo o texto-base da 2ª. Conferência Nacional de Cultura, hoje o MINC adota a concepção que compreende a cultura em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

“A dimensão simbólica fundamenta-se na idéia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio das diversas línguas, valores, crenças e práticas. Toda ação humana é socialmente construída por meio de símbolos que, entrelaçados, formam redes de significados que variam conforme os diferentes contextos sociais e históricos. Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural.

Adotar essa dimensão possibilita instituir uma política cultural que enfatiza, além das artes consagradas, toda a gama de expressões que caracterizam a diversidade cultural brasileira. Mesmo no âmbito exclusivo das artes, a concepção simbólica permite ampliar a ação pública para abranger todos os campos da cultura. Artes populares, eruditas e de massas são colocadas num mesmo patamar político, merecendo igual atenção do Estado, embora com programas, ações e projetos específicos e respeito ao comando constitucional que protege, de forma especial, as culturas populares, indígenas e afro-brasileiras (art. 215). Também é superada a tradicional separação entre políticas de fomento à cultura (geralmente destinadas

⁴ Fonte: Cartilha da diversidade cultural. Observatório da Diversidade Cultural - PUCMINAS.

às artes) e de proteção ao patrimônio cultural, pois ambas se referem ao conjunto da produção simbólica da sociedade.

A dimensão cidadã fundamenta-se no princípio de que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e devem constituir-se como plataforma de sustentação das políticas culturais. A esse respeito a CF/88 é explícita: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais” (art. 215). Contudo, esses direitos são ainda pouco conhecidos e frequentemente desrespeitados e subestimados, quando comparados aos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, que gozam de maior reconhecimento. Por outro lado, o mundo contemporâneo, pós-Guerra Fria, está vendo emergir fatores de ordem política, social e econômica que estão conduzindo as questões culturais ao centro das atenções. Nessa conjuntura, definir e colocar em prática os direitos culturais é vital para o desenvolvimento humano e para a promoção da paz.

A dimensão econômica compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza. Mais do que isso, a cultura é hoje considerada elemento estratégico da chamada nova economia, que se baseia na informação, na criatividade e no conhecimento. A economia da cultura não pode mais ser desconsiderada pelas políticas governamentais, não só pelo que representa no fomento ao próprio setor, mas também por sua inserção como elemento basilar do desenvolvimento econômico geral.”

Apesar das diretrizes internacionais e nacionais acima referidas, e a despeito de existirem diversos programas e projetos voltados ao setor cultural, no Brasil, no estado e nos municípios, sua ação não tem sido efetiva o suficiente para garantir que os princípios relacionados à valorização da diversidade cultural se realizem plenamente. Exemplo disso é o fato de que grande parte dos municípios não possui recursos técnicos e financeiros para a implantação de programas vitais para o fortalecimento da cultura local, nem para a realização de seus inventários culturais, que poderiam vir a subsidiar as políticas locais e estaduais de proteção e promoção da diversidade e do patrimônio cultural.

Assim, faz-se fundamental propor ações que contribuam para a valorização da diversidade cultural na RMBH, reconhecendo, registrando e apoiando tanto as expressões culturais urbanas quanto os modos de viver e de produzir do campo e de populações tradicionais. O Programa de Valorização e Promoção da Diversidade Cultural na RMBH busca dar indicativos, no contexto do PDDI, para a realização de ações de apoio e incremento

às manifestações, sejam essas tradicionais, populares, juvenis, de vanguarda ou outras, conformadas por grupos sociais distintos em convivência na metrópole.

Por fim, menciona-se que as ações propostas devem, entre outros aspectos mencionados na Convenção da UNESCO⁵:

a. Promover as expressões culturais – criar condições que encorajem as pessoas e os grupos sociais a criar, difundir e distribuir suas próprias expressões e ter acesso a elas, levando em conta as necessidades especiais de mulheres e grupos sociais que sejam minoria.

b. Educar e sensibilizar para a diversidade cultural - mostrar a importância de incentivar a diversidade cultural, encorajar a criatividade e aumentar a capacidade de produção através de programas de educação, formação e trocas culturais.

c. Promover a cooperação para o desenvolvimento - apoiar o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza, para o desenvolvimento do setor cultural, através das seguintes medidas: o fortalecimento das indústrias culturais; o fortalecimento das áreas de troca de informações e de experiências; e a transferência de tecnologia para a criação de medidas de incentivo, principalmente nas empresas e nas indústrias culturais.

d. Garantir o financiamento das ações – a UNESCO recomenda que os países criem um Fundo para a Diversidade Cultural, que pode ser constituído de contribuições voluntárias dos entes públicos, depósitos e doações privadas; que não podem acontecer sob nenhuma condição política ou econômica.

Objetivo do Programa

- Reconhecer, legitimar e apoiar as diversas expressões culturais ocorrentes na RMBH;
- Favorecer a troca entre os diferentes grupos presentes no território e promover a convivência urbana por meio da cultura;
- Favorecer aos diferentes grupos e modos de vida na RMBH o acesso aos meios de produção e ao mercado cultural;
- Propiciar o acesso ao conhecimento qualificado para grupos e atores culturais na RMBH;
- Reconhecer e valorizar as expressões culturais relacionadas aos modos de vida do campo e tradicionais presentes na RMBH;
- Estimular a autonomia dos grupos tradicionais, mediante a promoção das identidades

⁵ Fonte: Cartilha da diversidade cultural. Observatório da Diversidade Cultural - PUCMINAS.

territoriais, sem prejuízo da identidade pessoal ou coletiva.

Temporalidade de execução e implementação

Início a curto prazo (2015), mas realização constante e permanente.

Institucionalidade

Abaixo estão listados os atores institucionais envolvidos e suas devidas competências no tocante a gestão desse Programa:

Poder Público Federal - Ministério da Cultura (MINC – Escritório MG); Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/MINC); Secretaria de Cidadania Cultural (Programa “Cultura Viva” – MINC); Fundação Cultural Palmares (FCP/MINC); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (Pontos de Cultura); Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Poder Público Estadual – Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (SEC-MG); Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG); Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Mineira (Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas de Minas Gerais); Centro de Tradições Mineiras (CTM); Secretaria de Estado de Turismo (SET); Companhia Mineira de Promoções (PROMINAS)

Órgãos Colegiados e Arranjos Sub-regionais - Conselhos Nacionais: Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Cultura; **Conselhos Estaduais:** Conselho Estadual de Cultura (CEC/SEC); Conselho Estadual de Educação; Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra (CCN/SEDESE); **Conselhos Municipais:** Conselhos Municipais de Cultura, Patrimônio Cultural, Meio Ambiente, Turismo, Direitos Humanos, Educação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável, Esporte e Lazer.

Federações representativas de segmentos - Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional (SENALBA-MG); Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (SATED-MG); Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR (SEPPIR); N’Golo – Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais

Terceiro Setor e Movimentos Sociais - Frente pela Cidadania Metropolitana (FPCM); Colegiado Metropolitano; Fórum Nacional de Reforma Urbana; Pastoral da Terra; ODEPAC-MG; Organização de Defesa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais; Cia. Baobá de Arte Africana e Afro-Brasileira; Fórum Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Fórum Estadual de Promoção da Igualdade Racial; Ong Favela é Isso Aí; Observatório da Diversidade Cultural PUCMINAS.

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência

- Declaração Universal dos Direitos Humanos - 1948
- Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural - 1972
- Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural - 2001
- Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - 2003
- Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - 2005
- Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas - 2007
- Lei Rouanet
- Lei Estadual de Incentivo à cultura de Minas Gerais
- Leis Municipais de incentivo à cultura – já implantada em Belo Horizonte, Betim, Contagem e alguns outros municípios mineiros.

- **Decreto nº 4.887/03**, que buscando por meio de uma política nacional atender às Comunidades Quilombolas e, sobretudo, normatizar os procedimentos administrativos para o processo de regularização fundiária dos Territórios Quilombolas.

- **Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007** institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

- **A Resolução MEC nº 30, de 5/5/2005**. MEC é o documento de referência para as comunidades e municipalidades encaminharem projetos das comunidades quilombolas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC). Foi formulado para as comunidades que demonstram dificuldades na área educacional, para se habilitem a receber reforço financeiro. Essas comunidades historicamente carentes de atendimentos sociais como educação, saúde e saneamento, se mantiveram à margem dos mínimos progressos que

caracterizam as comunidades integradas aos planos e programas de desenvolvimento governamentais. Apesar de presentes nos planos de investimentos governamentais desde 2002, apenas agora começam a ser contempladas pela ação governamental, visando à integração dessas comunidades. Na área da educação, as ações se deparam com altos índices de analfabetismo, falta de infraestruturas essenciais e de capacitação de professores para a adequada atuação pedagógica, junto a essas comunidades e suas peculiaridades.

Arranjos institucionais adequados para implementação do Programa

Considerando o sistema de gestão proposto para os CAC's (ver projeto 3 do Programa 1), e em virtude de seu caráter multidimensional, faz-se necessário a articulação entre várias Secretarias Estaduais que são responsáveis pela coordenação dos projetos relacionados a esse Programa. Enquanto ponto de apoio central sugere-se a interface das secretarias de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Cultura; Saúde e Turismo. Sugere-se, ainda, nos âmbitos metropolitano, regional e local, a inserção da proposta deste Programa em Câmaras Temáticas. O objetivo é possibilitar a participação, de maneira colegiada, de representantes dos diversos grupos e populações, urbanas e rurais nos processos de gestão e tomadas de decisão, de maneira a promover o reconhecimento e valorização da diversidade cultural no âmbito da RMBH. Dessa maneira, é esperado promover, sobretudo no âmbito da execução local, o diálogo efetivo entre essas Secretarias e demais órgãos relacionados com os Governos Municipais, as Associações de Produtores ou Moradores, Cooperativas, ONGs e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e de Cultura, que estarão, por sua vez, diretamente ligados à sociedade civil e com ela deverão se articular na realização dos projetos propostos.

Instrumentos de política pública para implementação do Programa

- Criação de um banco de dados sobre patrimônio cultural das populações da RMBH, seja da área urbana ou do campo e tradicionais, inclusive georreferenciados, conforme detalhado na Política de Democratização dos Espaços Públicos;
- Estabelecimento de parcerias com Universidades e Instituições de Pesquisa para levantamento/atualização de dados sobre as expressões culturais na RMBH;
- Estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica entre órgãos do patrimônio cultural Material e Imaterial para iniciativas na área de patrimônio, definido responsabilidades, aportes financeiros e corpo técnico necessários;

- Priorização de recursos financeiros dos Fundos de Cultura para realização dos inventários culturais, incluindo as manifestações urbanas e as populações do campo e tradicionais para subsidiar as políticas locais e estaduais de proteção, preservação e promoção da diversidade cultural;
- Criação de mecanismos de cooperação técnica para a realização de planos de salvaguarda e inventário específico para o levantamento de todos os bens de relevância histórica, inclusive tombados pelo IEPHA/MG, que se encontrem em processo avançado de deteriorização. Sugere-se a criação de uma lista de prioridades de atendimento no que se refere à manutenção, restauração e preservação desses com o objetivo de evitar sua perda definitiva;
- Criação de mecanismos de gestão para fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, instrumento ainda de difícil acesso para os grupos e para o incremento das manifestações culturais municipais. Segundo as propostas da II Conferência Estadual de Cultura, é necessário garantir mecanismo de transferência dos recursos do fundo para Estados e Municípios;
- Divulgação e capacitação dos grupos culturais na RMBH para acesso ao Fundo Estadual de Cultura e às diversas leis de incentivo à cultura, como forma de estimular sua autonomia e garantir financiamento para as ações culturais descentralizadas no território;
- Consolidação do SNIIC (Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais), que ainda não foi incorporado e implantado pelos municípios. Sugere-se, para tanto, segundo as propostas oriundas da II Conferência Estadual de Cultura, a consolidação do SNIIC, assim como sua atualização periódica para uma maior efetividade de seu uso para o mapeamento desses indicadores;
- No que se refere especificamente às populações tradicionais e rurais, no âmbito do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), sugere-se a criação de linhas específicas de ação e financiamento direcionadas a valorização das expressões culturais do campo e tradicionais.
- Inserção, no âmbito do Fundo Metropolitano, de linhas de financiamento voltadas à valorização das expressões do campo e tradicionais.

Possíveis fontes de financiamento do Programa

Agentes Nacionais:

- Federal: BNDES, Banco do Brasil, CEF; Fundo Nacional de Cultura; Lei Rouanet; Programa Monumenta
- PRONAF – Governo Federal
- Estadual: BDMG; Fundo Estadual de Cultura; Lei Estadual de Incentivo à Cultura;
- Fundo Metropolitano
- PRODETUR

Agentes Internacionais:

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Mundial/ONU; UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)/ONU; PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)/ONU; UN-HABITAT (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos)/ONU.

Federações representativas de segmentos:

- **FIEMG:** Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
- **FECOMERCIO:** Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de MG
- **FECCOEMG** - Federação dos Empregados no Comércio e Congêneres de MG
- **FAEMG:** Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
- **FETAEMG:** Federação dos Trabalhadores Agricultura Estado de Minas Gerais
- Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional (**SENALBA-MG**)
- **FAPEMIG** – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

Medidas de monitoramento e avaliação do Programa

Monitoramento: Elaboração de relatórios mensais, semestrais e anuais de avaliação do desempenho do Programa por parte dos atores diretamente envolvidos. Preparação de encontros e reuniões, nos quais sejam discutidos o andamento do projeto junto às comunidades, bem como, as possíveis alterações e novos caminhos a serem tomados. Organizar ferramentas apropriadas para geração de dados, informações, pesquisa e conhecimento sobre as comunidades envolvidas no processo. Construir indicadores que busquem certificar e garantir que o projeto esteja ocorrendo em todas as comunidades envolvidas de forma integrada e participativa.

Avaliação: Traduzir os dados obtidos pelos indicadores em dados quantitativos e qualitativos elencando entre eles quais possuem maior relevância no contexto apresentado.

Consultar e requerer dos atores envolvidos uma avaliação periódica quanto ao andamento do projeto. Elaborar ferramentas que sejam capazes de mensurar o volume de recursos movimentados (total e parcial), o volume de recurso investido pelos parceiros e agentes financiadores, e o número de benefícios instituídos em função do Programa. Apresentar e avaliar, a partir de relatórios, sob a forma de dados qualitativos, os resultados obtidos e os não-obtidos, e por meio desses analisar as possíveis mudanças obtidas.

Programas existentes que podem ser ampliados e/ou articulados

- **Programa Cultura Viva – Ministério da Cultura;**
- **Programa Monumenta – IPHAN;**
- **Plug Minas;**
- Fundo Nacional de Cultura
- Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais – SNIIC
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
- Política Nacional de Assistência técnica e extensão Rural
- Programa Luz para Todos
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Programa Nacional de Reforma Agrária (início em 2006)
- Regularização Fundiária
- Política Agrícola
- Política de Assistência Técnica e extensão rural
- Programa Verde Minas
- Programa Minas Sem Fome
- Programa de combate a pobreza rural (PCPR)
- Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
- ProJovem Campo - Saberes da Terra
- Programa Talentos do Brasil
- Programa de Ações Articuladas (PAR)
- Programa Brasil Empreendedor
- Programa Arranjos Produtivos Locais (MDIC)
- Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local

- Cara Brasileira (SEBRAE)

Projetos e Ações

Considerando as características da RMBH, em que coexistem no território espaços urbanos e espaços e modos de vida rurais, optou-se por propor projetos ligados a essas duas dimensões espaciais, ainda que o recorte territorial não seja o único relevante na temática. A seguir, apresentam-se os referidos projetos.

Projeto 1) Valorização e incremento das expressões culturais urbanas

Como amplamente discutido no contexto da Política de Democratização dos Espaços Públicos, o meio urbano é, por suas características, o espaço por excelência da convivência social e da troca cultural, a partir principalmente da alta densidade dos contatos estabelecidos entre seus moradores, com diferentes origens, culturas e hábitos. Nesse caldo de culturas, as identidades são estabelecidas e renovadas cotidianamente, baseadas em características diversas, como gênero, etnia e raça, local de moradia, faixa etária, origem, profissão, etc.

Valorizar a riqueza das trocas culturais no meio urbano, mantendo e estimulando a diversidade é uma das principais necessidades que esse projeto vem atender. As pesquisas (quais?) mostram que a maioria absoluta dos cidadãos brasileiros não conhece a sua história, seu patrimônio, material ou imaterial, e suas raízes culturais. Esta realidade vem refletindo um gradual processo de perdas identitárias e descaracterização cultural no estado e no país. Tal fato, aliado ao crescimento populacional desenfreado em áreas periféricas dos centros de porte médio, que contribuem para a elevação dos índices de vulnerabilidade social nestas regiões, tem comprometido também a preservação dos bens culturais das cidades em geral.

Nesse sentido, faz-se fundamental contribuir para o registro e difusão dos conteúdos e características culturais das populações urbanas, com foco na valorização de sua diversidade. Esse processo se inicia com ações de mapeamento e diagnóstico da realidade cultural metropolitana, passa pela criação de instâncias de participação e controle social, navega pela proposição de atividades de estímulo à produção cultural e, por fim, deságua na realização de ações de divulgação e difusão das culturas locais.

Assim sendo, o projeto indica a realização de ações de pesquisa, documentação e publicização das manifestações culturais na RMBH, integrando-se à proposta antes apresentada do Sistema de Informações Turísticas e Culturais.

Inserido na linha das discussões e recomendações da Convenção da UNESCO para a Promoção e Proteção da Diversidade Cultural, o projeto tem como objetivo central o fortalecimento das manifestações culturais na RMBH, seja em seus modos de vida, seja nas expressões artísticas. De acordo com o texto-base da 2ª Conferência Nacional de Cultura:

“A arte pode ser compreendida como um dos subsistemas simbólicos da cultura - o sistema estético - onde estão refletidos os significados subjacentes à vida social, presentes também em outros campos: na religião, no trabalho, nas relações de parentesco e poder. Assim entendida, a arte é uma das formas de conhecer e interpretar o mundo. A ampla gama de expressões artísticas existentes no planeta resulta da diversidade de concepções que os seres humanos têm sobre como são e funcionam as coisas.”

As instituições culturais, reconhecendo essa diversidade, lançam um novo olhar sobre o debate referente à valoração simbólica da produção artística. Tanto as instituições responsáveis pelo patrimônio cultural, como as que cuidam das artes contemporâneas, começam a construir um modelo menos rígido para classificar e tratar essa produção. As fronteiras que pareciam separar o tradicional do contemporâneo se desfazem. O próprio conceito de contemporaneidade passa a levar em consideração as manifestações populares. Mesmo porque essas manifestações nunca foram estáticas, ao contrário, as tradições sempre evoluem e se modificam, acompanhando o movimento da história. Os bens simbólicos, tomados em conjunto, agora fazem parte de um projeto de política cultural que considera a multiplicidade de expressões como a referência institucional.”

No contexto urbano, convivem diferentes expressões culturais que devem ser igualmente reconhecidas, valorizadas e apoiadas em suas especificidades. Entre essas particularidades, mencionam-se as expressões de corte geracional (movimentos juvenis, por exemplo), étnico-racial, de base religiosa, com características de gênero, vinculadas ao local de moradia (movimento de vilas e favelas) ou de vínculo artístico.

Detalhar projetos para cada público não é possível no contexto do PDDI, visto que depende de uma grande discussão, envolvimento e participação dos sujeitos, o que pode ser feito posteriormente, no processo de implantação das ações preliminares ora propostas. A partir do exposto, são propostas as seguintes ações:

1. Mapeamento, registro e diagnóstico da diversidade cultural na RMBH

- Realização de ações de pesquisa e mapeamento cultural em todos os municípios da RMBH, com registro das diversas expressões culturais e lançamento das informações em um banco de dados georreferenciado (ver Sistema de Informações Turísticas e culturais, já apresentado);

- Análise dos dados e realização de um Diagnóstico Participativo da situação da diversidade cultural na RMBH, constando os principais pontos críticos e sugestões de ações a serem implementadas, voltadas a públicos específicos;
- Realização de seminário de conclusão do Diagnóstico, com convocatória ampla a todos os setores e movimentos culturais na RMBH, com o objetivo de apresentar os resultados e discutir as principais ações a serem priorizadas para o fortalecimento da diversidade cultural metropolitana;

2. Implantação de mecanismos de participação e controle

- Conforme previsto no Sistema Nacional de Cultura, deverão ser implantados Conselhos Municipais de Política Cultural em todos os municípios da RMBH, bem como um Conselho Metropolitano de Política cultural, com participação paritária dos diversos níveis de Governo e da Sociedade Civil da área cultural;
- Eleição dos representantes em cada Conselho;
- Discussão das prioridades retiradas do Seminário e confecção dos Planos de Ação para sua implementação;

3. Realização de atividades de estímulo à produção cultural e à diversidade

- Realização de ações de formação para agentes culturais, artistas, gestores, técnicos e produtores, conforme previsto na Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas;
- Incremento das modalidades de financiamento à cultura atualmente existentes (leis de incentivo e fundos), bem como criação e novas modalidades, com categorias voltadas às diversas expressões culturais e aos diversos públicos e grupos, facilitando e democratizando os processos de inscrição, realização, gestão e prestação de contas;
- Oferta de ações de apoio direto à produção cultural local, tais como: cessão de espaços públicos e privados para as ações de produção e difusão cultural; facilitação do acesso aos meios de produção e ao mercado cultural; descentralização das ações públicas na RMBH, atendendo a grupos localizados em todo o território metropolitano; realização de incubadoras, residências artísticas e fábricas culturais (ver Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas), entre outras.

4. Ações de divulgação, difusão e comunicação

- Estabelecimento de canais permanentes para difusão dos conteúdos culturais produzidos pelos diversos grupos na RMBH, tais como mídias comunitárias, veículos de comunicação alternativos e parcerias com veículos comerciais da metrópole;
- Estímulo à troca de informações sobre os grupos culturais, entre eles e para a sociedade como um todo, utilizando-se o já mencionado Sistema de Informações Turísticas e Culturais.

Estudo de caso referência para o presente projeto: Agência de Notícias Favela é Isso Aí:

Iniciada em 2005, a Agência de Notícias Favela é Isso Aí, realizada em Belo Horizonte e outras cidades do interior mineiro pela ong de mesmo nome acaba de receber o Prêmio Cultura Viva, concedida pelo Governo Federal / Ministério da Cultura.

A agência é um espaço de produção e veiculação de conteúdos sobre as artes produzidas nas periferias mineiras. O objetivo geral é produzir e veicular material sobre os artistas e história das vilas e favelas, dando visibilidade à produção cultural desses locais e fortalecendo seus artistas. Os objetivos específicos são: pesquisar e registrar a história das comunidades e seu perfil cultural; proporcionar um acervo de informações culturais sobre as vilas e favelas; motivar a pesquisa e o acesso às informações sobre arte e cultura na periferia; prestar assessoria e consultoria em comunicação aos artistas das vilas e favelas; capacitar jovens moradores das vilas e favelas para trabalhos em pesquisa, produção de texto, produção de rádio, foto e vídeo.

As principais atividades desenvolvidas são: mapeamento cultural e elaboração de "Bancos da Memória" de cada comunidade, junto com jovens moradores bolsistas; veiculação do material apurado através do site da instituição (www.favelaeissoai.com.br); produção de jornais impressos, bimestrais, com tiragem de 3.000 exemplares (já na 14ª. edição); gravação de programas de rádio, semanais, sobre as favelas e sua cultura, veiculados há mais de um ano na Rádio estatal de Minas, Inconfidência FM; realização de assessoria de imprensa para os grupos artísticos das favelas: produção de release, fotos e envio de material para os veículos de comunicação; produção de boletim eletrônico, semanal; gravação e exibição de documentários sobre as favelas e sua cultura.

Todas as ações são desenvolvidas gratuitamente para as comunidades e artistas envolvidos. Além disso, são feitas de maneira participativa, com o envolvimento de jovens moradores bolsistas da própria comunidade, em todas as etapas: pesquisa, recolhimento de informações, reuniões de pauta, produção dos conteúdos e distribuição dos materiais nas comunidades. Os jovens de cada comunidade são selecionados e treinados em processo para realização de todas as ações, incluindo capacitação em pesquisa, foto, vídeo, produção de jornal e rádio. Durante todo o processo, a equipe da ong acompanha, supervisiona, orienta e monitora as ações e os produtos gerados. Todos os produtos são distribuídos gratuitamente para as comunidades.

Projeto 2) Fortalecimento da autonomia das populações tradicionais da RMBH

O presente Projeto foi concebido a partir das necessidades de reconhecer e fortalecer os modos de vida tradicionais e os aspectos da ruralidade ainda presentes na região Metropolitana. Em concordância com as orientações de diversos órgãos representativos, nacional e internacionalmente, como os Ministérios do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário e da Cultura, e a UNESCO, torna-se urgente a proposição de políticas e programas voltados para o apoio e fortalecimento das comunidades tradicionais e do campo, e conseqüentemente, de suas expressões culturais. Espera-se, por meio desta proposta, possibilitar a oportunidade dessas populações permanecerem em seu território, assim como, propiciar a legitimação de sua identidade territorial.

Nessa direção, propõe-se o empreendimento de projetos voltados ao estudo, reconhecimento e apoio ao fortalecimento das identidades do campo e de populações tradicionais, principalmente através da instrumentalização em instâncias de governança que sejam capazes de garantir a autonomia dos grupos, assim como a reprodução da família e coletividades. Isto requer, não apenas a ampliação dos instrumentos de políticas públicas para este público, como a problematização dos mecanismos de financiamento existentes, a exemplo do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar). Inúmeras populações rurais encontram dificuldade de acesso a este programa, em virtude de uma perspectiva verticalizada por parte das agências responsáveis pela sua operacionalização e, sobretudo, pelo caráter pouco flexível do programa, com capacidade reduzida de adequação às realidades e demandas das comunidades do campo. Dessa forma, é preciso mobilizar os setores governamentais no sentido de tornar os critérios e normatizações previstos mais acessíveis ao agricultor familiar. Da mesma forma, é fundamental incrementar os investimentos da

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) direcionados às populações quilombolas. Segundo a Fundação Cultural Palmares, o maior desafio consiste em adaptar o sistema de ensino à realidade e cultura das comunidades, que têm uma história ampla de luta contra a escravidão e a pobreza. Isto se deve à necessidade das ações educativas garantirem a manutenção da identidade quilombola.

Os estudos direcionados às populações tradicionais da RMBH irão colaborar para a identificação das expressões culturais e, conseqüentemente, para o fortalecimento da autonomia dessas populações. Esta perspectiva de valorização das identidades culturais das populações tradicionais envolverá ações de capacitação e estímulo às questões ligadas à cultura e aos modos de vida, possibilitando, assim, o empoderamento dessas comunidades. Tendo em vista os conflitos existentes atualmente no contexto dessas populações, como, por exemplo, aqueles relacionados a manutenção da identidade cultural e ao uso e permanência na terra em que esses grupos residem, verifica-se a necessidade de estudo aprofundado e o registro das expressões tradicionais, procurando, por meio dessa ação, valorizar e trabalhar aspectos comuns, que tragam a integração dessas comunidades. Com esse foco, SÃO PROPOSTAS as seguintes ações:

Ações:

1. Estudo das expressões culturais (valorização das populações tradicionais existentes na RMBH, considerando as categorias reconhecidas pelo MDS)

- Identificação das expressões culturais das populações tradicionais em cada Complexo Ambiental Cultural da RMBH;
- Compreensão das identidades territoriais, formas de apropriação das populações e grupos;

2. Fortalecimento da identidade

- Realizar estudo para reconhecer como a comunidade se identifica como grupo social;
- Identificar, por meio de estudo, qual a relação entre as famílias e a organização da comunidade;
- Empreender projetos de apoio e difusão da diversidade cultural dos povos originários, afrodescendentes, indígenas, assim como suas manifestações culturais e seus territórios, respeitando as particularidades culturais e religiosas desses povos.
- Incentivar o fortalecimento institucional, possibilitando o acesso dessas comunidades

ao conhecimento e aos recursos a elas direcionados.

3. Apoio à autonomia das populações

- Identificar qual a relação estabelecida entre comunidade e as formas de produção dos diferentes atores locais;
- Propor mecanismos de fortalecimento das instâncias de governança existentes e capacitar os agentes comunitários para formação de novas governanças que estimulem a valorização dos modos de vida e tradicionais;
- Estimular e apoiar o resgate de saberes próprios, e de formas de renda não monetária;
- Garantia de espaços culturais de referência artístico-cultural e formação nos territórios dos grupos sociais e populações tradicionais;
- Capacitar os grupos sociais e populações tradicionais em economia da cultura, já que fortalece os vínculos de sociabilidade e identidade, criam lazer e bem-estar, contribuem com a educação e com o desenvolvimento em geral;
- Criar projetos de apoio e difusão das tradições da matriz africana, através do Turismo de Base Comunitária;
- Estudo de ferramentas que possibilitem a desburocratização e transparências dos processos de tomada de decisão direcionados às populações tradicionais;

Estudo de caso referência para o presente projeto: Projeto Minas Raízes (Artesanato, Cultura e Design): teve início em 2008 por uma iniciativa do Núcleo de Design e Responsabilidade Social do Centro de Extensão da Escola de Design/UEMG. O Projeto foi elaborado tendo em vista a grande demanda por projetos sociais de inclusão produtiva que buscassem conectar os valores culturais regionais à produção artesanal, descaracterizada em função da homogeneização dos produtos e das pressões do contexto produtivo em que vivemos. Para o desenvolvimento desse Projeto foram realizadas parcerias com a Prefeitura Municipal de Nova Lima, através da Secretaria Municipal de Cultura; a Associação dos Artesãos de Nova Lima - Artes da Terra; e o Centro da Imagem da Escola de Design/UEMG. O objetivo do projeto era capacitar a produção artesanal de comunidades mineiras promovendo um desenvolvimento econômico sustentável através do resgate da cultura local. Além de restituir a auto-estima da população envolvida, o projeto visou

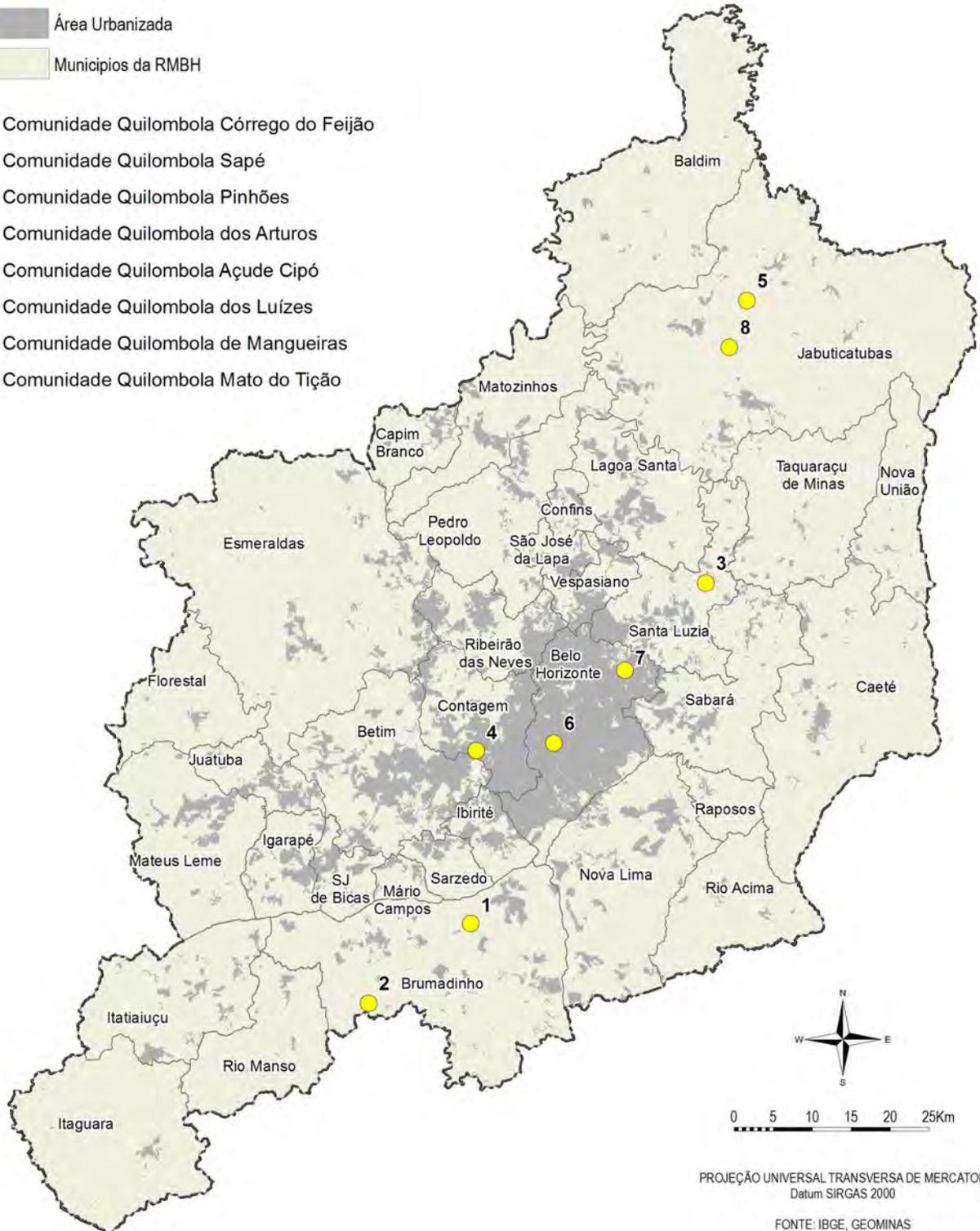
Figura 13 – Territorialidade Projeto 2



COMUNIDADES QUILOMBOLAS

-  Quilombos
-  Área Urbanizada
-  Municípios da RMBH

1. Comunidade Quilombola Córrego do Feijão
2. Comunidade Quilombola Sapé
3. Comunidade Quilombola Pinhões
4. Comunidade Quilombola dos Arturos
5. Comunidade Quilombola Açude Cipó
6. Comunidade Quilombola dos Luízes
7. Comunidade Quilombola de Mangueiras
8. Comunidade Quilombola Mato do Tição



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: IBGE, GEOMINAS
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

consolidar a autonomia no planejamento e desenvolvimento de novos produtos, favorecendo a ampliação do valor cultural, da diferenciação e da competitividade do artesanato local, e conseqüente melhoria da qualidade de vida das comunidades. Os fundamentos do Projeto Minas Raízes estavam pautados na valorização do cidadão e do seu território. O design foi utilizado como uma ferramenta que pudesse contribuir de forma significativa para a transformação pessoal e profissional dos atores envolvidos.

Comunidades quilombolas na RMBH

- **ARTUROS CONTAGEM:** A comunidade quilombola dos Arturos está localizada no bairro Jardim Vera Cruz, em Contagem, na região Metropolitana Belo Horizonte. Os Arturos compõem um grupo familiar que reside em propriedade coletiva no município de Contagem. Possuem um grupo folclórico-cultural que se preocupa em divulgar as tradições herdadas dos ancestrais por meio da música e dança religiosas de origem africana. Destacam-se as seguintes manifestações: festividade de folia de reis; candombe; batuque. A comunidade já possui o certificado de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares e, desde 2005, aguarda a titulação de suas terras pelo Incra.
- **BAKISSO BANTU KASSANGE – MATEUS LEME:** A Comunidade Quilombola Bakisso Bantu Kassange está localizada no bairro Atralaia, em Mateus Leme, Minas Gerais. A comunidade é formada por 5 famílias, que ocupam e se concentram num terreiro de religião de matriz africana. Possui energia elétrica e uma Associação da comunidade. Destacam-se as seguintes festividades: Festa da Matamba e Festa da Dandaluna.
- **ANTÔNIO PEDRO – BELO HORIZONTE:** A comunidade se situa na região sul de Belo Horizonte, confluência do bairro Santo Antônio e da Vila Estrela. Atualmente a comunidade vive um conflito em decorrência da criação do parque ecológico do Santo Antônio. O local possui um significado simbólico para os moradores. Algumas casas já foram desapropriadas pela prefeitura de Belo Horizonte.
- **MANGUEIRAS/BH:** A comunidade quilombola de Mangueiras está situada em área urbana do município de Belo Horizonte, na região nordeste da cidade, às margens da rodovia para Santa Luzia. Os primeiros moradores da região eram, provavelmente,

negros que trabalhavam nas regiões de Sabará e Santa Luzia, cidades vizinhas que se desenvolveram no século XVIII com a mineração do ouro. O entorno da comunidade já está cercado por moradias do bairro Novo Aarão Reis, de um lado, e Ribeiro de Abreu, do outro. A forte identidade de matriz africana e a relação dos moradores com o território tradicional estão ameaçadas com a intrusão de novos valores por moradores recém chegados no entorno. A comunidade já foi reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Há processo tramitando no Incra para regularização das suas terras.

- **AÇUDE CIPÓ – JABOTICATUBAS:** A comunidade quilombola do Açude Cipó situa-se na área rural de Jaboticatubas, região Metropolitana Belo Horizonte, próxima à rodovia MG-10, nas proximidades do Parque Estadual da Serra do Cipó. Na localidade residem 11 famílias, em torno de 60 pessoas, que sobrevivem de trabalhos urbanos e rurais e da renda proveniente das aposentadorias de alguns membros da comunidade. No Açude não existem escolas nem posto de saúde. Há energia elétrica nas residências e a água utilizada pelos moradores provém de poço artesiano. São cultivadas hortas para consumo próprio. Na história da comunidade há registro de conflitos de terras, mas atualmente todas as famílias possuem o título legal de posse. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2006. Destaca-se o candombe, como a principal expressão cultural do açude.
- **MATO DO TIÇÃO – JABOTICATUBAS:** A comunidade quilombola de Mato do Tição – constituída por membros da família Siqueira – está situada a cerca de 4 km da sede do município de Jaboticatubas O sítio de Mato do Tição ocupa uma área de 3 hectares, incrustada entre serras. A parte habitada corresponde ao vale, cortado pelo córrego Chico Matias, onde vivem 28 famílias e cerca de 100 pessoas. A comunidade dispõe de energia elétrica e telefone público e é representada pela Associação dos moradores do Mato do Tição. Em 2006, a comunidade recebeu o certificado de reconhecimento quilombola. E, desde 2004, aguarda a titulação de seu território pelo Incra. Do período da escravidão ainda se mantém vivos, as seguintes manifestações culturais: os segredos do candombe, o movimento do corpo no batuque, a alegria e a melodia das cantigas de roda que animavam a vida nas senzalas e os cantos da negra Tança, usados na apanha da lenha e em outros momentos de trabalho.
- **SAPÉ – BRUMADINHO:** Situada a cerca de 60 km de Belo Horizonte, o quilombo do Sapé ou comunidade Sapé encontra-se no município de Brumadinho na mesorregião

Metropolitana Belo Horizonte. No Sapé vivem 44 famílias, constituídas de aproximadamente 150 pessoas. Na comunidade há uma igreja dedicada a São Vicente de Paula e a Associação de Moradores do Sapé. A comunidade reivindica do poder público a implantação de projetos de geração de trabalho e renda. No que se refere a cultura da comunidade, destaca-se as tradicionais festas de reinado, de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, quando se apresenta a Guarda de Congo de São Benedito do Sapé de Nossa Senhora do Rosário. Na comunidade existem, ainda, duas guardas de congado: a Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e a Guarda de Congado de São Benedito, Na festa de São Benedito, a comunidade costuma receber guardas de cidades próximas como Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete e Contagem.

- **PINHÕES –SANTA LUZIA:** A comunidade quilombola de Pinhões localiza-se na área rural do município de Santa Luzia, região Metropolitana Belo Horizonte. Segundo os moradores do distrito, há aproximadamente 380 famílias no local. As atividades econômicas dos moradores de Pinhões giram em torno da agricultura, criação de animais e trabalhos fora do quilombo, nas cidades de Santa Luzia e Belo Horizonte. A comunidade é produtora de leite e doce de leite. As mulheres fabricam o doce para vendê-lo nas cidades próximas. Há na comunidade grande preocupação com os jovens. Hoje não há uma perspectiva de geração de renda que seja socialmente sustentável no quilombo de Pinhões. No que tange aos traços culturais da comunidade, a prática da benzeção é muito comum entre os moradores, mas a atividade das parteiras cessou pela modernidade e pelo acesso ao atendimento médico. Destacam-se as seguintes manifestações: a guarda de catopés de Nossa Senhora do Rosário, fundada por Emílio e Jovino, que conta com mais de 100 integrantes; grupo de coral, formado por jovens e crianças, denominado Cantata Domino. A Associação de moradores está em fase de formação.
- **MOCAMBEIRO – MATOZINHOS:** Mocambeiro é um distrito de Matozinho e o nome deriva da palavra mocambo, que significa “couto de escravos na floresta, quilombo”. Mocambeiro significa quilombola, aquele que mora em mocambo. Presume-se que Mocambeiro foi formado por escravos oriundos da Fazenda da Jaguará (foram quase oitocentos escravos registrados), pela proximidade da fazenda com a comunidade. Esta identidade cultural do povoado ainda se encontra presente e preservada nas tradições e costumes locais, na culinária e por meio das manifestações do Candombe, do Congado, da culinária tradicional e festas de Folia de Reis.

- **LUÍZES – BELO HORIZONTE:** Localiza-se na capital mineira, em um bairro de classe média alta, denominado Grajaú, e soma aproximadamente cem pessoas. Sua origem remete ao final do século XIX, quando a região ainda era conhecida como Curral Del Rei. A comunidade tem sido historicamente liderada por mulheres. A memória oral do grupo traz Anna Apolinária Lopes como sua principal ancestral. A agricultura era a base da subsistência do grupo, juntamente com a manufatura da pita e do coco licuri. Da pita, eles fabricavam perucas, cachos e enchimentos para cabelos. Do coco licuri, eles produziam óleo de cozinha e sabão.

Projeto 3) Apoio às expressões da ruralidade na RMBH

O levantamento e o estudo das questões relativas à ruralidade na RMBH auxiliará a afirmação de expressões tradicionais ligadas a vida no campo. O trabalho de identificação e caracterização dessas comunidades possibilitará articulações de grande importância para o sustento dos modos de vida no campo, apresentando oportunidades para a integração entre os atores, voltadas para a comercialização da produção rural, o fortalecimento das expressões da ruralidade, a permanência do vínculo com a terra e a manifestação de modos de vida tradicionais. O Projeto busca a realização desse levantamento, com o objetivo de incentivar e amparar comunidades que sobrevivem no campo e que, por meio dele, construam suas referências sociais e culturais. Por meio desse olhar, foram propostas as seguintes ações:

Ações :

1. Identificação e estudo

- Levantamento das manifestações da ruralidade existentes na RMBH;
- Compreender/caracterizar os traços e expressões da ruralidade existentes nos CAC's.

2. Fortalecimento da identidade dos grupos do campo

- Realizar estudo para reconhecer como a população que reside no campo se identifica enquanto grupo social;
- Identificar organizações comunitárias e compreender a relação existente entre estas e as famílias rurais;
- Identificar a existência de vínculo da comunidade com o território por ela ocupado.

3. Apoio à autonomia dos grupos

- Caracterizar os modos de produção e comercialização presentes no campo, no âmbito da RMBH;
- Propor mecanismos de integração comunitária e conformação de associações para produção;
- Estimular e apoiar o resgate de saberes próprios, e de formas de renda não monetária;
- Estimular o desenvolvimento do turismo rural de base comunitária, para as comunidades que tiverem interesse em desenvolver este tipo de atividade associada ao modo de produção existente;
- Estabelecimento de programas integrados entre os setores da Cultura, do Meio Ambiente, da Educação, do Turismo e da Ciência e Tecnologia como forma de promover o desenvolvimento humano.

Estudo de caso de referência para o presente projeto: Projeto Artesanato (SEBRAE)

visa estimular artesãos do país inteiro a usar seu produto como fonte de renda e desenvolvimento não só de sua família, mas da região onde vivem. O objetivo do Sebrae é fomentar o artesanato de forma integrada, enquanto setor econômico sustentável que valoriza a identidade cultural das comunidades e promove a melhoria da qualidade de vida, ampliando a geração de renda e postos de trabalho. O Sebrae vê o artesanato como fonte de renda, por este motivo além da orientação para a formação de cooperativas, realiza cursos com instrutores que também são artesãos, proporcionando a profissionalização e a formação de novos artesãos.

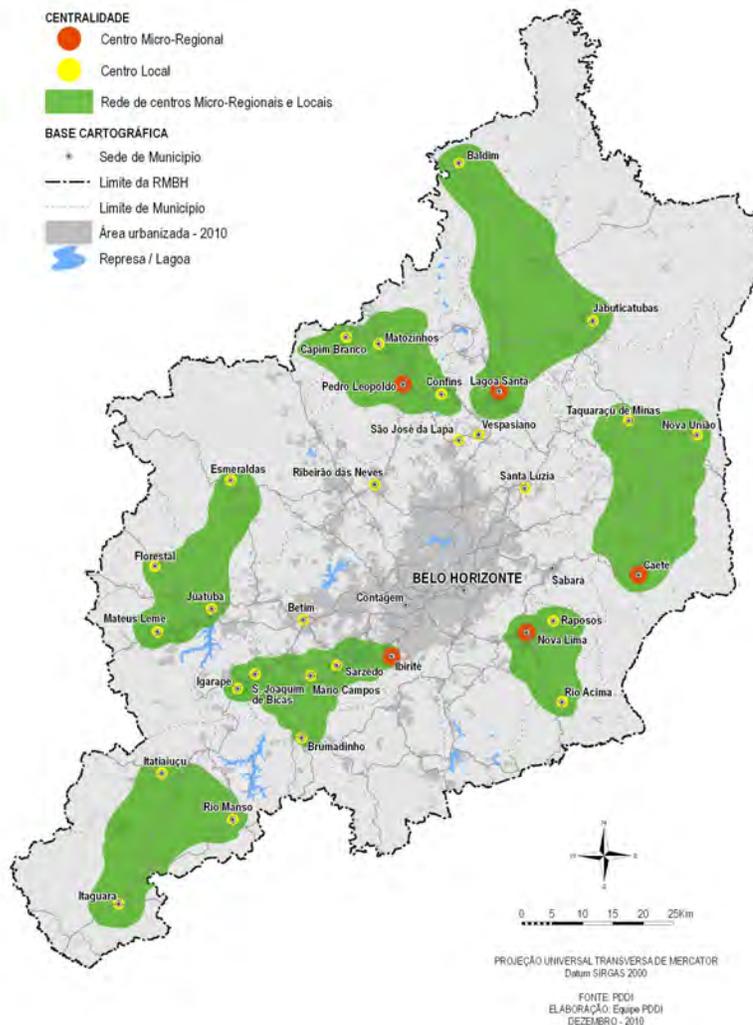
Atores sociais relacionados aos grupos sociais do campo e tradicionais:

- Associação Comunitária do Bairro Santo Antônio; IACS (Instituto Artístico e Cultural de Sarzedo) - SARZEDO
- AASE (Associação Amigos da Serra do Elefante) – MATEUS LEME
- Movimento Nossa BH; ONG Mudança Já – BELO HORIZONTE
- CRB : Núcleo das(os) Religiosas(os) – RIBEIRÃOS NEVES
- Movimento Preserve Lagoa Santa – LAGOA SANTA
- Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios-ADAO/ Distrito de Mocamboiro; AMAV – MATOZINHOS

- Grupo Pro Poções – PEDRO LEOPOLDO
- Associação dos Produtores Rurais de Jaboticatubas e Baldim (Barracão do Produtor) – BALDIM
- Associação Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Taquaraçu de Minas Associação Comunitária do Bairro Nossa Senhora de Fátima; Associação Comunitária Rural Boa Esperança; Associação Comunitária Rural de Água Nova; Associação Comunitária Rural Esperança; Associação Comunitária São Cristóvão Matriz – TAQUARAÇU DE MINAS
- MACACA - Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté; Associação Comunitária Quintas da Serra – CAETÉ
- ONG Leão; ONG Casa - SABARÁ
- Movimento Social pela criação do Parque Nacional das Águas da Serra do Gandarela – RAPOSOS; RIO ACIMA
- Associação de Artesões e Artistas de Caeté; Associação do Bairro Matadouro; CAR – Associação de Catadores de Recicláveis de Raposos – RAPOSOS
- Cooperativa de Produção Artesanal Mulheres da Serra do Rola Moça que já conta com aproximadamente 38 artesãos de variados pontos do município, que produzem bordados comercializados em loja de Casa Branca e feiras fora do município; AMA-ALDEIA – Associação Comunitária do Meio Ambiente da Aldeia; AMORSICAB – Ass. Moradores e Sitiantes de Casa Branca; Ass. Comunitária do Bairro Jardim Casa Branca; Ass. Comunitária Parque das Andorinhas; Ass. Comunitária Regional de Casa Branca; Ass. dos Moradores e Amigos do Bairro da Ponte; Associação Comunitária do Recanto da Aldeia; Associação dos Catadores do Vale do Paraopeba, com sua unidade II instalada em Casa Branca; ASTURES – Associação de Turismo Sustentável da Encosta da Serra; Conselho da Mulher de Brumadinho; Cooperativa das Mulheres de Rola Moça – em montagem - BRUMADINHO
- Centro de Educação Ambiental Anglo Gold Ashanti; Centro de Educação Ambiental Harry Oppenheimer; Centro de Educação Ambiental Mata do Jambreiro; Associação Comunitária de Macacos; Associação Comunitária do Bairro José de Almeida; Associação Comunitária do Bairro Jardins de Petrópolis; Associação Comunitária do Bairro Vila Operária; Associação Comunitária do Bairro Parque Aurilândia; Associação Comunitária Amigos do Bairro Mingu; Associação Comunitária Santa Cruz; Associação dos Condomínios Horizontais; Associação Veredas dos Gerais – NOVA LIMA

Figura 14 – Territorialidade Projeto 3

REDES DE CENTROS MICRO-REGIONAIS E LOCAIS



O mapa com as redes de centros microrregionais e locais, em específico, busca apresentar exemplos de possíveis redes de microcentralidades rural-metropolitanas ligadas ao abastecimento metropolitano e segurança alimentar, bem como ao turismo de base local e comunitário. As microcentralidades identificadas, conforme consta na **Síntese dos Estudos Setoriais**, deverão dar apoio à instalação de equipamentos de nível local; assistência técnica; apoio e qualificação aos produtores rurais; melhoria das articulações viárias entre elas; melhoria dos serviços de energia elétrica, telefonia e internet; recuperação de nascentes e cursos d'água; preservação dos recursos hídricos; agro-turismo, dentre outras.

Articulação territorial com outras Políticas do PDDI

O presente Programa apresenta, enquanto possibilidade de articulação com outras Políticas do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, interface com as seguintes Políticas:

Seguridade

- Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (Programa de Apoio às Atividades Rurais; Programa de Promoção da Qualidade de Vida no Meio Rural): por englobar medidas e ações voltadas para grupos vulneráveis e populações tradicionais da região Metropolitana, como idosos e agricultores familiares.
- Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala (Programa de criação de uma rede metropolitana de promoção e consume solidários; Programa de apoio à instalação local de Micro empreendimentos individuais): por envolver medidas e ações voltadas para iniciativas de economia solidária e produção em pequena escala, fato que impacta diretamente em comunidade tradicionais e que se encontram em posição de maior vulnerabilidade social.
- Política Metropolitana Integrada de Qualificação Profissional (Programa de diversificação das oportunidades de formação e qualificação na RMBH; Programa de qualificação voltada aos setores de turismo, cultura e lazer): por envolver projetos que visam a formação de formadores visando aprimorar a capacidade de dialogo entre saberes tácitos e codificados, bem como, promover a qualificação, das comunidades que demonstrarem interesse em explorar atividades voltadas para o turismo, lazer e cultura.

Urbanidade

- Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, em especial no que se refere à implantação do Sistema de Informações Turísticas e Culturais na RMBH e à configuração de uma rede de acesso às informações, através das bibliotecas e outros equipamentos culturais;
- Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas: por priorizar a melhoria dos mecanismos de financiamento do setor cultural, visando a profissionalização e qualificação da produção artística, cultural e criativa. A Política

visa, também, a democratização do acesso a eventos culturais, esportivos e de lazer, por meio da itinerância de eventos culturais e outras formas de intercâmbio cultural entre os municípios, o que incide diretamente no fortalecimento da identidade destes grupos.

Sustentabilidade

- Política Metropolitana Integrada de Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para a Conservação Ambiental: por buscar harmonizar o desenvolvimento sócio-econômico com as necessidades de conservação dos recursos naturais e trabalhar questões que visam priorizar os interesses coletivos sobre os interesses individuais. A política contempla em sua visão aspectos como: cooperação socioambiental, produção rural sustentável e qualidade de vida. Esses aspectos se relacionam diretamente ao Programa proposto, principalmente no tocante ao Projeto 2: Apoio às expressões da ruralidade na RMBH.
- Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável: a presente Política, a priori, reconhece que a geração de riqueza e obtenção de bem estar social passa, essencialmente, pelo reconhecimento da importância central do conhecimento e da tecnologia como líderes do crescimento econômico. Para tanto, coloca-se como ponto central na sociedade do conhecimento, a valorização da inovação e da diversidade cultural e étnica da metrópole, de forma a produzir uma verdadeira revolução qualitativa na base social e produtiva da RMBH. Fato que coincide com os objetivos deste Programa, à medida que reforça a promoção da diversidade cultural e do fortalecimento das identidades culturais presentes na RMBH. A consolidação da Sociedade do Conhecimento visa, ainda, a criação de novos nichos e oportunidades de desenvolvimento econômico e socioambiental considerando-se, as potencialidades e especificidades locais, bem como a construção de vantagens competitivas dinâmicas, a partir da incorporação do conhecimento aos produtos e processos, da geração, absorção e difusão de novas tecnologias e de processos de aprendizagem.

4.3.2.3 Programa de Promoção de Rotas Turísticas

Apresentação do Programa

O binômio turismo e crescimento econômico vem sendo apreendido na atualidade como uma relação indissociável. Esta lógica é incorporada pelos órgãos e políticas públicas do setor, assim como instituições e organismos internacionais e nacionais do turismo. Todavia, cumpre considerar que a realidade contemporânea impõe desafios mais complexos e abrangentes do que a busca do crescimento econômico e inserção competitiva em mercados globalizados.

A definição de turismo proposta pela OMT (Organização Mundial de Turismo) em 1994 o define como uma “atividade das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu *ambiente usual* durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outros fins” (grifo nosso)⁶. Desta maneira, são denominadas como turistas somente os indivíduos que se deslocam para outra cidade ou país, partindo-se do princípio que tais pessoas conhecem plenamente a localidade em que residem, entendendo como localidade, o seu município.

Em grandes metrópoles, nem sempre isso ocorre, pois além do seu território ser relativamente extenso para ser conhecido e apropriado em sua totalidade, há um fator excludente para a população de baixa renda que é a falta de políticas públicas que favoreçam o lazer e o deslocamento dentro de sua cidade. Um exemplo disso é o custo das passagens de ônibus, considerado elevado para tal população, sobretudo se pensarmos em um deslocamento familiar. Essa parcela da população fica usualmente restrita aos espaços onde trabalha, reside ou onde moram alguns familiares, que são visitados esporadicamente. Os espaços de lazer e turismo localizados na cidade onde essa parcela da população reside, não são por ela apropriados, havendo uma exclusão espacial e, portanto, um desconhecimento do local onde se vive. Em algumas perspectivas contemporâneas de interpretação do fenômeno turístico (MOESCH, 2007), estas pessoas, quando visitam os atrativos turísticos da cidade onde residem, podem ser consideradas turistas, pois se trata da visita de um “ambiente não habitual”, representando assim, uma experiência inédita. Esta concepção de turismo, pautada

⁶ IGNARRA, Luiz Carlos. Fundamentos do Turismo. SP: Pioneira, 1999. p. 11

na *experiência* decorrente dos encontros proporcionados pelas viagens - encontro com o “outro” (BARTHOLO, 2009), com lugares, paisagens, culturas, norteia todas as propostas e intervenções desta política, em contraposição à visão economicista do turismo, usualmente incorporada pela maior parte dos programas de governos. Isto reforça o papel do turismo como política pública do Eixo Urbanidade.

O lazer é uma grande demanda da população de baixa renda da RMBH, região cujos atrativos naturais nem sempre são acessíveis gratuitamente para a população, ao contrário, por exemplo, da realidade das cidades litorâneas, onde a praia constitui expressivo espaço popular e gratuito de lazer.

Outro fato que merece destaque é que grande parte da população de baixa renda de Belo Horizonte, especialmente aquela acima de 50 anos, tem sua origem em cidades do interior de Minas Gerais ou de outros estados, e muitos deles ainda se encontram num processo incipiente de construção de relações de afetividade, pertencimento, conhecimento e apropriação dos espaços lúdicos. Desta maneira, são turistas na própria cidade onde moram, desconhecendo a diversidade de espaços e tempos voltados ao lazer e turismo - ou seja, à ludicidade⁷ - que uma metrópole como Belo Horizonte e sua região metropolitana oferecem.

Este cenário é resultante de uma conjunção de fatores, relacionados a aspectos econômicos; falta de políticas públicas direcionadas ao lazer e turismo; sentimento de não-pertencimento à cidade; grande extensão do espaço urbano; desconhecimento do patrimônio paisagístico da RMBH, entre outros.

Frente a esse contexto, este Programa busca promover maior equidade socioeconômica e espacial, especialmente para os moradores da RMBH, através da facilitação do acesso aos lugares metropolitanos, por meio de diversos instrumentos como o estudo e proposição de rotas turísticas na RMBH, a criação do passaporte metropolitano como uma importante ferramenta de acesso aos meios de transporte e equipamentos turísticos e a construção e disponibilização de um conjunto de informações sobre o turismo da/na RMBH, propondo estratégias voltadas à inserção dos cidadãos metropolitanos em um território rico em diversidade cultural e natural. Diante do exposto vislumbra-se que as rotas turísticas serão uma oportunidade de integração dos Complexos Ambientais Culturais e complexos locais da

⁷ Os termos ludicidade, espaços/momentos lúdicos, neste trabalho, sempre que forem mencionados estarão fazendo referência ao lazer, entretenimento, esporte, cultura e turismo.

RMBH, desconstruindo assim a fragmentação territorial da metrópole belorizontina, em grande evidência nos dias atuais.

Objetivo do Programa

- Estruturar rotas turísticas que conectem os Complexos Ambientais Culturais e os complexos locais, favorecendo assim a apropriação dos lugares metropolitanos por parte da população residente e visitantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como o fortalecimento da integração do território em questão.

Objetivos Específicos

- Estudar o contexto das rotas turísticas implementadas no âmbito da RMBH, identificando iniciativas que sirvam como referência de boas práticas.
- Investigar diferentes modalidades de transporte público e deslocamento que possam viabilizar a operacionalização das rotas turísticas, levando em consideração a sustentabilidade sócio-ambiental do Programa.
- Propor rotas turísticas calcadas nos princípios do Turismo Social e de Base Comunitária.
- Pesquisar a transversalidade das políticas do PDDI em relação a esse Programa.

Temporalidade de execução e implementação

Médio prazo (2023)

Institucionalidade

Os atores institucionais diretamente envolvidos com o desenvolvimento e gestão desse Programa estão listados levando em consideração os diferentes âmbitos de atuação:

Poder Público Federal - Ministério do Turismo (MTur), Ministério da Cultura (MINC), Ministério das Cidades (MC), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério dos Transportes (MT), Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Frentes Parlamentares de Reforma Urbana, Região Metropolitana e Transporte Público.

Poder Público Estadual – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional Urbano (SEDRU), Secretaria de Estado de Turismo (SETUR/MG), Secretaria de Estado de Cultura (SEC), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, Departamento de Estradas de Rodagem-(DER), Assembléia Legislativa de Minas Gerais: Frente Parlamentar Pró RMBH (ALMG), Comissão Permanente de Meio Ambiente e Recursos Naturais da ALMG, Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente, Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Mineira, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Poder Público Municipal: Câmaras Municipais, GRANBEL, Secretarias Municipais de Transporte, Turismo, Educação, Cultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer, Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos, BELOTUR - Empresa Municipal de Turismo do Município de Belo Horizonte (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte), BHTRANS.

Sistema de Planejamento e Gestão da RMBH: Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, Assembléia Metropolitana e Agência de Desenvolvimento Metropolitano.

Órgãos Colegiados e Arranjos Sub-regionais - Conselhos Nacionais: Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo; Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC; Comissão Nacional de Incentivo à Cultura. **Conselhos Estaduais:** Conselho Estadual de Cultura (CEC/SEC); Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (CONEDRU/SEDRU); Conselho Estadual de Transportes, Conselho Estadual de Turismo, Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Conselhos Municipais:** Conselhos Municipais de Cultura, Patrimônio Cultural, Meio Ambiente, Turismo, Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável, Esporte e Lazer, Frentes Parlamentares da ALMG.

Federações representativas de segmentos – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, FAMEMG, Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais/FECITUR, Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG.

Terceiro Setor e Movimentos Sociais - Frente pela Cidadania Metropolitana (FPCM); Colegiado Metropolitano; Fórum Metropolitano, Fórum Nacional de Reforma Urbana, AUTC-RMBH, ODEPAC-MG - Organização de Defesa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), IDHU, Associações dos Circuitos Turísticos (das Grutas, do Ouro, do Parque Nacional da Serra do Cipó, Verde - Trilha dos Bandeirantes e Veredas do Paraopeba).

Universidades: UFMG; UEMG; PUC-MINAS.

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência

- Código Mundial de Ética do Turismo
- Lei Geral do Turismo/2008
- Programa de Voluntariado da Organização Mundial de Turismo
- “Por uma visão humanista e social do Turismo” ou Declaração de Montreal 1996
- Plano Nacional de Turismo 2007-2010
- Programa de Regionalização do Turismo
- Turismo Social – Diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2006)
- Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (2007-2023)
- Diretrizes da Política Pública de Turismo de Minas Gerais

Arranjos institucionais adequados para implementação do Programa

O atual arranjo institucional do turismo, no âmbito estadual e regional, é pautado no desenho da política de Circuitos Turísticos desenvolvida pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Tal arranjo buscou avançar no tocante a regionalização do planejamento e gestão do turismo através do estímulo a implementação das Associações dos Circuitos Turísticos, em parceria com iniciativas municipais representadas pelos Conselhos de Turismo/COMTUR e Fundo Municipal de Turismo/FUMTUR. As Associações dos Circuitos Turísticos presentes na RMBH são: das Grutas, do Ouro, do Parque Nacional da Serra do Cipó, Verde - Trilha dos Bandeirantes e Veredas do Paraopeba.

Contudo, tal arranjo institucional ainda apresenta limitações no planejamento do turismo da RMBH. Entre as fragilidades que podem ser elencadas estão: dificuldade em lidar com essa escala territorial de planejamento, a tímida integração entre as associações dos circuitos turísticos presentes na RMBH e a falta de sinergia entre os programas de turismo,

lazer, educação, cultura e meio ambiente. Assim, a política pública de turismo, apesar de sua ampla interface e dependência com as demais, ainda carece de ajustes em seu contemporâneo arranjo institucional para que possa, de fato, enfrentar os desafios de garantir uma abordagem transversal do turismo.

Frente ao contexto colocado, sugere-se como arranjo institucional para o Programa de Rotas Turísticas a adoção do sistema de gestão proposto para os CAC's (ver projeto 3 do Programa 1), com ênfase na criação de câmaras temáticas na área de Turismo e Lazer de âmbito metropolitano, regional e local. O objetivo desta proposta é fomentar a participação, de forma colegiada, de vários representantes do setor turístico das esferas pública, privada e terceiro setor (em especial os Circuitos Turísticos pertencentes a cada CAC). Além disso, considera-se fundamental a participação dos movimentos sociais no intuito de fortalecer a articulação necessária para a gestão das rotas turísticas enquanto estratégia de desenvolvimento social e integração territorial para a RMBH.

Instrumentos de política pública para implementação do Programa

- Criação de um banco de dados sobre as rotas turísticas que subsidie a diversidade de materiais de divulgação das rotas necessária as especificidades dos diferentes públicos, conforme Sistema de Informações Turísticas e Culturais já detalhado na Política de Democratização dos Espaços Públicos.
- Estabelecimento de parcerias com Universidades e Instituições de Pesquisa para levantamento/atualização de dados e produção de conhecimento sobre os CACs e Complexos Locais com fins a subsidiar tomadas de decisão sobre a implementação e gestão das Rotas Turísticas.
- Definição de cotas orçamentárias específicas para o turismo no âmbito do Fundo Metropolitano da RMBH.
- Criação de uma linha de crédito específica para empreendedores do Turismo da RMBH no FASTUR (Fundo de Assistência ao Turismo).
- Apoio à criação de um Observatório Metropolitano dos CAC's como instrumento de fomento da política pública na RMBH.
- Criar mecanismos de cooperação técnica entre os parceiros envolvidos no processo de planejamento e gestão das rotas turísticas.

Possíveis fontes de financiamento do Programa

- Agentes Nacionais
- *Federal*: BNDES, Banco do Brasil, CEF.
- *Estadual*: BDMG, Fundo Metropolitano, PRODETUR.
- Agentes Internacionais
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Mundial/ONU; UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)/ONU; PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)/ONU.
- Federações representativas de segmentos
- FECITUR – Federação Estadual dos Circuitos Turísticos
- FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
- FECOMERCIO - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de MG
- FECCOEMG - Federação dos Empregados no Comércio e Congêneres de MG
- FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
- Outras Fontes:
 - Lei Rouanet
 - Fundação Cultural Palmares (FCP/MINC);
 - Ministério do Turismo (MTur)
 - Ministério do Meio Ambiente
 - Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG)
 - Ministério da Cultura: Fundo Nacional de Cultura
 - Agência Metropolitana – Fundo Metropolitano
 - Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR)
 - Fundo de Assistência ao Turismo (FASTUR)
 - ICMS Turístico
 - ICMS Cultural, ICMS Ecológico, ICMS Solidário

Medidas de monitoramento e avaliação do Programa

- **Monitoramento:** relatórios mensais, semestrais e anuais de avaliação do desempenho do Programa por parte dos parceiros envolvidos diretamente, estruturação de um Observatório Metropolitano dos CAC's responsável, entre outras questões, pela geração de dados, informações, indicadores e conhecimento sobre os CACs. Também

se sugere a realização de pesquisas de opinião, demanda e oferta turística sobre as rotas.

- **Avaliação:** número de rotas turísticas implementadas, fluxo turístico de residentes e visitantes, número e qualificação de instituições de ensino envolvidas, número e qualificação dos parceiros envolvidos diretamente, número e qualificação dos programas e projetos envolvidos direta e indiretamente, volume de recurso movimentado pelo Programa de Rotas Turísticas, avaliação qualitativa das comunidades envolvidas, avaliação qualitativa da acessibilidade do programa.

Programas existentes que podem ser ampliados e/ou articulados:

- Programa de Regionalização do Turismo/MTur.
- Programa Estadual de Estruturação das Instâncias de Governança
- Programa QUALITUR – Qualificação e Capacitação Profissional
- Programa de Mobilização e Sensibilização da Cadeia Produtiva do Turismo
- Programa Minas Recebe
- Programa Minas Produz
- Programa de Desenvolvimento e Produtos e Roteiros
- Programa Estadual de Fortalecimento da Gestão do Turismo
- Programa de Fomento e Financiamento
- Programa de Desenvolvimento do Turismo / PRODETUR
- Programa de Infraestrutura Turística
- Programa Estrada Real
- Projeto Trilha Real
- Projeto Rota Lund
- Programa de Voluntariado da OMT
- Macroprograma Regionalização do Turismo/SETUR-MG. *Programas:* Fortalecimento da Gestão; Programa de Estruturação das Instâncias de Governança; Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

Projetos e Ações

Projeto 1) Estudo de Rotas Turísticas na RMBH

A RMBH, na atualidade, apresenta poucos projetos de rotas turísticas e ressalta-se que os mesmos são iniciativas recentes ou em fase de implementação. Levando em consideração este cenário, faz-se necessário o estudo e avaliação aprofundada de tais iniciativas com ênfase na compreensão da logística de transporte e viabilidade institucional. Portanto, o objetivo deste projeto é identificar o estado da arte das Rotas Turísticas na RMBH, contribuindo assim para a projeção de futuras rotas de forma integrada as propostas já existentes.

Ações:

- Identificar e avaliar as propostas de rotas turísticas existentes na região RMBH.
- Avaliar se há iniciativas de rotas turísticas que possam servir como referencia de boas práticas.
- Pesquisar se há propostas que consideram a utilização do sistema de transporte público e formas de deslocamentos alternativas para a viabilidade das rotas turísticas.
- Avaliar como as organizações públicas e privadas da área de transporte estão envolvidas com os projetos/programas em questão.
- Identificar e avaliar as instituições, planos, programas e projetos de política pública que possuem interface com a viabilidade do conceito de Rotas Turísticas proposto.

Projeto 2) Estruturação das Rotas Turísticas

O entendimento de rotas turísticas como via de acesso que conecta atrativos e equipamentos turísticos apresenta uma dimensão equivocada e reducionista. Nas rotas turísticas o caminho é o próprio atrativo turístico, expressando assim a combinação entre identidades naturais e culturais expressas na paisagem. Portanto, para a viabilidade do projeto 02 será necessário o estudo e pesquisa dos CACs e complexos locais para além de sua infraestrutura de acesso. Levando em consideração que a RMBH apresenta poucos projetos de rotas turísticas, ressalta-se a importância de iniciativas educacionais que visem à formação de público e de mão-de-obra. Posto isso, o projeto 02 visa a concepção de rotas turísticas pautadas nas vocações naturais e culturais das paisagens que conformam os Complexos Ambientais Culturais e complexos locais, promovendo assim a integração dos mesmos a partir da valorização das distintas identidades presentes na RMBH.

Ações:

- Estudar as possibilidades de integração dos CACs, Complexos Locais e Lugares Metropolitanos sob a forma de rotas turísticas.
- Identificar os equipamentos culturais e turísticos presentes nas rotas e seu possível uso público.
- Pesquisar alternativas de acesso e sinalização turística para as rotas propostas.
- Estruturar um projeto educativo voltado para a formação de público e mão-de-obra para as rotas turísticas.
- Integrar as propostas de Rotas Turísticas já implementadas na RMBH com as novas propostas a serem estruturadas.
- Estudar estratégias de financiamento para a viabilidade das rotas turísticas.

Estudo de Caso de Referencia: o Bureau Internacional du Tourisme Social (BITS), uma organização sem fins lucrativos, é uma iniciativa de referência no tocante a articulação de parceiros para viabilidade do planejamento e gestão de rotas turísticas em vários países do mundo. O BITS tem como objetivo promover o acesso ao lazer, férias e turismo ao maior número de pessoas possível, e incentivar esta premissa e a implementação dos meios necessários junto aos atores que compartilham da mesma responsabilidade. É também missão desta entidade promover o turismo com solidariedade e desenvolvimento, a fim de levar benefícios às populações anfitriãs e proteger a herança natural e cultural das localidades.

Projeto 3) Criação do passaporte metropolitano para as rotas turísticas

As grandes metrópoles apresentam expressiva extensão territorial, dificultando assim, o conhecimento e apropriação, em sua totalidade, por parte de seus residentes e visitantes. Nesse sentido há ainda um fator excludente para a população de baixa renda que é a falta de políticas públicas que favoreçam o lazer e o deslocamento dentro de sua cidade. Um exemplo disso é o elevado custo das passagens de ônibus e a falta de mecanismos de integração entre o transporte público municipal e metropolitano. Dessa forma, tal parcela da população fica usualmente restrita aos espaços onde trabalha, reside ou onde moram alguns familiares, sendo que os espaços de lazer e turismo localizados na cidade não são por ela apropriados, havendo uma exclusão espacial e, portanto, um desconhecimento do local onde se vive. Nesse sentido, é proposta a criação do passaporte metropolitano para as rotas turísticas, projeto esse que tem

como objetivo a melhoria da acessibilidade ao patrimônio natural e ao uso dos equipamentos culturais presentes na RMBH.

Ações:

- Estudar propostas de passaporte turístico para contextos urbanos metropolitanos.
- Pesquisar quais opções de transporte e modalidades alternativas de deslocamento poderão ser utilizadas e combinadas para o contexto da RMBH.
- Conceber uma proposta de logística e gestão do sistema de transporte para o passaporte metropolitano turístico, a partir da estruturação dos espaços públicos e privados pertencentes às rotas, definidos neste Plano a partir dos potenciais lugares metropolitanos (ver Política de democratização dos espaços públicos do Eixo Urbanidade).
- Desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação do passaporte turístico metropolitano.

Estudo de Caso de Referência: As principais cidades turísticas europeias têm desenvolvido diferentes tipos de passaportes turísticos. Costumam incluir entradas a diversos equipamentos e atrações turísticas oferecidas por um preço único, que varia conforme a quantidade de dias em que o turista pretende usá-lo. Assim funcionam também os passaportes que incluem o uso dos serviços de transporte público. As *Oficinas de Turismo* de Barcelona, por exemplo, articulam convênios entre o *trade* turístico local, estruturando os passaportes, divulgando e os colocando à venda. Oferecem o *Barcelona Card*, que inclui uso livre do transporte público (metrô, ônibus urbanos e linhas de trem metropolitanas), descontos e gratuidade em entradas de museus, espaços culturais e de lazer, espetáculos, serviços comerciais, como lojas, bares e restaurantes, e outros serviços e transportes singulares, com variação de validade de dois a cinco dias consecutivos. Oferecem também o *Articket Barcelona*, com maior duração (seis meses), oferta interessante também ao turismo interno, dos próprios cidadãos, que possibilitam acesso a Instituições Culturais, Galerias e Museus nos quais a entrada costuma ser mais cara.

Projeto 4) Produção e Promoção das informações para os diferentes públicos

A produção e promoção de informações turísticas ainda é um gargalo no tocante a acessibilidade dos diferentes públicos aos espaços de lazer e turismo da RMBH. Na atualidade percebe-se que a informação é produzida, sistematizada e disponibilizada

fragmentadamente, o que compromete a sua compreensão por parte dos usuários. Outro fator relevante é a ausência de informações disponibilizadas que contemplem o acesso aos atrativos turísticos da RMBH via transporte público ou formas de deslocamento alternativas, seguindo uma lógica de privilegie a autonomia do usuário em relação à contratação de serviços de agência e receptivos turísticos. Nesse sentido, o projeto 4 visa a criação de um banco de dados sobre as rotas turísticas da RMBH e a realização de pesquisas de opinião junto aos diferentes públicos, identificando assim as especificidades da demanda turística por tais informações. Ainda é válido ressaltar a necessidade e urgência de adaptação dos sistemas de informação turística aos portadores de deficiência, contribuindo assim para o fortalecimento do processo de inclusão dos mesmos. Portanto, o objetivo desse projeto é proporcionar acessibilidade à informação turística da RMBH aos diferentes públicos, permitindo assim que os usuários conquistem maior autonomia no planejamento de suas experiências turísticas.

Ações.

- Produzir informações sobre as Rotas Turísticas, compondo assim um banco de dados que possa subsidiar o fomento a diversos tipos de materiais de divulgação, integrado ao Sistema de Informações Turísticas e Culturais já detalhado na Política de Democratização dos Espaços Públicos.
- Pesquisar as demandas de informação por parte dos públicos, assegurando à diversidade de materiais de divulgação das rotas necessária as especificidades dos diferentes públicos.
- Convidar os portadores de deficiência física e/ou mental para o planejamento e gestão participativos do sistema de informações turísticas metropolitano, garantindo assim a acessibilidade dos distintos públicos a esse recurso.
- Conceber mapas, sites, guias turísticos, folders, sistema de mídias sociais (blogs, comunidades virtuais) sobre as Rotas Turísticas.
- Disponibilizar as informações produzidas sobre as Rotas Turísticas para o banco de informações da Região Metropolitana.

Estudo de Caso de Referência: As *Oficinas de Turismo da Generalitat de Catalunya*, identificadas com os centros de informação turística daqui, são também idealizadas como centros de pesquisa e apoio ao planejamento turístico local ou regional. Existe uma hierarquia na organização e um diálogo entre a *Oficina de Turismo de Catalunya* e as *Oficinas* de cada município. Uma de suas principais funções é o planejamento da comunicação. As Oficinas

mais estruturadas realizam constantes pesquisas junto ao público e aos atores locais que alimentam um sistema de banco de dados com informações relativas à atividade turística. São responsáveis pela captação de (mais) recursos por meio de convênios com empreendedores locais, e pelo planejamento e confecção do material oficial, gráfico e virtual, a ser disponibilizado. Os materiais são desenvolvidos por cada município, mas monitorados pela *Oficina da Catalunya*, que fica responsável pela distribuição das informações das rotas turísticas. Há inclusive mapas e rotas especiais para portadores de deficiência, indicando uma rede de acessibilidade específica para estes turistas.

CIRCUITOS TURÍSTICOS E ESTRADA REAL

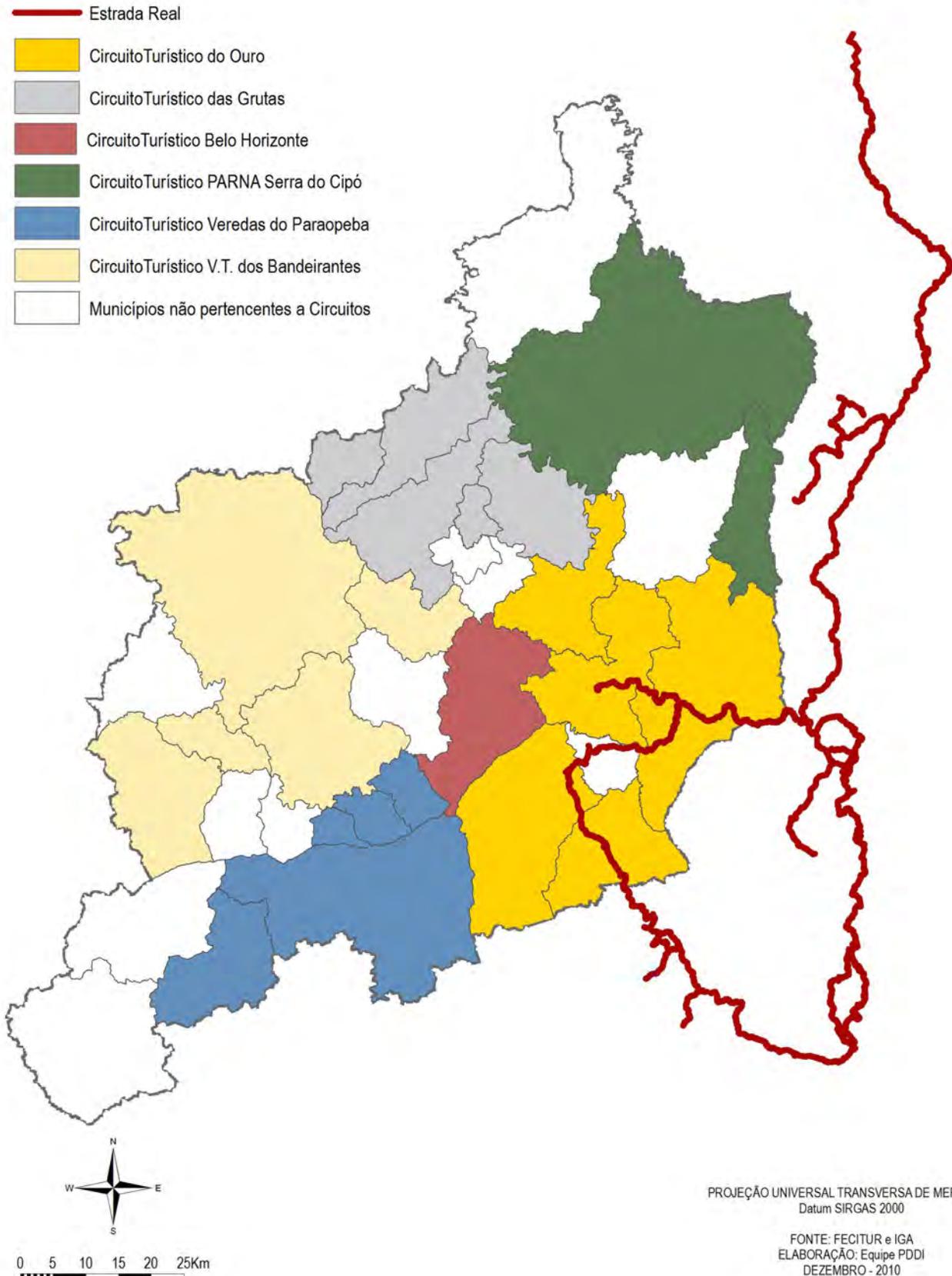


Figura 16

POTENCIAIS VETORES TURÍSTICOS

VETORES

↔ Potenciais vetores turísticos

CACs

- Cipó - Velhas
- Carste
- Centro Metropolitano
- Bacia do Médio Paraopeba
- Quadrilátero Ferrífero

COMPLEXOS LOCAIS

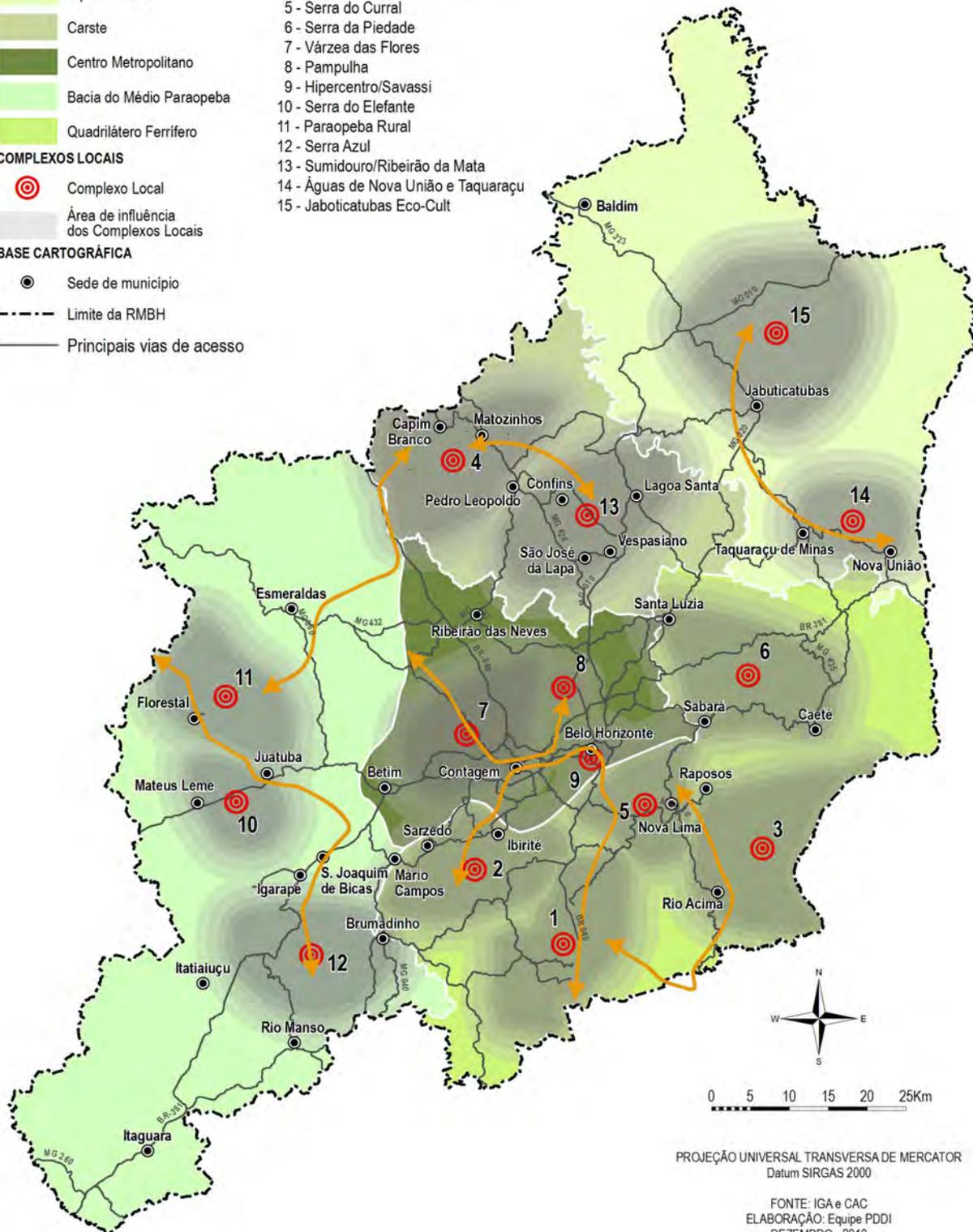
- Complexo Local
- Área de influência dos Complexos Locais

BASE CARTOGRÁFICA

- Sede de município
- Limite da RMBH
- Principais vias de acesso

COMPLEXOS LOCAIS

- 1 - Serra da Moeda
- 2 - Parque Estadual Serra do Rola Moça
- 3 - Serra do Gandarela
- 4 - Ruralidade do Carste
- 5 - Serra do Curral
- 6 - Serra da Piedade
- 7 - Várzea das Flores
- 8 - Pampulha
- 9 - Hipercentro/Savassi
- 10 - Serra do Elefante
- 11 - Paraopeba Rural
- 12 - Serra Azul
- 13 - Sumidouro/Ribeirão da Mata
- 14 - Águas de Nova União e Taquaraçu
- 15 - Jaboticatubas Eco-Cult



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: IGA e CAC
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Figura 17
**CIRCUITOS TURÍSTICOS, POTENCIAIS VETORES TURÍSTICOS
E ESTRADA REAL**

↔ Potenciais Vetores

— Estrada Real

■ Circuito Turístico do Ouro

■ Circuito Turístico das Grutas

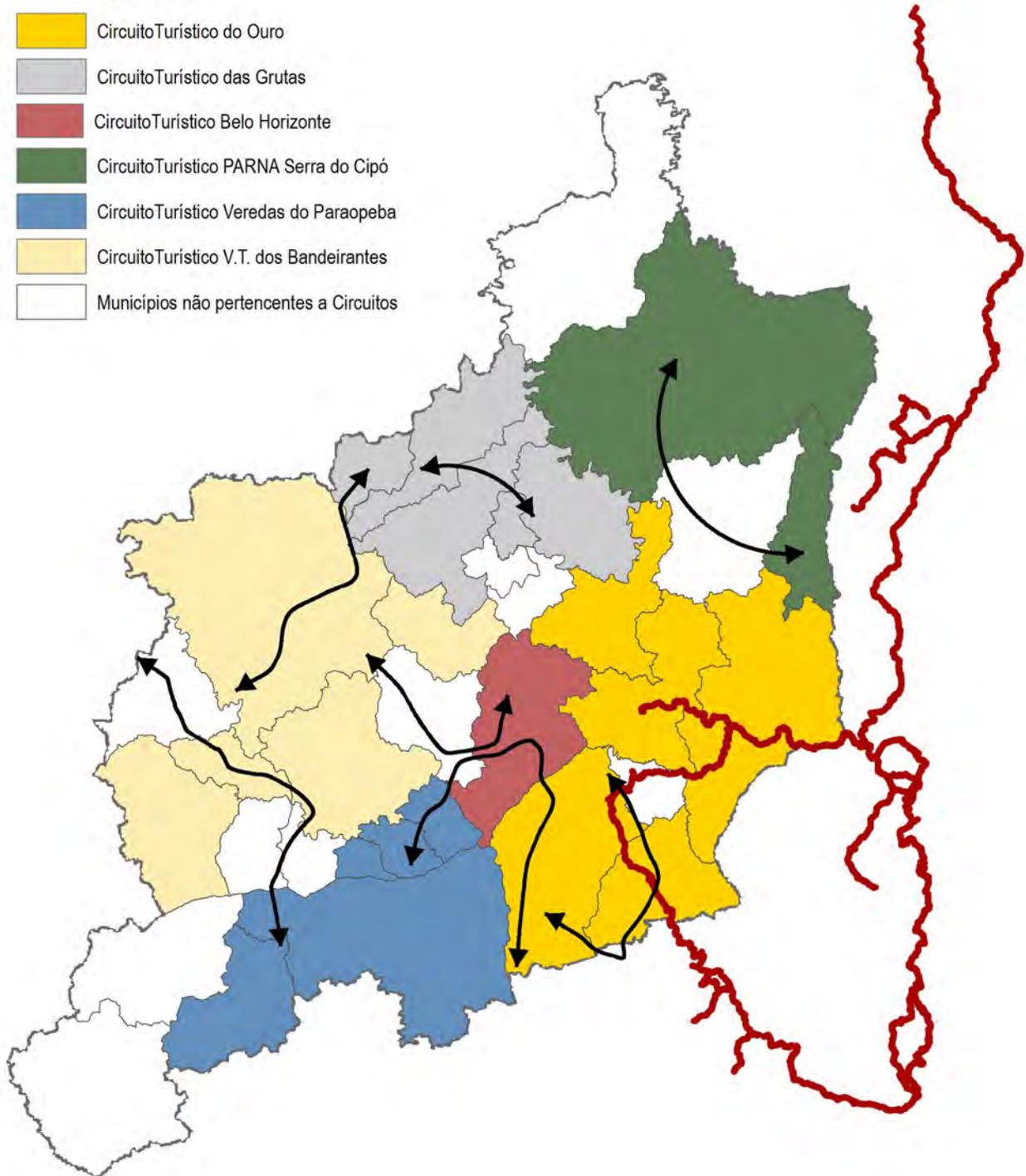
■ Circuito Turístico Belo Horizonte

■ Circuito Turístico PARNA Serra do Cipó

■ Circuito Turístico Veredas do Paraopeba

■ Circuito Turístico V.T. dos Bandeirantes

□ Municípios não pertencentes a Circuitos



0 5 10 15 20 25Km

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: FECITUR e IGA
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Articulação territorial com outras Políticas do PDDI

O presente Programa apresenta, enquanto necessidade e possibilidade de articulação com outras Políticas do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, interface direta com as seguintes Políticas:

Eixo Acessibilidade

- Política Metropolitana de Centralidades em Rede – O presente Programa será consolidado por esta Política, e, em uma via de mão dupla, também estimulará seus resultados nos locais contemplados pelas rotas.
- Política Integrada de Mobilidade Metropolitana – Ambas as políticas vêm a contribuir para a estruturação e consolidação das rotas propostas, pois articulam as bases para um acesso mais adequado às localidades. A integração institucional e tarifária do transporte público é essencial para a viabilidade do 3º Projeto (Criação do passaporte metropolitano para as rotas turísticas) deste Programa, que necessita uma ação conjunta com as empresas de transporte.
- Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano – Esta política apresenta relação direta com a valorização e gestão dos espaços cotidianos contemplados pelas rotas turísticas.
- Política Metropolitana Integrada de Democracia Digital – Essencial para a otimização do 4º Projeto deste Programa (Produção e Promoção das informações para os diferentes públicos), especialmente na gestão de um sistema integrado de informações turísticas atualizadas e para que sua divulgação seja abrangente e efetiva.

Eixo Seguridade

- Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional - O Programa de diversificação das oportunidades de formação e qualificação na RMBH e o Programa de qualificação voltada aos setores de turismo, cultura e lazer envolvem projetos que visam à formação de agentes qualificados para desenvolver atividades voltadas para o turismo, lazer e cultura, além de aprimorar a capacidade de diálogo entre saberes tácitos e codificados.
- Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala – O Programa de criação de uma rede metropolitana de promoção e consumo e o Programa

de apoio à instalação local de micro empreendimentos individuais envolvem medidas de ações voltadas para iniciativas de economia solidária e produção em pequena escala, essenciais para o envolvimento da população no desenvolvimento do trade turístico local.

- Política Metropolitana Integrada de Gestão dos Riscos Ambientais e de Mudanças Climáticas – As ações do presente Programa devem levar em conta as diretrizes propostas nesta política para a gestão dos riscos ambientais, geralmente presentes em espaços turísticos.

Eixo Sustentabilidade

- Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável – A consolidação das rotas turísticas propostas depende, em grande parte, do fortalecimento da cadeia produtiva nas localidades periféricas da RMBH, assim como da diversificação desta cadeia e da descentralização dos investimentos. Programas de formação e incentivo ao empreendedorismo e a interação entre universidades, empresas, sociedade civil e governo serão de grande importância para a participação da população da RMBH neste processo. O Programa de estruturação de demanda de alto nível e qualidade para estimular o desenvolvimento de novas tecnologias também deve se articular com este Programa, já que prevê projeto de incentivo à demanda de alta qualidade pela indústria do turismo, buscando estimular a inovatividade e criatividade locais.
- Política Metropolitana Integrada de Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para Conservação Ambiental – Política essencial para a proteção e a gestão integrada das Unidades de Conservação metropolitanas, incluídas nas rotas propostas, assim com o de seus mananciais. Prevê um programa de recuperação de áreas degradadas que constituem potenciais CAC's e a arborização de vias e espaços públicos.
- Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos – Os recursos hídricos são elementos de referência dentro dos Complexos Ambientais Culturais contemplados pelas rotas, e muitos deles apresentam demanda urgente de recuperação e proteção, para que possam servir aos cidadãos e constituírem atrativos seguros e duráveis.
- Política Metropolitana de Cooperação Intermunicipal e Intersetorial – As rotas turísticas envolvem diferentes municípios em torno de um interesse comum, portanto é

essencial um esforço de cooperação intermunicipal para aplicação das diretrizes aqui propostas.

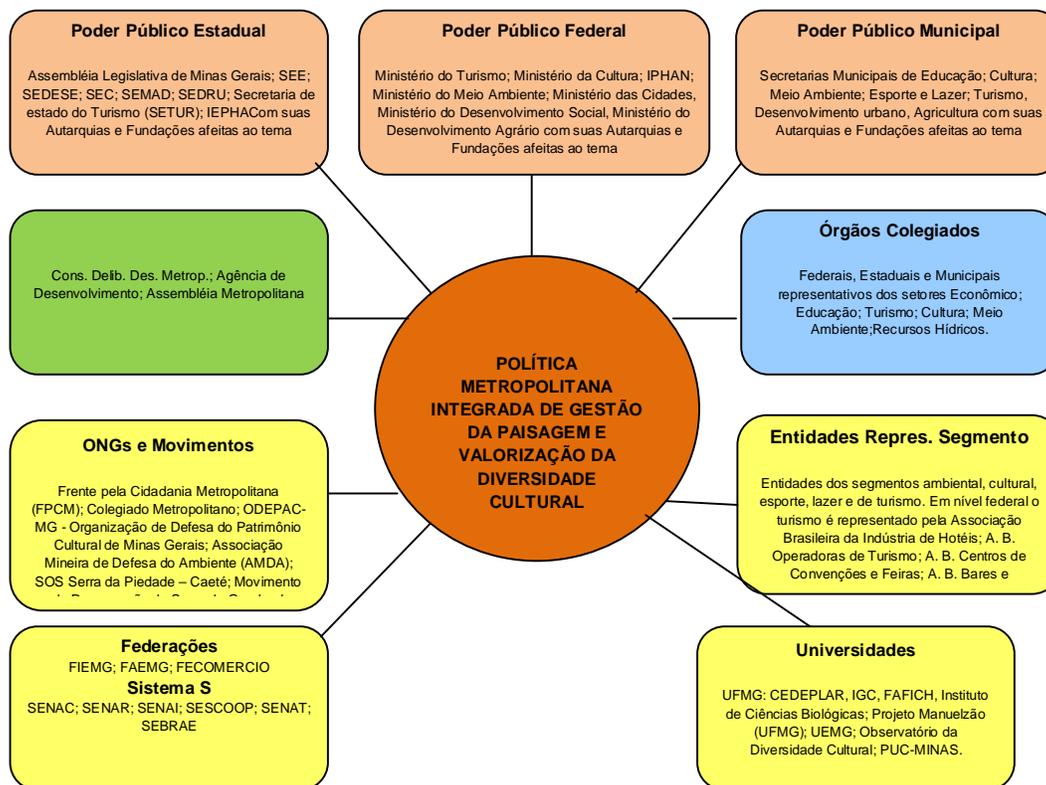
Eixo Urbanidade

- Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas - Prioriza a melhoria dos mecanismos de financiamento do setor cultural, visando a profissionalização e qualificação da produção artística, cultural e criativa. Estes projetos, aliados a uma integração dos eventos culturais e outras formas de intercâmbio cultural entre os municípios fortalecem a importância turística das rotas, e a inclusão da população metropolitana.
- Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos – Além do já mencionado Sistema de Informações Turísticas e Culturais, esta Política prevê medidas para a requalificação, implantação, ampliação e gestão dos espaços públicos, assim como apoio a manifestações culturais e projetos turísticos, contribuindo assim para a consolidação das rotas propostas.
- Política Metropolitana Integrada de Direito à Cidade e Produção do Espaço Cotidiano: moradia e ambiente urbano - Visa incentivar a autonomia de municípios e grupos locais e promover a gestão solidária entre estes em áreas de fronteira e áreas de influência, assim como busca promover projetos e empreendimentos urbanísticos de interesse comum, combatendo a segregação sócio-espacial e controlando os impactos de empreendimentos metropolitanos nos espaços cotidianos microlocais.
- Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação e Cultura – Visa suprir a carência de espaços educativos não-escolares, de caráter público, como parques, praças, centros culturais, bibliotecas, entre outros. Além disso contribui para a autonomia da população local na estruturação e gestão da oferta turística.

Eixo Institucionalidade:

- Política Metropolitana de Cooperação Interinstitucional e Intersetorial - Essencial para a viabilidade deste Programa, que necessita uma ação institucional integrada e bem articulada.
- Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Institucional – Contribui significativamente para o desenvolvimento de um arranjo institucional adequado à implementação deste Programa.

Organograma da Política



Referências

II Conferencia Estadual de Cultura – Cultura, Diversidade e Desenvolvimento – 02 e 04 de dezembro de 2009.

2ª. Conferência Nacional de Cultura – texto-base – MINC, 2009.

Agricultura camponesa/familiar e ação do estado (PRONAF) no Vale do Jequitinhonha-MG: o caso de Minas Novas Autor: Geraldo Agostinho de Jesus Maria Aparecida dos S. Tubaldini Palavra-chave: Agricultura familiar - Teses Agricultura e Estado - Minas Gerais - Teses Data de Publicação: 4-Jun-2007

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido de proximidade. In: BARTHOLO, R; SANZOLO, D. G; & BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro. Letra e Imagem, 2009.

CAMARGO, Pablo Matos; SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos (orgs.) *Comunidades Quilombolas de Minas Gerias no século XXI: História e resistência*. Editora Autêntica: São Paulo, 2009.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. Educação Patrimonial e Sociedade. **Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN**. N. 03, Jan – Fev. 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>> Acesso em 04/11/10.

CUELLER, Javier Peres de. *Nossa diversidade criadora*. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. 2 Ed. UNESCO. Papirus, 1997.

FARIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (Org.). *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, 2002.

IGNARRA, Luiz Carlos. Fundamentos do Turismo. SP: Pioneira, 1999. p. 11

MOESH, Marutschka; GASTAL, Suzana. Turismo, políticas públicas e cidadania. São Paulo: Aleph, 2007

UNESCO. Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

UNESCO. Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Disponível em http://www.unesco.org/pt/brasil/dynamic-content-singleview/news/the_unesco_world_report_on_cultural_diversity_summary_in_portuguese/back/19221/cHash/5a2cc6dd87/

4.3.3 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE GESTÃO TERRITORIAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Justificativa e Contextualização

A política de educação conquistou sólida institucionalidade no Brasil, sobretudo após a LDBEN 9394/96. O pacto federativo entre União, estados e municípios estabelece responsabilidades e competências no atendimento da demanda por educação. Ao longo das últimas décadas, a política educacional brasileira teve como foco prioritário a universalização do acesso ao Ensino Fundamental, na faixa etária de 07 a 14 anos, tendo em vista o cumprimento da exigência estabelecida pela Constituição Federal, promulgada em 1988, que determinou esse nível de ensino como direito público subjetivo. O acesso ao ensino fundamental obteve um crescimento significativo, tornando-se quase universal: os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, em 2006, a taxa de atendimento à faixa etária de 7 a 14 anos foi de 97,6%.

A partir da LDBEN 9394, de 1996 outros desafios ganharam visibilidade no campo das políticas educacionais. A necessidade de ampliação dos anos de escolaridade da população brasileira colocou como referência a garantia da educação básica, composta da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O alcance dessa meta encontra limites de várias ordens: a dificuldade de cobertura do atendimento educacional de acordo com a demanda, sobretudo no ensino médio e na educação infantil; a ineficácia na solução da baixa qualidade do ensino público, que acaba por produzir desigualdades escolares, como reprovação, a distorção idade-série, evasão e analfabetismo; a carência de proposições para atender aos segmentos da população em que demandam propostas específicas, como é o caso da infância, juventude, sobretudo na faixa dos 15 a 17 anos que não concluiu o ensino fundamental, adultos analfabetos, populações do campo, quilombolas, indígenas.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. Um dos programas que compõe o PDE é o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo

Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007. Como estratégia busca concertar a atuação dos entes federados na autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR) partindo da realização de um diagnóstico minucioso da realidade educacional local que subsidia um conjunto de ações contidas no PAR.

Os indicadores dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte sintetizados no PAR revelam persistência de precariedades na escolarização:

- a) A RMBH não alcançou a universalização do ensino fundamental na idade de 07 a 14 anos, como previam as meta da política educacional brasileira há uma década. Nesse quadro, Rio Acima e São José da Lapa encontram-se em pior situação, abaixo de 80% de cobertura. Outros nove municípios (Matozinhos, Taquaraçu de Minas, Sarzedo, Raposos, Nova União, Vespasiano, Ibitité, Mário Campos, Esmeraldas) estão em grave desvantagem em relação a universalização do ensino fundamental. Outros 19 municípios estão em situação de proximidade da média nacional, mas correm o risco de não atingi-la.
- b) Há situações em que a população em idade escolar não frequenta a escola, ou a abandona antes de completar os estudos. A precariedade do atendimento situa-se, em geral, em áreas de fronteira entre municípios.
- c) Além das áreas conurbadas, a lógica de nucleação das escolas das áreas rurais implicou no fechamento de escolas e compromete a garantia do acesso. Há problemas com transporte escolar e com a inserção da população do campo e quilombola nas escolas urbanas. Preconceitos e desconhecimento da realidade de vida desses alunos repercutem em desfecho negativo na escolaridade, com evasão e distorção idade-série.
- d) Outra forma de reprodução das desigualdades escolares refere-se à insuficiência da cobertura do atendimento educacional da infância – 0 a 6 anos. O acesso de crianças de 0 a 3 anos à escola (creches) é muito pequeno, sendo a taxa de frequência nacional de apenas 18,1%. Quanto aos padrões de qualidade, corre-se o risco de que uma possível expansão se faça sem padrões de qualidade adequados. Figura no PAR dos municípios da RMBH a preocupação com a formação docente para atuar nesse nível de ensino, mas não foram identificadas ações de expansão do atendimento.

- e) Em 2006 a Lei FEDERAL nº 11.274 reduziu a idade de ingresso no ensino fundamental obrigatório de sete para seis anos. Na RMBH constata-se que a cobertura do ensino fundamental de 09 anos ainda encontra problemas: 5 municípios (Baldim, Capim Branco, Igarapé, Matozinhos, Vespasiano) declararam no PAR que se situam em fase inicial de implantação do ensino fundamental de 09 anos.
- f) Em 14 municípios da RMBH o índice de pessoas analfabetas com idade entre 15 e 17 anos é superior à média nacional, que é 10%. Nesses municípios o índice de analfabetismo nessa faixa etária chega a 12%.
- g) No caso da cobertura o ensino médio na RMBH os índices são alarmantes: a taxa de escolarização líquida nesse nível varia entre 18,2% e 50,6%.
- h) A interferência na reprodução das desigualdades escolares deve considerar a dimensão socioeconômica e socioespacial, ou seja, os efeitos do lugar, ou dos processos de segregação socioespacial, sobre as crianças e jovens em processo de socialização. Contudo, essas dimensões representam uma novidade e prevalece na política educacional desenvolvida na RMBH uma lógica vertical na organização e funcionamento escolar.
- i) Como esclarece Soares et al (2008, p. 123), a vizinhança “envolve processos históricos de formação e de construções identitárias cujos limites quase sempre escapam às determinações oficiais das áreas, sejam elas bairros, setores censitários ou outra forma de segregação espacial”. Nesse sentido, a especificidade das escolas situadas nas áreas chamadas rurais e nas comunidades quilombolas começam a fazer parte das preocupações dos gestores de políticas educacionais.

Ao lado do esforço pela universalização, a qualificação dos serviços existentes e a presença significativa de programas de extensão do tempo escolar assumem foco importante no atual momento. Ao enfrentar o problema da qualidade do ensino considerando também problemas como o da violência nas escolas em suas mais diferentes faces, a dimensão territorial da educação, até então desconsiderada, começa a se fazer mais presente. As propostas voltadas para a qualificação da oferta escolar assumem o desafio de ampliação do tempo escolar em integração com o território do entorno da escola. Nessa lógica, iniciativas do campo da cultura passam a integrar o currículo e a organização dos tempos e espaços escolares. Assim, construir a política educacional numa perspectiva que assuma o território e cultura como elementos centrais torna-se uma exigência. Na RMBH constatam-se

experiências, ainda incipientes, de trazer a educação para um cenário de maior integração com as demais políticas públicas.

Considerando o quadro acima descrito a *política metropolitana integrada de gestão territorial da educação e cultura* pretende incidir sobre: a) a universalização da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e a modalidade de educação de jovens e adultos); b) a qualificação dos serviços existentes.

Universalização da garantia do direito à educação básica

Combate à defasagem no atendimento ao ensino fundamental

Os dados coletados revelam que a defasagem de vagas escolares em relação à demanda ocorre, sobretudo, nas áreas de limite entre municípios. O arranjo político que resulta no regime de colaboração entre os entes federativos (governo federal, estados e municípios) no financiamento e avaliação das políticas educacionais, denominado gestão dos sistemas de ensino tem se mostrado pouco eficaz para enfrentar as desigualdades educacionais desse tipo. Esse formato de gestão de sistemas define as responsabilidades na cobertura e expansão dos níveis (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades de ensino (educação de jovens e adultos). Mas o faz numa composição vertical que não considera as possibilidades de relação entre municípios próximos.

A institucionalidade que vem se constituindo nos últimos dez anos a partir de um conjunto de programas do governo federal, incluindo o PAR, induz à constituição de sistemas municipais de educação. Esse modelo não produz, necessariamente, um regime de colaboração entre os municípios. Entretanto, não há nenhum impedimento legal para uma ação compartilhada entre municípios na perspectiva de uma gestão territorial em substituição a uma gestão de sistemas. É necessário construir um formato que possibilite a interação entre diferentes dimensões da experiência social e da vida cotidiana e permita intensificar políticas compartilhadas de educação, proteção à infância e adolescência, cultura, esporte e lazer, geração de renda.

Essa opção já é sinalizada em algumas situações da RMBH nas quais municípios maiores ou com mais capacidade atendem a demanda por vagas escolares de municípios vizinhos.

Tipologias do atendimento à Educação Infantil

As análises sobre desempenho escolar sinalizam que o desfecho escolar menos acidentado (sem evasão ou reprovação) é obtido pelos estudantes que ingressaram mais cedo na escola. Em 2006, foi aprovada Lei FEDERAL nº 11.274, que diminuiu a idade de entrada no ensino fundamental obrigatório para seis anos (até então era aos sete) e aumentou a duração desse nível de ensino para nove anos. Assim, a educação infantil passou a se estender, a partir de 2007, às crianças de até cinco anos, sendo a creche para as de até 3 anos, e a pré-escola para as de 4 e 5 anos. No Brasil, cerca de 79,7% das crianças dessa faixa etária freqüentavam a escola, com grande parte na pré-escola, o que pode ser compreendido como resultado da ampliação do ensino fundamental para nove anos.

O Fórum Mineiro para Educação da Infância recentemente organizado dá mostras de que a preocupação com o atendimento da educação infantil faz parte da agenda de vários municípios. Contudo, mesmo considerando ações de investimento nessa meta, com unidades específicas para atendimento das crianças de 0 a 3 anos, conclui-se que a equidade permanece um alvo ainda distante quando se trata do direito das crianças pequenas à educação. Além disso, quanto aos padrões de qualidade, observa-se que nem sempre os casos de expansão adotam padrões de qualidade adequados.

Combate ao Analfabetismo

A dispersão das analfabetas pelo território sinaliza que as medidas vinculadas somente à escola regular são pouco eficazes. Os estudos nessa área indicam que há uma dificuldade das pessoas analfabetas em ingressar ou retornar para o espaço escolar. Temem a discriminação, desconfiam de sua capacidade de aprender, rejeitam o contato com adolescentes e, principalmente, sua dinâmica de vida não se enquadra no tempo e regras escolares. A presença de pessoas analfabetas encontra-se dispersa no território da RMBH

Da mesma forma, os programas pontuais de erradicação do analfabetismo desenvolvidos por ONGs, embora contem com a adesão das pessoas analfabetas, não alcançam os resultados esperados: é muito comum a mesma pessoa passar por mais de um programa e declara-se ainda analfabeta. Estudos nesse campo têm indicado que a alfabetização, quando desvinculada de processos de continuidade de estudos, não confere mobilidade social.

As Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos indicam que as escolas devem flexibilizar as formas de organização para atender às necessidades das pessoas adultas. Muitas escolas já desenvolvem propostas nessa direção e há programas municipais com flexibilidade de organização temporal e espacial e perspectiva de continuidade de estudos. A realização das aulas realizadas em espaços diversificados por onde circulam os adultos – o trabalho (como agências bancárias, prédios próximos a estações do metrô e BH-BUS), a religião (igrejas), o comércio e economia informal (salas próximas ou em galerias, shoppings populares), o lazer (parques) – é uma forma de inserir a experiência de alfabetização no território. As saídas informais e criativas são necessárias em processos desse tipo. Contudo, o poder público deve fornecer as bases mínimas de condições a ampliá-la na medida das propostas dos grupos de modo a transitar de programa a uma política articulada.

O êxito e as potencialidades que verificamos nesse programa nos levam a apontá-lo como referência para políticas de formação profissional.

Educação do campo, educação quilombola e “índios urbanos”

O processo de nucleação na RMBH implicou no fechamento de escolas classificadas como “rurais”. Essa medida incidiu sobre a população do campo e comunidades quilombolas da região. É necessário considerar que o deslocamento de estudantes para escolas situadas nas sedes municipais produz, ao longo dos anos, evasão escolar. É importante também que se considere que ao receber estudantes com diferentes experiências sociais forjadas no espaço de vida cotidiana, as escolas precisarão modificar os processos de organização e funcionamento. O investimento na formação docente será fundamental e não comparece no PAR dos municípios.

Para o planejamento de políticas educacionais consistente é preciso conhecer o território, sua dinâmica e fluxos identitários. O desconhecimento ou desconsideração das políticas educacionais em relação às comunidades quilombolas presentes no território, reconhecidas e em fase de reconhecimento revela a insuficiência das medidas adotadas na garantia do direito à educação. Chama atenção o fato de apenas dois municípios terem apresentado no PAR a demanda de formação docente para atuar na educação quilombola, embora o mapeamento indique a existência de quinze comunidades quilombolas reconhecidas na RMBH.

Do mesmo modo, a confusão que persiste entre educação do campo e escola rural e o desconhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação do Campo indicam a precariedade do atendimento oferecido.

Quanto à presença de indígenas na RMBH, estudo recente (Cedefes, 2010 – em anexo) traz as primeiras informações sobre o tema. O panorama institucional nesse caso é completamente incipiente, uma vez que não se dispõe ainda de regulamentação adequada quanto à presença, ainda que significativa, de indígenas nas metrópoles brasileiras. Importante registrar que um dos fatores que tem impulsionado jovens, e por vezes famílias inteiras, para os centros urbanos é exatamente a busca de oportunidades para alcançar um maior grau de escolaridade. Nesse sentido, faz-se necessário prosseguir na realização de diagnósticos para que se chegue a ter uma maior clareza quanto às ações a serem desenvolvidas, ao lado de ações emergenciais de acolhimento, de assistência social (moradia, dentre outras) e à saúde.

Juventude e educação

Os dados sobre o ensino médio na RMBH não alcançam nem o que foi verificado na análise do IPEA e publicado Comunicado da Presidência nº 12, no qual a frequência ao ensino médio na idade adequada abrangia a metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos (50,4%) e cerca de 44% ainda não concluíram o ensino fundamental.

No caso dos jovens de 15 a 17 anos, que não concluíram o ensino fundamental, há uma orientação do MEC, através da Secretaria de Educação Básica, para o investimento em modelos educacionais específicos e diferenciados do ensino regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses modelos devem se adequar ao perfil identitário dos jovens (incluindo as dimensões de gênero e raça) e podem combinar processos de inserção profissional futura. Ainda para o público jovem em desvantagem escolar destaca-se, como ação de nível federal, o PRO JOVEM URBANO e o PRO JOVEM DO CAMPO voltados para pessoas com idade de 18 a 29 anos. Esses programas revelam a necessidade de políticas intersetoriais, que combinem escolarização, formação profissional, cultura e tecnologias.

Reconfiguração da dinâmica escolar: ampliação do tempo escolar na dinâmica do território

No que se refere ao problema da qualificação dos serviços existentes, o aprofundamento das relações entre a escola e seu entorno e os programas de ampliação do

tempo de educação e de funcionamento da escola em finais de semana têm se obtido bons resultados. Estudos constatam que esses programas interferem positivamente na dinâmica do território, com repercussões na prevenção da violência e na proteção da infância. Entretanto, a capacidade de atendimento desses programas se esgota rapidamente ou torna-se precária quando a escola é o único equipamento envolvido. Nota-se a carência de espaços educativos não-escolares, de caráter público, como parques, praças, centros culturais, bibliotecas, quadras de esporte, entre outros.

Os programas de ampliação do tempo de educação têm contato com o apoio do MEC. Há duas perspectivas adotadas pelos municípios da RMBH: propostas que focalizam o reforço da aprendizagem e propostas que ampliam a formação, incluindo a cultura, esporte e a diversificação das relações sociais. Do ponto de vista de uma política metropolitana integrada de gestão territorial da educação e cultura a segunda perspectiva é a mais produtiva porque amplia as possibilidades formativas e interfere positivamente na dinâmica do território. As experiências, no entanto, ainda têm se apresentado de forma incipiente quanto a uma mais ampla e fecunda leitura das articulações e recursos presentes no território de forma a potencializar essa ampliação das ações educativas em uma perspectiva de diversificação das atividades e das formas de inserção nos ambientes de trabalho, de lazer e de produção cultural.

A integração entre educação e cultura através de uma leitura do território é uma proposta com horizonte já identificado, mas ainda a ser implementada.

Objetivo Geral

- Universalizar e qualificar educacional para garantia do direito à educação básica em todos os níveis e modalidades de ensino.

Objetivos específicos:

- Intensificar políticas compartilhadas de educação envolvendo redes de proteção à infância e adolescência, políticas de cultura, esporte e lazer, geração de renda.
- Potencializar a integração dos equipamentos disponíveis no território em proposições formativas escolares e não-escolares, em horários de funcionamento expandidos.

- Investir em mecanismos de gestão compartilhada entre municípios para o atendimento de demandas por vagas escolares, transporte escolar, formação docente, programas voltados para diversidade cultural e social.
- Ampliar o atendimento da educação infantil constituindo novas tipologias de atendimento para a idade de 0 a 3 anos e intensificação do acesso escolar no caso de 4 a 6 anos.
- Impulsionar a observância da institucionalidade para as modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo e Educação Quilombola.

Diretrizes Gerais da Política:

- Articular a dimensão da cultura à formulação de políticas e programas educacionais integrados à dinâmica do território.
- Ultrapassar o modelo de políticas públicas setoriais pensadas de forma fragmentada, provocando sobreposição de ações entre diversos programas e projetos e provocando baixa eficácia nas ações.
- Articular programas em projetos político-pedagógicos de modo a incorporá-los dos de forma intencional e planejada à dinâmica dos territórios.
- Provocar as estruturas hierarquizadas da administração a uma nova forma de planejamento e gestão, em que cada Secretaria mantém sua autonomia, mas trabalha de forma articulada com as demais em instâncias criadas para tal fim, como Comitês Gestores Intersetoriais, por exemplo. Trata-se de constituir estruturas de trabalho mais horizontais que permitam o estabelecimento de novos diálogos e conexões, aproximando programas e percebendo o sujeito destinatário da política pública em sua complexidade e não de forma parcial.
- Inverter a lógica de planejamento de políticas públicas de educação passando do modelo de gestão de sistemas para o modelo de gestão territorial. Para isso, articular a política pública aos atores sociais locais que atuam em dado território. Considerar identidades, conhecimentos, saberes, potenciais e dificuldades locais na elaboração e implementação da política. Responder em cada território às demandas concretas ali apresentadas e se articulando aos demais atores sociais locais.
- Considerar a intersectorialidade como pressuposto de modo a superar a dispersão nas ações propostas por distintas políticas setoriais que, em diferentes esferas decisórias

ou em um mesmo âmbito de governabilidade, restringem-se a aspectos específicos na implementação e gestão. Políticas intersetoriais não se resumem a um arranjo de governo, mas desencadeiam um formato participativo e democrático de mobilização dos diferentes saberes e práticas comunitárias. A intenção é potencializar não apenas as ações a serem desenvolvidas, mas superar dicotomias entre os distintos atores na solução de problemas complexos e que exigem processos articulados de discussão, elaboração e execução.

- **Gestão Compartilhada** como forma de romper com a fragmentação e integrar diferentes setores, instituições e agentes, com o objetivo de garantir não só o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens, mas o direito a uma educação de qualidade. A discussão sobre Gestão Compartilhada é recente e depende de uma construção de propostas consolidadas e de vários ajustes para que realmente seja aplicada em todo o país. A meta é estabelecer mecanismos para que as atribuições de cada ente federado sejam definidas de modo horizontal permitindo atuações conjuntas entre municípios, sobretudo em áreas de conurbação.

4.3.3.1 Programa de Universalização do Direito à Educação Básica

Gestão compartilhada da educação básica

O desenvolvimento de um modelo de gestão compartilhada é muito recente e está a depender de ajustes entre os municípios. Algumas iniciativas já são observadas na RMBH, onde um município atende estudantes dos municípios vizinhos. Essa medida permite que estudantes não tenham que se deslocar para escolas mais distantes de sua residência comprometendo a frequência e podendo gerar evasão.

Um dos facilitadores da adoção desse modelo é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Esse Fundo materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da educação básica e

reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos. A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões — a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim. O Ministério da Educação promove a capacitação dos integrantes dos conselhos. Os recursos do Fundeb são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal. Dessa forma, os estudantes podem ser contabilizados independentemente da fronteira geográfica.

Os caminhos para fazer face à baixa cobertura educacional em áreas de conurbação precisam ser contrastados com os indicadores de fechamento de escolas. A implementação de processos de municipalização de escolas em Minas Gerais produziu o fechamento de escolas multisseriadas nas áreas rurais e, através do processo chamado de nucleação, reuniram-se os estudantes das unidades desativadas em centros urbanos maiores, adotando o transporte escolar custeado pelo município. A justificativa de economia de gastos com essa medida não repercutiu sobre a finalidade de universalização do ensino fundamental. Nesse caso, é importante observar as definições da RESOLUÇÃO do CNE Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. O artigo 1º define, em seu § 1º, que os Entes Federados deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução visando a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica. Essa forma de colaboração é aprimorada no artigo 2º, que em seu parágrafo único define que deverá ser feita em regime de colaboração entre os Estados e seus Municípios ou mediante **consórcios municipais**. O artigo 3º define que a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças. Essa medida não foi observada nos processos de nucleação na RMBH. Em muitos municípios constata-se o deslocamento de estudantes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental para escolas urbanas.

Considerando as situações verificadas na RMBH e a necessidade de garantir a cobertura da educação básica para toda a população, esse programa se desdobra em quatro projetos:

Projeto 1) Combate à defasagem no atendimento à educação básica

Ações:

- Diagnóstico da demanda por vagas na educação básica, sobretudo em áreas de conurbação.
- Diagnóstico dos impactos da medida de nucleação e fechamento de escolas rurais: evasão, reprovação, distâncias percorridas no deslocamento do campo.
- Produção de ações compartilhadas entre municípios para o atendimento a demandas por vagas na educação básica.
- Implantação dos Conselhos Municipais de Educação para o estabelecimento de sistemas municipais de educação.
- Democratizar os processos de escolha de conselheiros municipais de educação.
- Implantação dos Conselhos Gestores do FUNDEB.
- Dinamizar a atuação dos Conselhos: realização de Conferências Municipais e Metropolitana de Educação, bienalmente.
- Garantir mecanismos democráticos de escolha de dirigentes escolares.
- Realizar formação de gestores municipais para conhecimento e plano de aplicação da RESOLUÇÃO do CNE Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008.
- Implantação de projetos de formação docente e de gestores em parceria entre municípios e/ou em dimensão metropolitana nos âmbitos: educação infantil, EJA, educação do campo, educação quilombola, educação integral/ integrada.

Institucionalidade

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96; especial atenção ao artigo 4º que estabelece em seu § 2º: O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade.
- RESOLUÇÃO do CNE Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008
- RESOLUÇÃO do CNE Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008

- Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Financiamento

- Decreto nº 6.278, de 29/11/2007 - Altera o Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.
- Decreto nº 6091, de 24 de abril de 2007 – Define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do Fundeb para o exercício de 2007
- Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007 – Regulamentação do Fundeb.
- PAR.

Programas que podem ser ampliados e/ou articulados

- Programa de Capacitação a Distância para Gestores da Educação Básica – SEE/ MG: O projeto busca melhorar o desempenho das escolas por meio da definição e implantação de padrões básicos relacionados à gestão escolar, à rede física e aos recursos didático-pedagógicos, voltados para o aprendizado do aluno e a eficiência operacional.
- Programas de Avaliação da Educação Básica – Municipais, estaduais e nacionais:
- Simave, composto pelos programas de avaliação Proalfa e Proeb, ambos censitários. As avaliações são promovidas pela Secretaria de Estado de Educação e realizadas por instituições externas vinculadas a universidades federais sediadas em Minas Gerais.
- Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb) testa anualmente os conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio.
- Prova Brasil;
- Provinha Brasil.
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa)
- Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (Saeb)

- Programa de Ações Articuladas (PAR);
- Pró-Conselho, Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação
- Programa Nacional de formação de gestores escolares.
- Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação

Projeto 2) Novas tipologias de atendimento à Educação Infantil

A inserção das crianças pequenas (0 a 3 anos) na educação é medida de proteção e cuidado, além de processo de escolarização. Contudo, nem sempre a escola ou a creche são os ambientes mais adequados à demanda da população para o atendimento das crianças pequenas. Numa nova tipologia desse atendimento é possível considerar a diversidade de equipamentos no território que, articulados, promoveriam o atendimento à infância.

Um ensaio nesse sentido foi feito com o mapeamento de equipamentos disponíveis na Região Centro-Sul de Belo Horizonte com a hipótese de melhoria da qualidade, adequação para o atendimento e articulação em rede desses equipamentos (ver Política de Democratização dos Espaços Públicos, Programa de Qualificação dos Espaços e Atenção para Acesso dos Usuários).

Projeto 3) Ensino Fundamental de 09 anos: o atendimento às crianças de 05-06 anos:

Na RMBH constata-se que a cobertura do ensino fundamental de 09 anos ainda encontra problemas: além do não atendimento ao prazo estabelecido em Lei para a expansão (2010) essa ocorre sem a necessária adequação física das escolas; necessidade de formação docente.

Ações

- Diagnóstico da demanda por vagas na educação infantil, de zero a seis anos.
- Mapeamento de equipamentos de e equipamentos de cultura, educação, assistência social, proteção à infância e adolescência, esporte, lazer, parques.
- Composição de programas e serviços articulados para o atendimento de crianças.
- Formação de gestores para aplicação dos dispositivos de duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

- Formação de gestores para aplicação da legislação referente à educação infantil de zero a seis anos.
- Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil.
- Contratação de docentes, mediante concurso público, para atuação na educação infantil de zero a seis anos.
- Formação docente para atuação na educação infantil de zero a seis anos.

Institucionalidade:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96; especial atenção ao artigo 4º que estabelece em seu § 2º: O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade.
- LEI Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.
- Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007.
- Parecer CNE/CEB nº 20/2009, de 11 de novembro de 2009 e Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009; fixam as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Financiamento

- Decreto nº 6.278, de 29/11/2007 - Altera o Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.
- Portaria Interministerial nº 127 de 29 de maio de 2008.
- PAR.
- Resolução nº 6, 24/4/2007 - Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA

- Anexo 1 da Resolução nº 6 - Critérios de agrupamento e classificação dos municípios
- Anexo 2 da Resolução nº 6 – Manual de Orientações Técnicas

Monitoramento

Composição de Fóruns Municipais de Educação Infantil, articulados a um Fórum Metropolitanos e integrados ao Fórum Estadual de Educação Infantil.

Projeto 4) Educação de Jovens e Adultos e combate ao analfabetismo:

O reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da educação básica, como estabeleceu a LDBEN 9394/96 em seu artigo 37 visa ultrapassar a dinâmica de programas pontuais e ineficazes de combate ao analfabetismo. A nova legislação coaduna-se com as demandas dos movimentos sociais vinculados à educação popular, que defendem o reconhecimento dos adultos analfabetos como sujeitos de direito. Esses setores sinalizam que o analfabetismo não pode ser entendido como responsabilidade dos sujeitos que não tiveram acesso ou condições de escolarização em idade adequada.

Como afirma o Parecer CNE/CEB 11/2000, pág. 5:

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

A Educação de Jovens a Adultos alcançou institucionalidade própria e sedimentou-se a partir de produção científica num campo específico. Entre as conclusões já produzidas para as políticas públicas destaca-se:

- Superação de propostas pontuais de alfabetização.
- Constituição da modalidade de EJA nos estados e municípios.
- Composição de quadro docente específico para atuação na modalidade de EJA.
- Multiplicidade de propostas de atendimento da demanda por EJA, com diversidade de formatos, locais e tempos de formação.
- Garantia de continuidade de estudos.

Com base nessas indicações e considerando o quadro negativo da RMBH no que se refere ao atendimento da modalidade de EJA indicamos as seguintes ações:

Ações

- Criação da modalidade de EJA em todos os municípios, com flexibilidade de propostas para atender às necessidades das pessoas adultas: aulas realizadas em espaços diversificados por onde circulam os adultos – escolas, o trabalho (como agências bancárias, prédios próximos a estações do metrô e BH-BUS), a religião (igrejas), o comércio e economia informal (salas próximas ou em galerias, shoppings populares), o lazer (parques); múltiplas temporalidades (turnos pela manhã, tarde, noite, intermediários; duração variável e incorporação dos trabalhadores por turno (operários, enfermeiras, caminhoneiros, trabalho temporário e etc).
- Constituição de corpo docente próprio e permanente para os programas de EJA.
- Identificar a demanda para EJA por meio de mecanismos diversos:
 - por chamada pública
 - pela articulação com os alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado
 - através de articulação com os programas sociais, com os agentes de saúde
 - através de órgãos técnicos estaduais e municipais
 - com o envolvimento dos Conselhos Estadual e Municipais de Educação
 - pela articulação com a Undime e com a Uncme
 - através do censo do IBGE/PNAD
 - através do envolvimento da sociedade civil, dos sindicatos
 - através de faixas, nas escolas, informando existência de vagas
 - nas igrejas e templos
 - na parceria com o Ministério Público
- Formação de docentes para atuar na EJA com processos variados: seminários, encontros e cursos na própria rede de ensino ou em parceria entre municípios e/ou com apoio das universidades.
- Regulamentação da modalidade de EJA nos municípios que ainda não o fizeram.

Institucionalidade:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.
- PARECER CNE/CEB 11/2000
- RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000
- Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.
- PAR.

Financiamento

- Decreto nº 6.278, de 29/11/2007 - Altera o Decreto n o 6.253, de 13 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e regulamenta a Lei n o 11.494, de 20 de junho de 2007.
- Resolução nº 06, de 16 de abril de 2010.
- RESOLUÇÃO/FNDE/CD/Nº48 de 28 de novembro de 2008
- ANEXO I - Manual "Formação continuada em educação de jovens e adultos". Edital de seleção Nº 02 /2010 - MEC/SECAD/DPEJA.
- PAR.

Monitoramento

O Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro inaugurou, em 1996, pioneiramente, uma nova versão de movimento social, cuja história tem início com a convocação da UNESCO para a organização de reuniões locais e nacionais preparatórias à V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, que aconteceu em Hamburgo, Alemanha, em julho de 1997.

A experiência inspiradora do Fórum do Rio de Janeiro fez nascer muitas outras. Os Fóruns de EJA são geridos por instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos e educadores que dele participam. A plenária mensal consolidou-se como instância deliberativa e espaço de socialização de informações e de formação continuada, visando o fortalecimento dos profissionais para a luta em defesa do direito e da qualidade de atendimento na área da educação de jovens e adultos trabalhadores.

A legitimidade dos Fóruns vem sendo reconhecida em muitos espaços, especialmente representados pela ocupação de um lugar na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA, assim como em um colegiado de representantes com o qual o Ministério tem dialogado permanentemente.

Em Minas Gerais encontram-se instalados, além do Fórum Estadual, outros dez: MG Região Metropolitana, MG Norte, MG Oeste, MG Leste, MG Inconfidentes, MG Sudeste, MG Triângulo, MG Vale das Vertentes, MG Zona da Mata e MG Manhuaçu. A estratégia de composição dos Fóruns Municipais de EJA é indicada.

A partir dos Fóruns constituiu-se o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, anual, que vem ocorrendo desde 1999.

Projeto 5) Educação do campo e educação quilombola

A educação do campo foi reconhecida como modalidade da educação básica pelo Parecer CNE 36/2001 que estabeleceu Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo A Educação do Campo. Essa modalidade destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

No contexto atual, além das Diretrizes para a Educação do Campo estão em fase de elaboração pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Operacionais para a Educação Quilombola.

Essas duas medidas indicam a superação da concepção do campo como lugar do atraso econômico, que se consubstancia na dicotomia rural e urbano. No âmbito educacional essa dicotomia representou uma desqualificação da educação escolar exercida no campo, precarizada, descontextualizada e com referenciais que ignoravam os saberes, fazeres e identidade das populações do campo.

A proposição da modalidade de educação do campo significa a alteração da qualidade da relação entre o rural e o urbano, contemplando-se a diversidade sem consagrar a relação entre um espaço dominante, o urbano, e a periferia dominada, o rural. Para tanto, explicita a necessidade de um maior aporte de recursos para prover as condições necessárias ao funcionamento de escolas do campo, tendo em vista, por exemplo, a menor densidade populacional e a relação professor/aluno.

A educação do campo tem como eixo político-pedagógico o desenvolvimento local sustentável, no qual destacam-se algumas dimensões: o equilíbrio ambiental, econômico e social, como garantia da reprodução da vida no Planeta e da sócio-biodiversidade para futuras gerações; a participação ativa de mulheres e homens, jovens e adultos, de diferentes raças, em igualdade de condições, tornando o conflitos um objeto de reflexão; a cidadania e a geração de trabalho e renda, como instrumentos essenciais para a garantia de condições de vida dignas.

No âmbito da RMBH figura um desconhecimento das Diretrizes Nacionais que se revela: na aplicação de medidas de nucleação de escolas com conseqüente fechamento de unidades a despeito das instruções que figuram na RESOLUÇÃO Nº 2, de 28 de abril de 2008; a nomeação de escolas rurais e semi-rurais no PAR dos municípios a despeito da discussão contida no Parecer CNE 36/2001.

No caso da educação quilombola a situação se agrava, pois se denota o desconhecimento da presença dessas populações no território. No âmbito das políticas educacionais nacionais a consideração dos processos socio-históricos de formação identitária presente na dinâmica do território está presente e faz parte dos componentes curriculares obrigatórios. Esse é o sentido da Lei 10. 639/03, que inclui na LDBEN a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afrobrasileira na educação básica e da Lei 11. 645/08 que insere a história indígena nesse mesmo dispositivo.

O Programa Brasil Quilombola instituído pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC reconhece necessidades que devem passar a consideração dos estados e municípios no desenvolvimento de políticas educacionais para as comunidades de remanescentes de quilombos:

- a) promover ações supletivas e redistributivas, para correção progressiva das disparidades de acesso, de permanência e de garantia do padrão de qualidade da Educação Básica em áreas remanescentes de quilombos;
- b) corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema de ensino;
- c) respeitar e de valorizar a diversidade étnico-racial e de fortalecer a auto-estima dos alunos e professores das escolas localizadas em áreas de remanescentes de quilombos;
- d) ofertar Educação Básica que atenda as necessidades específicas das comunidades de remanescentes de quilombos.

Ações:

- Diagnóstico socioeconômico das comunidades quilombolas reconhecidas e em processo de reconhecimento;
- Diagnóstico da demanda por educação básica em áreas de localização de comunidades rurais e quilombolas;
- Diagnóstico dos impactos do processo de nucleação e fechamento de escolas do campo sobre essa população;
- Diagnóstico da situação de grupos indígenas com permanência ou trânsito na RMBH.
- Acompanhamento da frequência dos estudantes do campo em escolas núcleo localizadas em áreas urbanas e sedes de municípios;
- Revisão dos processo de fechamento de escolas quando necessário para correção das disparidades de acesso, permanência e garantia do padrão de qualidade da Educação Básica em áreas remanescentes de quilombos e de populações do campo;
- Dinamização do espaço das unidades escolares desativadas com a construção de centros ou outros equipamentos culturais que atendam às necessidades da população;
- Regulamentação da Lei 10639/03, que estabelece as diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Regulamentação da educação do campo;
- Formação de docentes para atuação na educação do campo, educação quilombola e na educação das relações étnico-raciais.
- Formação de gestores para formulação de ações para educação do campo e educação quilombola.

Institucionalidade:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.
- RESOLUÇÃO Nº 2, de 28 de abril de 2008.
- Parecer CNE 36/2001.
- Lei 10639/03
- Parecer CNE/CEB nº 36/2001, de 4 de dezembro de 2001; Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

- Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002; Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- Parecer CNE/CEB nº 1/2006, de 1º de fevereiro de 2006; Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008; estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Programas que podem ser ampliados e/ou articulados:

- PROJOVEM campo, saberes da terra, saberes de Minas. A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE aderiu ao Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrada com qualificação social e profissional para agricultores familiares – PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, em julho de 2008
- Projeto de valorização da cultura afrobrasileira – AFROMINAS. Projeto orientador de ações que ultrapassem a política de expansão da oferta de vagas, garantindo a permanência e o sucesso escolar a todos os alunos e assegurando que a dimensão étnico-racial seja incorporada ao fazer pedagógico diário.
- Escola Ativa, programa Nacional que busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores.

Financiamento:

- Decreto nº 6.278, de 29/11/2007.
- Resolução FNDE nº 08, de 27 de março de 2009; assistência financeira suplementar, as Instituições Públicas de Ensino Superior e Entidades de Direito Privado Sem Fins Lucrativos a apresentarem projetos educacionais de formação continuada de professores e elaboração de material didático específico para alunos e professores da educação básica nas áreas de remanescentes de quilombos.
- Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008; estabelece critérios para assistência financeira às instituições de educação superior com o objetivo de fomentar

ações voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica e para a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior.

- Programa Bolsa-Família, criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, destina-se à transferência de renda direta às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.
- Resolução CD/FNDE nº 45 de 14 de agosto de 2009 - Estabelece os critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros do Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra aos estados.
 - Anexo - Territórios e Cidadania.
- PAR
- Programa Nacional Caminho da Escola, criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar.
- Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo); Resolução CD/FNDE Nº 06 de 17 de março de 2009.

4.3.3.2 Programa de Reconfiguração da Dinâmica Escolar: ampliação do tempo escolar na dinâmica do território

O debate sobre Educação Integral no Brasil ganhou força legal através da LDBN/1996, cujo texto aponta para o aumento progressivo da jornada escolar na direção do regime de tempo integral, valorizando as iniciativas educacionais extra-escolares e a vinculação entre o trabalho escolar e a vida em sociedade. No conjunto de intensos debates no país a diversificação da experiência formativa tem sido alvo de preocupação das políticas educacionais.

Nesse âmbito a escola tem reconhecido o seu potencial para uma ação central na articulação intersetorial entre o poder público, a comunidade, as entidades e associações da

sociedade civil e o sistema produtivo local, no convite à construção de um projeto ético de educação e cidadania para todos. Essa função social da escola tem sido estimulada em programas nacionais como o Escola Aberta, que busca repensar a instituição escolar como espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades de formação, cultura, esporte e lazer para os alunos da educação básica das escolas públicas e suas comunidades nos finais de semana. A intenção é estreitar as relações entre escola e comunidade, contribuir com a consolidação de uma cultura de paz. Outro projeto nacional que atua nesse sentido é Escola que Protege (EQP), voltado para a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, além do enfrentamento e prevenção das violências no contexto escolar. Sua principal estratégia da ação é o financiamento de projetos de formação continuada de profissionais da educação da rede pública de educação básica, além da produção de materiais didáticos e paradidáticos nos temas do projeto. A adesão de estados e municípios a esses programas e projetos federais ampliou as perspectivas de relações da escola com o território. Consolida-se uma perspectiva que reconhece que a educação acontece em diferentes esferas da sociedade, em tempos e espaços diversos de organização das cidades e comunidades, sendo necessário um grande movimento, também da instituição escolar, no sentido da construção de um Projeto Político-Pedagógico que contemple princípios e ações compartilhados na direção de uma Educação Integral.

É nesse âmbito que o Programa Mais Educação, desenvolvido pela SECAD-MEC preconiza a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades articuladas ao projeto de aprendizagem desenvolvido pela escola, como as relacionadas com educação ambiental, esportes, cultura e lazer, congregando ações conjuntas entre o Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cultura (MinC), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Esporte (ME), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Presidência da República (PR).

Na RMBH as políticas voltadas para a extensão de jornada escolar têm recebido destaque, seja no modelo de ampliação do tempo de atendimento pedagógico específico (reforço escolar), seja no modelo de ampliação do tempo formativo em atividades socioculturais e esportivas. O contato com dirigentes da educação revela o reconhecimento de que a segunda perspectiva é a mais produtiva porque amplia as possibilidades formativas e interfere positivamente na dinâmica do território.

Um dos limites apresentados para a execução de projetos de educação de tempo integral tem sido o espaço para a realização das atividades. Se considerarmos a perspectiva da

cidade educativa, na qual todos os espaços podem tornar-se formadores teremos um contorno para esse problema. É preciso considerar ainda que as proposições de ampliação da jornada escolar constituem importante medida protetiva, não por retirar as crianças da rua, mas por assegurar o direito à rua. Os programas já existentes na RMBH têm produzido uma reconfiguração do território tornando-o mais seguro porque recebe crianças e adolescentes em formação.

As medidas de recuperação dos espaços públicos de esporte, lazer e cultura dinamizam novas relações sociais no território, assim como a possibilidade de usar do Sistema de Informações Culturais na proposição e gestão de projetos educacionais podem abrir novas perspectivas. Há também iniciativas compartilhadas de municípios na recuperação e a utilização de espaços externos a escola em áreas de conurbação. Dentro desse panorama renovado, seria possível inclusive se pensar a proposições de iniciativas de formação de professores que ultrapasassem a referência dos municípios e entrassem em interlocução com a perspectiva metropolitana dos CACs, assim como de outras configurações que viessem a enriquecer o horizonte de atuação interinstitucional das escolas e da experiência educativa dos alunos.

Ações

- Georreferenciamento dos grupos e instituições culturais, equipamentos de cultura, esporte e lazer, instituições e equipamentos de proteção a infância e adolescência (conselhos, CACs, Centro de Convivência, Casas do Brincar, CRAS), instituições de saúde, e experiências de agricultura e produção para autoconsumo (CEVAE).
- Implantação de projetos de formação para docentes, educadores sociais e gestores nos referenciais da educação integral/ integrada.
- Dinamização de redes de encontro entre municípios da RMBH para debate e troca de experiências em projetos de educação integral/integrada.
- Socialização de experiências em curso, tanto de escolas quanto de ações de políticas públicas.
- Produção de projetos de ampliação de tempo escolar nos municípios.

Institucionalidade

- DECRETO Nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010; dispõe sobre o Programa Mais Educação.

- PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº- 17, de 24 de abril de 2007, normatiza o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar e define:
 - Art. 4º Integram o Programa Mais Educação ações dos seguintes Ministérios:
 - ◆ I - Ministério da Educação;
 - ◆ II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
 - ◆ III - Ministério da Cultura;
 - ◆ IV - Ministério do Esporte.
 - § 1º Ações de outros Ministérios ou Secretarias Federais poderão integrar o Programa.
 - § 3º A participação no Programa Mais Educação não exime o ente federado das obrigações estabelecidas em cada uma das ações dos Ministérios integrantes do Programa.

Financiamento

- PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº- 17, de 24 de abril de 2007,
- RESOLUÇÃO FNDE/CD/Nº 38, DE 19 DE AGOSTO DE 2008, que estabelece critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar -
- PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para o atendimento dos alunos do ensino fundamental matriculados em escolas de Educação Integral, participantes do Programa Mais Educação.
- RESOLUÇÃO Nº 43 de 14 de outubro de 2008, que altera a Resolução nº 19, de 15 de maio de 2008, do Conselho Deliberativo do FNDE, referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para ampliar o atendimento na modalidade de adequações arquitetônicas e incremento nos repasses destinados à educação integral e destinar recursos.
- RESOLUÇÃO CD/FNDE/N.º52, de 25 de outubro de 2004 que dispõe sobre a criação do Programa Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude.

Programas que podem ser ampliados e/ou articulados

- Escola Viva, Comunidade Ativa (SEE/MG): Projeto voltado para o fortalecimento de escolas em áreas urbanas, com população de vulnerabilidade social e sujeitas a índices expressivos de violência. Procura proporcionar a tranquilidade e as condições básicas de educabilidade no ambiente escolar para que o processo de ensino e de aprendizagem aconteça. O desafio deste projeto consiste em repensar a escola, tornando-a mais aberta à participação da comunidade e mais inclusiva.
- Escola de tempo integral (SEE/MG): O Aluno de Tempo Integral foi implantado em 2005 nas escolas participantes do Projeto Escola Viva, comunidade Ativa e expandido para outras escolas da rede estadual em diversos municípios. No projeto, o aluno frequenta as aulas em um turno, e participa de atividades complementares em outro.

Monitoramento

- Criação de instâncias de participação e avaliação das propostas envolvendo instâncias de governos em perspectiva intersetorial e da sociedade civil, em nível municipal e intermunicipal: Rede de apoio a educação integral/integrada.

4.3.4 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS

Justificativa e Contextualização

A “economia criativa” é parte de um contexto onde se consolida a passagem da sociedade industrial para a do conhecimento, na qual a fase analógica vem sendo substituída pela digital e as relações humanas, ainda que bastante presenciais, encontram novos espaços, como o das redes sociais.

Para alguns, trata-se apenas de um adjetivo para referenciar o setor da economia associado à produção de bens e serviços artístico-culturais. Entretanto, outros o associam à incorporação de novas tecnologias de comunicação à produção artístico-cultural, entendendo-o como um setor produtivo. Essa abordagem remete, assim, a atividades produtivas altamente concentradas em criatividade, em grande medida artística, e em tecnologias sofisticadas, onde opera mão de obra mais qualificada, garantindo competitividade aos produtos. Certamente, o que distingue essas atividades das demais atividades econômicas é a presença do simbólico, do estético, do direito autoral e de recurso às tecnologias de informação e comunicação.

Na verdade, grande parcela das atividades denominadas criativas é parte integrante da indústria cultural. Junto a essas estruturas, há espaço para a pequena produção, a produção imaterial ou intangível, muitas vezes individual, seja no campo das artes, seja em eventos culturais. O “criativo” abarca todo o circuito necessário à produção de cultura. Hesmondhalg e Pratt (2005)¹ citam o exemplo da música: não há como considerar apenas os músicos. A presença de professores, produtores, pessoal associado à edição, divulgação e promoção de discos e shows é imprescindível para sua performance. Nas palavras dos autores, “se não houvesse essa rede, os músicos cantariam no chuveiro”.

A economia criativa englobaria, portanto, os setores de propaganda, arquitetura, artes plásticas, artes performáticas, antiguidade, artesanato, design, moda, cinema, fotografia, música, edição de livro, rádio e televisão.

No campo da formulação de políticas, a atividade criativa está associada ao sucesso de iniciativas voltadas para o desenvolvimento local. Em grande medida, essas atividades são

¹ HESMONDHALG, D. e PRATT, a cultural industries and cultural Policy. International Journal of Cultural Policy, Vol. 11, No. 1, 2005

urbanas, posto que sua existência requer a proximidade com seus produtores e consumidores. Nesse contexto, surge o conceito de cidades criativas como lócus da assim chamada indústria criativa. Tais cidades constituem-se em um complexo urbano que possui diversas atividades culturais e alta concentração de emprego criativo, associadas, inclusive, ao turismo.

A economia criativa desempenharia um papel fundamental no dinamismo urbano, sendo a contribuição do setor medida por meio de sua participação no nível de produção, nos empregos gerados pelo setor, além de efeitos indiretos, como o gasto de turistas que visitam a cidade. Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, a estimativa da movimentação financeira mundial de produtos culturais já chega a U\$\$ 1,3 trilhões, o equivalente a 7% do PIB mundial. A expectativa para as próximas décadas é de um crescimento médio de cerca de 10%.

No caso do Brasil, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC/IBGE) mostra que, entre 2003 e 2005, 5,7% dos empregos formais ocorriam nesse segmento econômico e, desagregando por setores, a composição era de 55,3% em serviços, 25,6% na indústria e 19% no comércio.

Diferentes estratégias de desenvolvimento podem ser aplicadas para o desenvolvimento do setor criativo, combinando a dimensão cultural com a extensão da infraestrutura de transportes, alojamento e alimentação, segurança pública, etc. No caso dessa política, há que se contemplar o aporte de recursos, a capacitação de gestores e produtores locais e o aprofundamento na identificação das particularidades do local, buscando, fundamentalmente, atrair os moradores para o projeto de economia criativa.

Objetivo Geral

- Induzir a produção e consumo de atividades criativas nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Objetivos Específicos

- Construção e reocupação de equipamentos voltados às artes, à produção criativa e de conhecimento;
- Capacitar gestores culturais;
- Capacitar produtores criativos;
- Viabilizar a produção e distribuição da produção criativa na região Metropolitana e para outros territórios

Funções Públicas de Interesse Comum

- Desenvolvimento socioeconômico.

Articulação Direta com Outras Políticas do PDDI:

- Política Metropolitana Integrada de Financiamento da Cultura
- Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos
- Política Metropolitana de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural
- Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação e Cultura
- Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional
- Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala
- Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável

4.3.4.1 Programa de Capacitação de Gestores Culturais

O documento da *Agenda 21 para a Cultura*, elaborado em 2004, como um dos textos-referência que envolvem as cidades e os governos locais em compromissos para o desenvolvimento cultural e que aponta, em seu artigo 38, a necessidade de gerar “instâncias de coordenação ente as políticas culturais e educativas, impulsionando o fomento da criatividade e da sensibilidade e a relação entre as expressões culturais do território e o sistema educativo”, é referência para esse programa. Educação e cultura são duas áreas que necessitam caminhar juntas como possibilidade real de desenvolvimento econômico e humano e, conseqüentemente, de transformação social.

Quando colocamos em pauta a discussão a respeito do tema gestão cultural no Brasil, neste caso, mais especificamente, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, devemos levar em consideração o processo de institucionalização e complexidade do campo profissional no setor cultural, que tem pela frente o desafio de gerir de forma democrática esse setor, seja ele público, privado ou de organizações da sociedade civil. Vislumbramos a possibilidade de que estas três instâncias podem e devem atuar de forma cooperativa e sistemática e garantir, desta forma, a realização de iniciativas propositivas a partir do compartilhamento de atitudes e ações voltadas ao bem público.

Ao mesmo tempo, estamos cientes do número reduzido de profissionais capacitados para assumir determinadas funções mais especializadas como, por exemplo, a gestão, que exige uma visão mais sistêmica e estratégica.²

No âmbito nacional, o processo de implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) “representa a grande oportunidade de institucionalizar a política nacional de cultura como política de Estado, assegurando a sua continuidade. Apesar de complexa e difícil, esta é uma tarefa possível, pois, além da vontade política dos governantes e da sociedade ela tem amparo legal, já que é um dispositivo da Constituição Federal a União estabelecer normas gerais em matéria de políticas públicas compartilhadas entre os entes da federação.”³ Cientes da necessidade de formação profissional como garantia de exequibilidade no processo de implantação do Sistema, é que se fundamentou como um de seus pilares a criação de uma política nacional de formação na área da cultura, incluindo um programa específico de formação em gestão cultural voltado, prioritariamente, para gestores públicos. Essa demanda pode ser identificada por meio de “uma reivindicação persistente em todas as conferências de cultura realizadas recentemente no país, sejam elas, municipais, estaduais e nacional”.⁴

Evidenciamos, ainda, no Brasil, uma deficiência no que diz respeito à formação no âmbito da gestão cultural. Não existem tantos cursos referenciais sobre o tema e que sejam oferecidos de forma consecutiva. Podemos citar alguns exemplos de cursos de diferentes níveis (livres, extensão e especialização) que foram realizados, desde a década de 1990, em Belo Horizonte e outras cidades do interior de Minas Gerais, a saber: pós-graduação: Planejamento e Gestão Cultural (PUC/Minas, 1999), Gestão Cultural (UNA, desde 2004); extensão: Gestão Cultural (FCS, de 2000 a 2004), Desenvolvimento e Gestão Cultural (Pensar e Agir com a Cultura, parte do Programa ArcelorMittal Cultural, desde 2003); EAD: Gestão Contemporânea da Cultura (DUO Informação e Cultura, 3 turmas); a COMUNA S.A. (como atual Pontão de Cultura é responsável pela formação de gestores dos pontos de cultura até então da Região Norte, Centro-Oeste e Nordeste).

No entanto, ainda não há uma discussão mais formalizada e aprofundada com a finalidade de estabelecer parâmetros referenciais para programas, público e/ou privado, de forma mais estruturada sobre temas relativos à metodologia, formato de cursos (extensão, graduação,

2Ver: IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2007). Perfil dos municípios brasileiros: Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Cultura. Rio de Janeiro.

3 Documento referente ao Sistema Nacional de Cultura, Ministério da Cultura, 2009.

4 Documento referente ao Sistema Nacional de Cultura, Ministério da Cultura, 2009

Figura 1



**ORGÃO MUNICIPAL ENCARREGADO DA FUNÇÃO CULTURA:
ESCOLARIDADE DO TITULAR X CONHECIMENTO E ADEÇÃO
À POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA**

NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO TITULAR DO ÓRGÃO GESTOR DA CULTURA

- Ensino médio (2º Grau) completo
- Ensino médio (2º Grau) incompleto
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto
- Pós-graduação

ADEÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

- ▲ Não
- ▲ Sim

CIÊNCIA DA ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

- Não
- Sim

POPULAÇÃO

- Até 5000
- 5001 até 10000
- 10001 até 20000
- 20001 até 50000
- 50001 até 100000
- 100001 até 500000
- Maior que 500000

0 6 12 18 24 Km

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000
Origem das coordenadas: Equador e Meridiano de 45°W de Greenwich,
acrescidas as constantes 10.000.000m e 500.000m, respectivamente.

FONTE: MUNIC 2006 - IBGE
DEZEMBRO - 2010

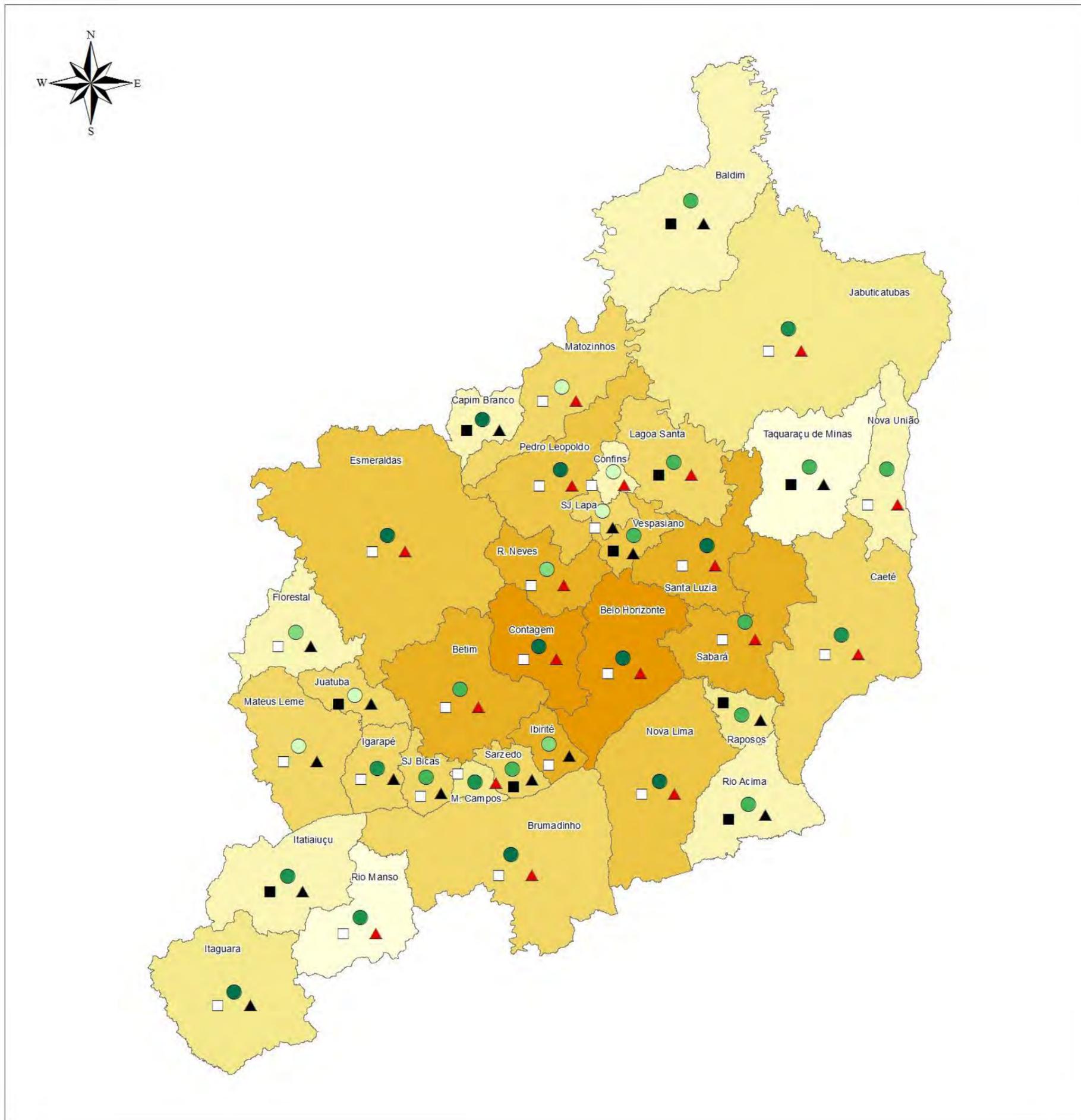


Figura 2

PESSOAL OCUPADO EM CULTURA

- % PORCENTAGEM DE PESSOAL OCUPADO NA ÁREA DA CULTURA COM ENSINO SUPERIOR
- % PORCENTAGEM DE CELETISTAS OCUPADOS NA ÁREA DA CULTURA

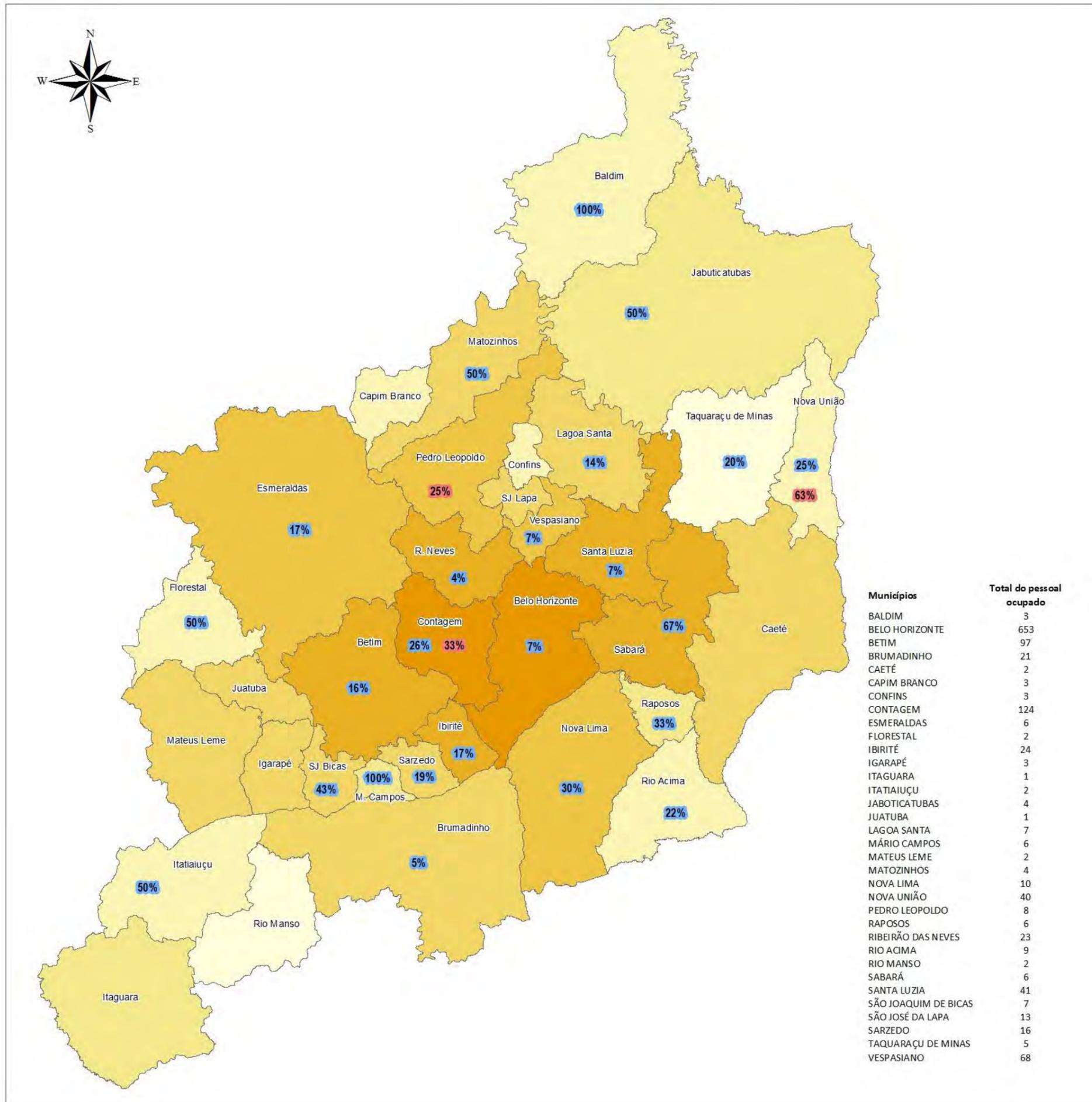
POPULAÇÃO

- Até 5000
- 5001 até 10000
- 10001 até 20000
- 20001 até 50000
- 50001 até 100000
- 100001 até 500000
- Maior que 500000

0 6 12 18 24 Km

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000
Origem das coordenadas: Equador e Meridiano de 45°W de Greenwich, acrescidas as constantes 10.000.000m e 500.000m, respectivamente.

FONTE: MUNIC 2006 - IBGE
DEZEMBRO - 2010



pós-graduação, mestrado e doutorado), bem como um conteúdo curricular mínimo para a qualificação desse profissional⁵.

Há que se considerar que a atuação profissional do gestor requer desenvolver algumas habilidades fundamentais em seu processo de capacitação, tais como: capacidade de estabelecer estratégia e política de desenvolvimento de uma organização, pública ou privada; de definir objetivos e finalidades a desenvolver; de compor os recursos disponíveis: humanos, econômicos, materiais etc.; de aproveitar as oportunidades de seu entorno, por exemplo, a construção de uma agenda cultural compartilhada e articulada entre os municípios da RMBH; desenvolver um conjunto de técnicas para o bom funcionamento de uma organização; de adaptar-se às características do conteúdo e setor profissional de seu cargo; de entender os processos criativos e estabelecer relações de cooperação com o mundo artístico e suas diversidades expressivas.⁶

Assim, o próprio nome já define, em parte, o seu perfil profissional: “como gestor no campo da cultura, tende a desenvolver sua sensibilidade artística, articulando-a a um caráter mais prático, voltada para ações objetivas e estratégicas de atuação, tanto no setor público quanto na iniciativa privada e no terceiro setor, o que lhe exige uma formação multidisciplinar e generalista”.⁷

Desta forma, ao discutirmos a formação do profissional em gestão cultural, devemos considerar, simultaneamente, a estruturação do próprio mercado de trabalho, das possibilidades de atuação desses profissionais e o delineamento de políticas públicas para o setor que possam indicar direcionamentos de ações organizadas e estruturantes.

Para o desenvolvimento de um programa de capacitação específico para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, será fundamental a estruturação de um programa sistemático de capacitação e formação integral que atenda um público no âmbito regional, levando em consideração uma formação que inclua aspectos conceituais, metodológicos e práticos.

Enfim, podemos considerar que um dos pontos fundamentais na perspectiva de ampliar a discussão em torno da gestão profissional e democrática é investir no processo de formação profissional do setor cultural. E, de forma mais específica, entendemos a formação do gestor

5 Este quadro tende a ser alterado; desde 2009, o Ministério da Cultura contratou um grupo de consultores com a perspectiva de implementar e fortalecer o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e de forma mais específica, para estruturar a Política Nacional de Formação na Área da Cultura, quando foi formatado um curso piloto (presencial e a distância) para gestores culturais do setor público. Este curso foi ministrado em Salvador de outubro de 2009 a abril de 2010.

6 Informações apresentadas a partir de textos de Alfons Martinell.

7 CUNHA, Maria Helena. Gestão cultural: profissão em formação. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007. p. 126

cultural sob dois aspectos complementares: em um primeiro aspecto, se desenvolve a capacitação profissional e técnica para garantir a aplicabilidade de políticas culturais, públicas e/ou privadas, que exijam uma complexidade maior de competências estratégicas e também executivas e, simultaneamente, o desenvolvimento de um processo contínuo de sensibilização para a compreensão do universo da cultura.

Para o desenvolvimento do programa de capacitação de gestores culturais e aplicabilidade por meio da inserção no mercado de trabalho, é preciso conceber três projetos estruturantes.

Projeto 1) Elaboração de estudo de viabilidade (diagnóstico situacional)

A elaboração de um estudo de viabilidade para o reconhecimento da área cultural da RMBH é necessária para promover o conhecimento do campo de atuação e levantamento de demandas específicas para o setor, na perspectiva de programar ações articuladas entre os municípios que compõem a Região Metropolitana. Assim, reafirmamos que os gestores, sejam públicos e/ou privados, devem buscar em suas ações a construção de uma estrutura de governança sócio-produtiva que realize o diagnóstico da situação sócio-econômica-ambiental do território, que identifique os projetos de desenvolvimento mais representativos e que assuma a gestão desses projetos tanto na fruição da produção cultural quanto na distribuição de informações sobre a demanda de bens e serviços criativos.

Ações:

- Estruturação de um grupo de trabalho de todos os parceiros (setor público, privado e Terceiro Setor) para a elaboração de um diagnóstico situacional da RMBH.
- Contratação de um instituto de pesquisa.
- Aplicação da pesquisa.
- Análise do diagnóstico situacional da RMBH no que se refere a curso de formação específico para o setor e o reconhecimento de demandas e parceiros.
- Inclusão de mapeamento dos espaços e instituições de promoção cultural, empresas investidoras localizadas na região, eventos culturais permanentes.
- Apresentação pública dos resultados e sua aplicabilidade.

Projeto 2) Programa de formação profissional em cultura

Na perspectiva de profissionalização do setor cultural da RMBH, organizar um programa de formação em gestão cultural que contemple três níveis de capacitação. O primeiro seria um módulo conceitual. O segundo, metodológico, e o terceiro seria um módulo prático com ênfase nas

especificidades do local. Os dois primeiros módulos são gerais. O terceiro abre a possibilidade do aluno participar em outros locais de práticas e experiências de sua preferência, pois, nesse módulo, a demanda está sendo criada pelo perfil do município.

O formato do programa de capacitação deve contemplar modalidades diferenciadas tais como cursos livres, de extensão e especializações, presenciais e a distância. Os cursos de extensão têm a função de atender os servidores públicos e gestores da iniciativa privada que não são graduados no Ensino Superior, mas tem experiência na área de cultura. Os cursos de especialização, por sua vez, têm como público aqueles que, além da experiência profissional, possuem nível superior.

Assim, objetiva-se qualificar o trabalho na área cultural, ampliando a capacidade de inserção no mercado de trabalho e mobilizando um maior número de recursos financeiros.

Ações:

- Estabelecimento de parcerias com governo local.
- Estabelecimento de parcerias com universidades.
- Estruturação de um programa contínuo de formação em gestão cultural, considerando as especificidades do setor público e privado.
- Estruturação de cursos à distância (complemento encontros presenciais), na perspectiva de integração.
- Ministrando cursos e acompanhar a sua evolução.

Projeto 3) Inserção de mercado de trabalho

Um dos grandes desafios do setor cultural da RMBH é conhecer a sua real capacidade de empregabilidade.

Ações

- Estabelecer parceria com instituições culturais para a inclusão de egressos dos cursos no quadro de funcionários público e privado;
- Estimular a abertura de empresas prestadoras de serviços no setor criativo;
- Fomentar a organização em cooperativas e redes culturais.

Figura 3

OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA E PESSOAL OCUPADO EM CULTURA

 PORCENTAGEM DE PESSOAL OCUPADO NA ÁREA DA CULTURA COM ENSINO SUPERIOR

 PORCENTAGEM DE CELETISTAS OCUPADOS NA ÁREA DA CULTURA

OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

-  Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida
-  Ampliar o grau de participação social nos projetos culturais
-  Dinamizar as atividades culturais do município
-  Integrar a cultura ao desenvolvimento local
-  Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural
-  Descentralizar a produção cultural
-  Garantir a sobrevivência das tradições culturais locais
-  Democratizar a gestão cultural
-  Outros

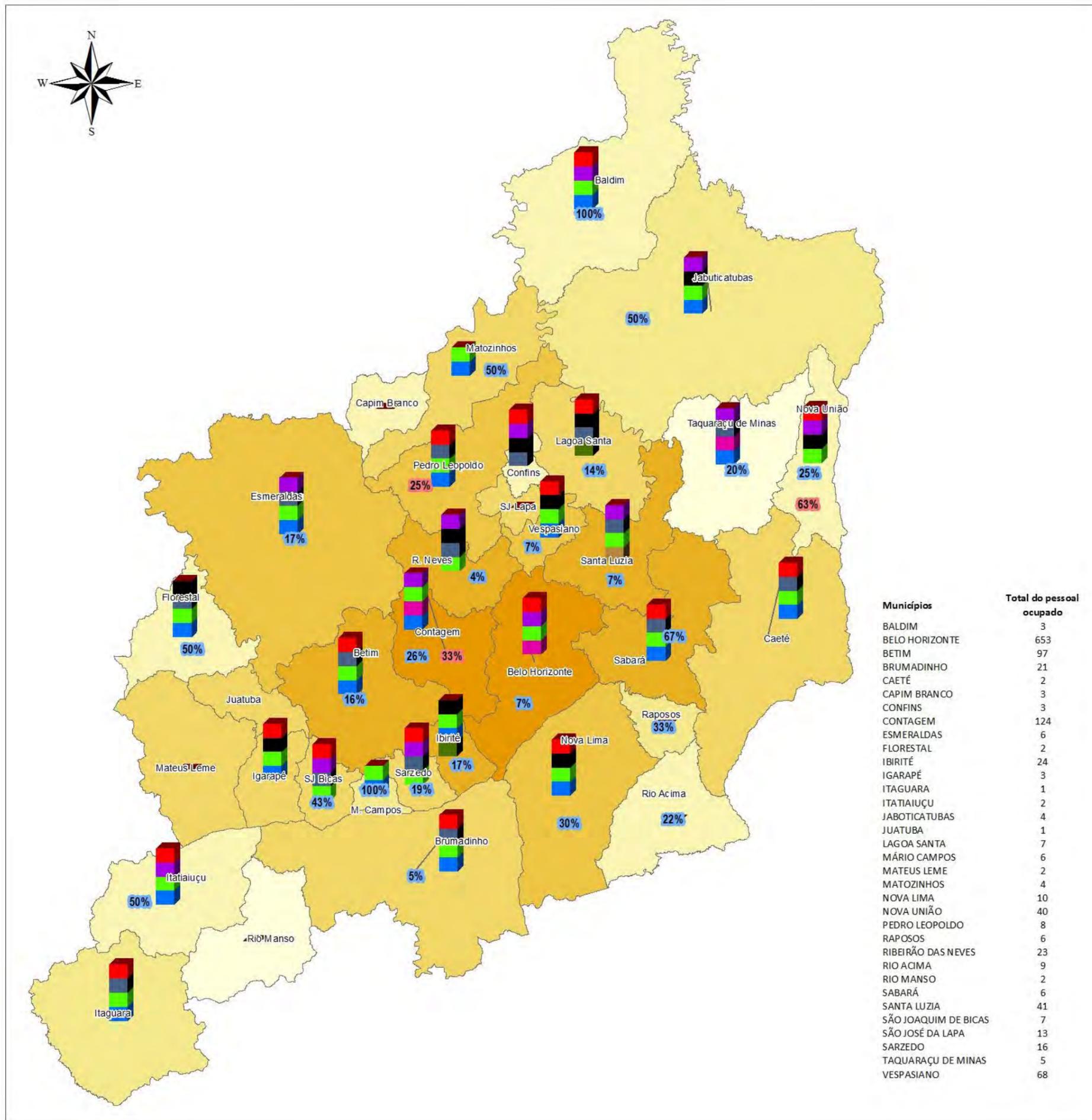
POPULAÇÃO

-  Até 5000
-  5001 até 10000
-  10001 até 20000
-  20001 até 50000
-  50001 até 100000
-  100001 até 500000
-  Maior que 500000

0 6 12 18 24 Km

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000
Origem das coordenadas: Equador e Meridiano de 45°W de Greenwich, acrescidas as constantes 10.000.000m e 500.000m, respectivamente.

FONTE: MUNIC 2006 - IBGE
DEZEMBRO - 2010



Temporalidade de execução e implementação do programa

Curto prazo (2015)

Institucionalidade

Atores institucionais envolvidos e suas devidas competências:

Conselho Metropolitano – coordenação e fiscalização do projeto 1;

Agência Metropolitana – execução do projeto 1;

Prefeituras Municipais – disponibilização de local e equipamentos e fomento à inclusão dos gestores no mercado de trabalho;

Instituições de Ensino Superior – elaboração de conteúdos programáticos em formação permanente; disponibilização de corpo docente; validação dos cursos;

Ministério da Cultura, Secretaria de Estado da Cultura e Agência Metropolitana – aporte de recursos e fiscalização das metas a partir de parâmetros pré-estabelecidos no Projeto 1;

SEBRAE – assessoria a pequenos empreendimentos.

FAPEMIG – Apoio à pesquisa e montagem de laboratórios.

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência

Sistema Nacional de Cultura - Política Nacional de Formação na Área da Cultura.

Arranjos institucionais adequados para implementação do programa

Articulação entre setor público, privado e sociedade civil organizada por meio do arranjo institucional definido na Política Metropolitana Integrada de Financiamento de Atividades Criativas.

Possíveis fontes de financiamento do programa

PMAT/BNDES, Mais Cultura/MINC, Fundo Nacional de Cultura (FNC), iniciativa privada.

Medidas de monitoramento e avaliação do programa

- No início do curso, discutir com os alunos as suas demandas e expectativas com relação ao curso (por escrito) e, ao afinal, verificar se o curso conseguiu cumprir tais expectativas expostas inicialmente.

- A avaliação dos cursos será feita a partir da aplicação de questionários avaliativos, durante e ao final do curso, junto ao corpo docente e com todos os alunos.
- Criar parâmetros de avaliação do programa de formação como, por exemplo, número de alunos (matriculados e freqüentes) e, após a finalização do curso, verificar a capacidade de inserção no mercado de trabalho (acompanhamento por um tempo determinado).

Programas existentes que podem ser ampliados e/ou articulados

- Oficina de elaboração, gestão e captação de projetos culturais da Secretaria Estadual de Cultura – ampliar o escopo, para além de projetos e captação de recursos.
- Sistema Nacional de Cultura - Política Nacional de Formação na Área da Cultura.

4.3.4.2 Programa de Capacitação de Produtores Criativos

O segundo pilar da política trata do binômio cultura/educação como um caminho para a consolidação de uma política cultural democrática e voltada para a transformação social, cientes de que estamos diante de um campo profissional nem tão novo, mas, que há bem pouco tempo, tem sido considerado como um setor produtivo capaz de gerar renda e postos de trabalho. Tudo isto reforça ainda a necessidade de criação das condições de um processo contínuo de formação e de composição dos recursos humanos envolvidos na economia criativa.

No âmbito nacional, o quadro apresentado pela pesquisa realizada pelo IBGE/MinC, Sistema de Informações e Indicadores Culturais/ 2003-2005 e divulgada em 2007, evidencia que “o setor cultural já ocupa 3,7 milhões de trabalhadores, prevalecendo o nível de escolaridade mais elevado do que no mercado de trabalho em geral. Assim, o estudo demonstra a predominância na participação de profissionais no mercado cultural (46% do total) com 11 ou mais anos de estudo.”⁸

No entanto, para a constituição desse quadro de profissionais é preciso investir em formação especializada, o que significa considerar toda a cadeia produtiva do setor cultural. Em primeiro lugar, a classe artística deverá ser contemplada, tanto no processo de formação quanto no aspecto das condições de exibição de sua arte, independente de sua forma de manifestação – artes cênicas,

8 CUNHA, Maria Helena. Recursos Humanos da Cultura: perfil, nível e área de formação nos municípios brasileiros. IN: Políticas Culturais: reflexões e ações /organização Lia Calabre – São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. P. 134.

música, artes visuais e outras. Para compor toda essa cadeia da produção, além do processo criativo, é fundamental estruturar as áreas que fazem parte desse processo, que abrangem a gestão, produção, comunicação (divulgação e designer) e, essencialmente, toda a parte técnica (cenografia, sonorização, iluminação etc).

Na formação de técnicos, a referência nacional é a do Instituto Criar que, em parceria com o SENAC, capacitam profissionais para a televisão. Os alunos são jovens carentes que recebem bolsa de estudos, vale transporte e alimentação. Frequentam um ano e, depois, são obrigados a fazer estágio. A intermediação é bem sucedida, uma vez que a contratação dos egressos é próxima a 100%. Tal programa é inteiramente financiado pelo marketing de empresas privadas.

Entre as experiências existentes na RMBH, mais propriamente no município de Belo Horizonte, a Secretaria de Estado da Cultura assume o *Plug Minas* como um dos programas estruturadores. Inicialmente concebido intersetorialmente nas secretarias de Estado do governo de MG, o Centro da Juventude de MG é uma proposta de formação, capacitação e experimentação digital de jovens de 15 a 24 anos, estudantes de escolas da rede pública do Estado. Nesse equipamento, os participantes desenvolvem competências para lidar com a tecnologia e cultura digital, com o objetivo de “... aperfeiçoamento educacional-profissional do jovem e para a ampliação de oportunidades de inclusão produtiva por meio da cultura digital e da arte”.⁹ Atualmente, a gestão é compartilhada entre Governo do Estado, OSCIP Sergio Magnani e a ONG AIC e a iniciativa privada.

O Plugminas é dividido em núcleos:

- O Programa Valores de Minas, programa em parceria do SERVAS com a Fiat, CEMIG, Banco BMG e o Sindicato das Empresas de Transporte – SINTRAN. Anteriormente funcionava num galpão na Avenida dos Andradas, BH e foi transferido para o PLUG Minas. Inclui atividades de Dança, Teatro, Artes Plástica e Música.
- Oi Kabum! – formação em linguagem multimídia - Parceria com o Instituto Oi Futuro, da empresa de telefonia Oi.
- Empreendedorismo juvenil - Parceria com o SEBRAE, é o mais procurado pelos jovens.
- Amigo do professor – laboratório de tecnologias e metodologias didáticas - Parceiro: Instituto Unibanco. Recentemente inaugurado.
- Desenvolvimento de jogos digitais - Parceria: PUC São Gabriel e Usiminas (em processo de implantação).

⁹ Apresentação de Adriana Barbosa, Gerente Operacional do Plugminas, em reunião do PDDI.

A participação dos jovens é definida através de seleção entre alunos e egressos do ensino médio público. Segundo a gerência do programa, a forma de seleção de jovens (anualmente em torno de 800) ainda merece estudos aprofundados e está sendo reformulada. Inicialmente o programa recebia alunos inclusive de fora do município de BH, no entanto, o fenômeno da evasão fez com que a seleção se restringisse apenas à Regional Leste de BH.

Ainda para jovens carentes, têm-se cursos em teatro ministrados pelo Galpão Cine Horto, cursos de dança pelo Corpo, entre outros.

No âmbito de formação de artistas, independentemente da idade, existem, também, experiências de residências artísticas. Esse conceito é uma forma de apoio e incentivo ao desenvolvimento das atividades criativas. Durante um período, geralmente inferior a um ano, artistas selecionados, tanto do país quanto do exterior, convivem em um mesmo ambiente, compartilhando experiências e o processo de criação. Na maior parte das vezes, as residências são financiadas pelas leis de incentivo à cultura. Em Belo Horizonte, são exemplos a ocorrida no Museu de Arte da Pampulha (MAP) – Bolsa Pampulha - para jovens artistas e a do JA.CA (Jardim Canadá Centro de Arte e Tecnologia), ainda em curso.

Projeto 1) Criação de programa de formação, capacitação e experimentação para jovens na RMBH

O sucesso de empreendimentos culturais como o **Plug Minas**¹⁰, tanto em termos de jovens atendidos como também no desenvolvimento de habilidades desses jovens no campo digital, sugere a instalação de instituições similares em outras áreas carentes da RMBH, levando em consideração o levantamento de demandas e parcerias locais e estudos de viabilidade. Tal iniciativa vem ao encontro de informações objetivas apresentadas no Sistema de Informações e Indicadores Culturais (IBGE/2006), que aponta um percentual de 28,8% de jovens empregados no setor cultural, enquanto, no restante da economia, emprega-se 22,4% dos jovens.

Ações :

- Identificação de áreas ociosas de elevada densidade demográfica e de fácil mobilidade. Por exemplo, o Mapa descrito na Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural evidencia uma área em Betim, próxima ao Bairro Citrolândia, que guarda características favoráveis para implementação desse programa. Trata-se um território pobre (baixo IDH), com expressiva presença de população jovem,

¹⁰ Ver também a experiência das Fábricas de Artes e Ofícios - Faros -, empreendidos pela Secretaria de Cultura da Cidade do México: <http://www.cultura.df.gov.mx/index.php/recintos/faros/faro-orientado>

próximo a centros universitários e corredores de transporte, além da área industrial de Betim e de Juatuba.

- Orquestração institucional à semelhança daquela do Plug Minas;
- Construção e/ou reformas de equipamentos;
- Seleção de profissionais;
- Seleção dos jovens;
- Ministrando cursos e oficinas;
- Acompanhar a sua evolução.

Projeto 2) Formação de técnicos de apoio a atividades criativas

Como reportado anteriormente, a economia criativa é uma cadeia que requer técnicos em iluminação, cenografia, sonorização, entre outros. Em virtude do crescimento da produção na área, os profissionais atuando no mercado não são suficientes para atender à crescente demanda. Sendo assim, sugerem-se as seguintes ações:

Ações :

- Identificação de áreas de necessidade de formação técnica;
- Estabelecimento de parcerias com governo local;
- Estabelecimento de parcerias com centros de ensino técnico como o CEFET .
- Ministrando cursos e acompanhar a sua evolução.

Projeto 3) Promoção de residências artísticas

Residências artísticas têm sido um instrumento de apoio e de desenvolvimento das artes em vários países da Europa, na América do Norte, Japão e no Brasil. Concebidas seguindo o modelo da Cite des Arts, criam bolsas de viagens para artistas do país e estrangeiros e esses, durante um período geralmente inferior a um ano, desenvolvem seus projetos, interagindo com os outros bolsistas, artistas da região e público interessado. Muitas vezes, o programa de residências requer que o artista contribua, por meio de seu trabalho, com o espaço por ele ocupado, requalificando-o. Em Belo Horizonte, as experiências do Bolsa Pampulha e do JA.CA, ainda em curso, são exemplos de residências em arte contemporânea financiados por meio de editais específicos dos fundos de cultura.

Ações

- Elaboração e envio de projetos para obtenção de financiamento (editais, leis de incentivo,

- etc);
- Discussão e definição da proposta e formato da residência;
 - Montagem da equipe de trabalho: (i) curadoria e coordenação artística; (ii) executiva e administrativa;
 - Projeto de adequação e montagem do espaço físico, de acordo com a proposta da residência;
 - Compra de equipamentos, mobiliário e outros itens para montagem da infraestrutura;
 - Redação e publicação do edital de seleção;
 - Montagem de banca *ad hoc* para seleção dos artistas participantes.

Projeto 4) Inserção de mercado de trabalho

Programas de capacitação de trabalhadores devem ter por meta final projetos de intermediação da mão-de-obra por eles formada. Apesar desse programa atender tanto a trabalhadores de apoio a atividade criativa quanto aos artistas propriamente ditos, requer iniciativas que facilitem a informação sobre vagas no mercado de trabalho (técnicos e produtores) e espaços e articulação institucional para exposição dos artistas. As especificidades desse tipo de trabalho devem ser consideradas na formulação das iniciativas.

Ações:

- Mapear as empresas e instituições que empregam técnicos e produtores culturais (articulação com o Sistema de Informações Culturais, proposto na Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos);
- Elaborar indicadores de vagas;
- Acompanhar a evolução de preenchimento de vagas;
- Estabelecer parceria com Ministério de Trabalho e Emprego para intermediação do emprego desses trabalhadores, egressos do programa de formação artística ou técnica;
- Fomentar a organização de cooperativas e redes culturais.
- Criar programas de crédito para artistas que contemplem suas particularidades, como elevada incerteza na atividade, ausência de colaterais em contrapartida aos financiamentos;

Temporalidade de execução e implementação do programa

Prioritário/emergencial, curto prazo (2015)

Institucionalidade

Atores institucionais envolvidos e suas devidas competências

- Conselho Metropolitano – fiscalização dos projetos;
- Agencia Metropolitana – coordenação do projetos;
- Prefeituras Municipais – fornecimento do local e equipamentos e fomentar a inclusão dos profissionais no mercado de trabalho;
- Centros de Formação Técnica – elaboração de conteúdos programáticos em formação permanente; disponibilização de corpo docente; validação dos cursos
- Ministério da Cultura, BNDES (Pro-Cultura), Secretaria de Estado da Cultura e Agência Metropolitana- aporte de recursos
- SEBRAE – assessoria a pequenos empreendimentos
- FAPEMIG- apoio à pesquisa

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência

- Plug Minas, Instituto Criar, Sistema Nacional de Cultura - Política Nacional de Formação na Área da Cultura

Arranjos institucionais adequados para implementação do programa

Articulação entre setor público, privado e sociedade civil organizada por meio do Conselho Metropolitano.

Possíveis fontes de financiamento do programa

Mais Cultura/MINC, Sistema Nacional de Cultura (SNC), Pro-Cultura (BNDES) iniciativa privada.

Medidas de monitoramento e avaliação do programa

- A avaliação dos cursos será feita a partir da aplicação de questionários avaliativos, durante e ao final do curso, junto ao corpo docente e com todos os alunos.
- Criar parâmetros de avaliação do programa de formação como, por exemplo, número de alunos (matriculados e freqüentes) e após a finalização do curso, verificar a capacidade de inserção no mercado de trabalho, acompanhamento por um tempo determinado.
- Avaliação do projeto de residências artísticas pelos participantes e gestores.

Programas existentes que podem ser ampliados e/ou articulados;

- Plug Minas
- Sistema Nacional de Cultura - Política Nacional de Formação na Área da Cultura.

4.3.4.3 Programa de Construção e/ou Reocupação de Equipamentos Voltados às Artes, à Produção Criativa e ao Conhecimento – Fábricas Criativas

As atividades criativas fazem interface entre a cultura, as ciências e a informação. Como destacou Celso Furtado, “a diversidade cultural não pode ser compreendida, senão a partir da idéia de inovação, de transformação econômica e social”, ou seja, “a partir da própria noção de desenvolvimento”. A economia criativa está, portanto, associada ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Para ele, uma sociedade é considerada desenvolvida na medida em que seus membros podem satisfazer às suas necessidades, suas aspirações e exercitar a sua índole criativa.

Assim, buscando complementar programas educacionais e de ocupação de áreas mineradoras ou habitacionais ociosas, no sentido da reconstrução do espaço urbano e da elevação da auto-estima da população local, pretende-se criar espaços culturais e educacionais, a exemplo do Centro do Conhecimento na Praça da Liberdade e do Catavento Cultural, localizado na Estação Dom Pedro em São Paulo. Tais equipamentos buscam tornar público a ciência e os problemas sociais, de um modo interativo que atrai todos os segmentos da população.

Além disso, em combinação com programas educacionais, essas fábricas de conhecimento e cultura podem apoiar projetos nos quais professores e alunos recebam um material de suporte pedagógico, apresentando uma seqüência de atividades para o ensino de disciplinas curriculares e, promovendo, paralelamente, o acesso dos mesmos em diferentes instituições e espaços culturais.

No âmbito da atividade artística, além de acolher o patrimônio intangível do local, estimulando a produção e exposição das atividades culturais, podem se constituir em lócus de investigação e trabalho de artistas que, ao interagir com o espaço, contribuiriam para requalificá-lo. As fábricas seriam, portanto, espaços de múltiplos usos e funções.

A princípio, tais fábricas devem se localizar nos municípios onde há espaços ociosos e carência de integração entre cultura e educação. Com esse intuito, sugerimos o complexo

penitenciário de Ribeirão das Neves, em especial o presídio Jose Maria Alkmin, situado em uma área de baixo IDH, mas com reserva natural no entorno e próxima a Belo Horizonte.

Face ao tamanho do equipamento, a **Fábrica Criativa** abrigaria espaços, tais como:

- um Museu da Ciência e Tecnologia, a exemplo do proposto pelo Professor João Antonio de Paula¹¹, que seriam espaços expositivos de longa duração com recursos de interatividade organizados em temática desenvolvida por outros povos e o que desses conteúdos tornou-se do povo brasileiro, conforme sugerido pelo Professor João Antonio no seguinte quadro:

O Caminho da Ciência e da Tecnologia

O LADO DE LÁ		O LADO DE CÁ	
1	As ciências herméticas: Alquimia, Cabala e Astrologia	13	A Gênese do Homem nas Américas
2	A Descoberta do Espaço: A Expansão Ibérica	14	As Artes e as Tecnologias no Brasil Pré-Cabralino
3	A Redescoberta do Corpo e da Vida: A Biologia Moderna	15	As Cidades e a Arquitetura Brasileira
4	A Física Moderna: Galileu, Descartes, Newton	16	As Técnicas Agropecuárias: Do Monjolo ao trator e as biotecnologias
5	As Artes Gráficas e as Audiovisuais	17	A Mineração: Ouro, Diamantes e Ferro
6	As Telecomunicações: Telégrafo, Rádio, TV, Telefone	18	As Técnicas de Tecer, Fiar e Costurar
7	Ótica, Acústica e Aparelhos Didáticos da Física	19	A Siderurgia e a Metalurgia dos Não-Ferrosos
8	Os Sistemas de Transportes: Terrestres, Aquáticos, Aéreos	20	A Bioquímica e a Pesquisa Biomédica
9	A Física Contemporânea: Átomo, Relatividade e Quanta	21	Motores, Ferramentas e Instrumentação
10	Informática e Automação	22	Produção e Conservação de Energia

11 Para maiores detalhes, ver PARA O MUSEU DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BELO HORIZONTE, documento escrito pelo Prof. João Antônio de Paula (Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas e, atualmente, Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UFMG).

11	Química e Biotecnologia	23	Ecologia, Biodiversidade e Meio Ambiente
12	Biblioteca	24	Galeria de Arte Contemporânea

- espaço de longa duração destinado à memória do presídio;
- espaços de longa e curta duração destinados ao patrimônio imaterial do local e entorno, levantados pelo IPHAN, como Festa de Nossa Sra. Das Neves e canjica (Ribeirão das Neves), Congado de Vargem de Bento da Costa (Esmeraldas), Guarda de Moçambique, Orquestra Jovem de Contagem Terno de Congo dos Arturos, Terno de Moçambique dos Arturos, Festa da Libertação, Festa de Folia de Reis dos Arturos, Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de São Gonçalo, Folia de Reis (Contagem), Festa de Nossa Senhora da Conceição, Festa Junina, Boi da Manta, Corporação Musical Cachoeira Grande, Guarda de Honra de Congado Nossa Senhora do Rosário, União Musical Nossa Senhora da Conceição (Pedro Leopoldo), Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição (Capim Branco), entre outros do território;
- oficinas para produção e exposição de artesanato, especialmente de fios, em bambu, em barro e em madeira, típicos deste território;
- inclusão de áreas para residências artísticas. A interação entre os artistas e visitantes da Fábrica permitirá renovação constante do espaço e, sobretudo, frequência continuada do próprio.
- restaurante e cafés;
- jardins;
- áreas de descanso;
- acessibilidade, entre outros.

Projeto 1) Elaboração do Projeto Fábrica Criativa

A elaboração de estudos complementares, tendo por resultado o projeto arquitetônico e organizacional, requer uma série de ações articuladas para identificar os espaços, o acesso aos mesmos, além das parcerias envolvidas. Espaços expositivos de longa duração e curta duração, acervo, oficinas, salas para atividades educativas. A duplicidade de esforços e informações, mas, sobretudo, incorporando temas relativos às tradições do local, de modo a ampliar o pertencimento

da população do entorno. “Só se ama aquilo com que se identifica”. Além disso, a Fábrica Criativa, como já sugerido, pode contar com espaços destinados a residências de artistas.

Ações:

- Contratação de instituições de pesquisa;
- Levantamento dos temas a serem tratados;
- Definição dos recursos tecnológicos e artísticos;
- Formulação do projeto paisagístico;
- Identificação de áreas e ferramentas para portadores de necessidades especiais;
- Definição de parceiros para gerenciar o programa;
- Elaboração do projeto;
- Apresentação pública de sua aplicabilidade.

Projeto 2)Construção da Fábrica Criativa

Ações:

- Construção ou reforma do prédio de acordo com o definido no Projeto 1 deste Programa;
- Instalação de equipamentos e de recursos tecnológicos e artísticos;
- Implementação do projeto paisagístico;
- Sinalização nas vias de acesso e no interior da fábrica;
- Construção de área específica para residência artística;
- Formatação de contrato com Universidades para elaboração do conteúdo temático, treinamento e contratação de monitores;

Projeto 3) Inauguração e manutenção da Fábrica Criativa

Ações:

- Divulgação pública do equipamento na RMBH, no estado e país;
- Criação de página na Internet específica para informação da programação e para alimentação do Sistema de Informações em Cultura, conforme Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos - Estabelecer parcerias com escolas de modo a assegurar visitação de alunos de todos os níveis de ensino;
- Estabelecer parcerias com instituições para seleção e manutenção da residência artística;
- Acompanhar a evolução do projeto.

Temporalidade de execução e implementação do programa:

Curto prazo (2015)

Institucionalidade:

Atores institucionais envolvidos e suas devidas competências

- Conselho Metropolitano – definição e acompanhamento da evolução do programa;
- Agência Metropolitana – coordenação do projeto;
- Prefeituras Municipais – fornecimento do local e dos equipamentos e fomentar a inclusão dos profissionais no mercado de trabalho;
- Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves – Plano Diretor, especificamente: Capítulo I, Artigos 2º, 15º e 16º; Capítulo III, Artigo 20º; Capítulo IV, Artigo 6º; Capítulo V, Artigo 22º e 27º;
- Capítulo VI, Artigos 13º, 23º e 27º; Capítulo VII, Artigos 27º, 28º, 31º ;
- Universidades e Centros de Formação Técnica – elaboração de conteúdos temáticos; disponibilizarão de corpo docente e discente; validação do programa.
- Ministério da Cultura, BNDES (Pro-Cultura), Secretaria de Estado da Cultura e Agência Metropolitana- aporte de recursos
- ONG's – organização de residências artísticas

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência

Museu do Conhecimento em Belo Horizonte, Catavento Cultural em São Paulo e JA.CA em Belo Horizonte

Arranjos institucionais adequados para implementação do programa

Articulação entre setor público, privado e sociedade civil organizada por meio do Conselho Metropolitano.

Possíveis fontes de financiamento do programa

Mais Cultura/MINC, Sistema Nacional de Cultura (SNC), Pro-Cultura (BNDES), Lei Rouanet e fundos correlatos para residência e iniciativa privada.

Medidas de monitoramento e avaliação do programa

- Criar parâmetros de avaliação do programa junto a usuários do equipamento.
- questionários a serem aplicados aos participantes e gestores de residências artísticas;

4.3.4.4 Programa de Estímulo à Economia Criativa

As experiências da economia criativa são absolutamente transversais no que tange ao investimento. Requerem gastos em infraestrutura de transportes, em especial urbano, em recuperação de patrimônio histórico e/ou construção de equipamentos culturais, melhoria na oferta de serviços de alojamento e alimentação, benfeitorias públicas como praças, parques, jardins, conservação ambiental, treinamento e capacitação da população local, ou seja, uma série de fatores que tornem a qualidade de vida uma marca para seus moradores e visitantes.

O enfoque territorial é um eixo central e, por isso, algo como um “pacto social” deve ser engendrado para tornar a atividade criativa a “idéia guia” orientadora de ações de desenvolvimento. O conceito de território implica, desse modo, o envolvimento, também, dos residentes, mostrando a importância de trabalho para o desenvolvimento da atividade e consolidação da marca. Como parte integrante desse pacto, os moradores podem ser orientados a buscar atividades produtivas paralelas, que contribuam para melhorar a sua qualidade de vida.

Tal envolvimento busca evitar a polarização - criação de um enclave bem sucedido no meio de região pobre e de baixa escolaridade – e/ou fuga de mão-de-obra pelo encarecimento do valor da terra. As experiências devem ser sustentáveis, porque, além de melhorarem a infraestrutura e o espaço urbano, preocupam-se em criar empregos e integrar as minorias empobrecidas nessa nova iniciativa. Para alcançar o efeito multiplicador no emprego, são realizadas iniciativas de concessão de crédito de forma que os moradores invistam na geração de insumos para a atividade-fim ou na atração de turistas para conhecimento desses novos espaços.

Um dos problemas recorrentes da criação de novas atividades econômicas no espaço urbano é o aumento do custo de vida. No caso específico das criativas, o encarecimento tende a ocorrer em maior extensão, porque tais atividades têm como principal mercado consumidor um público de renda mais elevada e de gosto sofisticado. Esse privilégio econômico da dimensão cultural no espaço urbano pode incluir da mera especulação imobiliária ao deslocamento de seus tradicionais habitantes.

Assim, se o mercado não é capaz de impulsionar outras atividades que absorvam a população local, gerando renda e emprego, a tendência é a polarização, com formação de enclaves. Considerando esse aspecto, problemas referentes à capacitação de pessoal, em especial, dos residentes para as novas atividades, especialmente no turismo, podem ser considerados no âmbito das falhas institucionais. Além disso, deve haver controle do uso do solo não apenas para assegurar o direito à moradia como também para evitar a degradação ambiental e do patrimônio histórico. Por outro lado, a consolidação de mercado consumidor deve ser objeto de política, uma vez que boa parte das atividades é simultaneamente produzida e consumida.

Como a atividade em si não requer proximidade com fonte de recursos naturais e a qualidade de vida tende a ser maior nos pequenos que nos grandes centros, cidades de pequeno porte podem se constituir em alvo de políticas orientadas para essa finalidade. Ademais, a oferta de espaços para construção de ateliê/estúdios para os artistas pode ser mais uma vantagem comparativa. A presença da classe artística contribui para gerar amenidades que tendem a atrair outros grupos populacionais.

Em termos de organização da produção local, a economia criativa resgata da economia solidária a autogestão, seja ela em cooperativas, associações, pequenas empresas e autônomos, pautada por relações de complementaridade, troca de serviços e distribuição articulada dos produtos. No caso específico da criatividade, os instrumentos da distribuição podem ser desde o comércio ambulante (a exemplo do ocorre com a produção musical estilo “Tecnobrega”, em Belém) à utilização de recursos mais sofisticados do comércio eletrônico.

Conforme já evidenciado pelo “Programa Proteção, gestão e promoção das paisagens culturais da RMBH”¹², por meio do Projeto 1 “Planejamento de Complexos Ambientais Culturais na RMBH” do eixo Urbanidade, há vários focos de criação artística local na RMBH. Exemplo de consolidação de arranjo de economia criativa mais relevante no momento é o que tem por centralidade o Instituto Inhotim. Por meio de parcerias com setor privado, Ministério do Turismo e SEBRAE, o Instituto está implementando o turismo de base sustentável no entorno, tendo por referência a economia criativa.

Projeto 1) Análise de áreas de forte potencial de Economia Criativa

Ações:

- Elaboração de estudos complementares, identificando circuitos de produção com ênfase na

12 Dentro da Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural.

produção de artesanato e outros produtos de base criativa na RMBH;

- Estabelecer parcerias com Prefeituras, Sebrae, ONG's, Ministérios da Cultura e do Turismo;
- Contratar gestores públicos formados segundo o Programa 2 desta Política, já orientados para essa concepção de promoção de atividades criativas;
- Elaboração dos projetos.

Projeto 2) Organização da produção criativa nessas áreas

Ações:

- Formação dos produtores conforme Programa 2 desta Política;
- Estímulo à organização em cooperativas para produção e distribuição;
- Facilitar o acesso a matérias-primas conforme a legislação específica para exploração dos recursos naturais;
- Divulgação dos produtos no local para turistas e em sites específicos como o do sistema de Informações Culturais previsto na Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos.
- Divulgação e assessoria para acesso ao microcrédito pelos produtores;

Temporalidade de execução e implementação do programa

Prioritário/emergencial, curto prazo (2015)

Institucionalidade

Atores institucionais envolvidos e suas devidas competências

- Conselho Metropolitano – definição e acompanhamento da evolução do programa;
- Agencia Metropolitana – coordenação do projeto;
- Prefeituras Municipais – fornecimento de local para cooperativas e associações e fomentar a inclusão dos profissionais no mercado de trabalho;
- Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, BNDES (Pro-Cultura), Caixa Econômica Federal, banco do Brasil, Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Cultura, Agencia Metropolitana- aporte de recursos;
- SNES/MTE, SEDESE, Ministério do Turismo e ONG's – organização da produção criativa;
- SEBRAE – cursos de empreendedorismo.

- FAPEMIG – apoio à pesquisa

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência

- Programa de Turismo de Base Sustentável do Ministério do Turismo;
- Programa de Microcrédito do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Programa de Economia Solidária do MTE e da SEDESE-MG.

Arranjos institucionais adequados para implementação do programa

Articulação entre setor público, privado e sociedade civil organizada por meio do Conselho Metropolitano de Cultura.

Possíveis fontes de financiamento do programa

Mais Cultura/MINC, Sistema Nacional de Cultura (SNC), Pro-Cultura (BNDES), BDMG, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, além da iniciativa privada.

4.3.5 - POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE FINANCIAMENTO DA CULTURA

Justificativa e Contextualização

No que tange ao financiamento das atividades promotoras do desenvolvimento socioeconômico de uma região, a cultura, assim como a educação e a saúde, requer participação ativa do Estado como agente investidor. Embora educação e cultura não estejam destacadas, em separado, como funções públicas de interesse comum, necessitam de fundos específicos, especialmente a cultura que ainda não conta com nenhum instrumento efetivo de financiamento. O fomento da atividade criativa pressupõe uma política estruturada com essa finalidade.

A dinâmica de incentivos como, por exemplo, a Lei Rouanet (1993), desvirtuou esse papel, pois, durante os anos de 1990, passou a ser própria política e não apenas um instrumento de política cultural. Nos últimos anos, essa foi uma discussão em pauta em quase todos os encontros do setor público com a classe cultural. Recentemente, com a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), tornou-se evidente a preocupação em compreender as políticas de cultura como um programa nacional (SNC) e sistêmico e, nesse contexto, o financiamento. O SNC (2005) prevê, entre outras prerrogativas:

- ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura;
- sistemas de financiamento à cultura;
- organização de sistemas próprios de cultura em leis por Estados, Distrito Federal e Municípios.

Um resultado desse propósito é a nova lei que tramita no Congresso Nacional, substituindo a antiga Lei Rouanet, renomeada e reestruturada como PROCULTURA - Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura. Nela, os instrumentos de financiamento estão definidos no segundo artigo como:

- I - Fundo Nacional da Cultura - FNC;
- II - Incentivo Fiscal a Projetos Culturais;
- III - Fundo de Investimento Cultural e Artístico - Ficart;
- IV - Vale-Cultura, criado por lei específica.

Com exceção do Vale Cultura, voltado à geração de público e regulamentado por legislação específica, os outros mecanismos - FNC, Ficart e incentivo (mecenato) - já estavam previstos na antiga Lei Rouanet, porém a quase totalidade do financiamento se fez e faz por intermédio da renúncia fiscal.

No âmbito da nova lei, o FNC será destinado à provisão de recursos para instituições públicas, privadas sem fins lucrativos e pessoas físicas. O Ficart têm natureza comercial, com a criação de condomínios fechados, sem personalidade jurídica, caracterizados por comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos, registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e administrados por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. E o terceiro mecanismo seria o já conhecido mecenato, ou seja, incentivos fiscais para projetos em cultura.

Desses quatro itens acima descritos, o Fundo Nacional de Cultura pode ser um exemplo para constituição de um mecanismo de financiamento de atividades culturais no território metropolitano. Mais do que isso, tal instrumento poderia receber aportes do FNC, na medida em que se prevê repasse de 30% do mesmo para Estados e municípios.

O projeto de lei que regulamenta o FNC estipula que o aporte de recursos advirá de múltiplas fontes que constituirão um sistema de sustentação às atividades culturais. Entre elas, listamos: subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais; um por cento da arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais; três por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais; resultados econômicos provenientes dos investimentos em empresas e projetos culturais feitos com recursos do FNC; resultado das aplicações em títulos públicos federais; recursos provenientes da arrecadação da Loteria Federal da Cultura, criada por lei específica; saldos de exercícios anteriores; produto do rendimento de suas aplicações em programas e projetos culturais, bem como nos fundos de investimentos; empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades e outras fontes menos expressivas.

Se implementado, o FNC tem a capacidade de romper com a lógica de um financiamento da cultura pautado em eventos e não em projetos estruturantes de longa duração, que desconhece rubricas de iniciativas de continuidade. Ademais, ao contrário da renúncia fiscal, pode contribuir para superar as desigualdades regionais que o escopo da antiga Lei Rouanet propiciou. Em outras palavras, o FNC pode se tornar um veículo para tratar a cultura como investimento mais bem distribuído no território e refletindo as especificidades do local.

Sendo assim, o caso do FNC, como paradigma para constituição do Fundo Metropolitano, permite buscar no território um formato híbrido que combine leis de incentivo fiscal e do Fundo. No caso dos incentivos baseados na atuação, principalmente, da iniciativa privada, a ênfase seria o financiamento de eventos e ações particulares no tempo.

Em se tratando do mecanismo de financiamento, os recursos seriam destinados para projetos estruturantes e ações estratégicas, isto é, projetos de investimento em atividades criativas, aqui entendidas como promoção de bens e serviços culturais, democratização do acesso, construção e manutenção de espaços públicos, físicos e virtuais, capacitação de pessoal, como financiamentos específicos para pesquisa e formação, bolsas de estudos "aos moldes" dos programas incentivados pelas fundações de amparo à pesquisa científica no País.

Para criação desse sistema, o panorama na RMBH não é animador. Atualmente, os órgãos gestores das leis de incentivo são as Secretarias de Cultura estadual e municipais. Na região, apenas três municípios possuem secretarias exclusivas de Cultura (Itaguara, Nova Lima e Sabará) e três possuem fundações exclusivas de Cultura (Belo Horizonte, Betim e Caeté). Oito municípios possuem secretarias de Educação e Cultura e, em 18 municípios, a cultura está aliada a diversos outros setores. A média de investimento municipal para a Cultura em 2005, foi de apenas 0,60%¹. A Figura 1 foi realizada a partir de dados da Munic 2006 – Suplemento Cultura (IBGE) e extraídos de sites oficiais dos municípios. Fica evidente a escassez de investimentos municipais em cultura.

No âmbito dos bancos públicos, duas experiências devem ser relatadas. O Pro-Cultura de 2009 do BNDES e um programa que financia o Patrimônio Histórico e Acervos, o Audiovisual (Cinema, TV, Novas mídias), Jogos Eletrônicos, Editorial, Fonográfico, Espetáculos a vivo de teatro e música. Os instrumentos são a renúncia fiscal, mas também fundos específicos reembolsáveis ou não. Ainda que possa se constituir em um mecanismo de financiamento para essa política, atende a projetos de todo o país e valores superiores a R\$ 1 milhão de reais.

Em Minas Gerais, tem-se o exemplo do BDMG que conta, também, com fundos reembolsáveis. Os recursos não são, contudo, plenamente utilizados pela área, em virtude das garantias exigidas pelo banco. Diferentemente de outras atividades produtivas, as criativas não têm como serem testadas pelo mercado antes de seu lançamento, não há *test drive* para uma peça de teatro ou livro publicado ou espetáculo circense, destarte a incerteza do

¹ Ver Anexo 1.

empreendimento é muito alta. Essa característica associada ao fato dos produtores serem autônomos ou donos de pequenas empresas, em sua grande maioria (84,9% das empresas absorvem de 1 a 4 empregados), torna difícil o atendimento aos colaterais exigidos pelo BDMG.

No âmbito da estrutura institucional da Agência Metropolitana, não existe diretoria específica para o segmento e, muito menos, não há aportes de recursos voltados para promoção das atividades desse segmento. Considerando, portanto, as limitações de financiamento de atividades culturais e a implementação do FNC, propõe-se estudo complementar de criação do Fundo Metropolitano de Cultura combinado com as leis de incentivo fiscal.

Objetivos gerais

- elaboração de estudo complementar de diagnóstico institucional e jurídico para criação de mecanismo de financiamento de atividades culturais no território metropolitano

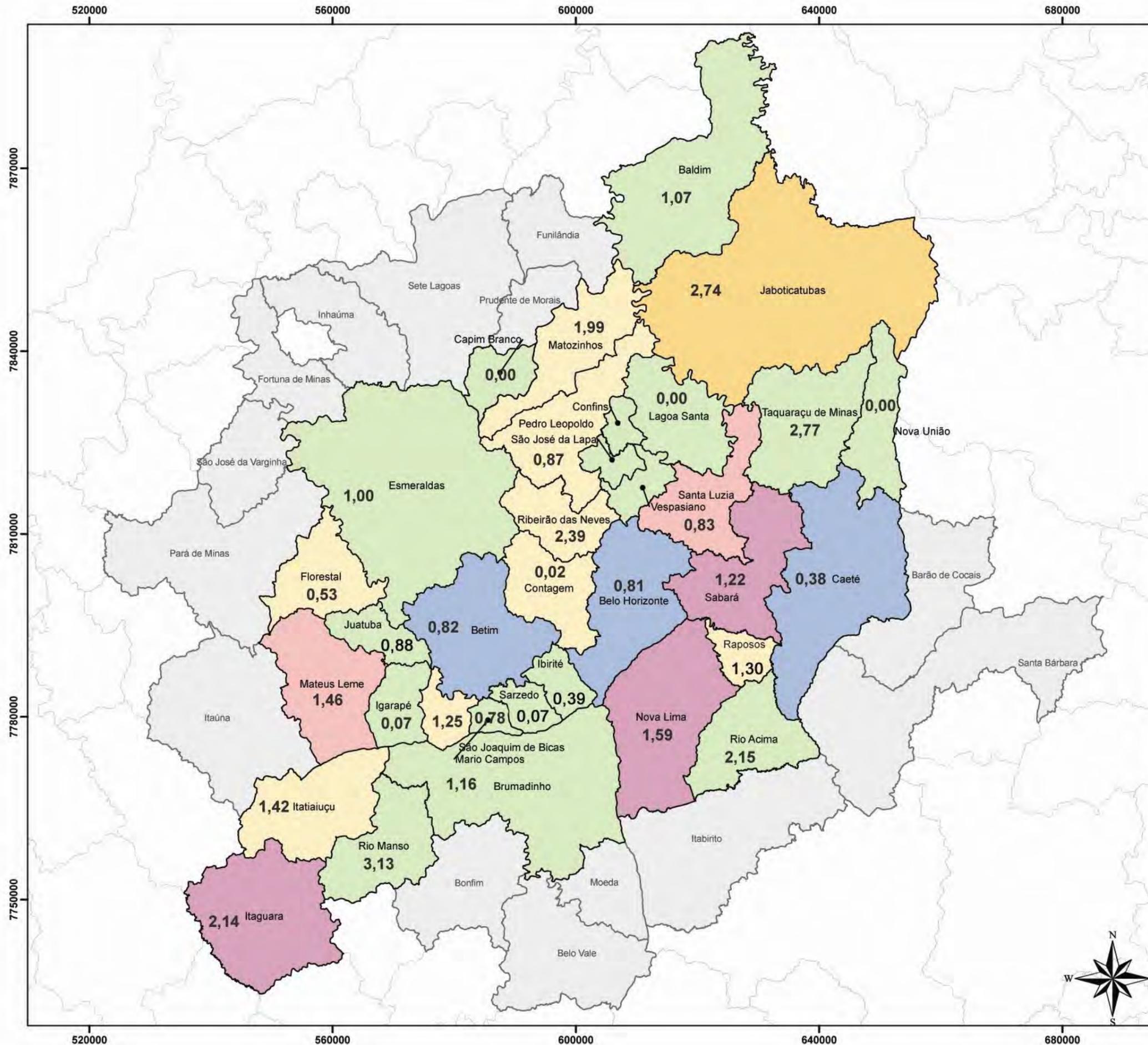
Objetivos específicos

- organização de estrutura institucional de organização de financiamento para projetos estruturantes;
- redistribuição territorial desses recursos para áreas menos favorecidas pela política pública vigente;
- estímulo à produção e formação de público em atividades criativas;
- desenvolvimento contínuo de pesquisas e de diagnósticos - formulação de políticas de cultura, pautadas por programas estruturantes e ações planejadas;
- definir propostas políticas que garantam que os recursos oriundos do setor cultural fiquem nas mãos de quem é de direito, ou revertidos em benefício da comunidade.

Funções públicas de interesse comum

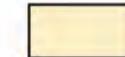
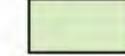
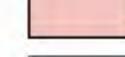
- Desenvolvimento socioeconômico.

Figura 1



Estruturas Culturais Municipais X Investimento Municipal para a Cultura (%)

Estruturas Municipais Cultura

-  Secretaria exclusiva de Cultura
-  Secretaria de Cultura e Educação
-  Secretaria de Cultura entre várias
-  Fundação de Cultura
-  Fundação de Cultura entre várias
-  Setor de Cultura
-  Municípios Colar Metrop
-  Demais Municípios MG

0 5 10 20 30 40 Km

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Fuso 23S - Datum SAD 69
 Fontes: IBGE, GEOMINAS,
 Elaboração: Equipe CEAT
 Samy Lansky, Caio Rodrigues
 e Danilo Marques
 Maio/2010

Articulação direta com outras políticas do PDDI

Eixo Urbanidade:

- Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos
- Política Metropolitana de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural
- Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação e Cultura

Eixo Seguridade:

- Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional
- Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala

Eixo Sustentabilidade:

- Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável

4.3.5.1 Estudo Complementar de Diagnóstico Institucional e Jurídico para Criação de Mecanismo de Financiamento de Atividades Culturais

Objetivo do programa

Formular estudo sobre a viabilidade institucional e jurídica do mecanismo, a partir de levantamento de fundos existentes e legislações específicas e de dados quantitativos e qualitativos referentes aos valores gerados pelo setor cultural na RMBH, buscando constituir um arranjo institucional para definir fontes e atividades constituintes de uma política de financiamento.

Temporalidade de execução e implementação

Curto prazo (2015)

Institucionalidade

Atores institucionais envolvidos e suas devidas competências:

- Ministério da Cultura – assessoria e aporte de recursos
- Secretaria Estadual de Cultura – assessoria e aporte de recursos
- Secretarias Municipais de Cultura – levantamento de informações sobre políticas e fundos de seu município
- Fundações Municipais de Cultura – levantamento de informações sobre políticas e fundos de seu município
- Agência Metropolitana – coordenação do programa
- UFMG - elaboração técnica do estudo complementar

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência:

- Fundo Nacional de Cultura.

Possíveis fontes de financiamento do programa:

- Projeto de pesquisa a ser submetido para o mecenato federal e estadual no item pesquisas em cultura.

Medidas de monitoramento e avaliação do programa:

- Acompanhamento da pesquisa no que tange à apresentação dos resultados e prestação de contas pelo Conselho Metropolitano.



plano
Metropolitano
RMBH



Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Regional
e Política Urbana - SEDRU

